O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de São Paulo - CMDCA/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8069/90, e,

CONSIDERANDO a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada em Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e o seu compromisso quanto às providências educativas, sociais, administrativas e legislativas e a Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e Adolescente - ECA;

CONSIDERANDO a convocação do CONANDA para a VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que define como objetivo**:** Deliberar sobre a política nacional de defesa e garantia de direito da criança e do adolescente, tendo como objetivos específicos: Fortalecer a relação, entre o governo e a sociedade civil, para uma maior efetividade na formulação, execução e controle da política para a criança e o adolescente, definir eixos e estratégias que promovam a devida implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em consonância com o tema dessa conferência e promover, qualificar e garantir a participação de adolescentes na formulação e no controle das políticas públicas, na perspectiva da construção e efetivação de uma política para crianças e adolescentes na cidade de São Paulo;

CONSIDERANDO a realização das 31 Conferências Regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizadas no período de 14 de abril à 27 de maio de 2007, nas 31 subprefeituras da Cidade de São Paulo, da V Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de São Paulo em 04 de julho de 2007 e a VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de São Paulo em 05 e 06 de julho de 2007 no Palácio de Convenções do Anhembi;

CONSIDERANDO que as Conferências tiveram por finalidade fortalecer os espaços de discussão e participação, com o intuito de propor políticas de estado, a fim de promover a garantia de direitos para as crianças e adolescentes e que o fortalecimento da cidadania exige o aprofundamento da democracia participativa, que é fundamental para a articulação e organização da sociedade civil, para que juntamente com o poder público encontrem-se alternativas que combatam a exclusão social e as graves desigualdades sociais;

CONSIDERANDO a participação das Organizações Sociais, Cidadãos, Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselheiros dos Direitos e Tutelares, representantes do Poder Público, Crianças e Adolescentes, e os desafios e propostas discutidas e aprovadas nas Conferências Municipais;

CONSIDERANDO que as propostas das Conferências DCAs devem ser acolhidas pelos Conselhos DCA's como subsídios das necessidades da Comunidade para sistematização das demandas;

CONSIDERANDO deliberação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente em 06 de agosto de 2007, quanto ao encaminhamento da “sistematização parcial” pelos Conselheiros de Direito do Poder Público, que tem assento neste Conselho, para os respectivos Secretários Municipais recomendando que as propostas deliberadas nas Conferências Regionais e Municipais DCas 2007 estejam contempladas na proposta orçamentária das referidas Secretarias para o ano de 2008;

CONSIDERANDO a entrega a todas as Secretarias, conforme Resolução 92/CMDCA-SP/2007, Artigo 3.º, da Resolução dos Anais das Conferências DCAs 2007 e pontos norteadores para as Conferências DCAs 2009 com os seus respectivos anexos I, II e III, bem como entrega oficial em evento específico, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito e Senhores Secretários Municipais ;

CONSIDERANDO as Resoluções n.º 90 e 79, artigo 2.º, inciso XVIII, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que dispõem sobre a promoção e aplicação de recursos na organização das Conferências DCAs 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Apresentar os Anais da V Conferência Lúdica dos Direitos da Criança e Adolescente e VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, bem como, pontos norteadores para a VI Conferência Lúdica dos Direitos da Criança e Adolescente e VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Parágrafo 1º - As propostas a que se referem o Artigo 1.º da presente resolução, serão encaminhadas a Comissão Permanente de Comunicação e Informação e demais órgãos competentes para divulgação e publicização.

Art. 2º - As propostas aprovadas que tratam o Artigo 1.º seguem constantes no Anexo I, II, III e IV da presente resolução.

Art. 3.º - Serão considerados os seguintes pontos Norteadores para a VI Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de São Paulo:

I - Para a realização das Conferências Municipais serão realizadas Conferências Regionais DCA's, com recursos provenientes do Tesouro Municipal alocados no FUMCAD e a infra-estrutura e organização das Subprefeituras, observadas as deliberações dos Fóruns Regionais e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/SP. Contemplar a infra-estrutura na previsão Orçamentária das Subprefeituras.

II - Contemplar na previsão Orçamentária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA/SP, os itens pertinentes à sua atribuição.

III – Até o mês de Agosto de 2008 – Composição da Comissão Central das Conferências DCAs.

IV - Até o mês de Setembro de 2008 - Solicitação do CMDCA/SP ao CONANDA para envio de material para a VIII Conferência dos Direitos da Criança e Adolescente e informação sobre a realização das Conferências Regionais DCAs em São Paulo no mês de abril/2009 e Municipais no mês de junho/2009.

V - Até o mês de Setembro de 2008 - Encaminhamento de calendário às Secretarias Municipais e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente – CONDECA,com vistas a viabilizar a participação dos alunos das Escolas Estaduais, garantindo os direitos das crianças e dos adolescentes na participação das Conferências DCAs.

VI - Até o mês de Setembro de 2008 - Deliberação quanto ao projeto de viabilidade das Conferências, inclusive quanto à Assessoria de Sistematização e Metodologia, levando-se em consideração a discussão referente à atribuição dos delegados e dos atores para execução das propostas.

VII - As Conferências deverão priorizar o diagnóstico da situação das crianças e adolescentes na cidade de São Paulo, bem como o Plano de Proteção Integral, visando a conferência das propostas deliberadas em 2007, quanto a sua efetivação.

VIII – Até o mês de Fevereiro de 2009 – Contratação da Assessoria de Metodologia e Sistematização.

IX - Até o mês de Maio de 2009 - Realização das Conferências Regionais e em Junho/2009 - Realização das Conferências Municipais DCAs.

X –Estimular e promover a participação dos adolescentes em cumprimento de Medidas Sócio-Educativas em regime de internação , semi liberdade e em meio aberto, de representantes dos Povos Indígenas e Pessoas com Deficiência nas Conferências Regionais e Municipais.

Parágrafo 1.º - Na inviabilidade de utilização do material oficial, as Conferências regionais serão realizadas com resgate dos anexos I, II, III e IV, da presente Resolução, bem como das propostas de âmbito municipal, estadual e nacional aprovadas na V Conferência Lúdica Municipal, III Conferencia Lúdica Estadual, VII Conferência Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, e discussão das demandas das respectivas regiões.

Parágrafo 2.º - As Conferências deverão estar contempladas no calendário das unidades educacionais da SME e dos programas da SMADS. E levando-se em conta, a garantia do direito de participação, o CONDECA será oficiado, sendo solicitado que o mesmo ocorra em relação às Escolas Estaduais.

Art. 5.º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I – CONFERÊNCIAS DCAS 2007 – REGIONAIS

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8.069/90, comunica que,
Considerando Audiência Pública de Prestação de Contas e Avaliação das Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente 2007 anexo;
Considerando a necessidade de resistematização das propostas das Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente 2007, Regionais e Municipais, pela Comissão Central das Conferências;
Considerando que a resistematização ocorreu, pelo entendimento da Comissão, de que não houve propriedade da Assessoria em relação às temáticas, tendo em vista que muitas das propostas estavam em eixos não condizentes à orientação do CONANDA relativa à VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Considerando ainda que em relação à sistematização não houve a separação de propostas em âmbitos Municipal, Estadual e Nacional;
Considerando a utilização de termos inadequados e fora do contexto atual dentro do Sistema de Garantia de Direitos;
Considerando a não alteração, inclusive solicitadas em Plenário das Conferências Municipais, de propostas não condizentes com a deliberação em Conferências Regionais;
Considerando o acréscimo na sistematização realizada, feito pela Assessoria em questão, de pontos não deliberados pelo Plenário da V Conferência Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente e VII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente;
A Comissão Central das Conferências DCAs 2007, emite o parecer de realização parcial da Execução de Serviços realizados pela Assessoria de Metodologia – Ação Social & Políticas Públicas Ltda;
Comissão Central das Conferências DCAs 2007

Aricanduva – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE) como marco regulatório ao atendimento sócio-educativo.

DESAFIOS:

- Inclusão de jovens em MSE nas escolas é dificultada pelos próprios profissionais da educação;
- Inclusão do jovem na sociedade após a medida é precária e quase inexistente;
- Falta de cidadania nas relações entre jovens e adultos;

PROPOSTAS:

- Capacitação do corpo docente e demais profissionais para o atendimento social e psicológico dos jovens em MSE;
- Inserção no mercado de trabalho através de programas específicos de emprego aos jovens sob medida sócio-educativa;

Eixo 2: Plano Nacional de Convivência Família e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS:

- Escassez de instituições sociais de atendimento aos jovens de 14 a 25 anos;
- Jovens com cursos profissionais ao saírem de abrigos não encontram empregos;
- Ausência de equipamentos preparados para portadores de necessidades especiais;

PROPOSTAS:

- Criação de repúblicas para jovens que saem dos abrigos;
- Levantamento das famílias da região que necessitam de inclusão nos programas sociais;
- Maior oferta de cursos profissionalizantes;
- Continuação de benefícios para jovens egressos de abrigos até a reinserção no mercado;
- Criação de novos NSEs em Vila Formosa;
- Reativar o PAT (Programa de Atendimento ao Trabalhador) da Rua Bactória, n. 38, Manchester;
- Reconstrução de espaços de lazer que já existem na região;
- Equipes multiprofissionais atuando nas escolas e nos serviços públicos para a criança, adolescente e família;
- Divulgação do Telecentro Taubaté e criação e novos telecentros;
- Reestruturação do Postos de Saúde da região;
- Reestruturação da Escola Municipal Sebastiana Minhoto;
- Ampliação de creches na região;
- Ampliação das equipes de especialistas na área de saúde infantil: psiquiatra, psicólogo, assistente social, nos serviços de saúde;
- Ocupação planejada de áreas ociosas da região;
- Implementar atividades de recreação na região;
- Implementar os direitos de crianças e adolescentes especiais nos serviços públicos: hospitais, escolas, etc;
- Incluir no currículo escolar aulas de cidadania;
- Ampliação de abrigos e criação de repúblicas para jovens;

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

DESAFIOS

- Recursos insuficientes principalmente nas saúde, creche e educação infantil e programas de apoio como os NSEs;
- Programas sociais com desvios de bolsas.

PROPOSTAS

- Aumento de orçamento para programas voltados para as crianças e adolescentes em todas as secretarias;
- Aumento de investimento *per capita* para políticas sociais básicas;
- Equidade no orçamento quando de sua distribuição pelas áreas, priorizando as áreas de atendimento direto à população;
- Mais fiscalização na distribuição das bolsas de programas sociais;
- Aperfeiçoamento das metodologias de pesquisa para estabelecimento de índices sociais como suporte para as políticas públicas e distribuição do orçamento

Aricanduva – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTA

- Proporcionar estudo a(o) adolescente em MSE de internação;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS

- Combater o preconceito;
- Oferecer mais segurança a comunidade;
- Combater as drogas;

PROPOSTAS

- Conscientizar a criança e o adolescente sobre seus direitos e deveres;
- Propor a volta da censura nos meios de comunicação;
- Proporcionar emprego aos jovens;
- Conscientizar jovens sobre drogas e gravidez na adolescência;
- Falta diálogo entre professores e alunos;
- Diminuir o número de aulas vagas;
- Motivar professores;
- Falta de segurança nas escolas;
- Falta de equipamento esportivo e monitores;
- Melhorar a qualidade do ensino público para que as escolas possam preparar seus alunos para o Vestibular através de: melhoria do salário dos professores, capacitação dos professores, melhoria do planejamento das aulas; melhoria no planejamento do conteúdo das aulas dentro da Progressão Continuada; promover melhor interação entre professores e alunos; implantar nas escolas públicas cursos de línguas como inglês, espanhol e francês; Fornecer bolsa auxílio aos alunos com bom desempenho;
- Recuperar o projeto Escola da Família;
- Implantação de cursos pré-vestibulares gratuitos;
- Implantação de cursos técnicos na região;
- Melhoria do atendimento em postos de saúde;
- Abertura de bibliotecas no bairro.
- Arrumar os postes de iluminação e sinais de trânsito da região;
- Conscientizar a população sobre a importância da preservação do patrimônio;
- Palestras sobre reciclagem para a população;
- Conscientizar a população a não poluir o meio ambiente;
- Mudar o quadro de precariedade do Ensino;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:

- Baixo orçamento para o ensino;
- Melhor distribuição de renda dentro das escolas públicas;

PROPOSTAS

- Melhoria na estrutura física das escolas com compra de mobília, computadores novos, fornecimento de livros didáticos. Destinar verba para segurança e conservação dos prédios escolares. Oferecer merenda para o Ensino Médio. Melhoria na higiene das escolas. Fiscalização do uso da renda repassada pelo governo para as escolas;
- Aumentar salário mínimo e igualar salário dos políticos ao dos trabalhadores;

Butantã – Lúdica e Convencional

Oficina do Estatuto da Criança e do Adolescente (propostas elaboradas pelas crianças participantes através de situações-problemas apresentadas):

- Falar com os "chefes" do governo para melhorar o ambiente em que moramos;
- Pensar em você mesmo e respeitar os outros;
- Aulas, conversas, participação dos pais, atividades preventivas, por exemplo, filmes.

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS

- Criação de uma delegacia infanto-juvenil, isto é, um órgão especializado na criança e adolescente;
- Qualificar profissionais para o processo de cumprimento das MSEs;
- Melhorar a fiscalização dos funcionários para garantir que os direitos dos adolescentes em MSEs de Internação sejam cumpridos, evitando maus tratos;
- Criar mecanismos de compreensão do ECA e, portanto dos princípios das MSEs;
- Qualificação profissional do judiciário quando relacionado à criança e ao adolescente em ato infracional, para garantir a interpretação correta das MSEs;
- Favorecer a aplicação de MSEs em meio aberto;
- Possibilitar maior integração entre a sociedade e as organizações que mantém convênio dos programas de MSEs;
- Maior apoio às atividades culturais, pedagógicas e de saúde nas instituições de reabilitação;
- Melhorar a qualidade da vida dentro das instituições, em questões de alimentação e saneamento, entre outras;
- Criar infra-estrutura para o sistema de reabilitação, possibilitando assim, a efetivação das medidas sócio-educativas, priorizando parcerias entre o Estado e as entidades;
- Não à redução da maioridade penal;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

PROPOSTAS

- Criação de mais CRAS e de um CREAS;
- Melhorar os equipamentos que já existem e ampliar vagas em creches e escolas;
- Criar mais espaços de cursos profissionalizantes;
- Criação de um CEDECA no Butantã;
- Criação de mais um Conselho tutelar no Butantã;
- Investir em políticas públicas de renda e de diminuição da pobreza;
- Ampliação de espaços de convivência e lazer nas comunidades;
- Criação de um Projeto Sentinela no Butantã;
- Fortalecimento e melhor articulação das redes sociais das entidades e formação de novas redes;
- Melhor divulgação das eleições para o Conselho Tutelar;
- Garantir a distribuição de camisinha e remédios nos postos de saúde (anticoncepcionais, pílula do dia seguinte);
- Programa de educação sexual nas escolas que não seja ficar explicando a biologia do corpo humano e palestras sobre direitos;
- Promover atividades de integração e esclarecimento entre pais, Conselho Tutelar e escolas;
- Investir mais nas casas de passagem, aumentar o número delas e melhorar a qualidade do atendimento;
- Maior divulgação na existência de casas de passagem e do conselho tutelar para os jovens;
- Maior investimento na remuneração e qualificação dos educadores e acabar com a superlotação nas salas de aula;

- Famílias guardiãs – que não sejam pessoas estranhas e sim, próximas à criança, adolescente ou à família;
- Abrir escolas aos finais de semana para a comunidade;
- Investimento nos programas para manutenção do vínculo entre as famílias e as crianças abrigadas;
- Investir em contratar profissionais qualificados nos abrigos para melhorar a qualidade da assistência;
- Criar oportunidade de trabalho para os jovens;
- Garantir escola próxima da residência;
- Ampliação do número de famílias atendidas pelo Centro de Referência Ação Família (CRAF);
- Escolas públicas com livre acesso a atividades culturais promovidas pelo Estado e pela iniciativa privada;
- Cursos gratuitos profissionalizantes ligados à escola para a comunidade, orientados por profissionais na rede pública;
- 50% das propagandas televisivas sejam destinadas ao uso do governo para divulgação de atividades culturais;
- Criação de um Fórum Judicial no Butantã, com Vara da Infância. (Existem discussões já adiantadas neste sentido, no entanto, alguma dificuldade administrativa ou de vontade política vem retardando a sua concretização);
- Criação de plantão da Diretoria de Ensino Centro-Oeste (DECO) no Butantã, para atendimento de alunos e familiares (a DECO fica em local de difícil acesso para a população do Butantã);
- Reestruturação do Centro de Atendimento Psicosocial (CAPS) Adolescente no Butantã;
- Incentivar a criação de Centros de Referência;
- Ampliação da rede de serviços na assistência social;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de Direitos

PROPOSTAS

- Reativação do Programa Orçamento Participativo e implementação do Programa Orçamento Participativo Criança nos âmbitos regionais, municipais, estaduais e nacional; incentivando a participação de: escolas (representantes de alunos, pais e funcionários); criança, adolescente e jovem; comunidade;
- Investimento orçamentário nos conselhos tutelares;
- Previsão orçamentária para Passe Livre estudantil.
- Que o Conselho Tutelar e Fórum Regional DCA tenham participação na elaboração do Orçamento Regional, podendo destacar as condições para o cumprimento do atendimento de necessidades de crianças e adolescentes;
- Compromisso do governo municipal com a provisão de recursos de infra-estrutura, divulgação pela mídia e garantia de participação da população no processo de eleição de Conselheiros Tutelares.
- Incentivo e compromisso do governo local com a realização da Semana do ECA no Butantã, evento organizado pelo FoCA-BT anualmente desde 2002, inclusive com provisão de orçamento;

Campo Limpo – Convencional

EIXO 1 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

DESAFIOS

- Atendimento municipalizado;
- Integração da Sociedade Civil Organizada e Poder Público;

PROPOSTAS

- Efetivação do processo de municipalização do atendimento das MSEs em Meio-Aberto;

- Garantir projetos eficazes de inserção dos adolescentes egressos das MSEs (principalmente da medida de privação de liberdade) em seus núcleos comunitários e familiares de origem;
- Que se faça e oriente políticas públicas eficientes e eficazes ao atendimento das crianças e adolescentes, de modo que o Estado esteja presente em todos os momentos da vida destes jovens;
- Que se criem mecanismos de formação continuada aos profissionais ligados diretamente na orientação e educação dos jovens em MSE meio aberto;
- Que se propicie a efetiva participação da Secretaria de Assistência Social (SAS) nos esclarecimentos processuais de informação pública e junto as instituições que trabalham com MSEs;

EIXO 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS

- Integração da Sociedade Civil Organizada e Poder Público;
- Saúde voltada especialmente para a criança e ao adolescente;
- Educação: Prioridade para a infância e a adolescência;
- Ação e participação comunitária;
- Atendimento a criança e ao adolescente com qualidade;
- Capacitação social continuada;
- Ampla divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente;

PROPOSTAS

- Elaboração, implantação e implementação de políticas públicas eficientes e eficazes ao atendimento das crianças e adolescentes, de modo que o Estado esteja presente em todos os momentos da vida destes jovens;
- Implantação de Centros de atendimento a adolescentes dependentes químicos e que sua integridade e privacidade sejam garantidos;
- Criação e divulgação de novos Centros de Atendimento Ambulatoriais;
- Que haja o atendimento médico aos adolescentes de maneira justa e adequada através de hebiatras em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs);
- Que haja a inclusão das especialidades médicas de oftalmologia, odontologia e também de psicologia em todas as UBS's;
- Que na área da Educação, se reduza o número de crianças e adolescentes por sala de aula (máximo de 20 a 25 alunos);
- Que haja a inclusão efetiva de crianças e adolescentes com necessidades especiais e portadores de deficiências na rede oficial de ensino, contendo a presença de profissionais capacitados;
- Criação de rádios e televisões comunitárias;
- Que conjuntamente o CMDCA, Ministério Público e Defensoria Pública, construam determinadas normas de programação educativa nos Meios de Comunicação Social;
- Que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), faça parte do currículo nos Cursos de Pedagogia das faculdades e universidades;
- Que se ampliem os serviços à família: Criação de conselhos tutelares e entidades voltadas a atividades com as famílias e responsáveis diretos por crianças e adolescentes;
- Que todos os profissionais que diretamente se responsabilizam por orientar, informar e atender de modo geral as famílias, responsáveis por crianças e adolescentes, assim como a comunidade em que se insere, possam ser periodicamente capacitados para essa função;
- Que haja projetos voltados à efetiva promoção e conhecimento do estatuto da Criança e do Adolescente nos estabelecimentos escolares, diretamente a todo o corpo docente (professores, direção e administração escolar) e discente (alunos), assim como para as famílias;
- Implantação de Centros de atendimento a adolescentes dependentes químicos e que sua integridade e privacidade sejam garantidos;
- Criação e divulgação de novos Centros de Atendimento Ambulatoriais (CTA's);

- Criação de rádios e televisões comunitárias;
- Que se crie Delegacias da Infância e da Juventude na região;

3 - Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

DESAFIOS

- Verbas para a infância e a adolescência voltadas à área da saúde;
- O orçamento participativo;
- A mídia como prioridade no orçamento da criança e do adolescente;
- O orçamento participativo;

PROPOSTAS

- Equiparação das CEI's conveniadas com as diretas: salário, benefícios, jornada de trabalho, capacitação e projeto pedagógico;
- Capacitar o Conselho Tutelar e a sociedade civil organizada, para fiscalizar o orçamento público, de modo a assessorar o Poder Público;
- Que se promova a criação de um conselho gestor do orçamento, por região, com o chamado orçamento participativo;
- Que se proporcione um aumento de verba orçamentária voltada para a SME (Secretaria Municipal de Educação) e SAS (Secretaria de Assistência Social), através do PPA, LOA, LDO;
- Que haja programas no orçamento para garantir a orientação e fiscalização das famílias que recebem dos programas governamentais, tais como bolsa família, PETI e etc;

Campo Limpo – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE) como marco regulatório ao atendimento sócio-educativo.

- Recuperar o Sistema de recuperação dos jovens (a Fundação CASA está se tornando uma escola de criminalidade. Ao invés de reabilitar o jovem, ele acaba tornando-se um marginal);

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Família e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

- Acompanhamento bio/psico/social dos jovens e seus familiares que lidam com problemas de vícios;
- Divulgação e aplicação do ECA como um todo (poucos jovens conhecem seus direitos, e isso faz uma enorme diferença);
- Mais projetos sócio-educativos;
- Proporcionar oficinas de aprendizagem na área profissional para ocupar o tempo dos jovens;
- Melhoria das condições de educação com a maior capacitação dos professores da rede pública, pois não há motivação nas aulas e nem um ensino de qualidade. Inclusão de eventos que envolvam a participação de crianças e adolescentes (ex. Conferência Lúdica), no Calendário Escolar. Ampliar o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais, com rampas e professores capacitados;
- Ampliação do direito da criança e do adolescente se expressar e fazer valer a sua voz perante a hierarquia escolar;
- Aumento de diálogo entre comunidade e escola;
- Mais respeito dos Diretores no atendimento ao adolescente, sem arrogância e exclusão;
- Mais segurança nas escolas (não queremos mais conviver com o uso de drogas dentro da escola);
- Trabalhar o tema preconceito nas escolas incluindo-o no conteúdo oficial, iniciando o trabalho com professores, funcionários, alunos e familiares. Punir atos de preconceito nas escolas;
- Divulgação nas escolas sobre os serviços de atendimento aos homossexuais;
- Igualar a carga horária e salários nas empresas para homens e mulheres;
- Trabalho de conscientização junto aos pais sobre a igualdade de gêneros (meninos e meninas);

- Criação de programas especiais para a atendimento à adolescente grávida com as seguintes ações: programas de prevenção de gravidez na adolescência; orientação nas UBS, para retirada de camisinha e de pílulas do dia seguinte; aulas de sexualidade nos programas escolares com parceria da UBS; mais campanhas na mídia sobre gravidez e aborto; programas para discutir sobre aborto nas escolas e nas famílias; programas de apoio para adolescentes grávidas;
- Melhoria do atendimento à saúde com a construção de mais hospitais, mais medicamentos gratuitos, contratação de médicos e funcionários, contratação de médicos para adolescentes;
- Mais palestras e informações sobre saúde nos postos e nas escolas;
- Melhores informações sobre vacinas dos 15 anos e contra hepatite B;
- Promoção de debates e palestras para adolescentes sobre as DST AIDS, principalmente nas UBSs e escolas;
- Jornal da comunidade;
- Mais gibis com informações locais;
- Mutirão de limpeza com a comunidade;
- Programas de lazer para todos (jovens, crianças, adultos e idosos);
- Quadras esportivas;
- Reforço policial, para evitar drogas na escola e no bairro;
- Melhoria da infra-estrutura com asfaltamento das ruas, criação de faixa de pedestre, limpeza de córregos, iluminação das ruas, ampliação de projeto tapa-buraco;
- Investir em cursos de conscientização sobre a importância de cuidar do meio ambiente;
- Mais lixeiras nas U.P.P.S, para que não joguem lixo no chão;
- Oportunidade de trabalho.

Capela do Socorro – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE) como marco regulatório ao atendimento sócio-educativo.

PROPOSTAS

- Capacitação das unidades acolhedoras dos adolescentes;
- Prestação de serviços à comunidade na região;
- Medidas pedagógicas: capacitação de professores, profissionais e educadores para medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Reestruturação nas escolas para receber adolescentes sob medidas sócio-educativas. Reestruturação da polícia no atendimento aos adolescentes. Nas unidades de internação, preparação de educadores e não de carcereiros. Equipe multidisciplinar nas unidades com psicólogos, médicos, professores e assistentes sociais;
- Delegacia Especial do Adolescente.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Família e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

PROPOSTAS

- Criação de um Plano Regional de Convivência Familiar e Comunitária para a Capela do Socorro, respeitando a especificidade da região. Um plano que não seja emergencial ou pontual, mas um plano estruturado de mudanças, de políticas públicas consistentes;
- Fortalecer a integração dos serviços e cuidar do fluxo de crianças e adolescentes;
- Serviço de saúde mental para crianças e para adolescentes (CAPS- Centro de Atenção Psico-Social);
- Expandir o Programa Saúde da Família (aumentar equipes em todas a UPPs);
- Planejamento Familiar nas Unidades Básicas de Saúde;
- Núcleos de Proteção Especial a Criança e Adolescentes;
- Implementação de mais um Conselho Tutelar na região do Grajaú;

- Qualificação dos conselheiros tutelares;
- Criação da Subprefeitura do Grajaú;
- Serviço de saúde mental nas escolas e em postos de saúde;
- Cuidar da entrada das crianças na creche, incentivando que a família continue a participar do cuidado desta criança (responsabilidade);
- Escolas atrativas com atividades voltadas para os jovens respeitando suas necessidades;
- Inserção do ECA na grade curricular do ensino municipal e estadual e inserção das Conferências da Criança e do Adolescente no calendário escolar municipal e estadual;
- Implementação do ECA nas escolas pública e privada com profissionais do Serviço Social e da Psicologia;
- Fortalecimento dos Conselhos Gestores nos CÉUS. Investimento em educadores e oficinas;
- Escola da Família – incluir os jovens, garantindo seu funcionamento;
- Ampliação de escolas;
- Apoio da ronda escolar;
- Primar pelo trabalho multidisciplinar no atendimento das famílias nos diversos serviços públicos existentes;
- Fortalecer os trabalhos preventivos e difundir os serviços que trabalham com planejamento familiar (com jovens e agentes multiplicadores);
- Criação de um Centro de Convivência para a Juventude;
- Implantação de um Centro de Referência da Mulher;
- Implantação de um Centro de Reabilitação para pessoas com necessidades especiais;
- Incentivar que os jovens sejam empreendedores;
- Implantação de políticas públicas que contemplem jovens que estão procurando o primeiro emprego;
- Criação de escolas profissionalizantes na região;
- Implantar telecentro;
- Profissionalização voltada para o turismo respeitando o desenvolvimento sustentável;
- Desenvolver agricultura social sustentável;
- Criação de mais áreas de lazer;
- Mais transporte e iluminação pública;

EIXO 3 – Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

PROPOSTAS

- Priorizar propostas no orçamento anual. Estabelecimento de prazos para execução e audiência pública nas subprefeituras;
- Garantir levantamento de recursos específicos para promoção dos direitos da criança e adolescente;
- Criação de uma comissão de controle social (um núcleo de controladoria para os direitos da criança e adolescente);
- Orçamento da Criança e Adolescente próprio, efetivado como lei específica;
- Publicação semestral do orçamento da subprefeitura. Resgate do orçamento participativo;
- Realização de prestação de contas a partir de audiência pública.

Capela do Socorro – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do socioeducativo

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Maior comprometimento entre o Poder Público, Comunidade e Escola.

PROPOSTAS:

- Que os moradores das favelas tenham mais atividades culturais e esportivas;
- Na saúde atendimento prioritário ao adolescente;
- Melhoria no atendimento dos hospitais públicos;
- Melhor atendimento aos moradores de rua;
- Uso dos espaços de lazer, investimentos e programas sócio-educativos, como música, teatro, esportes, etc;
- Apoio psicológico para alunos com dificuldade de aprendizagem;
- Melhoria no atendimento médico (muitas ausências).
- Criação e manutenção de programas de incentivo que efetive inclusão de adolescentes e crianças de risco.
- Criação de leis de incentivo e ajuda a jovens carentes;
- Priorizar o atendimento de adolescentes nos equipamentos de saúde.
- Atendimento médico;
- Asfalto e iluminação pública;
- Polícia nas ruas e nas áreas de lazer;
- Reforma da unidade escolar e abertura de novas salas de aula, bem como melhor limpeza em seus espaços, professores eventuais, e melhor educação de base, contratação de mais funcionários;
- Novas universidades públicas;
- Canalização de córregos e asfaltamento nas favelas;
- Criação de um CDM (Centro Desportivo Municipal);
- Construção de novas unidades escolares e de saúde;
- Aquisição de mais material didático-pedagógico nas escolas;
- Melhoria da merenda;
- Melhoria das vias públicas e dos transportes coletivos;
- Criação de unidades de saúde;
- Asfaltamento de ruas;
- Criação de casas de cultura e bibliotecas;
- Melhoria da distribuição gratuita de remédios e atendimento ambulatorial móvel,
- Conscientização, por meio de palestras, sobre o meio ambiente, e coleta seletiva de lixo;
- Acesso aos retornos de nossas reivindicações;
- Maior esclarecimento sobre o ECA.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:

- Possibilidade de uma gestão mais democrática e justa.

Casa Verde – Convencional

EIXO 1 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

DESAFIOS

- Adolescentes em MSEs em meio aberto e semi-liberdade ainda são excluídos e marginalizados;
- Prevenção ao uso legal das MSEs;

PROPOSTAS

- Deve haver trabalho de conjunto com a sociedade civil organizada e as secretarias de governo de forma a oferecer ao adolescente, organizadamente: trabalho, capacitação contínua do mesmo, educação e uma convivência melhor com os grupos sociais de convívio, para que este não venha a se deixar envolver com as possibilidades de ter que cumpri as MSEs;

EIXO 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS

- Fazer com que a escola entenda as diversidades das crianças e dos adolescentes;
- Que haja atendimento mais especializado à saúde da criança e do adolescente em todas as regiões;
- Possibilidade de acesso de todas as especialidades na área da saúde disponíveis a criança e ao adolescente;
- Conscientização popular das políticas públicas e sociais;
- Objetivo único: integração de todas as áreas e setores de atendimento a criança e ao adolescente;
- Maior participação dos núcleos familiares nas políticas oferecidas;
- Facilidades de inserção no mercado de trabalho com apoio de empresas associadas;
- Expansão do atendimento profissionalizante, formando e orientando por faixa etária;
- Contratação e capacitação de especialidades básicas no atendimento a criança e adolescente;
- Aprimorar o atendimento dos Núcleos Socioeducativos;
- Incentivos na participação das famílias dos programas oferecidos;
- Incentivo à profissionalização, evitando a situação de rua e a falta de oportunidades;
- Que os centros de juventude sejam referência na busca ao mercado de trabalho, possibilitando a inclusão social;

PROPOSTAS

- Reciclagem dos professores (principalmente dos NSEs), em relação às novas demandas de aprendizagem e atendimento à Criança e ao Adolescente;
- Necessidade de novos núcleos de atendimento à saúde (UBSs), que atendam a novas demandas, como por exemplo: Odontologia, Saúde Mental, Psicologia e demais especialidades ligadas a Criança e ao adolescente;
- Que, ainda em relação à saúde, haja a descentralização dos atendimentos, integrando as demais regiões ou bairros circunvizinhos na possibilidade de utilização dos serviços especializados disponíveis em determinados núcleos de atendimento;
- Que em relação ao “pós-aula”, haja constante reciclagem dos professores da rede pública, no sentido de entender e atender as demandas dos adolescentes e suas expectativas;
- Fazer com que o foco (Criança e Adolescente) esteja também voltado às famílias, procurando fazer uma interação dos problemas e das necessidades junto às políticas públicas de atendimento;
- Que haja maior conhecimento, por parte de todos os órgãos de atendimento, das necessidades da região de moradia dos adolescentes e de sua família, de modo a haver uma integração de qualidade;
- Que seja possível a promoção de oficinas e cursos profissionalizantes para as famílias das Crianças e adolescentes da região, procurando aprimorar ou incentivar qualificações e funções, realçando sua auto-estima.
- Que haja programas que tragam facilidades e benefícios, auxiliando as empresas na hora da contratação de adolescentes conforme a Lei do aprendiz ou também a lei federal a respeito do primeiro emprego;
- Criação e ampliação dos Centros de Juventude com maior número de oficinas profissionalizantes e também educadores capacitados de acordo com a faixa etária de atendimento;
- Necessidade de novos núcleos de atendimento à saúde UBSs, que atendam a novas demandas, como por exemplo: Odontologia, Saúde Mental, Psicologia e demais especialidades ligadas a Criança e ao adolescente;
- Que, ainda em relação à saúde, haja a descentralização dos atendimentos, integrando as demais regiões ou bairros circunvizinhos na possibilidade de utilização dos serviços especializados disponíveis em determinados núcleos de atendimento;

- Que em relação ao primeiro emprego, haja criação e ampliação dos Centros de Juventude, com agentes formadores especializados e vinculados a empresas (associações e organizações empresariais), possibilitando posterior engajamento no mercado de trabalho;
- Criação de novos NSEs, com propostas aprimoradas para a eficácia do atendimento aos adolescentes no pós-escola;
- Que seja possível a promoção de oficinas e cursos profissionalizantes para as famílias das Crianças e adolescentes da região, procurando aprimorar ou incentivar qualificações e funções, realçando sua auto-estima.
- Criação e ampliação dos Centros de Juventude com maior número de oficinas profissionalizantes e também educadores capacitados de acordo com a faixa etária de atendimento;
- Que em relação ao primeiro emprego, haja criação e ampliação dos Centros de Juventude, com agentes formadores especializados e vinculados a empresas (associações e organizações empresariais), possibilitando posterior engajamento no mercado de trabalho;
- Que em relação ao "pós-aula", haja constante reciclagem dos professores da rede pública, no sentido de entender e atender as demandas dos adolescentes e suas expectativas;

EIXO 3 - Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

DESAFIOS

- Reordenamento de verba para ampliação dos NSEs;
- Investimentos descentralizados em todas as Unidades básicas de saúde;
- Incentivos orçamentários que gerem planos de conjunto entrem a sociedade civil organizada e o empresariado regionalizado;

PROPOSTAS

- Que os recursos orçamentários destinados à Educação também sejam destinados a uma melhor manutenção dos NSEs, levando em consideração a pós-Escola (tema 02), onde haveria a possibilidade de Cursos Profissionalizantes (NSEs – 03);

Casa Verde – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS

- Reflexão referente à redução maioridade penal;
- Rever a prestação de serviços à comunidade;
- Implantar programas efetivos com as famílias e a comunidade.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

- Melhorar a participação dos alunos nas escolas, nas aulas de educação física (rever a grade curricular);
- Combate ao trabalho infantil;
- Que as crianças e adolescentes possam ter atividades após o horário de escola, para não ficarem ociosas, como atividades artísticas, culturais, esportivas e cursos profissionalizantes.
- Ampliar as oportunidades de lazer, música, teatro, etc;
- Tirar as crianças dos faróis e da rua e encaminhá-las a locais que possam acolher essas crianças.
- Desenvolver projetos de trabalho comunitário envolvendo todos, onde cada um faça a sua parte, colaborando para melhorar as condições de vida para as crianças, jovens e adolescentes.
- Preservar e respeitar as diferenças entre as pessoas;
- Que as mudanças possam começar com as crianças e os adolescentes;

- Ampliar as formas de orientação dos jovens nos diversos temas de seu interesse; através de palestras e folhetos informativos;
- Criação de CDM nas áreas mais periféricas;
- Ampliação dos núcleos sócio-educativos.
- Otimizar o espaço CCJ e torná-lo mais disponível à população.
- Implantação de mutirão comunitário com os jovens na conservação dos locais públicos (a população destrói tudo, quebra tudo, picha o colégio, etc);
- Desenvolvimento de programas de higiene bucal e obesidade infantil;
- Proposta de orientação ou trabalho com crianças que passam o dia inteiro em frente da TV, comendo e sem brincar com outras crianças.

Cidade Ademar – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

DESAFIOS:
- Número elevado de adolescentes em conflito com a lei nas escolas
- Pais não assumem as suas responsabilidades
- Descobrir as habilidades de cada adolescente, valorizando-as e fazendo com que se sinta capaz e melhore sua auto-estima;
- Qualificação para o profissional ter um trabalho mais dinâmico, eficaz e criativo junto às crianças e adolescentes;
- Estruturar o Conselho Tutelar local;
- Mobilização da sociedade civil.

PROPOSTAS:
- Construção de Centros Profissionalizantes;
- Fazer funcionar os serviços que a escola possui como: biblioteca, laboratório de informática, etc, com acompanhamento de profissionais qualificados;
- Cobrança de direitos;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIO:
- Falta de espaços para a convivência familiar e comunitária
- Superar o assistencialismo e o paternalismo
- Falta de vagas e de qualidade para atender a demanda escolar
- Divulgar o ECA
- Fortalecer a sociedade civil.
- Real atendimento em rede às famílias
- Ampliar, em todos seus aspectos, o acesso à cultura na Cidade Ademar.
- Diminuição do desemprego
- Ampliar e melhorar o atendimento à saúde em todos os níveis
- Criar espaços de formação e capacitação contínua para o acompanhamento e implementação das políticas públicas;
- Promover a união como forma de consensuar as propostas e coesões advindas da sociedade civil através das organizações sociais que tenham forma de participação em cima da política que lhe confere.

PROPOSTA:
- Implementação de políticas públicas para facilitar os vínculos comunitários e familiares;
- Estimular a prática de atividades comunitárias das famílias inseridas em programas sociais.

- Construção de unidades escolares e ampliação de vagas destinadas para a Educação Infantil, Fundamental e Ensino Médio;
- Realizar seminários com os profissionais da educação e comunidade escolar e civil;
- Divulgar o estudo do ECA junto à rede de serviços e toda a sociedade;
- Dar caráter articulador ao Fórum da Criança e do Adolescente para implementação das políticas públicas na região.
- Criação de espaços (esporte, cultura e lazer) que incentivem a convivência familiar;
- Implementação de CAPS e Centros de Orientação Sexual;
- Fortalecimento jurídico e de pessoal junto ao Conselho Tutelar.
- Ampliar e divulgar as atividades culturais de Cidade Ademar;
- Integrar os Centros de Convivência;
- Investir em equipamentos simples e barato em pequenos espaços, como, por exemplo, escolas e o Centro de Convivência;
- Prefeitura deve contratar um especialista em atividades culturais para trabalhar nos equipamentos culturais e escolas;
- Divulgar os Fóruns de Cultura feitos pela prefeitura;
- Incentivar as parcerias com as organizações conveniadas ou não para trabalhar nos espaços públicos
- Democratizar a discussão sobre a programação cultural. Ouvir mais a população para que ela sugira, a partir de suas necessidades locais, as verbas para atividades;
- Incentivar a expressão artística local e os eventos culturais;
- Promover atividades para as famílias nos fins de semana;
- Incentivar a prática esportiva e orientação para que as pessoas possam realizar estas práticas sozinhas. Solicitar outras modalidades esportivas para atender as diferentes faixas-etárias e diferentes sexos.
- Contratação de profissionais qualificados para trabalhar na periferia;
- Levar artistas locais para se apresentar em outras partes da cidade;
- Casa de cultura – resgate da proposta da Praça Ligia Salgado Nóbrega – pólo cultural;
- Resgate da proposta do ponto de leitura no espaço Vila Portela e divulgar que a biblioteca do CEU é municipal e aberta a toda população;
- Sub-prefeitura incentivar pequenos comerciantes da região para a doação de materiais e colaboração na melhoria dos equipamentos em troca da divulgação de seus serviços;
- Fazer a Virada Cultural mais vezes por ano priorizando a diversidade artística local.
- Implementação de projetos de geração de renda;
- Ampliação do Programa de Saúde da Família (PSF);
- Ambulatório de especialidade para a criança e o adolescente;
- Centro de referência de saúde mental para criança e adolescente;
- Aulas semanais sobre saúde nas escolas desde o Ensino Fundamental ao Ensino Médio;
- Implantação dos PSF de: Cidade Júlia, Pantanal, Jd. Selma, porque onde tem unidades PSF há menos violação dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Aumento de leitos para partos com especialidade em adolescentes gestantes, pois os hospitais não comportam a demanda de partos.
- Reintegrar as propostas da Conferência de 2005;
- Construção de hospital e Pronto-Socorro no Sacolão do Jardim Miriam;
- Bolsas de estudo descentralizadas para que as pessoas de baixo poder aquisitivo possam cursar faculdades na área da saúde;
- Integrar no calendário de vacina as de meningite e pneumonia, uma vez que a população de baixo poder aquisitivo não têm acesso a essas vacinas por serem de alto custo;
- Contratação de profissionais de saúde tais como: médicos, enfermeiros, assistentes sociais, clínico geral, fisioterapeutas, psicólogos, psiquiatras, entre outros.
- Após a Conferência, criar uma comissão permanente de saúde.
- Que as instituições se fortaleçam através de encontros e propostas de atuação conjunta na viabilização de políticas públicas (articulação)
- Propiciar atendimento psico-social nas escolas em nível preventivo

- Vincular os benefícios como bolsa-escola, bolsa-família e outros à presença dos pais em momentos de discussão nas escolas;
- Cobrar a efetivação da garantia de direito de se ausentar por horas de trabalho para acompanhar a vida escolar do filho (cumprimento da lei);
- Trabalhar em parceria com a rede pública e privada;
- Fomentar o trabalho em rede existente na região;
- Trabalhar com as famílias fortalecendo os valores morais, sociais e religiosos;
- Ter uma assistente social em cada escola.
- Medidas públicas para o adolescente sair das ruas e não cometer atos infracionais;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIO:

- Identificar os cidadãos e cidadãs com perfil coerente ao acompanhamento das políticas públicas e sua implementação.
- Transparência e participação efetiva dos Orçamentos Participativos, Municipal e dos que são divulgados pelo CMDCA
- Que a verba da assistência social seja destinada conforme a necessidade da região;

PROPOSTAS:

- Garantir na agenda de saúde das três esferas recursos para implantação das propostas citadas.
- Criação de observatórios sociais como uma forma de mudar o modelo de gestão da política social de representativo para participativo.
- Eleger adolescentes e jovens como protagonistas das ações que lhes são correlatas.
- Maior divulgação destes orçamentos e que se fomente uma participação efetiva da comunidade.
- Que as sub-prefeituras de periferias tenham um valor de verba segundo a necessidade regional da Assistência Social para ser aplicado em políticas públicas. Ou seja, que as sub-prefeituras de periferias tenham um valor de verba maior para ser aplicada em políticas públicas para crianças e adolescentes.
- Investir na educação, esporte, cultura e lazer, inserindo as crianças desde pequenas em práticas sócio-educativas;

Cidade Ademar – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS:

- Melhoria das casas de reabilitação;
- Investimento nos de cursos profissionalizantes dentro da Fundação CASA.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Investimento maior nos projetos socioeducativos, enfatizando que todas as pessoas devem ser tratadas igualmente;
- Combater a falta de segurança nas escolas;
- Combater atitudes arbitrárias da polícia, que não garante a segurança.
- Conscientização da importância da reciclagem aos moradores da região;
- Diminuição de poluição na cidade;
- Proposta de maior participação dos jovens no governo;
- Conscientização da importância da limpeza nas escolas.
- Combater o mau atendimento e a falta de respeito com os pacientes;

- Buscar soluções para a falta de espaços destinados às atividades de cultura e lazer, como: Casas de Cultura, Bibliotecas, CEDECA e teatros;
- Investir na alfabetização das crianças;
- Lutar para a igualdade, independente da classe social;
- Tentar soluções para o fato de haver poucos e sobrecarregados postos de saúde;
- Tentar soluções para o número insuficiente de Hospitais;
- Solicitar profissionais especialistas nos postos de saúde;
- Tentar soluções para o número restrito de AMAS;
- Lutar para um aumento de linhas de ônibus no Jardim Consórcio;
- Tentar conseguir ônibus escolares;
- Investir para o cuidado de praças e áreas verdes, que se encontram mal cuidadas;
- Combater alguns problemas de infra-estrutura, em que há falta de condições adequadas: de água, de merenda, de material, entre eles o papel higiênico, etc.
- Solicitar mais professores na rede pública de ensino;
- Lutar para que haja mais escolas, creches, postos de saúde equipados;

PROPOSTAS

- Melhorar o preparo dos policiais. Estes deveriam priorizar mais a população, com monitoramento de ações;
- Juntar a comunidade em núcleos próximos as suas casas para debate de idéias e conscientização dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Dar direito ao adolescente de também ser ouvido e não apenas julgado;
- Dar direito aos pais de permanecerem perto dos filhos;
- Incentivar a criação de grêmios nas escolas.
- Distribuição de cestos de coleta de lixo reciclável, o ideal é a colocação de cestos em cada rua;
- Conscientização da importância de mais respeito e direito aos deficientes físicos;
- Proposta de maior divulgação do eca;
- Encaminhamento das pessoas em situação de rua;
- Contratação de professores mais capacitados, com enfoque mais humano;
- Construção de mais escolas e aquisição de mais equipamentos;
- Investimento na melhor capacitação dos funcionários da área da saúde;
- Criação de espaços públicos/equipamentos em terrenos baldios e desapropriações;
- Melhoria das estruturas das escolas, com equipamento e profissionais qualificados (seria ideal que todas seguissem o modelo dos CEUs);
- Expansão de CEUs para outros lugares;
- Melhoria dos salários e qualificação de professores;
- Mais projetos educacionais;
- Abordagem de temas como drogas e prostituição, em salas de aula, pelos professores;
- Melhoria do ensino nas escolas públicas;
- Divulgação do que está sendo feito para a população;
- Proposta de redirecionamento do dinheiro dos impostos para a construção de mais áreas de lazer;
- Proposta de investimento na educação da família;
- Melhoria nas moradias;
- Proposta de mais emprego;
- Proposta de mais abrigos perto dos bairros;
- Proposta de auxílio a pais, crianças e adolescentes;
- Verificação das pessoas com necessidades mais específicas e urgentes;
- Diminuição dos impostos;
- Solicitação de pessoas especializadas no tratamento de crianças e adolescentes, como pedagogos e psicólogos;
- Solicitação do fim das escolas de lata;
- Proposta de abertura de mais postos de saúde;

- Solicitação de bilhete escolar para aqueles que estudam longe;
- A inserção de merenda nas escolas;
- Manutenção das escolas abertas com distribuição de lanches;
- Aumento do número de profissionais e especialidades na área da saúde;
- Aumento do número de AMAS;
- Aumento do número de ônibus e linhas no jardim consórcio, bem como aumento de ônibus escolares;
- Revisão do critério do quilômetro (3 km);
- Revisão do critério de distribuição de vagas escolares “perto de casa”;
- Melhoria da distribuição de passes;
- Solicitação de mais escolas e creches, museus, escolas de música;
- Verificação dos terrenos públicos ociosos na região para que possam ser transformados em espaço de uso comum da população;
- Solicitação de mais atividades de lazer e cursos como: músicas, reciclagem; línguas, dança e teatro;
- Solicitação de regras mais claras e melhor fiscalização, quanto ao que acontece em cada escola;
- Elaboração e construção de um laboratório de especialidades que atenda as necessidades da criança e do adolescente, contando com o trabalho de profissionais capacitados e equipamentos especializados;
- Solicitação de lugares que desenvolvam atividades para crianças e adolescentes, num período alternativo, após as aulas. Destaque para as atividades que envolvam: música, artes plásticas, artes cênicas e esportes;
- Solicitação de cursos de capacitação profissional;
- Melhoria dos postos de saúde existentes e construção de novos;
- Solicitação de mais um CEU na região;
- Solicitação de moradia para quem mora nas ruas;
- Solicitação de mais segurança;
- Solicitação da criação de ruas destinadas ao lazer;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

PROPOSTAS:

- Fiscalização de recursos financeiros;

Cidade Tiradentes – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

DESAFIO

- Há a necessidade da organização da sociedade civil para a mobilização dos poderes públicos e para que o encaminhamento necessário seja feito e que haja mais reuniões para discussões, não apenas em conferências.

PROPOSTAS

- Fazer valer as leis, especialmente o art. 94 do ECA.
- Articular poder público, conselho tutelar e família;
- Garantia de atendimento e acompanhamento com a criação/ampliação de casa de apoio;
- Municipalização (não descentralização) das MSEs;
- Ampliação e melhoria do núcleo sócio-educativo com foco nas MSEs; capacitação continuada e supervisão dos profissionais do núcleo sócio-educativo;
- Encaminhamento para os devidos órgãos as demandas;
- Realizar cursos profissionalizantes preparatórios para o mercado de trabalho;

- Criação de espaços culturais, bibliotecas públicas, casas de cultura;
- Garantia dos direitos fundamentais: moradia, alimentação, saúde e lazer;
- Criar serviços de atendimento sócio-psicológicos
- Implementação das políticas públicas concretas;
- Investimento nos Centros de Referência da Criança e do Adolescente, CEDECAs e defensorias;

Eixo 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

- Criação de centro de atendimento psico-social juvenil para tratamento da saúde mental, prevenção ao uso de álcool e de drogas; implementação de um centro de especialidades médicas;
- Acompanhamento da saúde 24 h;
- Criação de espaços culturais, bibliotecas públicas, casas de cultura;
- Fortalecimento e ampliação do projeto ação família;
- Reurbanização da comunidade;
- Implantação e divulgação do ECA
- Reformulação da educação; motivação de professores; transformação de educadores em grandes líderes;
- A educação desenvolveria um mapeamento da realidade social
- Verba para atividades sociais de interesse juvenil e para ampliação de programas sociais já existentes nas regiões;
- Incentivar a participação do jovem e da família.
- Desenvolver uma proposta de manutenção nas regiões centrais para o atendimento de CA que migraram das regiões periféricas;

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

- Mapeamento da distribuição de verbas;
- Desmistificação do FUMCAD; elaboração de projeto de lei municipal que obrigue um percentual anual dos impostos das empresas para o FUMCAD;
- Verba da prefeitura para os projetos de ações de inclusão social e protagonismo jovem;
- Garantia no orçamento de contemplação de regiões mais vulneráveis (ex: Cidade Tiradentes);
- Criar um conselho gestor, com garantia de controle social e participação do ministério público, para fiscalizar a aplicação dos recursos do FUMCAD.

Cidade Tiradentes – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

DESAFIOS:

- Maior divulgação do ECA;
- Investimentos básicos e atenção aos direitos fundamentais da criança e do adolescente;

PROPOSTAS

- Maior fiscalização e efetivação do ECA;
- Atuação efetiva do conselho tutelar;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS

- Educação e sociedade engajadas em politizar crianças e adolescentes para que eles possam exercer sua plena cidadania;
- Conhecer direitos e deveres e exigir do Estado que ele faça sua parte;

- Oferecer condições dignas de trabalho às famílias para que não haja a necessidade de crianças trabalharem;
- Estruturas sociais para uma qualificação do cidadão;

PROPOSTAS
- Fiscalização quanto à influência da mídia para o consumo de drogas;
- Fiscalização efetiva da lei que proíbe a venda de álcool para menores de 18 anos;
- Proporcionar ao jovem mais oportunidade de emprego;
- Construção de clínicas para dependentes químicos que possibilitem o acesso de comunidades mais carentes;
- Proporcionar mais empregos as famílias;
- Acompanhamento de agentes sociais às famílias;
- Orientar a população sobre a importância do uso de preservativos;
- Proporcionar ao jovem facilidade de acesso a espaços culturais;
- Solicitação de cursos profissionalizantes e ensino superior gratuitos às comunidades carentes;
- Construção de creches;
- Reivindicar estruturas e equipamentos de lazer e cultura que apóiem o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente;
- Construção de Bibliotecas, Centros e Culturais e Esportivos;
- Auxiliar e orientar a comunidade quanto à importância da convivência familiar e social;
- Reativação e construção de novos CDMs;
- Criação de CAPS (centro de apoio psico-social);
- Maior fiscalização sobre o uso de drogas;
- Criação de núcleos sócio-educativos;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:
- Educação como base da sociedade;

PROPOSTAS
- Divisão mais justa das verbas públicas;
- Investimento em emprego e infra-estrutura;
- Investir em educação, esporte e lazer;

Ermelino Matarazzo – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:
- Melhorar o acesso às redes de saúde;
- Melhorar o atendimento, diminuindo a espera;
- Melhoria da educação para fornecer subsídios para os alunos enfrentarem, de forma mais qualificada, o mercado de trabalho;

PROPOSTAS:
- Oportunidades iguais para concorrer no mercado de trabalho;
- Criação de mais núcleos sócio-educativos para a geração de renda para adolescentes que estão em busca de empregos;

- Mais informação nas escolas, sobre saúde (palestras, campanhas, etc.)
- Trabalhos sobre a sexualidade com as famílias, para que estas tratem do assunto com seus filhos desde a infância até a adolescência;
- Trabalhos de apoio e acompanhamento para adolescentes grávidas;
- Propostas para diminuir a gravidez na adolescência:
- Acompanhamento nas unidades de saúde das mães e das filhas grávidas;
- Mais programas de prevenção nas escolas e núcleos sócio-educativos;
- Distribuição de preservativos nas escolas;
- Maior acesso à médicos para que seja feita a prevenção;
- Fazer, nas escolas, trabalho de conscientização diferenciada, mais focada na limpeza urbana. Ex: não jogar lixo no chão, nos rios para que não provoque enchentes;
- Cobrar limpeza constante dos donos de terrenos baldios para que não haja proliferação de ratos e outros bichos nocivos à saúde;
- Incentivo ao esporte e lazer para que haja a conscientização da saúde corporal e também para que as crianças e jovens não fiquem nas ruas, podendo ser alvo de marginais;
- A natureza deve ser tratada com respeito, é importante que criemos mecanismos para proteção. Criar leis contra a poluição, pois esta destrói a natureza e nosso organismo;
- Criar espaços para falar sobre sexualidade e prevenção das DST/AIDS e de gravidez indesejada;
- Palestras contra discriminação;
- Mais segurança nas escolas, para a garantia do melhor aproveitamento dos estudantes em sala de aula;
- Contratação de mais médicos para a região;
- Contratar profissionais preparados, tanto na área da saúde como nas escolas, para trabalhar com os jovens sobre o tema sexualidade e prevenção de doenças e de gravidez;
- Reforma nas escolas;
- Mais trabalhos culturais para os alunos das escolas públicas;
- Apoio e aplicação dos núcleos sócio-educativos e técnicos;
- Que as escolas estaduais tenham os mesmos benefícios das escolas municipais;
- Mais escolas abertas para a comunidade;
- Oferta de cursos profissionalizantes;
- Casa de Cultura / Centro Cultural; cinema; espaço para: saraus de poesia, espetáculos de danças e músicas, apresentação teatrais; construção e funcionamento dos CÉUS;
- Construção dos prédios CDHU e mais mutirões;
- Centros esportivos com programação de muitas atividades esportivas (futebol/ vôlei/ basquete/ etc.); aulas de natação;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

Ermelino Matarazzo – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

- Criação de mais núcleos sócio-educativos para a geração de renda para adolescentes que estão em busca de empregos.
- Maior apoio aos núcleos sócio-educativos e técnicos.
- Ampliação das ofertas culturais com a criação de Casa de Cultura, Centro Cultural, exibição de filmes, criação de espaço para saraus de poesia, espetáculos teatrais, de dança e música. Mais trabalhos culturais para os alunos das escolas públicas;
- Que as escolas estaduais tenham os mesmos benefícios das escolas municipais;

- Incentivo ao esporte e lazer para que haja a conscientização da saúde corporal e também para que as crianças e jovens não fiquem nas ruas, podendo ser alvo de marginais;
- Mais escolas abertas para a comunidade;
- Mais informação nas escolas, sobre saúde (palestras, campanhas, etc.);
- Mais segurança nas escolas, para a garantia do melhor aproveitamento dos estudantes em sala de aula;
- Melhoria da educação para que os alunos estejam melhor preparados e concorrer com igualdade de chances de entrar no mercado de trabalho;
- Palestras sobre sexualidade e discriminação;
- Propostas para diminuir a gravidez na adolescência: acompanhamento nas Unidades de Saúde das mães e das filhas grávidas; mais programas de prevenção nas escolas e núcleos sócio-educativos; distribuição de preservativos nas escolas; maior acesso a médicos para que seja feita a prevenção. Contratação de profissionais preparados tanto na área da saúde como nas escolas para trabalhar com os jovens sobre o tema sexualidade e prevenção de doenças e de gravidez. Criar espaços para a discussão sobre sexualidade e prevenção. Trabalhos sobre a sexualidade com as famílias, para poderem tratar do assunto com seus filhos desde a infância até a adolescência. Trabalhos de apoio e acompanhamento para adolescentes grávidas;
- Ampliação dos centros de qualificação profissional preparatórios para o trabalho;
- Centros esportivos com programação de muitas atividades esportivas futebol, vôlei, basquete, natação etc;
- Construção e funcionamento dos CÉUs;
- Reforma nas escolas.
- Fazer um trabalho nas escolas, de conscientização diferenciada, mais focada na limpeza urbana. Ex: não jogar lixo no chão, nos rios para que não provoque enchentes;
- A natureza deve ser tratada com respeito. É importante que criemos mecanismos para proteção do meio ambiente. Criar leis que protejam a natureza e nosso organismo da poluição;
- Cobrar constantemente dos proprietários de terrenos baldios que estes limpem suas áreas para que não haja proliferação de ratos e outros bichos nocivos à saúde;
- Construção dos prédios CDHU e mais mutirões;
- Melhorar o acesso e o atendimento (muito demorado) da rede de saúde. Contratar mais médicos para a região.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

Freguesia do Ó / Brasilândia – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

- Ampliar, garantir e capacitar profissionais de instituições que recebem adolescentes em MSEs;
- Reordenar os programas de atendimento governamentais e não-governamentais de acordo com o SINASE, com avaliação dessas políticas ao longo do processo de implantação, particularmente atentando-se para aos projetos pedagógicos, de estruturação física e de recursos humanos e de formação continuada para os educadores;
- Continuidade do debate promovido pelo fórum regional DCA e o setor público, com seminários, palestras e etc, visando à formação continuada dos atores no sistema de garantias de direitos, que inclui o estudo crítico do SINASE;
- Concluir a municipalização das MSEs em meio aberto no município de São Paulo;
- As políticas sociais básicas de assistência social, especiais e de garantia devem ser efetivadas na forma da lei, a fim de que o SINASE tenha a sustentação da rede de políticas sociais para a sua efetividade;
- O Fórum Regional DCA deve promover um estudo crítico do SINASE em que seja avaliada as distâncias entre a realidade região da Brasilândia e da Freguesia do Ó em relação ao conteúdo do Sistema;

- Continuidade do debate promovido pelo fórum regional DCA e o setor público, com seminários, palestras e etc, visando à formação continuada dos atores no sistema de garantias de direitos, que inclui o estudo crítico do SINASE;
- Que o CMDCA, CONDECA e o CONANDA disponibilizem o material de discussão das próximas conferências num prazo adequado à profunda discussão dos temas. Neste ano, a complexidade do Plano e do SINASE exigiriam no mínimo uma antecedência de 6 (seis) em relação ao que foi encaminhado.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

- Garantir convênio entre o poder público e as empresas, de forma a inserir e capacitar os adolescentes no trabalho, por meio de estágio, de acordo com o ECA;
- O Estado e a sociedade devem assegurar por meio de políticas públicas integradas que a criança e o adolescente são prioridades absolutas;
- As políticas sociais básicas de assistência social, especiais e de garantia devem ser efetivadas na forma da lei, a fim de que o plano nacional de convivência familiar e comunitária tenha a sustentação da rede de políticas sociais para a sua efetividade;
- O fórum regional DCA deve promover um estudo crítico do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária em que seja avaliada as distâncias entre a realidade da região da Brasilândia e da Freguesia do Ó em relação ao conteúdo do Plano;
- Garantir que a participação de profissionais das entidades, das organizações públicas e da sociedade civil organizada seja considerada imprescindível e parte do trabalho para a formação e manutenção da rede de proteção integral;
- Maior atendimento das crianças e adolescentes, a fim de garantir o convívio familiar comunitário;
- Assegurar encontros periódicos entre os diversos conselhos de políticas públicas com a participação das crianças, adolescentes e famílias;
- Continuidade do debate promovido pelo fórum regional DCA e o setor público, com seminários, palestras e etc, visando à formação continuada dos atores no sistema de garantias de direitos, que inclui o estudo crítico do plano nacional de convivência familiar e comunitário;
- Garantir a aplicabilidade de direitos sociais às famílias e suas comunidades a partir da ampliação e divulgação dos espaços de participação do controle social;
- Promover a interface entre os conselhos gestores existentes das unidades básicas de saúde e o serviço da comunidade;
- Criação de espaço cultura, para que as crianças e adolescentes tenham oportunidade de praticar esporte e lazer de maneira geral;
- Que tenha paz nas comunidades, pois os polícias batem nos jovens, rasgam seus documentos;
- Criação de mais vagas nas escolas, sem discriminação do local de moradia, pois algumas escolas rejeitam alunos que moram em favelas;
- Ampliar o número de sala de aula na rede de ensino;
- As entidades devem repensar o projeto político-pedagógico, visando a ampliação da participação popular;
- Elaborar e implementar a formação continuada sobre a educação e direitos humanos a todos os profissionais que atuam com a família, criança e adolescente e os respectivos públicos;
- Assegurar equipes especializadas nas coordenadorias de educação para dar suporte as unidades educacionais;
- Assegurar a formação aos serviços em regime de abrigamento de acordo com o paradigma de doutrina da proteção integral e estabelecer prazos para o reordenamento desses programas;
- Efetivar as competências dos grêmios estudantis para motivar a participação dos estudantes nas instâncias públicas e sociais, escola, família e comunidade onde os mesmos sejam os principais agentes transformadores;

EIXO 3 –Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

- Garantir percentual do fundo da criança e adolescente para que possa ser utilizado pelos adolescentes, através das entidades e instituições, no que se refere à divulgação da mídia;
- Prestação de conta do FUMCAD, por parte do CMDCA-SP, pelo menos uma vez por ano, para que as entidades e a sociedade civil em geral saibam realmente o destino o dinheiro, ou seja para a transparência das despesas e avaliação da pertinência das mesmas face o quadro de vulnerabilidade social;
- Implantar o orçamento criança participativo que significa ser um conjunto de ações de governo, voltadas para a criança e para o adolescente com determinação de valor, bem como realizar um conjunto de atividades de audiências públicas para prestar conta sobre a execução desses orçamentos;
- Implantar um orçamento participativo do fundo municipal do direito da criança e do adolescente, visando democratizar a elaboração e o acompanhamento e a execução orçamentária do fundo municipal;
- Assegurar a discussão do orçamento das políticas básicas no Conselho dos direitos da criança e do adolescente.
- Ampliar o orçamento de instituições que recebem adolescentes em cumprimento de MSE, para que possam desenvolver cursos profissionalizantes;

Freguesia do Ó/ Brasilândia – Lúdica

Eixo 1- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS

- Mais discussões nas escolas e Comunidade quanto à redução da maioridade penal

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

PROPOSTAS

- Maior liberdade de expressão e espaços comunitários para as crianças
- Investigação e intervenção quanto à questão da exploração infantil
- Melhoria nas condições de vida
- Maior orientação quanto ao resgate de determinados valores necessários ao bom convívio social
- Maior respeito ao jovem e liberdade de expressão
- Mais ruas de Lazer
- Orientação nas Escolas e Comunidades com os seguintes Temas: “Diga não á Violência”
- “Sou careta, Drogas não”
- Maior concentração e divulgação de eventos direcionados às crianças e adolescentes;
- Criação de espaços de orientação nas escolas e comunidades quanto aos direitos das crianças e adolescentes;
- Projetos que incentivem crianças, adolescentes e jovens a saírem das ruas
- Maior qualidade no atendimento à saúde pública;
- Incentivo ao desarmamento e ao combate às drogas;
- Construção de espaços de informática com cursos gratuítos;
- Aumento no contingente de professores qualificados e concursados;
- Implementação de programas contra as drogas;
- Mais oportunidades quanto ao ensino profissionalizante e introdução no mercado de trabalho;
- Maior qualidade e efetivação da educação;
- Foco da educação direcionado ao futuro;
- Maior divulgação e implementação do ECA nas escolas e na comunidade;
- Maior concentração e divulgação de eventos direcionados às crianças e adolescentes;
- Implementação concreta do programa de 1º emprego para os jovens;

- Participação dos adolescentes na gestão de Serviços destinados a eles.
- Maior atenção quanto à organização e limpeza das escolas;
- Todos devem ter o direito de ser delegado nas conferência, inclusive crianças menores de 12 anos;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos.

PROPOSTAS

- Maior atenção do poder público ao problema da falta de moradia;
- Maior investimento e atenção ao esporte, à cultura, à educação e à saúde;
- Investimento na estrutura social, tal como: praças, calçadas e quadras;
- Maior direcionamento de verbas às escolas públicas para manutenção de equipamentos e compras de materiais pedagógicos;
- Maior direcionamento de verbas ao transporte público;
- Investimento em campanhas contra a fome e em prol da paz;
- Maior investimento em saneamento básico;

Guaianases/Lageado – Convencional

Eixo 1- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

- Criação da Rede em caráter deliberativo (Vara da Infância, Conselhos Tutelares,
- Delegacias, Ministério Publico,Entidades, Educação, Saúde, SAS e Fundação Casa).
- Criação de Centro de Juventude, com trabalho de inserção produtiva, capacitação
- profissional e atividades de Esportiva, Cultural e Lazer.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

- CAPS Infantil e Álcool e Droga;
- Criar serviços especializados de prevenção e atendimento a vítimas de violência doméstica
- Fortalecimento do Ação Família (programa);
- Campanha de Conscientização sobre o ECA, bem como ampla divulgação;
- Atuação do Estado frente a ampliação e qualificação nos serviços básicos e nas políticas públicas;
- Capacitação dos profissionais da educação, saúde, segurança, entidades entre outros, para prevenir, identificar e notificar os casos de violência doméstica;

EIXO 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de Direitos

- Retorno do Orçamento Paticipativo;
- Orientação da população sobre o Orçamento;
- Prestação de contas do Orçamento da Criança e do Adolescente de cada região.

Guaianases/Lageado – Lúdica

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

- Construção de áreas de lazer e de um clube de lazer na região;
- Implantação de uma casa de cultura na região;
- Aumento da oferta de vagas em todos os níveis e modalidades educacionais: da Creche à educação profissional (com ênfase aos jovens de 16 a 21 anos).
- Melhoria das condições de ensino com a qualificação dos professores e funcionários para a conscientização dos alunos; distribuição de material didático para todos;

- melhoria das condições materiais das escolas com a construção de telecentros e implantação de oficinas de cultura
- Implantação de um clube poliesportivo com a contratação de profissionais capacitados e cursos diversificados: natação, boxe, judô, vôlei, hadebol,
- campeonato de artes marciais. Promoção de campeonatos;
- Melhoria do atendimento à saúde, com a construção de mais hospitais e outros equipamentos de saúde. Implantação de clínicas especializadas no atendimento de crianças e jovens, inclusive os que têm necessidades especiais; atendimento psicológico (com a contratação de pelo menos um psicólogo por posto de saúde) que atenda crianças e adolescentes. Contratação de dentistas.
- Qualificação das equipes médicas e de outros funcionários para bom atendimento à população, inclusive de pessoas com necessidades especiais, idosos e gestantes.
- Melhor distribuição de medicamentos.
- Capacitação dos policiais da região sobre o ECA – Lei 8069/90.
- Ampliar o debate sobre segurança na escola
- Mais segurança com a contratação de mais policiais
- Mais segurança nas escolas
- Implantação de projeto de curto, médio e longo prazo para a construção da rede entre a autoridade policial e os habitantes
- Mais habitação e saneamento básico
- Implantação de projeto Limpeza Urbana

EIXO 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de Direitos

- Participação da criança e do adolescente bem como de toda população na elaboração do orçamento

Ipiranga – Convencional

EIXO 1 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

PROPOSTAS:

- Municipalização das MSEs. (Revendo essas medidas com espaços e educação, inclusive com pessoas capacitadas numa visão de responsabilização e não a preventiva simplesmente, com a efetivação atuação de psicólogos nas instituições sociais)
- Política Pública de defesa e proteção das crianças e adolescentes e para a juventude; que garanta o cumprimento do ECA em sua integridade, implantação de proteção básica e de proteção especial, abrindo um espaço (clinica) especializada para tratamento de álcool e outras drogas na região;

EIXO 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS:

- Melhoria do ensino público, de forma que contemple a aquisição de conteúdos por parte dos alunos, assim como o seu papel de inclusão e exercício da cidadania;
- Melhoria no sistema de saúde pública;

PROPOSTAS

- Criação de programas de esclarecimento e/ou orientação as famílias sobre problemas gerais que colocam em risco a qualidade de vida da comunidade;
- Desenvolver programas de orientação às famílias de forma sistemática através de núcleos comunitários, inclusive em escolas;
- Instituir Ética e Cidadania como parte do currículo escolar de ensino fundamental;

- Que a comunidade e as escolas incorporem a Justiça Restaurativa como forma de resolver os conflitos na prática do diálogo;
- A construção de projetos de moradia, em que seja contemplada e respeitada a lei ambiental;
- Descriminalização dos usuários de drogas;
- Garantir a formação continuada de professores com grupos interdisciplinares para capacitação de educadores sociais de maneira a diminuir as relações desiguais intra-escolares. Esta capacitação tem que ser pensada com os pais, alunos, comunidade organizada;
- Adequar espaços físicos para inclusão das crianças e adolescentes;
- Haver formação de educadores para trabalhar com a população;
- Adoção de Políticas Públicas para promoção de espaços de discussão sobre os municípios de fronteira que ferem a universalização dos direitos;
- Chamar a sociedade civil para rediscutir e repensar o sistema educacional em fóruns de políticas públicas com cursos de educação social gratuitos para todos os educadores;
- Que as escolas incluam efetivamente na grade curricular, temas e conteúdos que propiciem reflexões sobre cidadania e a luta por direitos;
- Manter grupo interdisciplinar para atender o aluno na escola, levando em consideração a construção social das psicopatologias;
- Que os bens apreendidos dos traficantes sejam revertidos para projetos que atendem crianças e adolescentes;
- Discussão aprofundada nas escolas sobre Educação Ambiental.
- Criação de um CONSELHO TUTELAR com atendimento específico às demandas provenientes do distrito do Sacomã;
- Decreto-Lei para alunos discutirem o ECA em fóruns permanentes de educação;
- Construção e estruturação de Hospital Infantil na Região do Ipiranga;
- Centro de referência regional para atendimento aos portadores de necessidades especiais e sua família;
- Equipamento regional multidisciplinar para atendimento aos usuários de drogas (crianças e adolescentes);
- Realização de obras para a melhoria do saneamento básico da região;

EIXO 3 - Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

PROPOSTAS:

- Direcionar orçamentos e políticas públicas para pessoa /profissional que promovam trabalhos voltados ‘à educação, ao esporte e ao lazer com integração entre as escolas e os municípios;
- Que o valor equivalente aos juros do pagamento da dívida externa brasileira seja revertido para a educação;

Ipiranga – Lúdica

Eixo 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS:

- Melhoria no sistema de saúde pública;
- Melhorar a qualidade do ensino público.

PROPOSTAS:

- Criação de campanhas de conscientização contra o uso de drogas e bebidas alcoólicas;
- Capacitação dos professores da rede pública para tratarem de temas como o consumo de drogas e de álcool;
- Melhorar a comunicação entre a direção das escolas e os alunos e os grêmios estudantis;
- Utilização do espaço físico da escola pelos alunos e pela comunidade;
- Aumento do policiamento nas ruas;

- Criação de espaços de discussão e palestras nas escolas, centros de saúde e centros comunitários sobre gravidez, aborto, DST´s, enfim, sobre sexualidade;
- Estabelecimento na escola e na família, de relações baseadas no diálogo, respeito e educação;
- Criação de programas sociais que acabem com a desigualdade social.
- Contratação de dentistas, pediatras, ginecologistas capacitados para trabalharem nos postos de saúde;
- Construção de novas escolas;
- Contratação e capacitação de professores para a rede pública;
- Construção de parques, praças e espaços culturais;
- Criação de novos de cursos profissionalizantes gratuitos;
- Construção de mais hospitais.
- Implantação da coleta seletiva de lixo;
- Criação de campanhas de combate à poluição e pela preservação ambiental;
- Distribuição de sementes de árvores para a população;
- Organização de mutirões de limpeza na comunidade.

Eixo 3 - - Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

PROPOSTAS:

- Organização da sociedade para reivindicar seus direitos;
- Mais recursos para a compra de livros didáticos;

Itaim Paulista – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

- Criar um programa promovendo a desinternalização dos adolescentes da Fundação CASA, aumentando as MSEs em meio aberto;
- Ação local para combater as propostas de redução da maioridade penal;
- Viabilizar uma política de integração dos trabalhos Fundação CASA + CONSELHO TUTELAR.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

- Realização de um seminário ou fórum na região, envolvendo educadores (de rede estadual/ municipal), autoridades na área da educação, Sociedade Civil, Conselho Tutelar, sobre a qualidade de ensino;
- Criar um programa de apoio com estágio para ajudar no ensino fundamental aos alunos com dificuldade de aprendizagem;
- Escola Técnica Profissionalizante para adolescente;
- Uma ação da comunidade, para inserir os portadores de necessidades especiais nos espaços públicos (cinemas, shopping, teatro, etc.), com rampas, escadas especiais, elevadores, apropriados aos mesmos;
- Contratar profissionais especializados ao atendimento ao adolescente: hebiatra, psiquiatra, psicólogos;
- Que as entidades locais, possam ter prioridade na utilização dos espaços de lazer/ esporte/ cultura;
- Campanha efetiva para o fortalecimento dos Conselhos de Escola, acompanhada pelo Fórum Regional;
- Casas de Recuperação, Creches, Casas de Cultura e lazer em Curuçá, no terreno do Parque Santa Rita e inclusão de crianças e adolescentes com necessidades especiais (com currículo próprio e professores especializados);
- Possibilidade de realizar as reuniões escolares no CEU, com pais nos finais de semana;

- Contratação de jovens para serem agentes de saúde, multiplicadores junto às escolas;
- Políticas públicas, aplicadas às pessoas que moram em situação de risco;
- Ampliação do número de salas de aula, monitoramento nos estabelecimentos oficiais de ensino para garantir a qualidade principalmente para as crianças e adolescentes com dificuldade de aprendizagem;
- Derrubar a atual forma de aprovação nas escolas (aprovação automárica).
- Implantação da Casa de Acolhida na região do Itaim/ Curuçá nos mesmos moldes da Casa Aldeia S.O.S. de Poá;
- Criação do Conselho Tutelar de Curuçá, separado de São Miguel;
- Criação de novos núcleos Sócio - Educativos com atividades profissionalizantes para adolescentes;
- Creche noturna para mães que trabalham à noite;
- Criação dos equipamentos de Saúde (Posto de Saúde, PSs, Hospitais, etc.), conforme proposta já aprovada em 2005, e equipar melhor e contratar médicos e demais especialistas para os equipamentos que já existem;
- Promover um seminário para trocar experiências na efetivação das políticas públicas desenvolvidas pelos 31 Conselhos Gestores Municipais;
- Habitação: que se cumpra o Decreto Social, quando um prefeito assina, haja a continuidade pelo sucessor. Exemplo: Terreno Itajubi;
- Fortalecer a proposta tirada da conferência Lúdica (19/05/07): que a proporção dos delegados adolescentes seja igual aos delegados adultos e que 5% de todas as vagas para delegados sejam asseguradas para adolescentes portadores de necessidades especiais; nos quatro âmbitos (regional/ municipal/ estadual e nacional) e com acompanhantes.

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

- Aumentar o orçamento para esporte na região;
- Criar um fundo (Conselho/ Fórum) para a divulgação do ECA, nas escolas e comunidade.
- Aumentar a verba dos Núcleos Socioeducativos principalmente com relação à alimentação;

Itaim Paulista – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento sócio-educativo.

PROPOSTAS:

- Ampliar as oportunidades de trabalho destinado a qualquer adolescente sem discriminação com relação aos que cumprem MSEs.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS:

- Adoção de tratamento sem qualquer forma de discriminação em relação às crianças no espaço escolar e fora dele;
- Convivência mais adequada com a família, no que diz respeito à atenção, cuidados e prevenção que possibilite a autonomia da criança na sociedade.

PROPOSTAS:

- Políticas públicas atentas à questão do lazer, visando uma melhor qualidade de vida e, como conseqüência, melhore relações familiares;
- Organização de palestras e discussões que possibilitem o entendimento da mudança dos paradigmas familiares: inversão de papeis sociais, devido às transformações socioeconômicas e culturais;
- Programas de capacitação de professores que os prepare também para lidar com situações específicas, como a inclusão e a diversidade, entre outras.

- Tratamento diferenciado para aos alunos do período noturno, no que diz respeito a alimentação e empenho dos educadores;
- Algum tipo de fiscalização, para evitar o ingresso de armas, bebidas e drogas nas escolas;
- Que o Conselho Tutelar atue junto aos educadores e estudantes não como forma de amedrontar ambas as partes.
- Ampliação e criação de espaços sócio-culturais para possibilitar a mediação entre a ação cidadã e a comunidade.
- Construção de Postos de saúde e atendimento diferenciado que possam atender as crianças e adolescente, em suas necessidades básicas, como sexualidade, desnutrição, violência e drogas.
- Contratação de hebiatras para trabalhar nos postos de saúde;
- Fornecimento de merenda escolar adequada;
- Divulgação de eventos culturais e de lazer;
- Ativar o programa Família na Escola;
- Abertura de casa de cultura e quadras esportivas;
- Inserção adequada dos Portadores de Necessidades Especiais, nas escolas regulares;
- Construção de mais telecentros, cinemas e teatros, com preços acessíveis à comunidade;
- Policiamento na escola permanente;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Maior preocupação com a saúde pública, tendo em vista a qualidade de vida.
- Maio investimento em eventos culturais;
- Maior investimento na manutenção e limpeza das escolas;

Itaquera – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

PROPOSTAS:

- Criação de centros de apoio regionalizados às famílias;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

PROPOSTAS:

- Fortalecimento dos Conselhos Tutelares.
- Educação permanente e capacitação para os educadores, principalmente professores da rede municipal e estadual de educação dentro dos períodos em que estes estão trabalhando, no intuito de promover a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais;
- Implantar equipe multidisciplinar (assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional, psicopedagogo entre outros) para trabalhar junto às equipes de professores e funcionários das escolas priorizando a educação, atenção e socialização dos alunos com deficiência no intuito de diminuir preconceito e discriminação pela sociedade;
- Desenvolver ações junto à mídia que favoreçam a inclusão de pessoas com deficiência, ressaltando a realidade das mesmas;
- Melhoria e ampliação dos transportes para pessoas com deficiência se locomoverem para a escola e serviços de saúde. Ressalta-se a necessidade de melhoria no atendimento e nas orientações dadas nos serviços já existentes;
- Ampliar e integrar os serviços que oferecem lazer e cultura para pessoas com deficiência na região de Itaquera, portanto ampliar a quantidade de profissionais na área (oficineiros, saúde, educação entre outros);

- Conscientização do poder público para a redução da burocracia na lei da inclusão, reorganizando o currículo para a inclusão social e incluindo estratégias da Secretaria de Educação e da Saúde;
- Inclusão na grade curricular de formação de professores e educadores de conteúdos específicos para pessoas com deficiência.
- Criação de espaços públicos culturais e esportivos (ex. CEU);
- Capacitação para profissionais que atuem nas áreas da infância e juventude (saúde e educação);
- Criação de clínicas e ambulatórios para atendimento de usuários de drogas e outros;
- Construção de escolas e centros profissionalizantes;
- Incentivar e fiscalizar a implementação da lei do aprendiz;
- Divulgação efetiva na mídia escrita e falada das formas de participação da sociedade em momentos como desta conferência, que é um exemplo de exercício de cidadania.
- Garantir a estrutura necessária ao funcionamento dos conselhos tutelares;
- Garantir a formulação de políticas públicas necessárias aos encaminhamentos do conselho tutelar.
- Criar mais espaços para levar as propostas e projetos no governo municipal;
- Valorizar os oficineiros da região, que trabalham com cultura, pequenos espaços e sem recursos;
- Facilitar e proporcionar a elaboração de políticas públicas juntamente com a sociedade civil;
- Construir a proposta da participação popular;
- A falta de integração entre governo e sociedade civil, mais transparência das verbas públicas, implementação das políticas locais;
- Uma sociedade ativamente participante da formulação das políticas públicas;
- Exigir o cumprimento do Artigo I 82/83 que garante a participação popular, no entanto os governos não cumprem com as normas jurídicas e formulam as políticas sem a participação da sociedade civil;
- É necessário o fortalecimento dos Fóruns Locais da sociedade civil;
- Campanha para conscientização e sensibilização com a divulgação de mapeamento das demandas e de assistência social;
- Relação das atividades, com seminários que envolvam pessoas físicas e jurídicas desmistificando que só entidades grandes precisam de apoio;
- Propor mais programas na área social, com mais oportunidades para os jovens;
- Integrar família, escola e Conselho Tutelar para esclarecer os objetivos do Conselho Tutelar, que é o de parceiro e não inimigo do jovem.

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

DESAFIOS:

- Organização de uma grande campanha de esclarecimento à sociedade e aos potenciais doadores para maior arrecadação do Fundo.

PROPOSTAS:

- Desburocratizar os mecanismos de doação para que pessoas físicas possam contribuir com o fundo;
- Divulgar o diagnóstico da criança na cidade de São Paulo para que seja feita a proteção da criança e do adolescente;
- Divulgação do plano de ação de proteção integral da criança e do adolescente.
- Ter espaço mensal de acompanhamento do orçamento, para que a sociedade acompanhe as ações governamentais;
- As pequenas entidades devem ser reconhecidas, e que tenham participação nos recursos públicos e nos projetos;
- Divulgar entidades de pequeno porte através de eventos patrocinados pelo poder público incentivando doações, através do FUMCAD;

- Aumentar o orçamento da assistência social;
- Cobrar a prestação de contas públicas, através de jornais de grande circulação e da rede on-line;
- Divulgar as propostas da terceira conferência nos jornais locais;
- Fazer divulgação do Fórum, junto às empresas locais para arrecadar fundos e produzir panfletos informativos, incentivando a participação popular;
- O Conselho Tutelar trabalhar junto com o Fórum Regional de Itaquera para divulgar o Conselho Tutelar e comunicar a falta de recursos da qual padece;
- A sociedade civil exigir que o governo dê visibilidade dos recursos aplicados nas secretarias;

Itaquera – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento sócio-educativo.

DESAFIOS:
- Ampliar as reflexões quanto à redução da maioridade penal, tendo como foco a efetivação as MSEs;
- Extensão das discussões sobre os diferentes tipos de violência, suas causas e efeitos.

PROPOSTAS:
- MSEs de privação de liberdade em espaços educacionais adequados;
- Efetivação do artigo 123, do ECA;
- Ter como ação efetiva o artigo 119, do ECA;
- Promover uma orientação familiar mais sólida;
- Organização de grupos que acolham os adolescentes em conflito com a lei para trabalhos comunitários;
- Implementar programas de convivência familiar e comunitária

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:
- Mediar reflexões sobre a igualdade social e a necessidade de compreensão por parte dos pais quanto ao tempo e disponibilidade de convivência com seus filhos;
- Extensão das discussões sobre os diferentes tipos de violência, suas causas e efeitos;
- Ampliação e criação de espaços sócio-culturais para possibilitar a mediação entre a ação cidadã e a comunidade;
- Possibilitar o acesso à linguagem da arte à criança como direito.
- Ampliação e criação de espaços sócio-culturais para possibilitar a mediação entre a ação cidadã e a comunidade.
- Conscientização por meio de palestras e trabalhos nos centros comunitários e no espaço escolar, com questões transversais que possibilitem uma reflexão quanto aos problemas e possíveis soluções relacionadas ao tema.
- A atividade física e lazer diário como facilitadora da qualidade de vida e mediador da não violência, na comunidade.
- Extensão das discussões sobre os diferentes tipos de violência, suas causas e efeitos.

PROPOSTAS:
- Estabelecer uma prática de convivência familiar baseada no respeito, diálogo, afeto e na igualdade;
- Manter um constante processo de esclarecimento e orientação junto às crianças e adolescentes a respeito da sexualidade;
- Que a arte seja uma forma de expressão e comunicação efetiva nas escolas e na sociedade;

- Esclarecer às crianças e adolescentes sobre os diferentes tipos de violência, principalmente as veladas;
- Elaborar programas direcionados ao combate ao uso de drogas;
- Promover ampla discussão sobre a legalização do aborto;
- Conscientizar as crianças para não jogarem lixo na rua;
- Que haja mais incentivo à arte nas escolas;
- Que as crianças tenham seus direitos respeitados e, não sejam obrigadas a fazerem o que não gostam;
- Contratação hebiatras para os centros de saúde;
- Fornecimento de merenda escolar adequada;
- Criação e aproveitamento dos diversos espaços na escola (laboratório de química, física, entre outros);
- Organização e divulgação de eventos culturais e de lazer;
- Proporcionar a participação dos alunos nos eventos de cultura e lazer na região;
- Ativar o Programa Escola da Família;
- Criação de novos cursos técnicos profissionalizantes gratuitos;
- Que a arte seja uma forma de expressão e comunicação efetiva nas escolas e na sociedade;
- Escolas e outros espaços que devam ampliar as propostas de recreação e oficinas culturais;
- Espaços adequados às respectivas práticas esportivas e de lazer, com a segurança necessária;
- Melhoria no sistema de transporte público;
- Resgate das brincadeiras de rua em espaços adequados, que possibilitem as mesmas;
- Contratação de professores qualificados e com remuneração adequada;
- Abrir fóruns de discussão sobre violência sexual e doméstica;
- Estabelecer discussões no espaço escolar sobre a importância da cultura de paz;
- Elucidar o que é inclusão;
- Implantação de algum tipo de fiscalização, quanto à revista dos alunos, para evitar armas, bebidas e drogas nas escolas;
- Plantar mais árvores;
- Implantação da coleta seletiva;
- Criar sistemas de purificação do ar;
- Limpar rios para prevenir enchentes;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Investimento em eventos culturais;

Jabaquara – Convencional

Eixo 1 – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE) como marco regulatório ao atendimento sócio-educativo.

PROPOSTAS

- Criar delegacia especializada para criança e adolescente.
- Implantação do Centro de Defesa da Criança e Adolescente (CEDECA).
- Implementar políticas públicas de Educação, Saúde e Assistência Social a fim de evitar a necessidade de Sistema de Execução de Medidas Sócio-Educativas.
- Criar Rede de Atendimento e os serviços necessários.
- Estruturar as Delegacias de Polícia para receber o adolescente infrator para ser recebido adequadamente conforme o ECA com assistente social, autoridade da área da infância, autoridade jurídica.
- Implantar a Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente para que sirva como apoio “matriz”.

Eixo 3 – Plano Nacional de Convivência Família e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

PROPOSTAS

- Articular as políticas públicas de saúde com outros setores.
- O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária deve seguir, no município, o PROASF (Programa de Apoio Sócio-Familiar).
- Aproximação dos profissionais de saúde dos equipamentos de educação e vive-versa.
- Implementação de oficinas com as famílias (orientação de higiene, alimentação, sexualidade).
- Incentivar a criação e participar de uma rede efetiva de proteção social e desenvolvimento local.
- Levantamento de demanda real das crianças e adolescentes em idade escolar.
- Redução de classes com 50 alunos.
- Comunidade tem de participar do Conselho de Escola.
- Implementação de espaços nas escolas que tenham atividades de cultura, esporte e lazer.
- Prevenção de drogas nas escolas.
- Criar e implantar a semana do ECA. Para que sirva de forma ampliada às Conferências, exigibilidade dos direitos.
- Trabalhar dimensões sobre valores humanos na escola.
- Melhorar remuneração e formação dos professores.
- Diretores escolhidos nas comunidades
- Escola tem de apoiar outros equipamentos públicos. Equipamentos dentro da escola.
- Envolvimento dos pais no processo de ensino-aprendizagem.
- Implementação de planejamento familiar num amplo processo de conscientização.
- Comunicação entre as unidades escolares.
- O governo municipal deve agilizar todos os meios para facilitar todos os meios de comunicação entre Estado e População.
- Implantação de Centros de Apoio à Família em situação de risco.
- Ampliar o número de Núcleos Sócio-Educativos.
- Incentivar programa de Primeiro Emprego.
- Garantir estrutura para funcionamento pleno do Conselho Tutelar para aplicação da Declaração dos Direitos da Criança.
- Eleição do conselho tutelar com urna eletrônica e postos de votação de origem ou com cadastramento prévio.
- Criação da Comissão Intersetorial envolvendo secretarias de governo, instituições públicas e particulares para encaminhamentos.

Jabaquara – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

- Não pode haver redução da maioridade penal;
- Divulgação de programas sociais;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS

- Formação de Grêmio para apoio a escola e comunidade;

PROPOSTAS

- Melhorar a oportunidade de emprego para os jovens – criação de estágios;
- Acompanhamento psicológico para adolescentes e famílias durante o pré-natal;

- Campanhas de sensibilização com os líderes comunitários, professores, técnicos dos postos de saúde sobre o tema: gravidez na adolescência;
- Campanhas publicitárias sobre a prevenção da gravidez na adolescência, contraceptivos;
- Criação de pontos de apoio para vítimas de violência;
- Palestras em ONGS, instituições religiosas, escolas, abrangendo o tema violência, inclusive com parcerias com universidades e iniciativa privada;
- Aumentar o salário dos trabalhadores;
- Mais Escolas da Família;
- Formar um Grêmio na EMEF Marina Vieira de C. Mesquita com o intuito de formar uma nova força na escola e na comunidade;
- Melhorar o atendimento público do Hospital Sabóia e criar novos hospitais públicos. Melhorar atendimento nos postos de saúde: mais remédios, médicos e agentes comunitários;
- Cria áreas de lazer nos bairros– parques; pista de atletismo; reformar campos e quadras; cobertura na piscina
- Mais policiamento nas ruas,
- Melhorar asfalto, a iluminação e a limpeza das ruas e calçadas;
- Mais ônibus e com passagens mais baratas;
- Cursos para jovens;
- Melhorar e ampliar as escolas nos bairros; arrumar as escolas que já existem; professores mais qualificados nas salas de aula; implantar biblioteca nas escolas; implantar salas de informática em todas as escolas; melhorar a limpeza, a segurança e a distribuição de material didático nas escolas;
- Ampliação de Espaços Culturais existentes e criação de novos; centro de esporte, cultura e lazer em Americanópolis; Centro Comunitário e cultural na Vila Clara; Centro Cultural no Jd. Lurdes;
- Enfermagem nas escolas;
- Fazer o saneamento básico da região;
- A Corregedoria da Polícia precisa ser mais ativa;
- Mais atividades e divulgação na ASS Americanópolis.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

Lapa – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS:

- Elaboração, por uma comissão específica, de um Plano de Ação para reintegração do adolescente que envolva educadores comprometidos e família. O Plano deve ter um planejamento, avaliação em conjunto e oficinas alternativas e não impositivas. Espera-se a reintegração do adolescente com acompanhamento, parcerias e oportunidades.
- Prevenir antes de punir. Os adolescentes em liberdade assistida devem contar com palestras e orientações sobre direitos e deveres;

Eixo 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

PROPOSTAS:

- Apoio dentro das escolas e entidades educativas para que se conheça melhor a família de crianças e adolescentes;
- Existência de recursos e serviços que resgatem a vinda das famílias dentro das instituições educativas;

- Criação de novas políticas públicas que cheguem às periferias e que levem a família para dentro das instituições sócio-educativas. Que estas instituições possam contar com profissionais de várias áreas de trabalho.
- Conscientização da população sobre seus direitos e deveres, não somente do ECA como da Constituição Federal do Brasil.
- Visitas domiciliares e ações de agentes comunitários;
- Melhora nos serviços educativo-sociais já existentes e aumento da oferta de serviços para absorver a grande demanda populacional excluída;
- Criação de salas de escuta que seriam locais com profissionais especializados para acolhimento da família, crianças e adolescentes.
- Maior fiscalização e cumprimento da lei que obriga as empresas, com determinado número de funcionários, a terem creche ou pagarem certo valor da mensalidade da creche para os filhos de seus funcionários.
- Criação de comunidades cooperativas que gerem sua própria renda.
- Na medida do possível, o afastamento do agressor da família e não a criança agredida.
- Melhor articulação e comunicação das entidades e da rede de atendimento às crianças já existentes.
- Atendimento psicológico e psiquiátrico às famílias, crianças e adolescentes;
- Prevenção da violência doméstica nas comunidades através de oficinas;
- Colocar as famílias que queiram adotar crianças ou adolescente em contato prévio com as mesmas por cerca de dois meses e avaliar a relação desta família com o grupo antes de definir a adoção;
- Apropriação dos espaços públicos pela comunidade.
- Ampliação da autonomia da criança e do adolescente que estão abrigados;
- Atendimento diferenciado em relação à faixa-etária das crianças abrigadas;
- Aumento do número de educadores dentro dos abrigos;
- Capacitação dos profissionais que trabalham em abrigos a fim de possibilitá-los a trabalharem e respeitarem as diversidades sexuais e religiosas;
- Transparência na fiscalização dos abrigos pelo poder público: Conselho Tutelar, juiz, promotor de justiça e técnicas das SAS;
- Estruturar o trabalho em rede;
- Crianças e adolescentes abrigados interagirem com a comunidade e terem acesso ao lazer, esporte e cultura;
- A existência de uma política de convênio de acordo com o PNAS (Plano Nacional de Assistência Social);
- Acompanhamento periódico e sistemático das famílias por meio de programas e órgãos: o abrigo, Conselho Tutelar, o CRAS, o CREAS e PAIF;
- Garantir atendimento psico-social às famílias;
- Mapeamento das necessidades da região da Lapa para conhecer os pontos de maior vulnerabilidade;
- Articulação e fortalecimento da rede de serviço de proteção;
- Rearticulação dos fóruns regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Inserção nos programas de geração de renda já existentes (bolsa-família, ação jovem, PETI, renda cidadã) considerando a situação.
- Agilizar a implantação do Programa Família Acolhedora;
- Manutenção do serviço de proteção jurídico social;
- Garantir a formação acadêmica dos funcionários e educadores dos Núcleos Sócio-Educativos;
- Atendimento em horário integral de um serviço para crianças com idade entre quatro e seis anos;
- Ampliação dos Núcleos Sócio-Educativos;
- Trabalhar, nos Núcleos Sócio-Educativos, com separação por faixa-etária. De seis a nove anos, contar com no mínimo um auxiliar e um educador. Acima de nove anos ter no máximo vinte adolescentes por educador;

- Capacitação de Recursos Humanos e a existência de local ideal para desenvolvimento do trabalho educativo.
- Cobranças para que haja qualidade no trabalho prestado por entidades. Tal trabalho deve levar em conta as diferenças (sociais, raciais entre outras);
- Melhor organização do trabalho dos Núcleos Sócio-educativos: verificar se horários estão suficientes. Devem existir planejamento e método de avaliação;
- Parcerias com os Núcleos Sócio-Educativos, investimento em políticas públicas, com a presença do governo, para a existência de uma estrutura familiar e educativa necessária à formação de melhores adolescentes.

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

PROPOSTAS:

- Efetivação da ação intersecretarial;
- Conscientização, criação e participação dos grêmios estudantis no controle das verbas públicas;
- Garantir a publicidade dos gastos em cada pasta de subprefeitura;
- Garantir a dotação orçamentária para a implantação de Núcleos Sócio-Educativos III e IV;
- Viabilizar o Plano Municipal de Educação;
- Atualizar a Planilha de Custeio com valores adequados para os serviços da Assistência Social;
- Piso salarial dos educadores em quatro salários mínimos;
- Dotar verbas para projetos de ações afirmativas da cultura afro-brasileira em Núcleo Sócio-Educativos e escolas;
- Ampliação das verbas para alimentação nos Núcleos Sócio-Educativos;
- Aumento de verbas nas pastas de cultura, habitação, saúde educação;
- Dotação específica para contratação de oficineiros para os Núcleos Sócio-Educativos.

Lapa – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

- Capacitação do adolescente em conflito com a lei;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Colocar e manter as crianças nas escolas.
- Evitar que haja discriminação do professor em relação aos alunos;
- Fazer com que programas como a “bolsa família” cheguem a quem necessita.
- Ensino médio avançado;
- Diminuição do número de alunos nas salas de aula;
- Melhoria de qualidade de serviços, em geral, nas escolas;
- Garantia de emprego para todos;
- Garantia de médicos e medicamentos;
- Garantia de espaços para a prática do esporte;
- Garantia de que os impostos pagos pelo povo cheguem até as escolas, à saúde, à habitação, ao lazer e à cultura;
- Garantia de funcionários nas escolas públicas e nas ongs;
- Garantia de segurança nas escolas;
- Combate à desigualdade social;
- Acesso à faculdade gratuita;
- Acesso ao controle da verba das escolas;

- Cursos de aperfeiçoamento ao educador;
- Combate à desigualdade entre escolas estaduais e particulares, relacionado aos recursos didáticos;
- Ministrar aulas mais dinâmicas e com abordagem didática mais moderna;
- Garantir a higiene no preparo dos alimentos;
- Evitar falta de funcionários nas escolas;
- Manutenção de parques e praças, que se encontram sujos e em péssimo estado.

PROPOSTAS:

- Colocar, nas escolas, elevadores para os deficientes;
- Solicitar a utilização de escolas como espaço para lazer, esporte e cultura;
- Facilitar o acesso a salas de informática, bibliotecas e brinquedotecas;
- Facilitar o acesso dos alunos a parques, teatros e estádios.
- Proporcionar união da escola com a comunidade, para mutirões de limpeza e conservação do local;
- Propor reuniões de pais junto com os alunos, para que definam um plano de ação para os problemas apresentados;
- Propor menos horas de trabalho para possibilitar o convívio com a família;
- Propor a efetivação de leis que obriguem os pais assumirem a criação de seus filhos;
- Propor apoio psicológico para as famílias;
- Propor reuniões com a comunidade para definir necessidades;
- Criar projetos na comunidade, que possibilitem a organização e respeito mútuo;
- Criação de núcleos com salas de informática e professores, para o atendimento de alunos de até dezesseis anos;
- Melhoria da estrutura das escolas;
- Aumento do número de salas de aula;
- Melhorias de infra-estrutura nos bairros, como, por exemplo, colocação de asfalto;
- Aumento do número de faculdades públicas;
- Aumento de livros nas bibliotecas;
- Melhoria da alimentação escolar e garantia de refeição todos os dias, com a contratação de merendeiras especializadas;
- Melhoria da higiene das escolas;
- Distribuição de material escolar;
- Doação de uniformes escolares àqueles que não podem pagar;
- Melhoria de equipamentos;
- Melhoria na qualidade do ensino, com professores mais qualificados;
- Fiscalização, para garantir que a merenda chegue à escola;
- Melhoria do nível dos professores (devem ser mais capacitados);
- Solicitação de verba extra para passeios externos;
- Melhoria de mobília e materiais das salas de aula;
- Ampliação das escolas da rede pública;
- Reabertura das escolas aos finais de semana;
- Melhoria dos salários de funcionários públicos;
- Abertura de cursos profissionalizantes aos funcionários públicos;
- Aumento do número de vagas para funcionários nas redes de saúde e ensino;
- Abertura de espaços culturais.
- Melhoria do ensino fundamental, porque muitos passam de ano sem saber muita coisa;
- Colocação de lixeiras nas ruas;
- Não distribuição alimentos vencidos nas escolas;
- Diversificação dos alimentos servidos nas escolas;
- Conscientização do professor e do aluno sobre seus papéis;
- Fiscalização da entrada dos alunos que devem, obrigatoriamente, usar do uniforme;
- Entrega do material no início das aulas;

- Algum tipo de fiscalização, quanto à revista dos alunos, para evitar armas, bebidas e drogas;
- Manutenção da limpeza nas escolas;
- Uso livre da biblioteca;
- A comunidade deve se responsabilizar pela conservação do patrimônio;
- Incentivo às famílias à adoção de crianças maiores;
- Ampliação de programas como, por exemplo “doutores da alegria”.
- Crianças que estão em abrigos devem ter o direito de visitar e serem visitadas;
- Abrigos, instituições e orfanatos devem respeitar a religião, os costumes e bens morais herdados pela criança;
- Solicitação de uma pessoa que supervisione se a criança está tendo educação, almejando um futuro digno;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Exigência maior da secretaria de educação em relação a mais verbas e garantia direitos;
- Melhoria do pagamento dos médicos, para garantir plantão nos postos de saúde;

M'Boi Mirim - Jd. Ângela – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

DESAFIOS:

- Mudar as formas de aplicação das leis inseridas no ECA.

PROPOSTAS:

- As leis devem ser cumpridas com qualidade, acompanhamento da família e do técnico responsável pela medida.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Controle de natalidade, planejamento familiar.
- Falta de centros culturais nos bairros que propiciem lazer, esportes e educação.
- Melhorar o atendimento nos postos de saúde;
- Atender a demanda das crianças nas escolas e creches;
- Melhoria dos canais de informação da população;

PROPOSTAS:

- Orientação e apoio à estruturação financeira familiar, auxiliando-as a desenvolver seu projeto de vida.
- Construção de escolas, creches e escolas técnicas profissionalizantes próximas às residências, onde os pais saiam tranqüilos para trabalhar.
- Aumentar o número de profissionais na área da saúde;
- Mais equipamentos para postos de saúde e contratação de mais agentes de saúde;
- Melhoria e ampliação dos transportes na região;
- Divulgação de informações nos meios de comunicação, rádio, tv;
- Promover debates, palestras, pesquisas etc.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:

- Falta de interesse do governo em investir em educação e emprego.

M'Boi Mirim - Jd. Ângela – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Há falta de meios de comunicação comunitária;
- Falta de participação da comunidade, por vontade ou falta de espaço;
- Incluir os pais/família na questão da sexualidade dos filhos;
- A escola deve dedicar tempo à sexualidade preventiva;
- Implantar sistemas de controle de natalidade;
- Planejamento familiar;
- Ampliar e melhorar as escolas do bairro, desde a educação infantil até programas para a comunidade, como o programa Escola da Família, capacitando professores e melhorando seu espaço físico.
- Ampliar e melhorar o atendimento à saúde, tanto nos hospitais quanto nos postos de saúde. Dar especial atenção à criação de postos de atendimento das DST/AIDS.
- Melhorar as condições do bairro, ampliando a rede de saneamento básico, os programas habitacionais, o asfaltamento, a limpeza e a iluminação das ruas;
- Ampliar as áreas de lazer, os eventos culturais;
- Ampliar as ofertas de emprego;
- Aumentar a segurança (24 horas);
- A sinalização está muito precária;
- Falta de foco social nos meios de comunicação;
- Espaço adequado para implantação de projetos que priorizem comunicados;
- Redução de índice de gravidez na adolescência;
- Desenvolver a consciência ecológica nas pessoas do bairro.

PROPOSTAS

- Ampliar a participação da comunidade na escola;
- Promover cursos, palestras dinâmicas, atividades culturais focando a questão da dependência química e oficina para os pais;
- Estabelecer políticas de capacitação do professor, que muitas vezes não quer dar aula no bairro, para que altere sua visão sobre os alunos;
- Difundir regras de convívio social e comunitário;
- Criar uma rede de comunicação que dê voz e vez à comunidade, difundindo sua realidade através da troca de experiências;
- Criar vínculos com as instituições sócio-educacionais e espaços que a comunidade usa para se organizar;
- Promover palestras e/ou discussões nas escolas com alunos e seus pais, permitindo acesso às informações necessárias para que os pais possam melhor orientar os filhos;
- Orientação/estruturação familiar e financeira (projeto de vida);
- Criação e implantação de programas de combate à violência;
- Aumento de núcleos sócio-educativo;
- Implantação de um serviço para dependente químico no Distrito do Jardim Ângela e para prevenção à droga;
- Otimizar os espaços públicos;
- Melhoria no atendimento à saúde (estruturação das UBS) com a ampliação das especialidades médicas (psiquiatria e psicólogos) e exames na região; agilidade no término do Hospital M'Boi Mirim (recursos humanos e físicos).
- Concurso público para ampliação do quadro de profissionais da Assistência Social.

- Melhorar a distribuição de preservativos gratuitos na rede pública de saúde e nas escolas;
- Fechamento dos bares a partir das 22 horas, com fiscalização e punição (Exemplo: Diadema);
- Incluir a Educação Ambiental como disciplina escolar. Criar comissões de Educação Ambiental nos bairros. Implantar programas/contratar agentes de Proteção Ambiental. Realizar campanhas de plantio e adoção de árvores;
- Divulgar os direitos e deveres dos cidadãos, dos jovens e dos adolescentes;
- Criação de rádios e TVs comunitárias.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:
- Viabilização de recursos para implantação de projetos e políticas sociais no bairro;

PROPOSTAS:
- Igualar as verbas entre as escolas, ampliar parcerias, incentivar a criação de APMs e Grêmios livres nas escolas. Incluir profissionais de saúde especializados em sexualidade nas escolas. Ampliar os programas Escola da Família, principalmente no Humberto Pacca e no Mário Marques.
- Aumentar os investimentos na escola com a construção de mais creches e ampliação de vagas para as outras etapas do ensino; capacitação de professores e profissionais da educação; ampliação da distribuição de material didático; coma ampliação de programas.
- Investir na cultura, informação e tecnologia; implantar centros esportivos e de lazer, um no Jardim Ângela e outro na região mais periférica. Implantação de telecentros, bibliotecas, casas de cultura, centros culturais da juventude. Implantação do Parque Guarapiranga.
- Aumento do orçamento para o trabalho sócio-educativo com famílias;

M'Boi Mirim - Jd. São Luiz – Convencional

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção
- Elaborar um jornal comunitário para articulação da comunidade e da escola;
- Implantação de rádios comunitárias;
- Visitas de agentes comunitários às famílias;
- Programas de tv para divulgar a comunidade e seus problemas;
- Implantação de Rádio Escola com intercâmbio entre várias escolas para divulgação de trabalhos e projetos;
- Centros de Cultura com shows, festivais;
- Implantação de aparelhos de som nas escolas;
- Telecentros com profissionais capacitados para o atendimento de deficientes, crianças e idosos;
- Mais bibliotecas;
- Carros propaganda para divulgação no bairro de programas e projetos;
- Ampliação de telefones de plantão;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

M'Boi Mirim - Jd. São Luiz – Lúdica

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:
- Ter uma região mais limpa;
- Inserir a atividades culturais no dia-a-dia das crianças;
- Resgatar as brincadeiras de infância que foram substituídas pelas eletrônicas; a grande venda de brinquedos eletrônicos deve diminuir;

PROPOSTAS:

- Implantação de programas de agentes comunitários, para divulgar as propostas na região;
- Distribuir camisinhas em escolas e postos de saúde com orientação e sem burocracia;
- Visitas em locais públicos que tenham pessoas com AIDS. Ex. Resplendor;
- Criação de um espaço que possibilite aos jovens falarem sobre sexualidade;
- Ter um posto de saúde mais próximo com bom atendimento médico;
- Contratação de médicos especialistas em adolescentes (Hebiatra) para os postos de saúde, pois só há médicos para crianças e adultos; contratação de mais médicos e leitos nos hospitais da região;
- Investir na prevenção das doenças;
- Proporcionar alimentação adequada nas escolas, para prevenção de doenças infecto-contagiosas, nanismo, doenças psicológica, neurológicas, etc;
- Ampliar as opções culturais criando Centros de Cultura, CEUs, escolas, ONGs, programa Escola da Família com oficinas variadas e brinquedos; implantar bibliotecas regionais e comunitárias;
- Contratação de funcionários para as escolas;
- Áreas de lazer; Oportunidade de esportes;
- Melhoraria das escolas com a melhoria da merenda e equipamentos da cozinha; melhoria da manutenção dos equipamentos escolares; ampliação da ronda e policiamento nas escolas; implantar a obrigatoriedade no uso do uniforme; Maior proteção e grade nas escolas; proporcionar aulas de informática; oferecer mais atividades variadas aos estudantes;
- Implantação de programas de conscientização da população (crianças e adolescentes) sobre meio ambiente com a participação de empresas e do governo; oferta de oficinas de reaproveitamento de lixo em escolas e comunidades; distribuição de caçambas, lixeiras, etc. para a comunidade;
- Implantação de programas de reciclagem nas escolas, colocando latas de lixo para reciclagem;
- Realização de mutirões de limpeza, com a participação de crianças e adolescentes;
- Recreações infantis em forma de teatro, etc. sobre o tema;
- Palestras dinâmicas feitas por jovens;
- Músicas com letras sobre o meio ambiente e instrumentos reciclados;
- Jornais, rádios e sites das escolas contendo informação sobre meio ambiente;
- Gincanas regionais para reciclar e conscientizar as pessoas;
- Plantar árvores;
- Prevenção das doenças hospitalares como: leptospirose, dengue;
- Saneamento básico adequado na região de M'Boi Mirim;
- Incentivar as crianças e adolescentes a descobrirem a cultura do país através de programas de TV;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

Moóca – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

DESAFIO:

- Integração do adolescente com a escola.
- Propiciar a inclusão escolar.
- Participação da família na vida dos adolescentes.
- Integrar a unidade escolar com todos os órgãos envolvidos com a criança e o adolescente.

PROPOSTA:

- Os profissionais das escolas devem participar de cursos de capacitação e atualização e desempenhar um trabalho qualitativo com os adolescentes, acompanhado de uma conscientização e sensibilização para esse tipo de atividade.
- Para uma verdadeira inclusão com avanços e sucessos, é necessário que as unidades educacionais recebam cursos, treinamentos e apoio de profissionais habilitados no ambiente educacional.
- Promover encontros para conscientização da participação das famílias. Encontros com os pais e responsáveis, onde serão trabalhados valores, respeito, conhecimento dos direitos e deveres, para conscientizá-los da sua importância da participação na sociedade e assim adquirir uma cidadania plena.
- Elaboração de projetos que integrem os grupos, através de Fóruns, Encontros, Palestras e Oficinas.
- Veiculação na mídia dessas medidas com o intuito de esclarecimento para a população.

Eixo 2: Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Desenvolver a percepção do compartilhamento de responsabilidades entre a família, a escola e o Estado enquanto formuladores de políticas públicas;
- Elaborar uma discussão e reflexão sobre as responsabilidades das partes envolvidas, família, escola e Estado, na questão dos direitos da criança e do adolescente.
- A escola deve acompanhar e discutir as pesquisas e as atividades acadêmicas, na área comportamental, a relação com o professor, os colegas e a própria escola. Os cuidados específicos referentes à fase de adolescência (fase conturbada – drogas, etc.).
- Indicação para pessoal qualificado em parceria com ONG's.
- Nenhuma criança sem escola e com educação em tempo integral.
- Propiciar uma formação musical.
- Criação de um posto de atendimento ao adolescente junto às Unidades Básicas de Saúde (UBS).
- Ativação dos Centros Esportivos nos bairros

PROPOSTAS:

- Realização de cursos de capacitação e atualização para os docentes; inclusive para atender aos diversos níveis da inclusão e não a mera "inclusão pela inclusão";
- Promover uma melhora do espaço físico das escolas para atender a toda população escolar (mesmo as crianças com necessidades especiais) e neste sentido criar as condições operacionais para esse objetivo (materiais específicos para os trabalhos específicos).
- Implantação de um planejamento familiar e controle de natalidade, aliada a uma política preventiva de saúde;
- Manter na unidade escolar uma equipe multidisciplinar com assistente social, psicólogo e fonoaudiólogo;
- Com relação à própria ocupação do prédio escolar, criar oportunidades estruturadas com profissionais habilitados para as crianças terem atividades fora do horário regular;
- Construção nos bairros de parques e centros culturais com programações para os adolescentes, diferentes da escola.

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

DESAFIO

- Levar ao conhecimento público as reivindicações das crianças e adolescentes.
- A democratização na distribuição dos recursos e a divulgação de como são distribuídos.
- Aplicação de verbas específicas para acesso ao lazer e cultura
- Que todos tenham conhecimento das propostas das conferências.

PROPOSTA

- A criação de programas pelo CMDCA para serem exibidos pela mídia (TV pública) que levem a debates e reflexões.
- Adoção do OP (orçamento participativo), com a participação sobre as decisões nas políticas públicas para crianças e adolescentes.
- Criar um jornal exclusivo para divulgar para todos os participantes (escolar, entidades, ONG's, etc) a síntese das conferências em seus vários níveis (municipal, estadual e nacional).

Moóca – Lúdica

Eixo 1 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

DESAFIOS:

- Ineficiência e péssima infra-estrutura das instituições de reabilitação, má gerência das verbas disponíveis e agentes mal preparados para lidar com adolescentes em conflito com a lei;
- Pouca participação da família nos processos de reabilitação das crianças e adolescentes e situação de desagregação familiar;

PROPOSTAS

- Construção de mais clínicas de reabilitação;
- Reforma dos processos de atuação das instituições de reabilitação;
- Capacitação dos agentes que tratam os adolescentes em conflito com a lei;
- Melhorar a assistência social, psicológica e educacional às famílias para melhor recuperação do adolescente que esteve em conflito com a lei;
- Melhorar o entendimento do Conselho Tutelar

Eixo 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS

- Desagregação familiar
- Aprovação de alunos de 1ª a 8 ª séries sem condições de acompanhar os conteúdos propostos;
- Combater a violência nas escolas por parte dos alunos;
- Evitar a gravidez na adolescência e a disseminação de DST entre adolescentes;
- Turmas escolares muito cheias, com muita bagunça nas escolas e pouco aproveitamento das aulas;
- Necessidade de melhorar a conscientização e articulação dos nossos direitos;
- Retomada do projeto "Escola da Família";
- Pouco incentivo ao esporte para as crianças e adolescentes;
- Discriminação racial, social e preconceito contra minorias;
- Dificuldade de integração social e participação cidadã dos jovens;
- Dificuldade de desenvolvimento dos adolescentes para uma vida profissional;
- Escolas com equipamentos físicos e mobiliário danificados, dificultando o bom rendimento escolar e até a convivência da comunidade escolar;
- Melhorar a relação entre professor e aluno;
- Merenda escolar ruim, mal preparada e mal servida;
- Melhoria das condições das ruas nos bairros pobres que em geral são muito sujas, feias e escuras;
- Acabar com o desnível muito grande entre as escolas. Algumas escolas particulares promovem o ensino com muita qualidade e as escolas estaduais e municipais são muito fracas;
- Aumentar a conscientização para cuidar do meio ambiente e dos espaços públicos;

- Ampliar a presença do professor em sala de aula. Os professores faltam e não temos substitutos, e quando têm eles não passam lição.
- Retirar as crianças e adolescentes que vivem nas ruas;
- O consumo de drogas por crianças e adolescentes;
- Pouca participação de pessoas honestas na política;
- Cobrança de muitos impostos;

PROPOSTAS

- Melhorar as condições de vida das famílias de baixa renda;
- Reavaliação do sistema atual e possibilidades de retenção da 1ª à 8ª séries;
- Maior conscientização dos alunos e melhor preparo dos professores e funcionários para lidar com as crises e melhorar a gestão escolar;
- Inclusão das disciplinas de Educação Sexual e planejamento familiar nas escolas;
- Ampliação do número de professores e de salas de aula associado ao melhor aproveitamento do espaço das escolas;
- Melhores salários para os professores, para que não precisem fazer greves;
- Criação de grêmios nas escolas;
- Elaboração de projetos educacionais e culturais;
- Maior ênfase em esportes nas escolas: melhoria nas quadras e a construção de piscinas;
- Maior empenho nas escolas com ações educativas e no combate do preconceito e das discriminações;
- Criação de mais cursos profissionalizantes gratuitos para os adolescentes;
- Criação de mais universidades públicas e gratuitas;
- Melhoria do ensino público, para a real preparação do adolescente para o ensino superior;
- Melhoria no atendimento em postos de saúde e hospitais, através de treinamentos e programas de capacitação para os funcionários;
- Ampliação da rede pública de saúde e maior distribuição de remédios gratuitos;
- Ampliação e melhoria de gestão para os programas de moradias para pessoas de baixa renda;
- Instalação de brinquedotecas nas EMEI´s, contratação de professores para as salas de leitura, e de informática;
- Instalação de computadores em todas as escolas;
- Melhoria da merenda escolar;
- Fiscalização sanitária nas escolas;
- Melhorar a limpeza e a iluminação das ruas;
- Ampliação do número de abrigos e melhora no serviço de abrigo e assistência aos moradores de rua;
- Maior e melhor policiamento nas ruas e proximidades das escolas;
- Criação de novos espaços de lazer, de espaços culturais e desportivos;
- Melhorar muito a qualidade do ensino nas escolas públicas, ao nível das melhores escolas particulares;
- Programas de capacitação dos professores;
- Maior número de vagas para o programa aprendiz;
- Criação de mais programas socioeducativos que trabalhem com arte, cultura e esporte;
- Criação de programas de trabalho com crianças e adolescentes nas ruas, desenvolvido por profissionais bem preparados;
- Construção de mais abrigos e maior empenho das autoridades em tirar as crianças das ruas;
- Adoção do transporte público gratuito para os estudantes;
- Construção de áreas de lazer.
- Maior participação das pessoas na vida política;
- Reduzir a cobrança de impostos e taxas;

Eixo 3 –- Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

PROPOSTAS

- Maior verba e melhor fiscalização para a limpeza das ruas das escolas e nos bairros;
- Aumento dos recursos para o programa Bolsa Família;

Parelheiros – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS:

- Municipalização dos projetos e MSEs a fim de encolher e enfraquecer a Fundação CASA e implantar medidas realmente eficientes para o interno manter-se no município do seu domicílio.
- Ocupar mais espaço na mídia com questões relevantes ao tema e ao debate dos problemas do adolescente, difundindo as posições de amparo e defesa do adolescente.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Acompanhamento familiar na educação dos filhos.
- Criar espaços de discussão dos problemas da sociedade e suas possíveis soluções.
- Oferecer cursos para jovens e adultos.
- Cuidar da saúde psicológica e social da família.
- Divulgar o ECA para toda a comunidade e funcionários públicos.
- Ampliar e melhorar o acesso à cultura, aos centros de apoio à criança e adolescente, ao esporte e à educação.
- Melhorar a qualidade de vida dos portadores de necessidades especiais.

PROPOSTAS

- Fazer palestras para orientar a família na seleção dos programas de TV.
- Orientar a família sobre o desenvolvimento infantil e juvenil – oferecer cursos.
- Orientar a formação de associações de moradores.
- Criar espaços de lazer para toda a família.
- Trazer um CIEE para Parelheiros.
- Fazer convênios com ONGS e outros órgãos que dêem amparo psicológico para a família.
- Oferecer cursos de estudos do ECA para funcionários públicos e comunidade.
- Oferecer aulas de moral e ética nas escolas e nos centros comunitários.
- Ampliação dos projetos sócio educativos, com participação do 3º setor;
- Capacitação e fortalecimento do Conselho Tutelar, com respaldo jurídico.
- Aumentar a transparência das Secretarias Municipais de Ação Social.
- Abertura de uma biblioteca.
- Implantação de uma Casa de Cultura.
- Criação de áreas apropriadas para prática esportiva.
- Criação de um Centro Olímpico para desenvolvimento atlético.
- Ampliação de núcleos profissionalizantes, abertura de creches, melhoria da qualidade de ensino.
- Diminuição da falta de professores.
- Melhorar (ampliar) o transporte ATENDE.
- Implantar um centro de saúde com equipe multidisciplinar.
- Fornecer medicamentos controlados.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Garantia de verbas no orçamento municipal para a criança e adolescente.

Parelheiros – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Aumentar o número de empregos e melhorar salários para a comunidade;
- Incentivar o comércio local;
- Aumentar o número de projetos socioeducativos;
- Diminuir impostos;
- Garantir que todos tenham direito a saúde e educação de qualidade;
- Falta de hospitais, escolas e creches, áreas de lazer;
- Igualdade de condições a todos para acesso a escola;
- Falta de atividades culturais no bairro como: museus, teatros e bibliotecas;
- Falta de boas condições escolares como material didático, professores, etc;
- Rever construção de parques lineares;
- Melhorara a distribuição de água;
- Diminuir a poluição.

PROPOSTAS:

- Ampliar o programa Escola da Família nos finais de semana;
- Proporcionar emprego aos jovens que estão ingressando no mercado de trabalho;
- Construção de centros de benefícios para a população do município;
- Capacitação profissional para a comunidade carente para que esta população tenha maior chance de conquistar melhores empregos;
- O governo deve divulgar mais o que acontece no bairro para que todos possam melhorar;
- Proporcionar espaços para debates;
- A comunidade deve utilizar os recursos existentes no bairro como árvores, rios, cachoeiras, tendo como lazer atividades como arvorismo, rampagem, acampamentos, visitas a aldeias indígenas, etc;
- Tirar as pessoas das ruas e colocá-las em moradias próprias;
- Aumentar o horário das aulas na Escola da Família;
- Promover grupos de teatro, grafite e dança;
- Maior policiamento nas ruas e escolas;
- Implantar projetos sociais em associações comunitárias;
- Implantação de programas de moradia social para todos.
- Melhoria no transporte público, inclusive para pessoas com necessidades especiais. Estender até o Terminal Santo Amaro a linha que vai até o Terminal Parelheiros, criando mais opções de condução. Oferecer à população outros meios de transporte.
- Melhorar o ensino na região através da melhoria da organização das escolas, da alimentação, da oferta de uniforme gratuito em todas as escolas, oferta de aulas de informática, capacitação de professores, promoção de passeios. Implantação de cursos profissionalizantes. Ampliação do número de creches.
- Melhoria na saúde com o aperfeiçoamento do atendimento, mais hospitais, mais profissionais, mais postos de saúde e melhoria naqueles que já existem; o SUS (Sistema Único de Saúde) deve oferecer estrutura para suprir as necessidades das pessoas que precisem do pronto socorro;
- Construção de centros de cultura e lazer como bibliotecas comunitárias, infocentros, telecentros;
- Melhor distribuição de renda – Salário mínimo mais digno;

- Melhoria da infra-estrutura do bairro com a melhoria nas ruas e estradas com asfaltamento, iluminação, calçamento, etc. Investir no saneamento. Investir na criação de áreas verdes para lazer;
- Propiciar moradias para a população e não dinheiro em troca de suas casas;
- Construção de mais postos policiais.
- Orientação aos jovens sobre maternidade precoce;
- Não poluir o bairro jogando lixo nos lugares impróprios;
- Fazer o Rodoanel em outro lugar para não prejudicar os moradores;
- Fiscalização do meio ambiente;
- Conscientizar a todos que água suja e parada é um enorme risco de propagação da dengue;
- Limpar reservatórios de água e esgoto para uma água melhor;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Destinação orçamentária para educação, saúde, cultura, infra-estrutura, lazer, moradia e segurança.

Penha – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

DESAFIOS:
- O grupo mostra-se contra a redução da idade penal;

PROPOSTAS:
- Trabalhar de forma mais intensa a questão dos direitos e deveres da criança e do adolescente;
- Melhoria e ampliação do sistema jurídico;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

PROPOSTAS:
- Discutir sexualidade, DST e AIDS com os jovens;
- Ampliação dos programas sociais que atendam as famílias, crianças e adolescentes;
- Implantar redes de contato entre organizações locais, estabelecendo formas conjuntas de atuação e de informação das ações que estão sendo implementadas;
- Desenvolver atividades específicas para os jovens de 14 aos 16 anos;
- ECA – Pensar na formação para o trabalho dos adolescentes;
- Transformar as crianças e adolescentes de espectadores em protagonistas de suas ações;
- Reavaliar os tópicos da última Conferência, e saber quais foram implantados e o porque alguns não foram, dando assim a solução para a implantação;
- Fazer uma junção sobre os tópicos: trabalho, injustiça social, ciclo de pobreza;
- Ampliação do quadro de profissionais da área social no sistema de educação, para ajudar a comunidade;
- Atendimento e ampliação dos núcleos socioeducativos e de saúde;
- Disponibilizar especialistas de outras áreas nas escolas;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

PROPOSTAS:
- Descentralizar recursos – disponibilizar as instituições da ponta do sistema o que lhes é de direito;
- As escolas devem enviar o perfil de sua comunidade visando adequar suas necessidades ao orçamento;

- Retomada do orçamento participativo;

Penha – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Toda criança tem direito a brincar, a ter educação, a áreas de lazer, esportes.
- Combater a violência;
- Combater a exploração e abuso de jovens.
- Melhorar a qualificação de professores;
- Melhorar as refeições;
- Combater a desmotivação de alguns professores;
- Combater a falta de material nas escolas.
- Combater o preconceito;
- Combater o desperdício da água;
- Acabar com a discriminação da mulher;
- Solicitar que as leis saiam do papel.

PROPOSTAS:

- Educar as famílias para educarem os filhos (Programa do governo);
- Criar atividades para os pais aos finais de semana.
- Criar um programas educativos que abordem a problemática do jovem;
- Mostrar ao jovem que a solução para a violência é a educação, o amor ao próximo, a amizade e o respeito;
- Enfatizar a importância de toda criança tem o direito de se expressar;
- Aumentar o mecanismo de inclusão social;
- Aumentar a segurança;
- Propor punições mais severas para aqueles que maltratam crianças e adolescentes e também para o trabalho escravo.
- Investir mais na educação;
- Investir em escolas com aulas diferenciadas e mais dinâmicas;
- Proporcionar mais passeios culturais;
- Solicitar espaços pedagógicos fora da sala de aula;
- Solicitar espaços culturais aos finais de semana;
- Baixar os preços dos lanches nas cantinas;
- Aumentar o horário das aulas de informática;
- Melhorar a estrutura das escolas;
- Propor uma rádio na escola;
- Solicitar armários nas escolas, para professores e alunos, para que não precisem levar tantos materiais pesados;
- Solicitar mais campos de futebol fora das escolas;
- Solicitar salas de jogos, parques para as crianças, que sejam seguros;
- Aumentar o número de professores suplentes;
- Propor que as escolas tenham jogos no pátio;
- Propor que as escolas tenham elevadores, de uso especial, para os alunos cadeirantes;
- Melhorar o lanche nas escolas.
- Propor a doação de cestas básicas para pessoas necessitadas;
- Educar para as diferenças;
- Propor que os professores motivem os alunos a conservarem o material que não é deles;

- Exigir que o regimento da escola seja mais rígido;
- Propor aulas para ensinar o ECA, educação e cidadania;
- Incentivar os jovens a se expressarem em público, conhecerem pessoas e culturas deferentes;
- Alertar os jovens sobre riscos da gravidez, do uso das drogas e da bebidas;
- Alertar para não poluir rios;
- Alertar para que não se desperdice comida;
- Alertar a população de que o lixo trás doenças;
- Solicitar mais respeito aos alunos por parte de professores e funcionários;
- Orientar a todos sobre o dever de cuidar da escola;
- Propor uma orientação mais efetiva aos alunos que se mostrem problemáticos;
- Solicitar que alunos respeitem os funcionários;
- Diminuir o número de alunos nas escolas.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Fiscalizar as verbas escolares, para que não ocorram desvios;
- Solicitar a prestação de contas da verba escolar por meio da mídia;

Perus – Convencional

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS

- Melhoria na qualidade do ensino público.
- Investimento em esportes, como forma de lazer e inclusão social.

PROPOSTAS

- Criação de espaços culturais para crianças e adolescentes, onde possam se expressar livremente com a orientação de monitores capacitados.
- Criar novos CDM e reestruturar os já existentes para que possam oferecer esporte com qualidade e com segurança;
- Facilitar o acesso ao deficiente, na prática do esporte e lazer;
- Contratação nas UBS, de médicos capacitados e especializados no atendimento à criança e do adolescente;
- Realização contínua de palestras preventivas sobre temas como gravidez na adolescência, sexualidade, DST, entre outras;
- Criação de local para Pronto Atendimento na região que funcione 24 horas.
- Escola para todos;
- Cursos profissionalizantes para inserir o jovem no mercado de trabalho.
- Inclusão social dos portadores de necessidades especiais na sociedade, através do esporte.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Maior investimento na saúde.

Perus – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Aberturas das escolas nos finais de semana;
- Acabar com as favelas;
- Oferecer mais oportunidades de emprego para os jovens;
- Combater o tráfico de drogas;
- Combater a corrupção na polícia;
- Fazer com que o jovem seja ouvido;
- Combater a discriminação;
- Acabar com o vandalismo nas escolas;
- Combater a exclusão social;
- Muitos alunos não podem comprar uniforme e, por isso, são impedidos de entrar na escola;
- Melhorar o sistema de saúde principalmente nas áreas urbanas;
- Falta de vagas nas creches e escolas públicas;
- Falta de merenda escolar;
- Proporcionar aos alunos ensino de qualidade;
- Melhorar a infra estrutura do bairro;
- Descaso com o meio ambiente;

- **PROPOSTAS**
- Reivindicação de espaço para lazer e cultura;
- Proporcionar maior segurança nas ruas com policiamento mais efetivo e maior número de postos policiais;
- Conscientização dos moradores do bairro sobre a importância da conservação da região;
- Usar o espaço da escola nos finais de semana, para propiciar momentos alternativos de aprendizagem e lazer para a comunidade, utilizando as quadras, salas de aula, livros e computadores das escolas públicas da região.
- Incentivar o desenvolvimento local através de capacitação da população de Perus e região para que tenham seu próprio negócio;
- Oferecer aos moradores da região parques de diversão gratuitos;
- Reunir os moradores em associações de bairro para discussão de idéias e projetos;
- Criar clubes de alunos para planejar eventos e jogos educativos;
- Fazer campeonatos nas escolas;
- Participação da família na organização da escola;
- Organização de mutirões para limpeza de pichações;
- Criação de um Disque Denúncia nas escolas;
- Palestras para jovens sobre bebidas alcoólicas e drogas;
- Aumentar o número de agentes da saúde para orientação da população;
- Solicitar transporte especial para os deficientes físicos;
- Implantar aulas sobre cidadania nas escolas;
- Investir em políticas públicas de inclusão;
- Elaboração e efetivação de propostas contra o trabalho infantil;
- Conscientizar crianças e adolescentes sobe seus direitos;
- Exigir dos governantes a execução de projetos para melhoria da vida do cidadão;
- Disponibilizar verba para os instrumentos musicais de bandas e fanfarras;
- Construção de novas escolas e reformas na estrutura das já existentes;
- Solicitação de cursos técnicos e profissionalizantes na região;
- Construção de novos centros de Cultura e Lazer que ofereçam quadras de esportes, pista de skate, praças, biblioteca, telecentro, aulas de dança,capoeira, teatro, oficinas de música e outras atividades.Construir esses espaços em áreas abandonadas, com segurança adequada – poderiam inclusive, serem geridos por organizações locais;
- Solicitar mais faculdades gratuitas e bolsas de estudo;
- Construção de novos hospitais e postos de saúde com mais aparelhagem e profissionais capacitados;
- Implantar laboratórios de química e informática nas escolas;

- Diminuir o salário dos políticos;
- Contratar profissionais de diversas áreas, inclusive psicólogos e especialistas em prevenção e acompanhamento de necessidades especiais, que deverão ficar disponíveis nos postos de saúde;
- Oferecer melhor formação e capacitação para professores e profissionais da área da Educação;
- Aumentar o tempo de permanência dos alunos nas escolas;
- Diminuir o número de alunos por sala de aula nas escolas públicas;
- Criar clubes de alunos para planejar eventos e jogos educativos;
- Melhorias no transporte público: diminuir o valor da passagem de ônibus, aumentar a frota, colocar ônibus com mais conforto e dar treinamento a motoristas;
- Reprovar o aluno quando necessário;
- Aplicação da "Progressão Continuada";
- Elaborar e colocar em prática projetos que melhorem a socialização entre os alunos, como por exemplo: gincanas;
- O professor deve ouvir dos alunos sobe o que querem aprender;
- Asfaltar ruas e melhorar a iluminação pública do bairro;
- Construção de cinema e shopping no bairro;
- Melhorias na segurança nas escolas: mais policiamento nos horários de entrada e saída;
- Conscientizar a população sobre a importância de se conservar o meio ambiente, por exemplo, não jogando lixo nas ruas;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

Pinheiros – Convencional
DESAFIOS
Ainda na abertura dos trabalhos, todos os presentes concordaram que um dos graves problemas da região de Pinheiros é que esta é uma região de passagem que atrai inúmeras crianças, moradoras em outras áreas da cidade, que vêm para Pinheiros em busca de renda. Essas crianças ficam expostas a inúmeras situações de risco: de exploração de trabalho infantil, de agressões, de exploração sexual.

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS
- Implantação de Políticas Públicas que possam ter profissionais competentes e equipes que supram as demandas sociais;
- Atendimento especial a jovens necessitados;
- Integração dos Órgãos Públicos e fortalecimento das Redes de Atenção a criança e ao adolescente em conflito com a lei;
- Divulgação de campanhas em nível nacional que visem o fortalecimento da família para a diminuição da incidência de jovens em atos de infração;
- Implantar nas escolas o período integral com melhorias no currículo e projetos culturais, esportivos;
- Trabalho de proteção e qualificação dos profissionais que atendem os jovens infratores em situações de risco e vulnerabilidade social;
- Inclusão de jovens em projetos alternativos de aprendizagem profissional e sensibilização dos empresários para sua inserção no mercado de trabalho;
- Capacitação para os profissionais que monitoram os adolescentes em medidas sócio-educativas, em especial – PSC;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Acabar com a fragmentação do atendimento da criança e do adolescente na cidade de São Paulo;
- Adequação geográfica;
- Proporcionar ao jovem uma escola que atenda suas expectativas e garanta seus direitos;
- Dar responsabilidade aos jovens com limites e possibilidades;

PROPOSTAS
- Rearranjar as circunscrições das diferentes agências de atendimento à criança e ao adolescente – Poder Judiciário, Secretarias Municipais, etc – de sorte que todas tenham a mesma base geográfica de atendimento;
- Fortalecer a atuação em rede das diferentes agências de atendimento à criança e ao adolescente;
- Melhorar a atuação das redes de agências comuns, para que as crianças em risco, abordadas em Pinheiros e região, tenham acolhida nos equipamentos das respectivas regiões de moradia;
- Sensibilizar os responsáveis pelos equipamentos de outras regiões para melhorar o atendimento de crianças abordadas em Pinheiros;
- Estabelecer novos parâmetros de atendimento que não sejam exclusivamente o local de moradia;
- Estabelecer a complementariedade de programas de transferência de renda dos diferentes programas nacionais, estaduais e municipais;
- Rearticulação do Fórum de Defesa da Criança e Adolescente de Pinheiros;
- Trabalhar situação de rua para recém-nascidos;
- Proporcionar orientação aos pais;
- Divulgação dos Programas de Integração;
- Universalização dos serviços com qualidade;
- Valorizar a Cultura;
- Combater o trabalho infantil;
- Priorizar a melhoria na área da saúde;
- Capacitar e valorizar os educadores do Ensino Básico para garantir a qualidade na alfabetização;
- Propor programas de alfabetização com educadores capacitados para alunos que apresentarem dificuldade em aprender;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

PROPOSTAS
- Criação de espaços para participação e divulgação do processo de elaboração orçamentária;
- Maior participação na construção dos Conselhos e Órgãos de fiscalização orçamentária;
- Conscientização dos membros do Conselho Tutelar;
- Palestras lúdicas ministradas por delegados eleitos na Conferência, sobre diferentes segmentos;
- Fortalecimento dos instrumentos de participação já existentes, para a construção do Fórum Regional da Criança e do Adolescente, na região de Pinheiros;

EIXO 4 – Outros Temas
- A plenária referendou todas as propostas aprovadas na Conferência Lúdica de Pinheiros, realizada em 18/05/2007.

Pinheiros – Lúdica

EIXO 1 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

PROPOSTAS:
- Alteração na estrutura da Fundação CASA;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIO:

- Instituir uma ampla discussão sobre sexualidade junto às crianças e adolescentes.
- Adoção de políticas que propiciem a inclusão em todas as formas: cultural, racial, digital, educacional, política, social, sexual, de portadores de necessidades especiais e dos jovens no mercado de trabalho.
- Instituir nas escolas uma discussão sobre a importância e o papel dos grêmios estudantis.
- Erradicação do trabalho infantil.

PROPOSTAS:

- Instituir a Educação Sexual como matéria obrigatória na escola, a partir da 5ª série;
- Capacitar professores para discutirem sobre sexualidade nas escolas;
- Organização de palestras nas escolas, postos de saúde e demais espaços da comunidade sobre gravidez na adolescência, DST e educação sexual de modo geral, para pais e filhos;
- Distribuição gratuita de preservativos, inclusive femininos;
- Distribuição da pílula do "dia seguinte";
- Adaptação nas escolas, locais públicos e transporte para crianças e adolescentes com necessidades especiais;
- Escolas com professores capacitados para promover a inclusão em todas as suas formas;
- Criação de programas na TV com legenda para deficientes auditivos;
- Criar e/ou transformar os grêmios em entidades atuantes, na defesa dos direitos dos estudantes na escola e das crianças e adolescentes de modo geral e ainda, integradas ao movimento estudantil;
- Ampliar atuação conjunta do TRT com o Conselho Tutelar;
- Aumentar a divulgação da Lei do Aprendiz para os jovens;
- Aumentar o número de organizações que formam esses aprendizes;
- Maior divulgação nas empresas sobre o Projeto Aprendiz.
- Programas de qualificação profissional para adolescentes;
- Reforçar articulação entre as áreas da assistência social e as de fiscalização;
- Formação de um grupo de jovens que divulgue a atuação do Conselho e o ECA, para que a população acabe com o preconceito e o medo do Conselho Tutelar;
- Ampliação do número de vagas e criação de novos núcleos socioeducativos com ênfase em cultura, lazer e esporte;
- Melhoria do ensino público.
- Contratação e capacitação de professores, dignamente remunerados;
- Instituição de aulas de música e informática em todas escolas públicas;
- Capacitar e valorizar os educadores do ensino básico para garantir a qualidade na alfabetização;

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

PROPOSTAS:

- Complementação, com verbas de outras instâncias governamentais, das bolsas PETI e Bolsa Família, para uma melhor efetividade do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
- Maior investimento e melhoria na saúde pública;

– Melhoria dos programas de assistência social e de geração de empregos;

– Universalização dos serviços básicos, tendo em vista a qualidade de vida das crianças e adolescentes.

Pirituba – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS:

- Divulgar e garantir a participação ativa nos / dos segmentos da educação, saúde, assistência social, lazer e esporte (clubes da cidade);
- Contar com a participação do adolescente e família que cumprem MSE como multiplicador do SINASE;
- Garantir maior número de participantes na comunidade local e, conseqüentemente, nas conferências;
- Ampliar o número de lideranças para multiplicar o conteúdo do SINASE.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Fazer com que o governo disponibilize verbas para contratação dos profissionais capacitados;
- Fortalecimento do trabalho de rede na região: verba para contratação dos profissionais, divulgação e sensibilização nas famílias;
- Implantação e manutenção dos cursos profissionalizantes;
- Promover parcerias com locais de atendimento específico ao dependente químico.

PROPOSTAS:

- Contratar psicólogos e assistentes sociais para as escolas, delegacias de polícia, UBS e PSF.
- Implantar programas de orientação e acompanhamento às famílias nos bairros com uma equipe interdisciplinar;
- Efetivação do direito do adolescente à profissionalização na sua comunidade (conforme artigo do ECA 69, inciso I e II);
- Implantar programas de prevenção, tratamento e reabilitação de dependência química na comunidade;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:

- Divulgação do orçamento para políticas públicas;
- Capacitação do poder público local e sociedade civil quanto à elaboração, aplicação e fiscalização do PPA, LDO E LOA;
- Transparência e desburocratização dos repasses de verbas públicas para aplicação em projetos voltados à criança e adolescente;
- Resgate de espaços institucionalizados.

PROPOSTAS:

- Incentivar a publicação do orçamento em locais públicos;
- Divulgar o calendário de reuniões de discussão e aprovação do orçamento, inclusive através das subprefeituras;
- Capacitar gestores, representantes do poder público local e comunidade sobre a questão orçamentária e formação de comitê com representantes dos poderes público, jurídico, delegados, grêmios e conselhos de escolas e comunidade para terem acesso à informação e divulgação dos orçamentos;
- Clarificar os gastos dos fundos e orçamentos desbloqueando os entraves para o acesso a suas verbas e controle dos mesmos;
- Resgatar o Fórum Regional de Defesa da Criança e Adolescente e Orçamento Participativo.

Pirituba – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS:

- Diminuir o número de Instituições para as MSEs de privação de liberdade e aumentar o número de escolas;
- Rever medidas a serem aplicadas para os adolescentes em conflito com a lei;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Qual a importância da família?
- O que o/a incomoda na sua vida que você gostaria de mudar?
  - Brigas nas escolas;
  - Tratamento de alguns professores que, quando nervosos, jogam o giz ou o apagador;
  - Violência;
  - Drogas;
  - Racismo;
  - Preconceito;
  - Tirar as favelas;
  - Corrupção dos políticos;
  - Acabar com a miséria;
- Salas de aula muito cheias;
- Professores ganham pouco;
- Falta de lanche para os alunos do curso noturno;
- Falta verba para livros para os alunos do curso noturno;
- Aulas vagas;
- Melhoria nos hospitais;
- Falta de higiene nos banheiros da escola;
- Falta de respeito entre alunos e professores;
- Quando chove a escola enche de água;
- Professores só trabalham com livros;
- Poluição - Aquecimento global;

PROPOSTAS:

- Respeitar e colaborar com as pessoas;
- União;
- Construção de casas para as pessoas que vivem na rua e os sem-teto;
- Direito de trabalho para todos;
- Proibir a prostituição de menores;
- Falta de segurança;
- Colocar policiamento integral (interno e externo) nas escolas;
- Melhorias nas escolas; contratar mais professoras para não ter mais aulas vagas; melhorar a cozinha e a merenda; colocar computadores com Internet; disponibilizar mais livros nas escolas; aumentar o salário dos professores;
- Colocar um professor de dança e de futebol; colocar piscina nas escolas;
- Descontos em cinemas e teatros;
- Abaixar o valor da passagem;
- Dar renda para os alunos;
- Não pagar mais impostos;

- Mais hospitais;
- Mais escolas técnicas;
- Melhorar o transporte coletivo;
- Melhor organização da escola; melhorar a limpeza nos banheiros; substituir alguns professores; aumentar o tempo de estudo; aumentar as redes de comunicação; não colocar o 4º ano no ginásio; não colocar nas escolas merendas enlatadas; colocar aulas de judô e luta livre nas escolas públicas; fim da aprovação automática;
- Tapar buracos de ruas, calçadas, etc;
- Dar mais opções de esportes públicos;
- Colocar caçambas de lixo nas ruas;
- Saneamento básico;
- Diminuir o preço das coisas;
- Mais diversão, menos obrigação;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:

- Destinação orçamentária para as áreas da Educação e saúde

São Mateus – Convencional

EIXO 1 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

DESAFIOS

- Conhecimento crítico a respeito das MSEs;
- Fiscalização e discussão contínua do atendimento à criança e ao adolescente;
- Intersetoriedade no atendimento das MSEs;
- Colaboração efetiva do Poder Público e Sociedade Civil Organizada para a efetivação do cumprimento das MSEs;
- Defesa ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- Rever as propostas abordadas no Fórum de 2005;

PROPOSTAS

- Que haja formação e capacitação contínua para os profissionais que trabalham diretamente com ações voltadas às crianças e adolescente;
- Que se priorize a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como do chamado “Sistema de Justiça”, através da mídia virtual, escrita e televisa, onde também indiquem resultados das MSEs;
- Criação do “Fórum da Juventude”, com a contribuição dos adolescentes e foco no estudo e discussão das MSEs;
- Criação de um núcleo de defensoria, de modo a facilitar o andamento dos processos de adolescentes em MSEs;
- Maior empenho na execução da MSE de semiliberdade pelo Poder Judiciário na região;
- Priorizar o empenho na municipalização das MSEs em meio-aberto;
- Proposta de ação – Que as comemorações do 17º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sejam um marco de repúdio ao projeto de redução da maioridade penal com uma concentração municipal de todas as conferências;
- Que se retome, em fórum de discussão, pontos relevantes na conferencia de 2005. A saber: - O trabalho com egressos; a aplicação responsável da Lei; controle e posição da mídia; a revisão das sentenças acumulativas de medidas e controle efetivo do orçamento voltado às MSEs.

EIXO 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS

- Atendimento de qualidade à população em todos os serviços públicos;
- Estabelecer sistemas de cooperação e rede entre as diferentes áreas de atendimento à criança e ao adolescente;
- Educação valorizadora;
- Acesso à cultura;
- Trabalho ambiental com educação e lazer;
- Saúde para todos com compromisso coletivo;
- População, Sociedade Civil Organizada e entes federados trabalhando com transparência;
- Educação social com prevenção a violência;
- Revisão das formas de interação com o mercado de trabalho;
- Aprimoramento nas ações de prevenção a exclusão familiar e comunitária;

PROPOSTAS

- Que as áreas da Educação e Assistência Social tenham políticas específicas para a saúde e a sexualidade, saúde mental, drogadição e demais trabalhos voltados à criança e ao adolescente, numa perspectiva intersetorial;
- Que seja proposta a criação de duas ações coordenadas para a área de saúde e sexualidade: - Grupo itinerante intersetorial de saúde nos postos e um núcleo de reabilitação para deficientes na região de São Matheus;
- Dar garantias de inclusão dos adolescentes em situação de exclusão (escolar, familiar e comunitária) através dos trabalhos voltados á profissionalização;
- Que haja uma reformulação das metodologias de ensino, valorizando o aprendizado e o conteúdo para a formação de senso-crítico;
- Possibilidade de viabilização de um “Espaço Cultural” no distrito de São Matheus;
- Que haja um resgate da importância da *Capoeira* dentro do esporte, da Cultura e do Lazer;
- Que haja uma consolidação da *Virada Cultural* nos bairros;
- Que haja uma maior valorização da rua de lazer, criando maior condição de uso cultural e de lazer as comunidades da região;
- Que haja projetos de esporte / cultura e lazer nas escolas aos finais de semana, principalmente para as crianças e adolescentes;
- Que se faça periodicamente a manutenção das praças da região, de modo que possam ser aproveitadas de maneira segura e higiênica;
- Maior fiscalização do Poder Público em relação aos espaços destinados à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (principalmente os CDM’s);
- Que se faça parcerias para priorizar os espaços públicos de uso da cultura, do esporte e do lazer, unindo ONGs, comunidade e poder público;
- Prioridade na conferencia de 2005: Devem-se renovar as “lixeiras”, que hoje são insuficientes e impróprias a que se destinam;
- Garantia de regulamentação da Lei do Meio Ambiente;
- Propiciar a aproximação e o trabalho conjunto de ONG’s e movimentos de moradia;
- Maior e efetiva fiscalização de poluentes no piscinão da região;
- Maior investimento e fiscalização efetiva no que diz respeito à coleta seletiva;
- Que se priorize frentes de trabalho no processo de conscientização social a respeito de: - A realidade do narcotráfico; os meios aliciadores de crianças e adolescentes; a questão do trabalho infantil de rua;
- Rever os critérios de participação da chamada “Ação Jovem” e do “Pró-Jovem”, considerando a realidade da região de São Matheus e da cidade de São Paulo;
- Criação de um fórum permanente de educação, visando atender todas as demandas voltadas às crianças e adolescentes;
- Que sejam criadas políticas públicas voltadas ao aprimoramento dos trabalhos junto às famílias das crianças e adolescentes em situação de rua;
- A coleta seletiva como meio de sustento a muitas famílias;
- Maior qualidade de vida a toda a comunidade;

- Educação e profissionalização voltadas aos interesses da criança e do adolescente;
- Educação para todos e com profissionais capacitados e qualificados;
- Que se crie número suficiente de NSE's (Núcleos Socioeducativos), de modo a fazer mais participativo a criança e o adolescente no processo educacional;
- Tornar viável a criação de "Clubes Escolas" nos espaços internos dos CDM's;
- Que em relação às famílias, haja uma ampliação e melhoria nos CRAF's localizados na região;
- Garantias de qualidade de ensino, valorização profissional do educador em todo o âmbito da educação;
- Ampliação de mais um Conselho Tutelar na região de São Matheus;
- Criar novos CDM's (Centros Desportivos Municipais) em setores necessários (extremos / periféricos) da região;

EIXO 3 - Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

DESAFIOS

- Destinação de verba exclusiva ao atendimento a crianças com necessidades especiais;
- Centros ou núcleos capacitadores de ação social;
- Garantir o orçamento voltado ao esporte, a cultura e ao lazer.
- Ambiente e Saúde: participação orçamentária prioritária;
- Maior investimento nos projetos populares de baixa renda;

PROPOSTAS

- Efetivar políticas de financiamento habitacional de baixo custo;
- Que se propicie o aumento do número de bolsas atendidas pelo PETI e seu valor per-capita que, desde 2001 é de R$ 40,00;
- Ampliar os recursos destinados à área da profissionalização em todos os núcleos socioeducativos na região (principalmente voltados à faixa etária de 14 a 18 anos);
- Que se retome, em fórum de discussão, pontos relevantes na conferencia de 2005. A saber: - O trabalho com egressos; a aplicação responsável da Lei; controle e posição da mídia; a revisão das sentenças acumulativas de medidas e controle efetivo do orçamento voltado às MSEs.
- Que haja mecanismos de controle do orçamento, no que diz respeito ao processo de industrialização, desenvolvimento e valorização com responsabilidade ambiental;

São Mateus – Lúdica

Eixo 1- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

- Criação de oportunidade para todos: emprego, grupos de debates (núcleo sócio-educativo e ensino público);
- Procurar organizações especializadas para tratar dos problemas de responsabilidade e compromisso social;
- Criação de instituições que lidem com as MSEs;
- Programas de orientação quanto à conscientização sobre a importância do respeito e valorização das diferenças;
- Implementação da proteção do Estado, da família e da sociedade;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

- Orientações quanto à importância da instituição familiar no desenvolvimento e formação da criança e do adolescente;
- Proporcionar espaços para discussões acerca da efetivação da igualdade social;
- Valorizar e respeitar a fala da criança e do adolescente;
- Mais espaços reservados à expressão e à sensibilização das crianças e adolescentes;
- Respeito à liberdade da infância;

- Efetivação e respeito aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.
- Maiores possibilidades de emprego para os pais.
- A educação deve contribuir para a saída da criança e do adolescente das ruas e do trabalho infantil;
- Criar espaços na comunidade, que tratem dos problemas da sexualidade;
- Incentivo a novas parcerias que possibilitem o acesso das comunidades carentes ao ensino profissionalizante;
- Melhorar as condições físicas e estruturais da escola para que o atendimento às comunidades seja de qualidade;
- Adequação das metodologias de ensino à realidade social das comunidades em que se encontram as escolas;
- Reforma das quadras das escolas;
- Criação de espaços para o acesso ao lazer, à cultura à prática de esportes;
- Ampliar possibilidades de projetos na escola que orientem e esclareçam questões referentes à sexualidade;
- Discussões norteadas por mediadores que busquem um diálogo entre pais e filhos;
- Materiais didáticos que possam elucidar as discussões realizadas;
- Escolas abertas para a comunidade;
- Incluir a temática da sexualidade nos núcleos/projetos de profissionalização;
- Oferecer espaços onde os adolescentes adquiram experiências com registro documentado;
- Criar condição para o primeiro emprego;
- Ênfase em educação ambiental nas escolas;
- Fiscalização efetiva e séria do desmatamento, e preservação das áreas verdes;
- Regularização dos loteamentos.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos.

- Maior investimento na infra-estrutura social como, por exemplo, ruas asfaltadas, limpeza e canalização de rios e córregos, tratamento de esgotos, reurbanização (construção de casas no lugar de favelas);
- Maior investimento em questões estruturais da sociedade como: transporte, saúde e educação;

São Miguel Paulista – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS

- Capacitação profissional, para atender adolescentes em conflito com a lei nos núcleos sócio-educativos.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

PROPOSTAS

- Melhor educação para o adolescente e o adulto, nos tempos livres.
- Qualificação na saúde. Médicos para adolescentes, que é uma idade de mudanças.
- Atendimento médico adequado para os adolescentes em postos de saúde e hospitais.
- Mais áreas de lazer.
- Ampliação dos núcleos socioeducativos para atendimento da criança e do adolescente de 7 a 14 anos e implantação de núcleos socioeducativos com atividades profissionalizantes para adolescentes de 15 a 18 anos, como investimento obrigatório.
- Equipe multidisciplinar nas escolas (psicólogos, assistentes sociais e professores que trabalhem a cidadania).
- Mais segurança dentro da escola, inclusive nos banheiros.

- Policiais não podem entrar nas escolas como policiais, apenas como profissionais que educam.
- Dar subsídio para a qualificação profissional do professor.
- Investir na educação para a criança e adolescente, sem precisar alterar a idade penal.
- A Prefeitura de São Paulo crie um sistema para RG Escolar.
- Participação da família na vida escolar do filho (escolas e NSE).
- Melhorar a estrutura das escolas, tanto física e pedagógica, com professores capacitados.
- Fazer valer a lei e proibir os estabelecimentos públicos de cobrança de qualquer contribuição em dinheiro referente à vida escolar. Ex: carteirinha.
- O aumento de centro médicos para atender crianças e adolescentes especiais.
- Criação do Conselho Tutelar da Vila Jacuí.
- Acabar com a promoção automática nas escolas.
- Ampliação dos núcleos sócio-educativos e profissionalizantes.
- Usar a mídia para melhorar a qualidade de vida e divulgar as leis, o ECA, inclusive entre os conselheiros.
- As entidades que atendem crianças e adolescentes enfrentam dificuldades quanto a renovação do registro do CMDCA. Criar uma fiscalização para não precisar de uma renovação, pois o fluxo é lento na hora da renovação, ficando preso.
- O Conselho Tutelar deve fiscalizar se a criança e o adolescente estão recebendo cuidados, proteção, educação, saúde e lazer, ou seja, em todos os espaços em que a criança e o adolescente convivem com menos burocracia e mais praticidade, eficiência e dignidade. O Conselho Tutelar deve estar atento a todos os momentos da vida das crianças e adolescentes afim de dar condições de uma vida digna.
- Que adolescentes tenham direito a voz, voto e vaga de delegado na Conferência Regional.
- Repúdio contra a redução da maioridade penal.
- Criar um Conselho de Ética dentro Conselho Tutelar para que o mesmo seja fiscalizado.
- Manter os fóruns regionais sempre em funcionamento.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Diminuir os gastos com as penitenciárias e investir mais na educação e na saúde.
- Que os vereadores participem das conferências, levando as propostas para a Câmara Municipal.

São Miguel Paulista – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

- Efetivar o cumprimento das leis que visam o bem estar da criança e do adolescente;
- Mais policiamento nas ruas e escolas. Deve haver respeito da parte dos policias, pois está ocorrendo abuso de autoridade;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Levar informações com mais clareza para a sociedade.
- É preciso que nas próximas Conferências Regionais haja mais divulgação nos jornais, na TV, Conselhos Tutelares e escolas.

PROPOSTAS:

- Promover palestras de conscientização e prevenção para os pais e adolescentes;
- A comunidade deve organizar eventos para a população, a fim de divulgar informações das quais muitos não têm conhecimento, como por exemplo: os direitos e deveres da criança e do adolescente;

- Mais áreas de lazer, onde a família e a comunidade possam interagir e, assim, a sociedade ficar menos violenta.
- É preciso que haja mais trabalho em todas as regiões e não apenas no centro. Muitas famílias têm dificuldade para se locomover a tais lugares, por isso, por não ter dinheiro, as famílias colocam as crianças para trabalharem nos faróis, umas até mesmo roubando.
- Inserção de crianças e adolescentes das ruas em programas específicos.
- Criar mais espaços em escolas, bairros, lugares públicos, para poder discutir o assunto da violência;
- Priorizar a cultura e o lazer, para que o adolescente e a criança não se envolvam com a marginalidade e nem precisem ir para muito longe de suas casas para terem acesso a esses espaços;
- Implantar núcleos socioeducativos no Jardim Helena.
- Buscar escolas capacitadas para atender deficientes;
- Solicitar melhoria no atendimento da área da saúde;
- Combater a situação de postos de saúde sem atendimento, sem remédios e com falta de médicos;
- Recuperar os hospitais em estado de calamidade, sem equipamentos apropriados até mesmo para uma cirurgia simples;
- Buscar melhores condições de atendimento a crianças e adolescentes;
- Pleitear áreas de lazer, cultura, cursos profissionalizantes, e melhora na educação.
- Maior investimento nas escolas, na área da cultura, do esporte, da qualificação profissional, da saúde, numa parceria com o Ministério da Educação;
- Investimento em cursos e palestras profissionalizantes, assim como sobre DST e outros assuntos;
- Investimento no trabalho de psicólogos nas escolas;
- Melhoria da qualificação dos profissionais de ensino em bairros pobres;
- Melhoria na estrutura hospitalar, com mais unidades de saúde, mais médicos, médicos especialistas para adolescentes, equipamentos e remédios gratuitos nos postos de saúde, mais vagas para consultas;
- Construção de mais escolas;
- Professores mais capacitados;
- Aumento da quantidade de profissionais da saúde que possam trabalhar motivando as ações de prevenção para diminuir o número de casos de emergências;
- Plantões de dúvidas nas escolas: aqueles que tiveram dúvidas durante a aula e não tiveram tempo de tirá-las, podem fazer isso aos finais de semana;
- Excursões para cinemas, teatros e parques;
- Organização de campeonatos na escola com a participação de toda a comunidade;
- Melhoria na dinâmica das aulas, com trabalho que enfoque temas atuais, com aulas e palestras sobre educação sexual e cidadania;
- Escolas com oficinas aos finais de semana, e clubes abertos para as crianças com natação, futebol, etc;
- Solicitação de um trabalho mais direcionado das ONGS, para que possam atender portadores de necessidades especiais;
- Construção de laboratórios (informática, química e outros);
- Criação de cursos profissionalizantes, vestibulinhos gratuitos e cursos de línguas;
- Aumento de postos policiais para combater a violência;
- Criação de novas quadras poliesportivas para o lazer da comunidade;
- Ampliação de projetos como o NSE;
- Ampliação das escolas (salas estão super lotadas);
- Ampliação e criação de Centros Culturais que tenham estrutura para cinema, museu, locais de diversão, teatro, inclusão digital, etc.
- Desenvolver campanhas publicitárias na televisão, mostrando que as crianças e adolescentes devem ser respeitados;
- Fazer valer a lei que proíbe o ato de se cobrar por provas e pela carteirinha escolar;

- Fiscalizar a entrega de leite em todas as escolas estaduais;
- Ampliar trabalhos sociais para a conscientização da população.
- Nas escolas, as aulas de artes devem ter música, grafites e danças, pois os jovens de hoje estão mais seduzidos por essas manifestações artísticas. As aulas de arte, normalmente, têm enfoque mais voltado para a arte de séculos passados, e o gosto dos alunos e jovens está sendo desprezado.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Ao invés de gastar com construções de cadeias para prender crianças de dezesseis anos (conforme aprovação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado), seria mais proveitoso investir em atendimento de qualidade à criança e ao adolescente.
- Maior investimento em lazer, cultura, esporte, saúde, educação, além de centros de capacitação, educando a criança de hoje, para não ser preciso punir o adulto de amanhã.

Sé – Convencional

Eixo 1. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento sócio-educativo.

PROPOSTAS:

- Sensibilizar a sociedade/comunidade para eliminação dos preconceitos;
- Exigir respeito aos adolescentes por parte dos policiais (sensibilização/normatização das ações);
- Municipalizar as seguintes MSEss:

a)Reimplantação do serviço de proteção jurídico psico-social;
b)A liberdade assistida deve ser um espaço de acolhimento e confiança;
c)Profissionalização e inserção efetiva de atividades sócio-pedagógicas.

Eixo 2: Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

PROPOSTAS

- Criar comissões intersecretariais com membros da sociedade civil, para articular os vários equipamentos públicos e privados locais, a fim de melhorar o atendimento de crianças, adolescentes e seus familiares;
- Investir em políticas voltadas para a família, que sejam elaboradas entre as diversas secretarias envolvidas, para que possa haver de fato investimentos em saúde e orientação familiar;
- Verificar as condições de educação da família;
- Propor capacitação profissionalizante com o objetivo da inclusão no mercado de trabalho;
- Abrir espaço para a participação de representantes de instituições que trabalhem com a infância e adolescência, sem restrição da faixa etária. Deve-se considerar a fase da vida;
- Solicitar que haja reuniões por micro áreas – intersecretarial e multidisciplinar – que entrem na agenda das instituições públicas, privadas e da sociedade civil;
- Investir na política de moradia para o centro da cidade;
- Ampliar a divulgação e qualificar as conferências e pré-conferências, para que entrem na agenda das instituições públicas, privadas e da sociedade civil;
- Solicitar que sejam incluídas as participações das escolas particulares nas próximas reuniões, assim como a comunidade local (comerciantes e moradores), para existir discussão com os que vivem no entorno. Deve haver um acolhimento dos mesmos;
- Ampliar o PSF (programa saúde da família);
- Deve haver grupos de orientação familiar e vídeos educativos, para que as famílias possam assistir enquanto estão em sala de espera;

- Trabalhar a questão da responsabilidade da paternidade. Trabalho voltado para a inclusão dos pais no pré-natal. Os grupos de orientação de pré-natais devem ser também para os pais das crianças;
- Solicitar a criação de um programa de famílias acolhedoras no centro da cidade. Essas famílias prepariam as crianças, para que elas fossem reinseridas em suas famílias de origem.
- Criação de escolas em período integral, com estrutura adequada ao seu funcionamento;
- Garantir a inclusão, permanência e sucesso escolar, desde a educação infantil;
- Valorizar os espaços culturais para o adolescente como teatro, cinema e dança;
- Solicitar passeios a chácaras e sítios;
- Reformular as grades das disciplinas, de acordo com a transformação da sociedade, uma vez que a escola ainda não conseguiu acompanhar suas mudanças. Conseqüentemente isso impossibilita a demanda dos adolescentes que aparecem nas instituições escolares;
- Capacitar continuadamente os profissionais das escolas;
- Repensar as metodologias e ações;
- Propor releituras do que é ensinar, da função da escola e do papel dos profissionais da educação;
- Implantar os grêmios escolares que legalmente são obrigados a existir. Adolescentes precisam ter espaço de autonomia e protagonismo para atuarem;

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos:

PROPOSTAS

- Estimular a expansão dos fundos municipais para investimento na criança e no adolescente;
- Propor maior transparência no gerenciamento e aplicação dos recursos desses fundos;
- Garantir ou legitimar porcentagem do orçamento dos municípios, estados e união, de forma a ser exclusiva para crianças e adolescentes;
- Ampliar o investimento dos profissionais envolvidos e comprometidos com essa população;
- Investir na prevenção, envolvendo todas as esferas da administração pública e privada, de forma a garantir uma rede social;
- Propor maior integração das secretarias nas discussões dos orçamentos;
- Focar em investimentos preventivos, ou seja, aqueles em escolas ou núcleos sócio-educativos, em vez de abrir casas como clínicas. Isso pode evitar que pessoas fiquem expostas a riscos;
- Investir na qualidade de ensino, lazer, cultura e transporte.
- Propor maior investimento nas instituições com ações de promoção da saúde e prevenção, tanto nas escolas como nas UMS (unidades municipais de saúde);

Sé – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

DESAFIOS:

- Combater atitudes arbitrárias da polícia;
- Combater o quadro de adolescentes sem esperança, em medida de privação de liberdade;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Lutar para a garantia do direito da criança e adolescente: à família, à moradia e à educação;
- Combater o envolvimento de adolescentes com drogas, por não terem outras alternativas, para ajudar a sustentar as famílias;
- Conscientizar de que o vício é um problema de saúde;

- Buscar que as escolas garantam a participação efetiva das crianças e adolescentes nos espaços de discussão acerca dos seus direitos, em fóruns, reuniões, conferências, etc.
- Evitar que a criança fique fora da escola, pedindo esmolas e vendendo drogas;
- Combater a exclusão, que leva a que algumas crianças se transformem em assaltantes, seqüestradores;
- Combater o desvio de dinheiro público por políticos corruptos;
- Combater sistema judiciário, no que se refere ao tratamento diferenciado aos políticos;
- Combater a situação de falta remédio, de comida, assim como falta de vagas nas escolas e também a falta de oportunidades, de uma forma geral.
- Combater a situação de parques sujos e destruídos;
- Propor a expansão do projeto redescobrindo o centro;
- Adequar o ensino para a realidade atual.
- Conscientização da população, em relação ao destino do lixo;
- Equiparação de procedimentos das secretarias de estado e município (ensino);
- Cumprimento da carga horária das aulas, pelos professores.

PROPOSTAS:

- Criação de programas de suporte às famílias;
- Encaminhamento das pessoas em situação de rua;
- Luta para manutenção na crença de que as pessoas são iguais, assim, todos têm direito de escolha;
- Valorização da educação, que é um direito e um dever da criança/adolescente;
- Criação de uma comissão estudantil;
- Solicitação de policiamento mais efetivo;
- Manutenção dos jovens ocupados, para afastá-los das drogas.
- Ampliação dos Núcleos Sócio-Educativos: espaços com atividades diversas, que complementem a jornada escolar para os adolescentes.
- Solicitar praças com parquinho;
- Solicitar piscina nas escolas;
- Solicitar dentista gratuito nos postos de saúde;
- Solicitar mais segurança para transitar;
- Investir em palestras abordando o tema saúde, nas escolas;
- Solicitar mais escolas técnicas e mais verbas para seus projetos;
- Investir em palestras e cursos com psicólogos, pedagogos e médicos dentro das escolas;
- Repensar o sistema de ensino supletivo;
- Distribuir camisinhas nas escolas todas as sextas-feiras;
- Planejar passeios culturais;
- Solicitar a construção de uma casa de cultura, onde o jovem possa ir para conviver com seus amigos; onde tenha espaços de leitura, música, dança, teatro, grafite, esportes, ensino de línguas (inglês, espanhol, francês), cursos profissionalizantes, bazares para venda de roupas e outros objetos feitos pela casa de cultura. Um lugar onde as pessoas possam fazer trabalhos de escola (biblioteca) e que tenha um espaço verde;
- Criar hospitais especializados no atendimento a crianças e adolescentes (por município);
- Melhorar o ensino no período noturno;
- Solicitar cursos de atualização de professores e metodologia;
- Melhorar o atendimento da saúde;
- Garantir atendimento em todas as UBS/PA, e priorizar crianças e adolescentes.
- Conscientizar a população quanto ao problema do lixo urbano, que deve ser responsabilidade de todos;
- Conservar as áreas verdes e sua ampliação;

- Conscientizar a comunidade da importância de as crianças tomarem banho todos os dias, escovarem os dentes e lavarem as mãos antes das refeições;
- Propor fazer uma campanha de divulgação – lixo zero – por meio dos meios de comunicação;
- Transformar terrenos baldios em fábricas de reciclagem;
- Colocar desempregados para trabalhar nessas fábricas;
- Colocar lixeiras de reciclagem nas ruas (a cada 3 casas), escolas, shoppings, bares e lugares públicos;
- Distribuir panfletos de conscientização à população, a fim de criar um projeto de reciclagem;
- Colocar um fiscal da reciclagem;
- Utilizar o exercício da segurança nas fronteiras da Amazônia, para assegurar a nossa floresta que é a nossa riqueza;
- Exibir filmes em que seja enfocada a importância da preservação da fauna e da flora e colocação de fotos de animais que são maltratados pela população;
- Exigir que o ensino da educação-física deve ser no mesmo horário/dia do período escolar;
- Exigir livre acesso aos equipamentos e espaços da escola como: bibliotecas, laboratórios, etc;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Investimento orçamentário para investimento nas áreas de saúde, educação, cultura, profissionalização, esporte e lazer

Santo Amaro – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

Eixo 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS

- Famílias sem orientação garantida pelo Poder Público;
- Precariedade do atendimento na saúde para crianças e adolescentes;
- Salas de aula com excessos de alunos;
- Conflitos freqüentes entre alunos e professores;
- Ausência de equipe multidisciplinares para atendimento nos bairros;
- Não há trabalho de apoio efetivo às vítimas de violência e abuso sexual aos mais carentes;
- Falta de setores especializados nos hospitais gerais para atendimento de crianças e adolescentes;
- Na região não há albergue familiar e nem feminino;
- Demanda de crianças e adolescentes que procuram espaços para atividades é muito alta na região.
- Poucos abrigos na região.
- O Conselho Tutelar não tem como atender rapidamente às necessidades do dia a dia. Os encaminhamentos demoram para serem efetivados.
- Pesquisas apresentam lacunas no levantamento dos bairros e pontos de maior vulnerabilidade. Indicadores mascaram cortiços e favelas.
- Definir as competências de gestão;

PROPOSTAS

- Trabalho efetivo familiar;
- Ampliação de especialidades na saúde (psicólogos, psiquiatras,etc.);
- Limite de alunos por sala respeitados;
- Ampliação de vagas escolares (construção de escolas, CEIs, EMEIs, CEUs);

- Diminuir a relação de alunos por professor;
- Equipe multidisciplinar na rede de atendimento da comunidade;
- Capacitação de profissionais da educação;
- Melhorar a rede de serviços públicos (implantar a integração entre os serviços);
- Implantar políticas públicas de cultura, lazer, segurança, educação, moradia, transportes, saúde e direito à escolha;
- Implantação do Programa Ação Família;
- Rapidez na implantação do SUS;
- Atendimento especializado em hospitais a vítimas de violências sexual;
- Ampliar a oferta de atendimento na área de saúde para crianças e adolescentes (hospitais gerais);
- Garantir o cumprimento do SUS em relação à saúde mental (psicólogo, psiquiatra, terapeuta ocupacional);
- Implantar albergue familiar e albergue feminino;
- Implantar atendimento para crianças e adolescentes nos abrigos;
- Ampliação dos Núcleos Sócio-Educativos I, II, III, e IV.
- Estabelecer novo olhar para os espaços de pobreza (análise dos dados de pesquisa);
- Estabelecer novo olhar para os pólos regionais (concentração de pobreza);
- Mudança de critérios e metodologias da pesquisa (realizada por distritos, elaboração de índices sociais);
- Facilitação do acesso à informação;
- Definir os papéis das pessoas que ocupam cargos no serviço público;

Eixo 3 – Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

PROPOSTAS

- Implantar controle social do orçamento através do Conselho Tutelar, Conselho de Assistência Social, reforço dos fóruns com representação;
- Previsão de um orçamento emergencial para os serviços básicos para crianças e adolescentes incluindo os conselhos tutelares;
- Melhor distribuição dos recursos orçamentários nas três instâncias de governo voltadas para a assistência social.
- Garantir o acesso gratuito à cultura incluindo no orçamento transporte, ingressos, alimentação as crianças e adolescentes;
- Municipalização dos serviços com qualidade sem redução de verbas, funcionários e atendimento multidisciplinar;
- Aumento de profissionais qualificados em toda rede de serviços com repasse de verbas públicas.

Obs: A proposta de fortalecer fóruns regionais é transversal em todos os eixos e tarefa da sociedade civil.

Santo. Amaro – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

Propostas:

- Estreitar os contatos entre a Vara da Infância, Conselho Tutelar e CEDECA;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Ampliar os espaços democráticos na sociedade, principalmente nos bairros.

- Melhorar o atendimento nos postos de saúde e nos hospitais existentes.
- Colocar profissionais mais qualificados nos diferentes postos contratar profissionais especializados no atendimento aos adolescentes.

PROPOSTAS

- Que o poder público dê mais atenção aos bairros;
- Tirar as crianças e jovens das ruas, inserindo-os em programas específicos;
- Mais informação para a população sobre o CRECA (não é lugar de marginal, mas de jovens que precisam);
- Obediência às leis existentes. Ex: empregar jovens de 16 anos em empresas com mais de 60 empregados;
- O adolescente poder trabalhar com 16 anos;
- Criar leis que garantam a igualdade social;
- Melhorar o atendimento à saúde com a construção de mais postos de saúde e hospitais e equipá-los com equipamentos modernos. Contratação de médicos, treinamento de funcionários para atendimento à população. Melhorar a distribuição de remédios nos Postos de Saúde. Estender o atendimento aos finais de semana (oftalmologista, dentista, etc);
- Ampliar as opções culturais com a implantação de telecentros, salão de Hip-Hop, bibliotecas e brinquedoteca. Implantar Casas de Cultura, com cursos de dança, teatro, música, salas de jogos, etc. Implantar Centro Sócio-Cultural com espaço para cursos profissionalizantes, como cabeleireiro, manicure, informática, eletrônica, mecânica, encanador, culinária, idiomas, etc.
- Aumentar a oferta de práticas esportivas gratuitas; ampliar as áreas de lazer, clubes, quadras poliesportivas, quadras de tênis, ginásios poliesportivos, centros- recreativos, piscinas, pista para bicicleta e skate;
- Melhorar a infra estrutura urbana implantando mais semáforos, iluminação, segurança, pontos de ônibus com bancos e cobertos. Melhorar a distribuição das farmácias.
- Melhorar o ensino com a construção de mais escolas nos bairros de baixa renda, contratar mais professores e qualificá-los melhor, Contratar professores substitutos, porque há professores que faltam muito. Melhorar a oferta de cursos gratuitos e cursos profissionalizantes. Implantação de telecentros, para poder fazer as pesquisas escolares. Ampliar a oferta de aulas de informática, computadores novos, aulas de laboratório. Oferecer mais passeios e excursões.
- Melhorar a limpeza nas escolas, principalmente nos banheiros, colocando papel higiênico. Melhorar o transporte escolar gratuito. Distribuir a todos os alunos sua carteirinha escolar. Melhorar a qualidade da merenda. Melhorar as instalações escolares lousa, carteiras, cadeira). Implantar atendimento médico (enfermeira) nas escolas;
- Reformar as quadras, colocando coberturas, reformar as salas de aula, os banheiros, ter banheiros para deficientes físicos; mais material para prática de esportes de melhor qualidade; oficinas de várias atividades como: ballet, capoeira, dança, etc;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:

- Destinação orçamentária para as áreas de saúde, esporte, cultura, lazer e profissionalização.

Vila Mariana – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS

- Mudança na visão de aplicar a Medida de privação de Liberdade dos adolescentes. Refletir junto ao Judiciário na aplicação das MSEs, garantia da efetiva aplicação do SINASE e fiscalização das entidades executoras;
- CMDCA – Trazer os atores para discussão e esclarecimento dos norteadores das MSEs;

- Alteração da metodologia das discussões dos eixos;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

PROPOSTAS:
Cidadania:

- Escola de qualidade para todos com professores preparados e presentes à sala de aula;
- Políticas públicas de orientação às crianças e adolescentes para respeito aos idosos;
- Direitos das crianças e adolescentes; participação em conselhos, a partir dos 7 anos.
- Creches da região (trata-se de região de passagem) com horário ampliado, até que a mãe chegue ao local.
- Funcionamento em período integral das (MFIS). Exemplo: Escola João Carlos Borges, principalmente quando a criança chega aos 7 anos.
- Compatibilizar a demanda escolar; que o sistema fique mais integrado.
- Nos hospitais, médicos substitutos nas áreas mais necessárias;
- Priorizar no atendimento educacional e ambulatorial, o respeito às crianças e adolescentes com necessidades especiais;
- Capacitação para crianças e adolescentes, para inseri-los no mercado de trabalho;
- Atendimento às famílias que possuem filhos portadores de necessidades especiais;
- Ampliar programas de atendimento às famílias, na área da saúde;
- Integração entre as várias secretarias, no atendimento às crianças e adolescentes.
- Políticas públicas efetivas para o fortalecimento das famílias, à fim de co-responsabilizá-los na garantia de direitos e conseqüentemente deveres, como prevenção ao ato infracional.

Mídia:

- Ter conhecimento das políticas públicas da região;
- Ter acesso a informação dos projetos na região do Projeto Integra São Paulo;
- Campanhas educativas, através dos jornais de bairro.
- Atualização e mapeamento das favelas/cortiços, dos pontos onde ficam as crianças e adolescentes;
- Programas na educação de monitoramento da evasão escolar;
- Programas de atendimento integral nas escolas e creches;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

PROPOSTAS:

- Incluir no orçamento municipal a melhoria nos transportes, prevendo a ampliação dos casos de gratuidade;
- Conscientização dos avanços/rumos dos programas sociais;
- Programas de protagonismo infanto-juvenis para que estes se apropriem das informações sobre orçamento participativo (PPA-LOA-LDO), desde o início do Ensino Fundamental;
- Conscientização para as famílias sobre cidadania, direitos e inclusão social;
- Avaliação por parte do CMDCA da execução e aplicação do orçamento público;
- Controle social à partir da participação popular, especialmente dos jovens;

Vila Mariana – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

- Combater as grandes dificuldades de ingresso no mercado de trabalho: preconceito, desqualificação;
- Divulgar os direitos das crianças e adolescentes e o ECA;
- Aprimoramento do Poder Judiciário

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS

- Melhorar as condições de ensino;
- Ampliar os espaços de lazer e cultura;
- Aumentar o respeito à vida;
- Combater a exclusão social;
- Combater a violência familiar;
- Melhorar as condições de habitação;
- Melhorar o atendimento à saúde;
- Preservar os lugares públicos;
- Combater a prostituição infantil;
- As escolas devem ser mais atrativas proporcionando melhor educação, melhor formação cultural e propiciar atividades extra-curriculares;
- Deve haver maior harmonia e união entre professores e alunos
- Combater a poluição visual, ambiental e sonora;
- Preservar a natureza e a qualidade dos alimentos;

PROPOSTAS

- Construção de espaços culturais que atendam a comunidade;
- Desenvolvimento de regras de convívio que privilegiem o respeito entre as pessoas, combata a discriminação e estabeleça relações de solidariedade e harmonia entre as pessoas;
- Melhorar as condições gerais de vida, com a disponibilização de emprego seguro, mais habitação, estudo continuado e profissionalizante e outras propostas que proporcionem uma vida mais feliz;
- Melhoria das condições de ensino com a contratação de mais professores e sua capacitação, construção de laboratórios, implantação de projetos recreativos, promoção de passeios e excursões; implantação de projetos interdisciplinaridade, como artes e educação física, educação sexual; integração social através de atividades extra-curriculares, como campeonatos e torneios;
- Melhoria das condições físicas da escola com a melhoria da limpeza, construção de equipamentos esportivos, aquisição de móveis melhores e adaptados às necessidades escolares, compra de computadores, distribuição e obrigação de uso de uniformes; instalação de bebedouros e ventiladores nas salas de aula;
- Propiciar mais acesso das crianças aos bens culturais como museus, exposições, concursos de poesias, lazer, dando especial atenção a crianças com necessidades especiais;
- Ampliar a presença de pessoal da saúde, sociedade civil e familiar nas escolas.
- Aumento do Programa Bom Prato, com oferta de café da manhã e jantar;
- Construção de Postos de saúde e Hospitais; Contratação de médicos especialistas em adolescentes nos postos de saúde;
- Criar programas de educação sexual para toda a família, de forma a ampliar o diálogo sobre o tema; implantação nas escolas de programas/projetos de orientação sexual a partir dos 13 anos;
- Desenvolver programas de profissionalização para moradores de rua e educação para seus filhos;
- Melhorar as escolas com a implantação de mais telecentros, mais lazer e ampliar o programa Escola da Família. Qualificar melhor os professores; implantar programas para aumentar o respeito entre professores e alunos; Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes; Ampliar as ofertas formação: curso de informática, de inglês, cursos técnicos profissionalizantes, desenvolver programas de estágios;
- Abordar o problema das drogas na escola e na mídia;
- Ampliar os espaços de lazer como combate à violência;

- Combater o preconceito;
- Implantar programas familiares para a divulgação dos problemas de drogadição. Ampliar o diálogo entre pais e filhos sobre o problema das drogas;
- Melhorar as condições de emprego: bom salário, alimentação, plano de saúde, vale transporte, carteira de trabalho assinada (registrada)
- Difundir esportes alternativos;
- Construção de espaços para a prática de modalidades pouco convencionais;
- Divulgar formas de preservação do meio ambiente, estimular campanhas de limpeza;
- Estimular campanhas de lixo no lugar certo e não jogar lixo nas praias, nos parques, etc.;
- Fazer mutirões de plantações e estimular o plantio de alimentos saudáveis a preços mais baixos;
- Preservar as florestas e a natureza;
- Proporcionar mais contatos com a natureza e ampliar as áreas verdes da cidade;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Divulgar melhor o uso e melhorar a distribuição das verbas para os programas com crianças e adolescentes

Vila Prudente – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTA:

- Maior integração entre escolas, ONGs e equipamentos públicos para a ressocialização de adolescentes em conflitos com a lei.

Eixo 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIO:

- Em nossa região há, ativo, o Fórum de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente que busca inserção dentro de equipamentos já constituídos e também a participação das escolas;
- Existe um sub aproveitamento dos equipamentos de atendimento como CEUs sem utilização plena, CDMs não contemplam plenamente os objetivos;
- Faltam programas para utilização plena, durante o ano todo, dos equipamentos de atendimento à criança e ao adolescente;

PROPOSTA:

- Que os órgãos centrais promovam a articulação entre diferentes sistemas de atendimento à criança e ao adolescente em nossa região, dentre as quais se incluem as escolas. Esta articulação pode gerar fóruns, encontros e seminários com o objetivo de gerar um protocolo único de intenções;
- Necessidade de equipes multidisciplinares em todos os equipamentos;
- Aproveitamento de estagiários das faculdades neste atendimento multidisciplinar;
- Escolas realizarem projetos próprios de esporte, cultura e lazer, aproveitando a infra-estrutura dos CEUS.
- Criar uma equipe técnica especializada em: psiquiatria, psicologia, hebiatria e fonoaudiologia nos postos de saúde. A escola precisa ter uma ligação maior com o postos de saúde.
- Formação de jovens para trabalhar como agentes de saúde com a comunidade, informando outros jovens sobre questões referentes à sexualidade.
- Elaboração de programas que, além de prestar atendimento, justifiquem os investimentos em infra-estrutura dos equipamentos já existentes.

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

PROPOSTAS:

- Incentivar a participação dentro do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da região e participação popular para gerenciar o orçamento destinado à educação.

Vila Prudente – Lúdica

EIXO 1 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

DESAFIOS

- Diminuir o preconceito no trabalho e na escola: Ex-Febem, tatuagem, piercing. Escolas discriminam egressos ou quando os aceitam, os restringem , e separam, expondo-os a situações constrangedoras perante o quadro de professores, funcionários e colegas.
- Contrariedade à redução da Maioridade.
- "Punição já existe e é igual a do maior": só muda o nome.
- Diminuir a idade não melhora a situação – a Fundação Casa é a mesma coisa – Escola do Crime.
- Polícia – preconceito – agressão – não cumprimento da legislação.
- Os jovens se sentem mais protegidos pelos criminosos – a criminalidade dá status. Jovens com bons carros e roupas não são abordados.
- Limpar a ficha aos 21 anos – até lá já está no presídio.

OUTROS DESAFIOS

- Porque jovem caminha para o crime?
  - Questão de status
  - Questão de sobrevivência
  - Falta de oportunidade – analfabeto funcional, preconceito.
  - Dinheiro fácil
  - E quem tem o dinheiro?
  - Drogas- vício.
  - Desarranjo familiar.
  - Cobrança do Grupo.
  - Roupas- drogas.
  - Entrou para o grupo e não pode sair.
  - "Se não corre com nóis, corre com outro".
  - Modelos estereotipados pela mídia – baixa auto estima.

PROPOSTAS:

- Preparar Escolas para eliminar preconceitos em relação aos egressos em MSE
- Eliminação da ficha de antecedentes via Internet, que prejudica a reinserção do egresso no mercado de trabalho.
- Fazer estudos para modificação dos currículos do ensino médio para que os mesmos preparem seus alunos para a realidade do mercado de trabalho.
- Preparar os policiais para lidar com as abordagens nas ruas, a fim de eliminar o conceito de que os adolescentes se sentem mais protegidos pelos criminosos.
- Fazer campanha em nível nacional contra a aprovação da emenda 18.

Vila Prudente (Sapopemba) – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

DESAFIOS

- Garantir a intersetorialidade nas ações.
- Esclarecer os papéis do poder público estadual, municipal e da sociedade civil organizada na consolidação da municipalização das MSE.
- Divulgar e esclarecer sobre a contrariedade à redução da maioridade penal.

PROPOSTAS

- Ampliar o atendimento e acompanhamento das MSE em meio aberto, tanto do grupo de risco, quanto dos que estão sob privação de liberdade na Fundação Casa.
- Implementação de uma República para adolescentes.

Eixo 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS

- Mobilização da comunidade.
- Visão e atendimento global das famílias, por parte dos agentes e profissionais dos serviços.
- Melhoria da condição de habitação e qualidade de vida dos moradores em favelas.
- Carência familiar e violência.

PROPOSTAS

- Especialidades Médicas no Hospital Sapopemba:
  - Ortopedista
  - Neurologista
  - Cardiologista
  - Psicólogos
  - Psiquiatra
- Trazer para Sapopemba as coordenadorias básicas, como SUS, SUAS e Educação.
- Formação para as pessoas que integram o Conselho Gestor de Saúde.
- Implantação de um CTA em Sapopemba.
- Inclusão, no quadro de funcionários das escolas, de psicólogo e assistente social para assessorar os professores e atender os alunos.
- Formação contínua para o corpo docente.
- Revisão do Projeto Educativo das EMEIs.
- Acessibilidade para as pessoas com deficiências, nas escolas que exigem adequação da estrutura física.
- Preparação dos profissionais das escolas para acolher as pessoas com deficiências.
- Implantação de Casa de Cultura em Sapopemba.
- Implantação do Projeto “Fábrica de Cultura”, já que existe no orçamento.
- Reformas nos CDM e que estes estejam abertos para a comunidade e audiência pública para tratar da situação dos CDMs da Região (denunciar a situação dos CDMs que, algumas vezes cobram para ingresso).
- Conservação, por parte do poder público, dos espaços de lazer comunitários.
- Implantação de áreas de esporte e lazer nos bairros: Jardim Elba, Fazenda da Juta, Parque Santa Madalena.
- Revisão das políticas de habitação no que diz respeito ao atendimento às famílias residentes em área de risco, não atendendo somente em bolsões, mas, também, em casos isolados.
- Aplicação efetiva de políticas habitacionais que atendam às necessidades da população.
- Limpeza e canalização dos córregos: Buraco do Tatu, Oratório, Jean Gabin, Pró-Morar e o córrego localizado nas ruas Frederico Martins e Arrastão.
- Tratamento do lixão localizado na “Rua Nova” do Parque Santa Madalena.
- Criação, por parte do governo, de programas de coleta seletiva e conscientização para a população de Sapopemba.
- Preservação da área verde do bairro Fazenda da Juta.

- Expansão da implementação do Programa “Ação Família”.
- Ampliação dos projetos de lazer e cultura.
- Fortalecimento dos Conselhos Gestores dos CEUs de Sapopemba.
- Urbanização das favelas em parceria com as organizações da região, segundo definição de prioridades.
- Formação de profissionais das escolas, com capacitação social para os professores (conhecer e debater o ECA).
- Ampliação do atendimento à Educação Infantil.
- Abertura das escolas para a comunidade, com o apoio de pessoas da comunidade.
- Reimplantação das ruas de lazer.
- Representação da Saúde no FDCA.
- Período integral para a Educação Infantil.
- Ampliação do acesso ao Ensino Médio.
- Representação das organizações não-governamentais nos Conselhos Escolares.
- Monitoramento, pelo Conselho Tutelar, nas escolas, a ser debatido no Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Ter no máximo 25 alunos por sala de aula.
- Apresentação, pelo poder público, de política de esporte, cultura e lazer para a região, até 30 dias após a Conferência Municipal, que preveja atendimento às pessoas com deficiência.
- Audiência entre CMDCA e Secretário de Transportes para criar possibilidade de trabalho conjunto, visando:
  - Ampliação do serviço de transporte adaptado, para atender, não somente cadeirantes, mas outras pessoas portadoras de deficiências;
  - Garantia de transporte para que crianças e adolescentes possam participar de atividades em vários espaços (teatro, escolas);
  - Realizar levantamento da demanda;
- Criação de uma sub-prefeitura para Sapopemba.
- Criação de um centro de referência à família e à mulher em Sapopemba.
- Atuação conjunta entre os movimentos de defesa da criança e do adolescente e a Secretaria do Trabalho, visando:
  - Criação de espaços para qualificação dos trabalhadores;
  - Realização de Censo de crianças e adolescentes no tráfico e no trabalho doméstico.
- Limitar o número de crianças e adolescentes nas casas de acolhida e que o atendimento seja realizado de acordo com a natureza dos grupos (por exemplo, população de rua).
- Criação de uma cartilha contendo argumentos sobre a razão de não se apoiar a lei que estabelece a redução da maioridade penal.
- Implementar a Delegacia da Mulher e Delegacia especializada em Criança e Adolescente.
- Implementação, em Sapopemba, do Pólo de Prevenção à Violência Doméstica.
- Implementar o modelo de Polícia Comunitária na Região.
- Implantação de CAPS:
  - Álcool e drogas para adolescentes e adultos;
  - Saúde Mental Infantil;
  - Saúde Mental Adulto.
- Ampliação do número de veículos do Programa Atende.
- Criação e ônibus adaptados para garantir o maior número de pessoas com deficiências.
- Revitalização dos Hospitais de Sapopemba, e atendimento com capacidade plena.
- Contratação de médicos.
- Criação de um CAPS.
- Programas de habitação para a região.
- Rever política de Cheque-despejo.

Eixo 3 – Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

PROPOSTAS

- Criação de uma comissão com representantes desta conferência para acompanhar os trabalhos da comissão de orçamento, na Câmara Municipal de São Paulo.
- Maior transparência nos orçamentos e na prestação de contas.
- Criação de grupo de trabalho para acompanhar o orçamento público.
- Elaboração de Políticas de financiamento popular.
- Maior autonomia dos movimentos para constituição e gestão dos recursos.

VilaPrudente (Sapopemba) – Lúdica

EIXO 1 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

- Divulgação dos trabalhos que são realizados em relação às MSEs;
- Inclusão e abertura de oportunidades de acesso de adolescentes em MSEs ao mercado de trabalho;
- Maior aceitação e menor discriminação de adolescentes em cumprimento de MSEs nas escolas.

Eixo 2: Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

- Real oferta de medicamentos nas UBSs da região;
- Ampliação e divulgação de locais que atendam a usuários de drogas e álcool;
- Desenvolver projeto sistemático de orientação aos parceiros sobre o uso correto e distribuição de contraceptivos e sua importância, além do tema gravidez precoce;
- Criação e ampliação de serviços públicos que desenvolvam atendimento a famílias de usuários;
- Campanhas educativas sobre DST-AIDS;
- Ampliação do quadro médico e demais profissionais nas unidades de Saúde;
- Desenvolver projetos de trabalho com a família sobre o uso da camisinha;
- Ampliar a freqüência de palestras nas unidades de saúde sobre a saúde na sua globalidade;
- Melhoria na qualidade da Merenda Escolar;
- Desenvolver processos de Formação para professores, pela Secretaria de Educação;
- Incentivar a participação das crianças e adolescentes nos grêmios estudantis das Escolas;
- Menor burocratização para participar dos equipamentos abertos à comunidade;
- Incentivar a participação das famílias nas APMs;
- Criar e melhorar os espaços públicos de lazer na região;
- Criação e revitalização das quadras, pistas de skate, brinquedos fixos e outros nos espaços dos CDMs;
- Construção de palco e espaços cobertos nas praças para apresentações artísticas;
- Ampliação no número de equipamentos públicos para atendimento das crianças além do horário escolar;
- Criação de um Centro Cultural na região;
- Propostas de projetos de geração de renda para os pais na região;
- Projetos de capacitação profissional para a família;
- Aumentar as linhas de ônibus e o número de carros nas linhas que atendem a região;
- Sensibilização de condutores das linhas de ônibus para melhor atendimento à população;
- Ampliar o atendimento do Programa ATENDE, inclusive para atividades de lazer e cultura;
- Adequação dos locais de lazer para que seja possível o acesso de pessoas com necessidades especiais;
- As escolas, a mídia, as instituições públicas governamentais, empresas privadas, etc... devem desenvolver ações concretas de sensibilização e conscientização quanto ao enfrentamento do super aquecimento do planeta para economia da água, diminuição do desmatamento, redução, coleta e reciclagem do lixo inorgânico na região de Sapopemba;
- Aulas de meio ambiente e reciclagem obrigatório nas escolas;
- Construção de mais unidades habitacionais;
- Maior infra-estrutura de saneamento na região e de asfalto.

Jaçanã-Tremembé/ Santana-Tucuruvi/ Vila Maria-Vila Guilherme - Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

Propostas:

- Cursos de capacitação e campanhas de esclarecimento para trabalhadores sociais, ONG's, OG's, Conselhos de Direito e Tutelares sobre o que é e como funcionam as medidas sócio-educativas e contrárias a redução da maioridade penal;
- Fim das "cadeias" para o atendimento de adolescentes em Medida Socioeducativa de privação de liberdade;
- Sugerir à OAB que inclua nos seus exames matérias sobre o direito da infância e da juventude;
- Sensibilização do Judiciário e da mídia sobre o caráter das medidas socioeducativas e SINASE;
- Que o CMDCA, CONDECA e o CONANDA promovam encontros de articulação dos atores do Sistema de Garantia de Direitos para promoção da visão interdisciplinar e do atendimento em rede referente ao SINASE;
- Criação e implantação de uma delegacia especializada no atendimento à violação de direitos da criança e do adolescente na Zona Norte;
- Efetivação da Defensoria Pública, garantindo o acolhimento dos relatórios técnicos do serviço social e atendimento psicológico, com garantia efetiva da defesa técnica;
- Fortalecimento do Conselho Tutelar para atendimento na defesa dos direitos do adolescente autor de ato infracional. Única possibilidade de atuação do Conselho Tutelar nesse segmento;
- Regionalização efetiva do atendimento, em cumprimento ao ECA, com unidades que tenham comitês gestores compostos por comunidade do entorno, familiares e adolescentes atendidos;
- Implementação do modelo de atendimento inicial em MSE de privação de liberdade, em unidades que atendam o art.88 do ECA, principalmente o inciso V, como ocorre no Núcleo de Atendimento Integrado de São Carlos;
- Ampliação das unidades de atendimento para MSE em regime de semi-liberdade;
- Efetivação de destinação de verbas pelos três níveis de governo, conforme preconiza o SINASE, em todas as modalidades de MSEs.

Eixo 2: Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

PROPOSTAS:

- Elaboração e implantação de uma política municipal para prevenção e atendimento ao uso abusivo de drogas, sob responsabilidade do CMDCA e Conselho Municipal de Saúde;
- Fortalecimento e ampliação de políticas públicas para adolescentes e famílias nos bairros localizados em setores censitários que apresentam maior grau de vulnerabilidade social e maior demanda para a área social, com destaque para os núcleos socioeducativos;
- Proporcionar nos Núcleos Socieducativos e escolas, alternativas de lazer, esporte e convivência familiar, com ênfase na solidariedade;
- Fortalecimento do SUAS e dos CRAS pelos municípios;
- Ampliação dos pólos culturais e telecentros e criação de ruas de lazer e praças, ouvindo a comunidade e respeitando suas especificidades;
- Manutenção do programa Escola de Família, com garantia de qualidade no atendimento e segurança;
- Criação, na rede municipal, de programa similar com participação das comunidades em sua elaboração;
- Elaboração de políticas públicas de fortalecimento e empregabilidade na região Norte 2;
- Implementação de Assistentes Sociais, Psicólogos e outros profissionais nas escolas;
- Incrementar a participação das famílias nas escolas, com atividades direcionadas e oficinas;
- Criação de centros de integração cultural com cinema, teatro e áreas esportivas;
- Implementar medidas sócio-pedagógicas que se preocupem com o respeito das faixas etárias;

- Capacitação do profissional da área de educação para lidar com os problemas de ordem social;
- Orientação para os pais nas escolas, quanto à educação de seus filhos;
- Criação de cursos profissionalizantes focados na região;
- Efetivação do artigo 90 do ECA: implementação de núcleos de orientação e apoio sócio-familiar;
- Manutenção e ampliação do atendimento de crianças e 0 a 5 anos e 11 meses nos Centros Educacionais em tempo integral;
- Reestruturação do Núcleo de Referência para Implantação do SIPIA no estado de São Paulo, conforme resolução 13, revogada pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

PROPOSTAS:

- Criar e fortalecer fóruns regionais de defesa da criança e do adolescente, com ampla divulgação, com participação integral dos Conselheiros Tutelares e para que se cumpra o artigo 136, inciso IX do ECA;
- Que o Plano Anual de Diretrizes Orçamentárias seja elaborado e aprovado com equidade, onde as regiões mais pobres recebam maiores recursos, potencializando um projeto de igualdade;
- Destinar verbas para a formação de grupos culturais;
- Destinar 5% do orçamento municipal para políticas específicas de atendimento e proteção às crianças e adolescentes, como garantia de direito;
- Que o Orçamento Criança (toda política pública de atendimento, nas três esferas) tenha caráter imperativo e não meramente autorizativo, em cumprimento ao preceito constitucional da prioridade absoluta;
- Realização de cursos de planejamento e gestão orçamentária para trabalhadores sociais, ONG's, OG's, Conselhos de Direito e Tutelares;

Jaçanã-Tremembé/ Santana-Tucuruvi/ Vila Maria-Vila Guilherme - Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

PROPOSTAS:

- Construção de mais Casas de Reabilitação para usuários de drogas;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Divulgação do ECA;
- Igualdade social.

PROPOSTAS:

- Campanhas que incentivem a retirada de crianças das ruas e as levem para a escola.
- Reivindicação dos direitos das crianças e adolescentes;
- Melhoria salarial dos pais e responsáveis;
- Implantação de Delegacias da Mulher em todos os bairros;
- Ampliação/melhoria da ronda escolar diária;
- Redução da quantidade de alunos por sala de aula;
- Cumprimento das normas das escolas;
- Abertura das escolas nos finais de semana
- Conscientizar a população sobre o preconceito e discriminação;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:

- Falta de segurança;
- Deficiência do Sistema Educacional;
- Falta de interesse e despreparo por parte dos professores;
- Precariedade da estrutura física das escolas;
- Desorganização para o recebimento do auxílio do Programa Bolsa Escola: alunos se cadastram e não recebem o benefício;
- Redução da violência nas ruas;
- Falta de saneamento básico;
- Má conservação das ruas.

PROPOSTAS:

Investimento orçamentário para:

- Contratação e capacitação de policiais;
- Programas de qualificação de professores;
- Conservação das escolas;
- Construção de novos hospitais e melhorias nos existentes, no atendimento, médicos, aparelhos, etc;
- Construção e reforma de praças, CEUS, Centros Esportivos e telecentros;
- Construção de bibliotecas;
- Criação de espaços de atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer;
- Distribuição gratuita de remédios;
- Atendimento psicológico e fonoaudiológico nos postos de saúde;
- Construção de um cinema e um teatro no bairro;
- Implantação de coleta seletiva nas escolas e ruas;
- Iluminar e asfaltar as ruas e consertar as calçadas

ANEXO I – CONFERÊNCIAS DCAS 2007 – REGIONAIS

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8.069/90, comunica que,

Considerando Audiência Pública de Prestação de Contas e Avaliação das Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente 2007 anexo;

Considerando a necessidade de resistematização das propostas das Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente 2007, Regionais e Municipais, pela Comissão Central das Conferências;

Considerando que a resistematização ocorreu, pelo entendimento da Comissão, de que não houve propriedade da Assessoria em relação às temáticas, tendo em vista que muitas das propostas estavam em eixos não condizentes à orientação do CONANDA relativa à VII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando ainda que em relação à sistematização não houve a separação de propostas em âmbitos Municipal, Estadual e Nacional;

Considerando a utilização de termos inadequados e fora do contexto atual dentro do Sistema de Garantia de Direitos;

Considerando a não alteração, inclusive solicitadas em Plenário das Conferências Municipais, de propostas não condizentes com a deliberação em Conferências Regionais;

Considerando o acréscimo na sistematização realizada, feito pela Assessoria em questão, de pontos não deliberados pelo Plenário da V Conferência Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescente e VII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente;

A Comissão Central das Conferências DCAs 2007, emite o parecer de realização parcial da Execução de Serviços realizados pela Assessoria de Metodologia – Ação Social & Políticas Públicas Ltda;

Comissão Central das Conferências DCAs 2007

Aricanduva – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE) como marco regulatório ao atendimento sócio-educativo.

DESAFIOS:

- Inclusão de jovens em MSE nas escolas é dificultada pelos próprios profissionais da educação;
- Inclusão do jovem na sociedade após a medida é precária e quase inexistente;
- Falta de cidadania nas relações entre jovens e adultos;

PROPOSTAS:

- Capacitação do corpo docente e demais profissionais para o atendimento social e psicológico dos jovens em MSE;
- Inserção no mercado de trabalho através de programas específicos de emprego aos jovens sob medida sócio-educativa;

Eixo 2: Plano Nacional de Convivência Família e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS:

- Escassez de instituições sociais de atendimento aos jovens de 14 a 25 anos;
- Jovens com cursos profissionais ao saírem de abrigos não encontram empregos;
- Ausência de equipamentos preparados para portadores de necessidades especiais;

PROPOSTAS:

- Criação de repúblicas para jovens que saem dos abrigos;
- Levantamento das famílias da região que necessitam de inclusão nos programas sociais;
- Maior oferta de cursos profissionalizantes;
- Continuação de benefícios para jovens egressos de abrigos até a reinserção no mercado;
- Criação de novos NSEs em Vila Formosa;
- Reativar o PAT (Programa de Atendimento ao Trabalhador) da Rua Bactória, n. 38, Manchester;
- Reconstrução de espaços de lazer que já existem na região;
- Equipes multiprofissionais atuando nas escolas e nos serviços públicos para a criança, adolescente e família;
- Divulgação do Telecentro Taubaté e criação e novos telecentros;
- Reestruturação do Postos de Saúde da região;
- Reestruturação da Escola Municipal Sebastiana Minhoto;
- Ampliação de creches na região;
- Ampliação das equipes de especialistas na área de saúde infantil: psiquiatra, psicólogo, assistente social, nos serviços de saúde;
- Ocupação planejada de áreas ociosas da região;
- Implementar atividades de recreação na região;
- Implementar os direitos de crianças e adolescentes especiais nos serviços públicos: hospitais, escolas, etc;
- Incluir no currículo escolar aulas de cidadania;
- Ampliação de abrigos e criação de repúblicas para jovens;

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

DESAFIOS

- Recursos insuficientes principalmente nas saúde, creche e educação infantil e programas de apoio como os NSEs;
- Programas sociais com desvios de bolsas.

PROPOSTAS

- Aumento de orçamento para programas voltados para as crianças e adolescentes em todas as secretarias;
- Aumento de investimento *per capita* para políticas sociais básicas;
- Equidade no orçamento quando de sua distribuição pelas áreas, priorizando as áreas de atendimento direto à população;
- Mais fiscalização na distribuição das bolsas de programas sociais;
- Aperfeiçoamento das metodologias de pesquisa para estabelecimento de índices sociais como suporte para as políticas públicas e distribuição do orçamento

Aricanduva – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTA

- Proporcionar estudo a(o) adolescente em MSE de internação;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS

- Combater o preconceito;
- Oferecer mais segurança a comunidade;
- Combater as drogas;

PROPOSTAS

- Conscientizar a criança e o adolescente sobre seus direitos e deveres;
- Propor a volta da censura nos meios de comunicação;
- Proporcionar emprego aos jovens;
- Conscientizar jovens sobre drogas e gravidez na adolescência;
- Falta diálogo entre professores e alunos;
- Diminuir o número de aulas vagas;
- Motivar professores;
- Falta de segurança nas escolas;
- Falta de equipamento esportivo e monitores;
- Melhorar a qualidade do ensino público para que as escolas possam preparar seus alunos para o Vestibular através de: melhoria do salário dos professores, capacitação dos professores, melhoria do planejamento das aulas; melhoria no planejamento do conteúdo das aulas dentro da Progressão Continuada; promover melhor interação entre professores e alunos; implantar nas escolas públicas cursos de línguas como inglês, espanhol e francês; Fornecer bolsa auxílio aos alunos com bom desempenho;
- Recuperar o projeto Escola da Família;
- Implantação de cursos pré-vestibulares gratuitos;
- Implantação de cursos técnicos na região;
- Melhoria do atendimento em postos de saúde;
- Abertura de bibliotecas no bairro.
- Arrumar os postes de iluminação e sinais de trânsito da região;
- Conscientizar a população sobre a importância da preservação do patrimônio;
- Palestras sobre reciclagem para a população;

- Conscientizar a população a não poluir o meio ambiente;
- Mudar o quadro de precariedade do Ensino;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:
- Baixo orçamento para o ensino;
- Melhor distribuição de renda dentro das escolas públicas;

PROPOSTAS
- Melhoria na estrutura física das escolas com compra de mobília, computadores novos, fornecimento de livros didáticos. Destinar verba para segurança e conservação dos prédios escolares. Oferecer merenda para o Ensino Médio. Melhoria na higiene das escolas. Fiscalização do uso da renda repassada pelo governo para as escolas;
- Aumentar salário mínimo e igualar salário dos políticos ao dos trabalhadores;

Butantã – Lúdica e Convencional

Oficina do Estatuto da Criança e do Adolescente (propostas elaboradas pelas crianças participantes através de situações-problemas apresentadas):
- Falar com os "chefes" do governo para melhorar o ambiente em que moramos;
- Pensar em você mesmo e respeitar os outros;
- Aulas, conversas, participação dos pais, atividades preventivas, por exemplo, filmes.

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS
- Criação de uma delegacia infanto-juvenil, isto é, um órgão especializado na criança e adolescente;
- Qualificar profissionais para o processo de cumprimento das MSEs;
- Melhorar a fiscalização dos funcionários para garantir que os direitos dos adolescentes em MSEs de Internação sejam cumpridos, evitando maus tratos;
- Criar mecanismos de compreensão do ECA e, portanto dos princípios das MSEs;
- Qualificação profissional do judiciário quando relacionado à criança e ao adolescente em ato infracional, para garantir a interpretação correta das MSEs;
- Favorecer a aplicação de MSEs em meio aberto;
- Possibilitar maior integração entre a sociedade e as organizações que mantém convênio dos programas de MSEs;
- Maior apoio às atividades culturais, pedagógicas e de saúde nas instituições de reabilitação;
- Melhorar a qualidade da vida dentro das instituições, em questões de alimentação e saneamento, entre outras;
- Criar infra-estrutura para o sistema de reabilitação, possibilitando assim, a efetivação das medidas sócio-educativas, priorizando parcerias entre o Estado e as entidades;
- Não à redução da maioridade penal;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

PROPOSTAS
- Criação de mais CRAS e de um CREAS;
- Melhorar os equipamentos que já existem e ampliar vagas em creches e escolas;
- Criar mais espaços de cursos profissionalizantes;
- Criação de um CEDECA no Butantã;

- Criação de mais um Conselho tutelar no Butantã;
- Investir em políticas públicas de renda e de diminuição da pobreza;
- Ampliação de espaços de convivência e lazer nas comunidades;
- Criação de um Projeto Sentinela no Butantã;
- Fortalecimento e melhor articulação das redes sociais das entidades e formação de novas redes;
- Melhor divulgação das eleições para o Conselho Tutelar;
- Garantir a distribuição de camisinha e remédios nos postos de saúde (anticoncepcionais, pílula do dia seguinte);
- Programa de educação sexual nas escolas que não seja ficar explicando a biologia do corpo humano e palestras sobre direitos;
- Promover atividades de integração e esclarecimento entre pais, Conselho Tutelar e escolas;
- Investir mais nas casas de passagem, aumentar o número delas e melhorar a qualidade do atendimento;
- Maior divulgação na existência de casas de passagem e do conselho tutelar para os jovens;
- Maior investimento na remuneração e qualificação dos educadores e acabar com a superlotação nas salas de aula;
- Famílias guardiãs – que não sejam pessoas estranhas e sim, próximas à criança, adolescente ou à família;
- Abrir escolas aos finais de semana para a comunidade;
- Investimento nos programas para manutenção do vínculo entre as famílias e as crianças abrigadas;
- Investir em contratar profissionais qualificados nos abrigos para melhorar a qualidade da assistência;
- Criar oportunidade de trabalho para os jovens;
- Garantir escola próxima da residência;
- Ampliação do número de famílias atendidas pelo Centro de Referência Ação Família (CRAF);
- Escolas públicas com livre acesso a atividades culturais promovidas pelo Estado e pela iniciativa privada;
- Cursos gratuitos profissionalizantes ligados à escola para a comunidade, orientados por profissionais na rede pública;
- 50% das propagandas televisivas sejam destinadas ao uso do governo para divulgação de atividades culturais;
- Criação de um Fórum Judicial no Butantã, com Vara da Infância. (Existem discussões já adiantadas neste sentido, no entanto, alguma dificuldade administrativa ou de vontade política vem retardando a sua concretização);
- Criação de plantão da Diretoria de Ensino Centro-Oeste (DECO) no Butantã, para atendimento de alunos e familiares (a DECO fica em local de difícil acesso para a população do Butantã);
- Reestruturação do Centro de Atendimento Psicosocial (CAPS) Adolescente no Butantã;
- Incentivar a criação de Centros de Referência;
- Ampliação da rede de serviços na assistência social;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de Direitos

PROPOSTAS

- Reativação do Programa Orçamento Participativo e implementação do Programa Orçamento Participativo Criança nos âmbitos regionais, municipais, estaduais e nacional; incentivando a participação de: escolas (representantes de alunos, pais e funcionários); criança, adolescente e jovem; comunidade;
- Investimento orçamentário nos conselhos tutelares;
- Previsão orçamentária para Passe Livre estudantil.
- Que o Conselho Tutelar e Fórum Regional DCA tenham participação na elaboração do Orçamento Regional, podendo destacar as condições para o cumprimento do atendimento de necessidades de crianças e adolescentes;

- Compromisso do governo municipal com a provisão de recursos de infra-estrutura, divulgação pela mídia e garantia de participação da população no processo de eleição de Conselheiros Tutelares.
- Incentivo e compromisso do governo local com a realização da Semana do ECA no Butantã, evento organizado pelo FoCA-BT anualmente desde 2002, inclusive com provisão de orçamento;

Campo Limpo – Convencional

EIXO 1 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

DESAFIOS
- Atendimento municipalizado;
- Integração da Sociedade Civil Organizada e Poder Público;

PROPOSTAS
- Efetivação do processo de municipalização do atendimento das MSEs em Meio-Aberto;
- Garantir projetos eficazes de inserção dos adolescentes egressos das MSEs (principalmente da medida de privação de liberdade) em seus núcleos comunitários e familiares de origem;
- Que se faça e oriente políticas públicas eficientes e eficazes ao atendimento das crianças e adolescentes, de modo que o Estado esteja presente em todos os momentos da vida destes jovens;
- Que se criem mecanismos de formação continuada aos profissionais ligados diretamente na orientação e educação dos jovens em MSE meio aberto;
- Que se propicie a efetiva participação da Secretaria de Assistência Social (SAS) nos esclarecimentos processuais de informação pública e junto as instituições que trabalham com MSEs;

EIXO 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS
- Integração da Sociedade Civil Organizada e Poder Público;
- Saúde voltada especialmente para a criança e ao adolescente;
- Educação: Prioridade para a infância e a adolescência;
- Ação e participação comunitária;
- Atendimento a criança e ao adolescente com qualidade;
- Capacitação social continuada;
- Ampla divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente;

PROPOSTAS
- Elaboração, implantação e implementação de políticas públicas eficientes e eficazes ao atendimento das crianças e adolescentes, de modo que o Estado esteja presente em todos os momentos da vida destes jovens;
- Implantação de Centros de atendimento a adolescentes dependentes químicos e que sua integridade e privacidade sejam garantidos;
- Criação e divulgação de novos Centros de Atendimento Ambulatoriais;
- Que haja o atendimento médico aos adolescentes de maneira justa e adequada através de hebiatras em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs);
- Que haja a inclusão das especialidades médicas de oftalmologia, odontologia e também de psicologia em todas as UBS's;
- Que na área da Educação, se reduza o número de crianças e adolescentes por sala de aula (máximo de 20 a 25 alunos);

- Que haja a inclusão efetiva de crianças e adolescentes com necessidades especiais e portadores de deficiências na rede oficial de ensino, contendo a presença de profissionais capacitados;
- Criação de rádios e televisões comunitárias;
- Que conjuntamente o CMDCA, Ministério Público e Defensoria Pública, construam determinadas normas de programação educativa nos Meios de Comunicação Social;
- Que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), faça parte do currículo nos Cursos de Pedagogia das faculdades e universidades;
- Que se ampliem os serviços à família: Criação de conselhos tutelares e entidades voltadas a atividades com as famílias e responsáveis diretos por crianças e adolescentes;
- Que todos os profissionais que diretamente se responsabilizam por orientar, informar e atender de modo geral as famílias, responsáveis por crianças e adolescentes, assim como a comunidade em que se insere, possam ser periodicamente capacitados para essa função;
- Que haja projetos voltados à efetiva promoção e conhecimento do estatuto da Criança e do Adolescente nos estabelecimentos escolares, diretamente a todo o corpo docente (professores, direção e administração escolar) e discente (alunos), assim como para as famílias;
- Implantação de Centros de atendimento a adolescentes dependentes químicos e que sua integridade e privacidade sejam garantidos;
- Criação e divulgação de novos Centros de Atendimento Ambulatoriais (CTA's);
- Criação de rádios e televisões comunitárias;
- Que se crie Delegacias da Infância e da Juventude na região;

3 - Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

DESAFIOS

- Verbas para a infância e a adolescência voltadas à área da saúde;
- O orçamento participativo;
- A mídia como prioridade no orçamento da criança e do adolescente;
- O orçamento participativo;

PROPOSTAS

- Equiparação das CEI's conveniadas com as diretas: salário, benefícios, jornada de trabalho, capacitação e projeto pedagógico;
- Capacitar o Conselho Tutelar e a sociedade civil organizada, para fiscalizar o orçamento público, de modo a assessorar o Poder Público;
- Que se promova a criação de um conselho gestor do orçamento, por região, com o chamado orçamento participativo;
- Que se proporcione um aumento de verba orçamentária voltada para a SME (Secretaria Municipal de Educação) e SAS (Secretaria de Assistência Social), através do PPA, LOA, LDO;
- Que haja programas no orçamento para garantir a orientação e fiscalização das famílias que recebem dos programas governamentais, tais como bolsa família, PETI e etc;

Campo Limpo – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE) como marco regulatório ao atendimento sócio-educativo.

- Recuperar o Sistema de recuperação dos jovens (a Fundação CASA está se tornando uma escola de criminalidade. Ao invés de reabilitar o jovem, ele acaba tornando-se um marginal);

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Família e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

- Acompanhamento bio/psico/social dos jovens e seus familiares que lidam com problemas de vícios;
- Divulgação e aplicação do ECA como um todo (poucos jovens conhecem seus direitos, e isso faz uma enorme diferença);

- Mais projetos sócio-educativos;
- Proporcionar oficinas de aprendizagem na área profissional para ocupar o tempo dos jovens;
- Melhoria das condições de educação com a maior capacitação dos professores da rede pública, pois não há motivação nas aulas e nem um ensino de qualidade. Inclusão de eventos que envolvam a participação de crianças e adolescentes (ex. Conferência Lúdica), no Calendário Escolar. Ampliar o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais, com rampas e professores capacitados;
- Ampliação do direito da criança e do adolescente se expressar e fazer valer a sua voz perante a hierarquia escolar;
- Aumento de diálogo entre comunidade e escola;
- Mais respeito dos Diretores no atendimento ao adolescente, sem arrogância e exclusão;
- Mais segurança nas escolas (não queremos mais conviver com o uso de drogas dentro da escola);
- Trabalhar o tema preconceito nas escolas incluindo-o no conteúdo oficial, iniciando o trabalho com professores, funcionários, alunos e familiares. Punir atos de preconceito nas escolas;
- Divulgação nas escolas sobre os serviços de atendimento aos homossexuais;
- Igualar a carga horária e salários nas empresas para homens e mulheres;
- Trabalho de conscientização junto aos pais sobre a igualdade de gêneros (meninos e meninas);
- Criação de programas especiais para a atendimento à adolescente grávida com as seguintes ações: programas de prevenção de gravidez na adolescência; orientação nas UBS, para retirada de camisinha e de pílulas do dia seguinte; aulas de sexualidade nos programas escolares com parceria da UBS; mais campanhas na mídia sobre gravidez e aborto; programas para discutir sobre aborto nas escolas e nas famílias; programas de apoio para adolescentes grávidas;
- Melhoria do atendimento à saúde com a construção de mais hospitais, mais medicamentos gratuitos, contratação de médicos e funcionários, contratação de médicos para adolescentes;
- Mais palestras e informações sobre saúde nos postos e nas escolas;
- Melhores informações sobre vacinas dos 15 anos e contra hepatite B;
- Promoção de debates e palestras para adolescentes sobre as DST AIDS, principalmente nas UBSs e escolas;
- Jornal da comunidade;
- Mais gibis com informações locais;
- Mutirão de limpeza com a comunidade;
- Programas de lazer para todos (jovens, crianças, adultos e idosos);
- Quadras esportivas;
- Reforço policial, para evitar drogas na escola e no bairro;
- Melhoria da infra-estrutura com asfaltamento das ruas, criação de faixa de pedestre, limpeza de córregos, iluminação das ruas, ampliação de projeto tapa-buraco;
- Investir em cursos de conscientização sobre a importância de cuidar do meio ambiente;
- Mais lixeiras nas U.P.P.S, para que não joguem lixo no chão;
- Oportunidade de trabalho.

Capela do Socorro – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE) como marco regulatório ao atendimento sócio-educativo.

PROPOSTAS

- Capacitação das unidades acolhedoras dos adolescentes;
- Prestação de serviços à comunidade na região;
- Medidas pedagógicas: capacitação de professores, profissionais e educadores para medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Reestruturação nas escolas para receber adolescentes sob medidas sócio-educativas. Reestruturação da polícia no atendimento aos adolescentes. Nas unidades de internação, preparação de educadores e não de

carcereiros. Equipe multidisciplinar nas unidades com psicólogos, médicos, professores e assistentes sociais;
- Delegacia Especial do Adolescente.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Família e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

PROPOSTAS

- Criação de um Plano Regional de Convivência Familiar e Comunitária para a Capela do Socorro, respeitando a especificidade da região. Um plano que não seja emergencial ou pontual, mas um plano estruturado de mudanças, de políticas públicas consistentes;
- Fortalecer a integração dos serviços e cuidar do fluxo de crianças e adolescentes;
- Serviço de saúde mental para crianças e para adolescentes (CAPS- Centro de Atenção Psico-Social);
- Expandir o Programa Saúde da Família (aumentar equipes em todas a UPPs);
- Planejamento Familiar nas Unidades Básicas de Saúde;
- Núcleos de Proteção Especial a Criança e Adolescentes;
- Implementação de mais um Conselho Tutelar na região do Grajaú;
- Qualificação dos conselheiros tutelares;
- Criação da Subprefeitura do Grajaú;
- Serviço de saúde mental nas escolas e em postos de saúde;
- Cuidar da entrada das crianças na creche, incentivando que a família continue a participar do cuidado desta criança (responsabilidade);
- Escolas atrativas com atividades voltadas para os jovens respeitando suas necessidades;
- Inserção do ECA na grade curricular do ensino municipal e estadual e inserção das Conferências da Criança e do Adolescente no calendário escolar municipal e estadual;
- Implementação do ECA nas escolas pública e privada com profissionais do Serviço Social e da Psicologia;
- Fortalecimento dos Conselhos Gestores nos CÉUS. Investimento em educadores e oficinas;
- Escola da Família – incluir os jovens, garantindo seu funcionamento;
- Ampliação de escolas;
- Apoio da ronda escolar;
- Primar pelo trabalho multidisciplinar no atendimento das famílias nos diversos serviços públicos existentes;
- Fortalecer os trabalhos preventivos e difundir os serviços que trabalham com planejamento familiar (com jovens e agentes multiplicadores);
- Criação de um Centro de Convivência para a Juventude;
- Implantação de um Centro de Referência da Mulher;
- Implantação de um Centro de Reabilitação para pessoas com necessidades especiais;
- Incentivar que os jovens sejam empreendedores;
- Implantação de políticas públicas que contemplem jovens que estão procurando o primeiro emprego;
- Criação de escolas profissionalizantes na região;
- Implantar telecentro;
- Profissionalização voltada para o turismo respeitando o desenvolvimento sustentável;
- Desenvolver agricultura social sustentável;
- Criação de mais áreas de lazer;
- Mais transporte e iluminação pública;

EIXO 3 – Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

PROPOSTAS

- Priorizar propostas no orçamento anual. Estabelecimento de prazos para execução e audiência pública nas subprefeituras;

- Garantir levantamento de recursos específicos para promoção dos direitos da criança e adolescente;
- Criação de uma comissão de controle social (um núcleo de controladoria para os direitos da criança e adolescente);
- Orçamento da Criança e Adolescente próprio, efetivado como lei específica;
- Publicação semestral do orçamento da subprefeitura. Resgate do orçamento participativo;
- Realização de prestação de contas a partir de audiência pública.

Capela do Socorro – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do socioeducativo

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Maior comprometimento entre o Poder Público, Comunidade e Escola.

PROPOSTAS:

- Que os moradores das favelas tenham mais atividades culturais e esportivas;
- Na saúde atendimento prioritário ao adolescente;
- Melhoria no atendimento dos hospitais públicos;
- Melhor atendimento aos moradores de rua;
- Uso dos espaços de lazer, investimentos e programas sócio-educativos, como música, teatro, esportes, etc;
- Apoio psicológico para alunos com dificuldade de aprendizagem;
- Melhoria no atendimento médico (muitas ausências).
- Criação e manutenção de programas de incentivo que efetive inclusão de adolescentes e crianças de risco.
- Criação de leis de incentivo e ajuda a jovens carentes;
- Priorizar o atendimento de adolescentes nos equipamentos de saúde.
- Atendimento médico;
- Asfalto e iluminação pública;
- Polícia nas ruas e nas áreas de lazer;
- Reforma da unidade escolar e abertura de novas salas de aula, bem como melhor limpeza em seus espaços, professores eventuais, e melhor educação de base, contratação de mais funcionários;
- Novas universidades públicas;
- Canalização de córregos e asfaltamento nas favelas;
- Criação de um CDM (Centro Desportivo Municipal);
- Construção de novas unidades escolares e de saúde;
- Aquisição de mais material didático-pedagógico nas escolas;
- Melhoria da merenda;
- Melhoria das vias públicas e dos transportes coletivos;
- Criação de unidades de saúde;
- Asfaltamento de ruas;
- Criação de casas de cultura e bibliotecas;
- Melhoria da distribuição gratuita de remédios e atendimento ambulatorial móvel,
- Conscientização, por meio de palestras, sobre o meio ambiente, e coleta seletiva de lixo;
- Acesso aos retornos de nossas reivindicações;
- Maior esclarecimento sobre o ECA.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:

- Possibilidade de uma gestão mais democrática e justa.

Casa Verde – Convencional

EIXO 1 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

DESAFIOS

- Adolescentes em MSEs em meio aberto e semi-liberdade ainda são excluídos e marginalizados;
- Prevenção ao uso legal das MSEs;

PROPOSTAS

- Deve haver trabalho de conjunto com a sociedade civil organizada e as secretarias de governo de forma a oferecer ao adolescente, organizadamente: trabalho, capacitação contínua do mesmo, educação e uma convivência melhor com os grupos sociais de convívio, para que este não venha a se deixar envolver com as possibilidades de ter que cumpri as MSEs;

EIXO 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS

- Fazer com que a escola entenda as diversidades das crianças e dos adolescentes;
- Que haja atendimento mais especializado à saúde da criança e do adolescente em todas as regiões;
- Possibilidade de acesso de todas as especialidades na área da saúde disponíveis a criança e ao adolescente;
- Conscientização popular das políticas públicas e sociais;
- Objetivo único: integração de todas as áreas e setores de atendimento a criança e ao adolescente;
- Maior participação dos núcleos familiares nas políticas oferecidas;
- Facilidades de inserção no mercado de trabalho com apoio de empresas associadas;
- Expansão do atendimento profissionalizante, formando e orientando por faixa etária;
- Contratação e capacitação de especialidades básicas no atendimento a criança e adolescente;
- Aprimorar o atendimento dos Núcleos Socioeducativos;
- Incentivos na participação das famílias dos programas oferecidos;
- Incentivo à profissionalização, evitando a situação de rua e a falta de oportunidades;
- Que os centros de juventude sejam referência na busca ao mercado de trabalho, possibilitando a inclusão social;

PROPOSTAS

- Reciclagem dos professores (principalmente dos NSEs), em relação às novas demandas de aprendizagem e atendimento à Criança e ao Adolescente;
- Necessidade de novos núcleos de atendimento à saúde (UBSs), que atendam a novas demandas, como por exemplo: Odontologia, Saúde Mental, Psicologia e demais especialidades ligadas a Criança e ao adolescente;
- Que, ainda em relação à saúde, haja a descentralização dos atendimentos, integrando as demais regiões ou bairros circunvizinhos na possibilidade de utilização dos serviços especializados disponíveis em determinados núcleos de atendimento;
- Que em relação ao “pós-aula”, haja constante reciclagem dos professores da rede pública, no sentido de entender e atender as demandas dos adolescentes e suas expectativas;

- Fazer com que o foco (Criança e Adolescente) esteja também voltado às famílias, procurando fazer uma interação dos problemas e das necessidades junto às políticas públicas de atendimento;
- Que haja maior conhecimento, por parte de todos os órgãos de atendimento, das necessidades da região de moradia dos adolescentes e de sua família, de modo a haver uma integração de qualidade;
- Que seja possível a promoção de oficinas e cursos profissionalizantes para as famílias das Crianças e adolescentes da região, procurando aprimorar ou incentivar qualificações e funções, realçando sua auto-estima.
- Que haja programas que tragam facilidades e benefícios, auxiliando as empresas na hora da contratação de adolescentes conforme a Lei do aprendiz ou também a lei federal a respeito do primeiro emprego;
- Criação e ampliação dos Centros de Juventude com maior número de oficinas profissionalizantes e também educadores capacitados de acordo com a faixa etária de atendimento;
- Necessidade de novos núcleos de atendimento à saúde UBSs, que atendam a novas demandas, como por exemplo: Odontologia, Saúde Mental, Psicologia e demais especialidades ligadas a Criança e ao adolescente;
- Que, ainda em relação à saúde, haja a descentralização dos atendimentos, integrando as demais regiões ou bairros circunvizinhos na possibilidade de utilização dos serviços especializados disponíveis em determinados núcleos de atendimento;
- Que em relação ao primeiro emprego, haja criação e ampliação dos Centros de Juventude, com agentes formadores especializados e vinculados a empresas (associações e organizações empresariais), possibilitando posterior engajamento no mercado de trabalho;
- Criação de novos NSEs, com propostas aprimoradas para a eficácia do atendimento aos adolescentes no pós-escola;
- Que seja possível a promoção de oficinas e cursos profissionalizantes para as famílias das Crianças e adolescentes da região, procurando aprimorar ou incentivar qualificações e funções, realçando sua auto-estima.
- Criação e ampliação dos Centros de Juventude com maior número de oficinas profissionalizantes e também educadores capacitados de acordo com a faixa etária de atendimento;
- Que em relação ao primeiro emprego, haja criação e ampliação dos Centros de Juventude, com agentes formadores especializados e vinculados a empresas (associações e organizações empresariais), possibilitando posterior engajamento no mercado de trabalho;
- Que em relação ao “pós-aula”, haja constante reciclagem dos professores da rede pública, no sentido de entender e atender as demandas dos adolescentes e suas expectativas;

EIXO 3 - Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

DESAFIOS

- Reordenamento de verba para ampliação dos NSEs;
- Investimentos descentralizados em todas as Unidades básicas de saúde;
- Incentivos orçamentários que gerem planos de conjunto entrem a sociedade civil organizada e o empresariado regionalizado;

PROPOSTAS

- Que os recursos orçamentários destinados à Educação também sejam destinados a uma melhor manutenção dos NSEs, levando em consideração a pós-Escola (tema 02), onde haveria a possibilidade de Cursos Profissionalizantes (NSEs – 03);

Casa Verde – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS

- Reflexão referente à redução maioridade penal;
- Rever a prestação de serviços à comunidade;
- Implantar programas efetivos com as famílias e a comunidade.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

- Melhorar a participação dos alunos nas escolas, nas aulas de educação física (rever a grade curricular);
- Combate ao trabalho infantil;
- Que as crianças e adolescentes possam ter atividades após o horário de escola, para não ficarem ociosas, como atividades artísticas, culturais, esportivas e cursos profissionalizantes.
- Ampliar as oportunidades de lazer, música, teatro, etc;
- Tirar as crianças dos faróis e da rua e encaminhá-las a locais que possam acolher essas crianças.
- Desenvolver projetos de trabalho comunitário envolvendo todos, onde cada um faça a sua parte, colaborando para melhorar as condições de vida para as crianças, jovens e adolescentes.
- Preservar e respeitar as diferenças entre as pessoas;
- Que as mudanças possam começar com as crianças e os adolescentes;
- Ampliar as formas de orientação dos jovens nos diversos temas de seu interesse; através de palestras e folhetos informativos;
- Criação de CDM nas áreas mais periféricas;
- Ampliação dos núcleos sócio-educativos.
- Otimizar o espaço CCJ e torná-lo mais disponível à população.
- Implantação de mutirão comunitário com os jovens na conservação dos locais públicos (a população destrói tudo, quebra tudo, picha o colégio, etc);
- Desenvolvimento de programas de higiene bucal e obesidade infantil;
- Proposta de orientação ou trabalho com crianças que passam o dia inteiro em frente da TV, comendo e sem brincar com outras crianças.

Cidade Ademar – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

DESAFIOS:

- Número elevado de adolescentes em conflito com a lei nas escolas
- Pais não assumem as suas responsabilidades
- Descobrir as habilidades de cada adolescente, valorizando-as e fazendo com que se sinta capaz e melhore sua auto-estima;
- Qualificação para o profissional ter um trabalho mais dinâmico, eficaz e criativo junto às crianças e adolescentes;
- Estruturar o Conselho Tutelar local;
- Mobilização da sociedade civil.

PROPOSTAS:

- Construção de Centros Profissionalizantes;

- Fazer funcionar os serviços que a escola possui como: biblioteca, laboratório de informática, etc, com acompanhamento de profissionais qualificados;
- Cobrança de direitos;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIO:

- Falta de espaços para a convivência familiar e comunitária
- Superar o assistencialismo e o paternalismo
- Falta de vagas e de qualidade para atender a demanda escolar
- Divulgar o ECA
- Fortalecer a sociedade civil.
- Real atendimento em rede às famílias
- Ampliar, em todos seus aspectos, o acesso à cultura na Cidade Ademar.
- Diminuição do desemprego
- Ampliar e melhorar o atendimento à saúde em todos os níveis
- Criar espaços de formação e capacitação contínua para o acompanhamento e implementação das políticas públicas;
- Promover a união como forma de consensuar as propostas e coesões advindas da sociedade civil através das organizações sociais que tenham forma de participação em cima da política que lhe confere.

PROPOSTA:

- Implementação de políticas públicas para facilitar os vínculos comunitários e familiares;
- Estimular a prática de atividades comunitárias das famílias inseridas em programas sociais.
- Construção de unidades escolares e ampliação de vagas destinadas para a Educação Infantil, Fundamental e Ensino Médio;
- Realizar seminários com os profissionais da educação e comunidade escolar e civil;
- Divulgar o estudo do ECA junto à rede de serviços e toda a sociedade;
- Dar caráter articulador ao Fórum da Criança e do Adolescente para implementação das políticas públicas na região.
- Criação de espaços (esporte, cultura e lazer) que incentivem a convivência familiar;
- Implementação de CAPS e Centros de Orientação Sexual;
- Fortalecimento jurídico e de pessoal junto ao Conselho Tutelar.
- Ampliar e divulgar as atividades culturais de Cidade Ademar;
- Integrar os Centros de Convivência;
- Investir em equipamentos simples e barato em pequenos espaços, como, por exemplo, escolas e o Centro de Convivência;
- Prefeitura deve contratar um especialista em atividades culturais para trabalhar nos equipamentos culturais e escolas;
- Divulgar os Fóruns de Cultura feitos pela prefeitura;
- Incentivar as parcerias com as organizações conveniadas ou não para trabalhar nos espaços públicos
- Democratizar a discussão sobre a programação cultural. Ouvir mais a população para que ela sugira, a partir de suas necessidades locais, as verbas para atividades;
- Incentivar a expressão artística local e os eventos culturais;
- Promover atividades para as famílias nos fins de semana;
- Incentivar a prática esportiva e orientação para que as pessoas possam realizar estas práticas sozinhas. Solicitar outras modalidades esportivas para atender as diferentes faixas-etárias e diferentes sexos.
- Contratação de profissionais qualificados para trabalhar na periferia;
- Levar artistas locais para se apresentar em outras partes da cidade;
- Casa de cultura – resgate da proposta da Praça Ligia Salgado Nóbrega – pólo cultural;

- Resgate da proposta do ponto de leitura no espaço Vila Portela e divulgar que a biblioteca do CEU é municipal e aberta a toda população;
- Sub-prefeitura incentivar pequenos comerciantes da região para a doação de materiais e colaboração na melhoria dos equipamentos em troca da divulgação de seus serviços;
- Fazer a Virada Cultural mais vezes por ano priorizando a diversidade artística local.
- Implementação de projetos de geração de renda;
- Ampliação do Programa de Saúde da Família (PSF);
- Ambulatório de especialidade para a criança e o adolescente;
- Centro de referência de saúde mental para criança e adolescente;
- Aulas semanais sobre saúde nas escolas desde o Ensino Fundamental ao Ensino Médio;
- Implantação dos PSF de: Cidade Júlia, Pantanal, Jd. Selma, porque onde tem unidades PSF há menos violação dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Aumento de leitos para partos com especialidade em adolescentes gestantes, pois os hospitais não comportam a demanda de partos.
- Reintegrar as propostas da Conferência de 2005;
- Construção de hospital e Pronto-Socorro no Sacolão do Jardim Miriam;
- Bolsas de estudo descentralizadas para que as pessoas de baixo poder aquisitivo possam cursar faculdades na área da saúde;
- Integrar no calendário de vacina as de meningite e pneumonia, uma vez que a população de baixo poder aquisitivo não têm acesso a essas vacinas por serem de alto custo;
- Contratação de profissionais de saúde tais como: médicos, enfermeiros, assistentes sociais, clínico geral, fisioterapeutas, psicólogos, psiquiatras, entre outros.
- Após a Conferência, criar uma comissão permanente de saúde.
- Que as instituições se fortaleçam através de encontros e propostas de atuação conjunta na viabilização de políticas públicas (articulação)
- Propiciar atendimento psico-social nas escolas em nível preventivo
- Vincular os benefícios como bolsa-escola, bolsa-família e outros à presença dos pais em momentos de discussão nas escolas;
- Cobrar a efetivação da garantia de direito de se ausentar por horas de trabalho para acompanhar a vida escolar do filho (cumprimento da lei);
- Trabalhar em parceria com a rede pública e privada;
- Fomentar o trabalho em rede existente na região;
- Trabalhar com as famílias fortalecendo os valores morais, sociais e religiosos;
- Ter uma assistente social em cada escola.
- Medidas públicas para o adolescente sair das ruas e não cometer atos infracionais;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIO:

- Identificar os cidadãos e cidadãs com perfil coerente ao acompanhamento das políticas públicas e sua implementação.
- Transparência e participação efetiva dos Orçamentos Participativos, Municipal e dos que são divulgados pelo CMDCA
- Que a verba da assistência social seja destinada conforme a necessidade da região;

PROPOSTAS:

- Garantir na agenda de saúde das três esferas recursos para implantação das propostas citadas.
- Criação de observatórios sociais como uma forma de mudar o modelo de gestão da política social de representativo para participativo.
- Eleger adolescentes e jovens como protagonistas das ações que lhes são correlatas.
- Maior divulgação destes orçamentos e que se fomente uma participação efetiva da comunidade.
- Que as sub-prefeituras de periferias tenham um valor de verba segundo a necessidade regional da Assistência Social para ser aplicado em políticas públicas. Ou seja, que as sub-prefeituras

de periferias tenham um valor de verba maior para ser aplicada em políticas públicas para crianças e adolescentes.
- Investir na educação, esporte, cultura e lazer, inserindo as crianças desde pequenas em práticas sócio-educativas;

Cidade Ademar – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS:
- Melhoria das casas de reabilitação;
- Investimento nos de cursos profissionalizantes dentro da Fundação CASA.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:
- Investimento maior nos projetos socioeducativos, enfatizando que todas as pessoas devem ser tratadas igualmente;
- Combater a falta de segurança nas escolas;
- Combater atitudes arbitrárias da polícia, que não garante a segurança.
- Conscientização da importância da reciclagem aos moradores da região;
- Diminuição de poluição na cidade;
- Proposta de maior participação dos jovens no governo;
- Conscientização da importância da limpeza nas escolas.
- Combater o mau atendimento e a falta de respeito com os pacientes;
- Buscar soluções para a falta de espaços destinados às atividades de cultura e lazer, como: Casas de Cultura, Bibliotecas, CEDECA e teatros;
- Investir na alfabetização das crianças;
- Lutar para a igualdade, independente da classe social;
- Tentar soluções para o fato de haver poucos e sobrecarregados postos de saúde;
- Tentar soluções para o número insuficiente de Hospitais;
- Solicitar profissionais especialistas nos postos de saúde;
- Tentar soluções para o número restrito de AMAS;
- Lutar para um aumento de linhas de ônibus no Jardim Consórcio;
- Tentar conseguir ônibus escolares;
- Investir para o cuidado de praças e áreas verdes, que se encontram mal cuidadas;
- Combater alguns problemas de infra-estrutura, em que há falta de condições adequadas: de água, de merenda, de material, entre eles o papel higiênico, etc.
- Solicitar mais professores na rede pública de ensino;
- Lutar para que haja mais escolas, creches, postos de saúde equipados;

PROPOSTAS
- Melhorar o preparo dos policiais. Estes deveriam priorizar mais a população, com monitoramento de ações;
- Juntar a comunidade em núcleos próximos as suas casas para debate de idéias e conscientização dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Dar direito ao adolescente de também ser ouvido e não apenas julgado;
- Dar direito aos pais de permanecerem perto dos filhos;
- Incentivar a criação de grêmios nas escolas.
- Distribuição de cestos de coleta de lixo reciclável, o ideal é a colocação de cestos em cada rua;
- Conscientização da importância de mais respeito e direito aos deficientes físicos;
- Proposta de maior divulgação do eca;

- Encaminhamento das pessoas em situação de rua;
- Contratação de professores mais capacitados, com enfoque mais humano;
- Construção de mais escolas e aquisição de mais equipamentos;
- Investimento na melhor capacitação dos funcionários da área da saúde;
- Criação de espaços públicos/equipamentos em terrenos baldios e desapropriações;
- Melhoria das estruturas das escolas, com equipamento e profissionais qualificados (seria ideal que todas seguissem o modelo dos CEUs);
- Expansão de CEUs para outros lugares;
- Melhoria dos salários e qualificação de professores;
- Mais projetos educacionais;
- Abordagem de temas como drogas e prostituição, em salas de aula, pelos professores;
- Melhoria do ensino nas escolas públicas;
- Divulgação do que está sendo feito para a população;
- Proposta de redirecionamento do dinheiro dos impostos para a construção de mais áreas de lazer;
- Proposta de investimento na educação da família;
- Melhoria nas moradias;
- Proposta de mais emprego;
- Proposta de mais abrigos perto dos bairros;
- Proposta de auxílio a pais, crianças e adolescentes;
- Verificação das pessoas com necessidades mais específicas e urgentes;
- Diminuição dos impostos;
- Solicitação de pessoas especializadas no tratamento de crianças e adolescentes, como pedagogos e psicólogos;
- Solicitação do fim das escolas de lata;
- Proposta de abertura de mais postos de saúde;
- Solicitação de bilhete escolar para aqueles que estudam longe;
- A inserção de merenda nas escolas;
- Manutenção das escolas abertas com distribuição de lanches;
- Aumento do número de profissionais e especialidades na área da saúde;
- Aumento do número de AMAS;
- Aumento do número de ônibus e linhas no jardim consórcio, bem como aumento de ônibus escolares;
- Revisão do critério do quilômetro (3 km);
- Revisão do critério de distribuição de vagas escolares “perto de casa”;
- Melhoria da distribuição de passes;
- Solicitação de mais escolas e creches, museus, escolas de música;
- Verificação dos terrenos públicos ociosos na região para que possam ser transformados em espaço de uso comum da população;
- Solicitação de mais atividades de lazer e cursos como: músicas, reciclagem; línguas, dança e teatro;
- Solicitação de regras mais claras e melhor fiscalização, quanto ao que acontece em cada escola;
- Elaboração e construção de um laboratório de especialidades que atenda as necessidades da criança e do adolescente, contando com o trabalho de profissionais capacitados e equipamentos especializados;
- Solicitação de lugares que desenvolvam atividades para crianças e adolescentes, num período alternativo, após as aulas. Destaque para as atividades que envolvam: música, artes plásticas, artes cênicas e esportes;
- Solicitação de cursos de capacitação profissional;
- Melhoria dos postos de saúde existentes e construção de novos;
- Solicitação de mais um CEU na região;
- Solicitação de moradia para quem mora nas ruas;
- Solicitação de mais segurança;

- Solicitação da criação de ruas destinadas ao lazer;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

PROPOSTAS:

- Fiscalização de recursos financeiros;

Cidade Tiradentes – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

DESAFIO

- Há a necessidade da organização da sociedade civil para a mobilização dos poderes públicos e para que o encaminhamento necessário seja feito e que haja mais reuniões para discussões, não apenas em conferências.

PROPOSTAS

- Fazer valer as leis, especialmente o art. 94 do ECA.
- Articular poder público, conselho tutelar e família;
- Garantia de atendimento e acompanhamento com a criação/ampliação de casa de apoio;
- Municipalização (não descentralização) das MSEs;
- Ampliação e melhoria do núcleo sócio-educativo com foco nas MSEs; capacitação continuada e supervisão dos profissionais do núcleo sócio-educativo;
- Encaminhamento para os devidos órgãos as demandas;
- Realizar cursos profissionalizantes preparatórios para o mercado de trabalho;
- Criação de espaços culturais, bibliotecas públicas, casas de cultura;
- Garantia dos direitos fundamentais: moradia, alimentação, saúde e lazer;
- Criar serviços de atendimento sócio-psicológicos
- Implementação das políticas públicas concretas;
- Investimento nos Centros de Referência da Criança e do Adolescente, CEDECAs e defensorias;

Eixo 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

- Criação de centro de atendimento psico-social juvenil para tratamento da saúde mental, prevenção ao uso de álcool e de drogas; implementação de um centro de especialidades médicas;
- Acompanhamento da saúde 24 h;
- Criação de espaços culturais, bibliotecas públicas, casas de cultura;
- Fortalecimento e ampliação do projeto ação família;
- Reurbanização da comunidade;
- Implantação e divulgação do ECA
- Reformulação da educação; motivação de professores; transformação de educadores em grandes líderes;
- A educação desenvolveria um mapeamento da realidade social
- Verba para atividades sociais de interesse juvenil e para ampliação de programas sociais já existentes nas regiões;
- Incentivar a participação do jovem e da família.
- Desenvolver uma proposta de manutenção nas regiões centrais para o atendimento de CA que migraram das regiões periféricas;

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

- Mapeamento da distribuição de verbas;

- Desmistificação do FUMCAD; elaboração de projeto de lei municipal que obrigue um percentual anual dos impostos das empresas para o FUMCAD;
- Verba da prefeitura para os projetos de ações de inclusão social e protagonismo jovem;
- Garantia no orçamento de contemplação de regiões mais vulneráveis (ex: Cidade Tiradentes);
- Criar um conselho gestor, com garantia de controle social e participação do ministério público, para fiscalizar a aplicação dos recursos do FUMCAD.

Cidade Tiradentes – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

DESAFIOS:
- Maior divulgação do ECA;
- Investimentos básicos e atenção aos direitos fundamentais da criança e do adolescente;

PROPOSTAS
- Maior fiscalização e efetivação do ECA;
- Atuação efetiva do conselho tutelar;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS
- Educação e sociedade engajadas em politizar crianças e adolescentes para que eles possam exercer sua plena cidadania;
- Conhecer direitos e deveres e exigir do Estado que ele faça sua parte;
- Oferecer condições dignas de trabalho às famílias para que não haja a necessidade de crianças trabalharem;
- Estruturas sociais para uma qualificação do cidadão;

PROPOSTAS
- Fiscalização quanto à influência da mídia para o consumo de drogas;
- Fiscalização efetiva da lei que proíbe a venda de álcool para menores de 18 anos;
- Proporcionar ao jovem mais oportunidade de emprego;
- Construção de clínicas para dependentes químicos que possibilitem o acesso de comunidades mais carentes;
- Proporcionar mais empregos as famílias;
- Acompanhamento de agentes sociais às famílias;
- Orientar a população sobre a importância do uso de preservativos;
- Proporcionar ao jovem facilidade de acesso a espaços culturais;
- Solicitação de cursos profissionalizantes e ensino superior gratuitos às comunidades carentes;
- Construção de creches;
- Reivindicar estruturas e equipamentos de lazer e cultura que apóiem o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente;
- Construção de Bibliotecas, Centros e Culturais e Esportivos;
- Auxiliar e orientar a comunidade quanto à importância da convivência familiar e social;
- Reativação e construção de novos CDMs;
- Criação de CAPS (centro de apoio psico-social);
- Maior fiscalização sobre o uso de drogas;
- Criação de núcleos sócio-educativos;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:

- Educação como base da sociedade;

PROPOSTAS

- Divisão mais justa das verbas públicas;
- Investimento em emprego e infra-estrutura;
- Investir em educação, esporte e lazer;

Ermelino Matarazzo – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Melhorar o acesso às redes de saúde;
- Melhorar o atendimento, diminuindo a espera;
- Melhoria da educação para fornecer subsídios para os alunos enfrentarem, de forma mais qualificada, o mercado de trabalho;

PROPOSTAS:

- Oportunidades iguais para concorrer no mercado de trabalho;
- Criação de mais núcleos sócio-educativos para a geração de renda para adolescentes que estão em busca de empregos;
- Mais informação nas escolas, sobre saúde (palestras, campanhas, etc.)
- Trabalhos sobre a sexualidade com as famílias, para que estas tratem do assunto com seus filhos desde a infância até a adolescência;
- Trabalhos de apoio e acompanhamento para adolescentes grávidas;
- Propostas para diminuir a gravidez na adolescência:
- Acompanhamento nas unidades de saúde das mães e das filhas grávidas;
- Mais programas de prevenção nas escolas e núcleos sócio-educativos;
- Distribuição de preservativos nas escolas;
- Maior acesso à médicos para que seja feita a prevenção;
- Fazer, nas escolas, trabalho de conscientização diferenciada, mais focada na limpeza urbana. Ex: não jogar lixo no chão, nos rios para que não provoque enchentes;
- Cobrar limpeza constante dos donos de terrenos baldios para que não haja proliferação de ratos e outros bichos nocivos à saúde;
- Incentivo ao esporte e lazer para que haja a conscientização da saúde corporal e também para que as crianças e jovens não fiquem nas ruas, podendo ser alvo de marginais;
- A natureza deve ser tratada com respeito, é importante que criemos mecanismos para proteção. Criar leis contra a poluição, pois esta destrói a natureza e nosso organismo;
- Criar espaços para falar sobre sexualidade e prevenção das DST/AIDS e de gravidez indesejada;
- Palestras contra discriminação;
- Mais segurança nas escolas, para a garantia do melhor aproveitamento dos estudantes em sala de aula;
- Contratação de mais médicos para a região;
- Contratar profissionais preparados, tanto na área da saúde como nas escolas, para trabalhar com os jovens sobre o tema sexualidade e prevenção de doenças e de gravidez;
- Reforma nas escolas;
- Mais trabalhos culturais para os alunos das escolas públicas;

- Apoio e aplicação dos núcleos sócio-educativos e técnicos;
- Que as escolas estaduais tenham os mesmos benefícios das escolas municipais;
- Mais escolas abertas para a comunidade;
- Oferta de cursos profissionalizantes;
- Casa de Cultura / Centro Cultural; cinema; espaço para: saraus de poesia, espetáculos de danças e músicas, apresentação teatrais; construção e funcionamento dos CÉUS;
- Construção dos prédios CDHU e mais mutirões;
- Centros esportivos com programação de muitas atividades esportivas (futebol/ vôlei/ basquete/ etc.); aulas de natação;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

Ermelino Matarazzo – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

- Criação de mais núcleos sócio-educativos para a geração de renda para adolescentes que estão em busca de empregos.
- Maior apoio aos núcleos sócio-educativos e técnicos.
- Ampliação das ofertas culturais com a criação de Casa de Cultura, Centro Cultural, exibição de filmes, criação de espaço para saraus de poesia, espetáculos teatrais, de dança e música. Mais trabalhos culturais para os alunos das escolas públicas;
- Que as escolas estaduais tenham os mesmos benefícios das escolas municipais;
- Incentivo ao esporte e lazer para que haja a conscientização da saúde corporal e também para que as crianças e jovens não fiquem nas ruas, podendo ser alvo de marginais;
- Mais escolas abertas para a comunidade;
- Mais informação nas escolas, sobre saúde (palestras, campanhas, etc.);
- Mais segurança nas escolas, para a garantia do melhor aproveitamento dos estudantes em sala de aula;
- Melhoria da educação para que os alunos estejam melhor preparados e concorrer com igualdade de chances de entrar no mercado de trabalho;
- Palestras sobre sexualidade e discriminação;
- Propostas para diminuir a gravidez na adolescência: acompanhamento nas Unidades de Saúde das mães e das filhas grávidas; mais programas de prevenção nas escolas e núcleos sócio-educativos; distribuição de preservativos nas escolas; maior acesso a médicos para que seja feita a prevenção. Contratação de profissionais preparados tanto na área da saúde como nas escolas para trabalhar com os jovens sobre o tema sexualidade e prevenção de doenças e de gravidez. Criar espaços para a discussão sobre sexualidade e prevenção. Trabalhos sobre a sexualidade com as famílias, para poderem tratar do assunto com seus filhos desde a infância até a adolescência. Trabalhos de apoio e acompanhamento para adolescentes grávidas;
- Ampliação dos centros de qualificação profissional preparatórios para o trabalho;
- Centros esportivos com programação de muitas atividades esportivas futebol, vôlei, basquete, natação etc;
- Construção e funcionamento dos CÉUs;
- Reforma nas escolas.
- Fazer um trabalho nas escolas, de conscientização diferenciada, mais focada na limpeza urbana. Ex: não jogar lixo no chão, nos rios para que não provoque enchentes;
- A natureza deve ser tratada com respeito. É importante que criemos mecanismos para proteção do meio ambiente. Criar leis que protejam a natureza e nosso organismo da poluição;
- Cobrar constantemente dos proprietários de terrenos baldios que estes limpem suas áreas para que não haja proliferação de ratos e outros bichos nocivos à saúde;

- Construção dos prédios CDHU e mais mutirões;
- Melhorar o acesso e o atendimento (muito demorado) da rede de saúde. Contratar mais médicos para a região.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

Freguesia do Ó / Brasilândia – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

- Ampliar, garantir e capacitar profissionais de instituições que recebem adolescentes em MSEs;
- Reordenar os programas de atendimento governamentais e não-governamentais de acordo com o SINASE, com avaliação dessas políticas ao longo do processo de implantação, particularmente atentando-se para aos projetos pedagógicos, de estruturação física e de recursos humanos e de formação continuada para os educadores;
- Continuidade do debate promovido pelo fórum regional DCA e o setor público, com seminários, palestras e etc, visando à formação continuada dos atores no sistema de garantias de direitos, que inclui o estudo crítico do SINASE;
- Concluir a municipalização das MSEs em meio aberto no município de São Paulo;
- As políticas sociais básicas de assistência social, especiais e de garantia devem ser efetivadas na forma da lei, a fim de que o SINASE tenha a sustentação da rede de políticas sociais para a sua efetividade;
- O Fórum Regional DCA deve promover um estudo crítico do SINASE em que seja avaliada as distâncias entre a realidade região da Brasilândia e da Freguesia do Ó em relação ao conteúdo do Sistema;
- Continuidade do debate promovido pelo fórum regional DCA e o setor público, com seminários, palestras e etc, visando à formação continuada dos atores no sistema de garantias de direitos, que inclui o estudo crítico do SINASE;
- Que o CMDCA, CONDECA e o CONANDA disponibilizem o material de discussão das próximas conferências num prazo adequado à profunda discussão dos temas. Neste ano, a complexidade do Plano e do SINASE exigiriam no mínimo uma antecedência de 6 (seis) em relação ao que foi encaminhado.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

- Garantir convênio entre o poder público e as empresas, de forma a inserir e capacitar os adolescentes no trabalho, por meio de estágio, de acordo com o ECA;
- O Estado e a sociedade devem assegurar por meio de políticas públicas integradas que a criança e o adolescente são prioridades absolutas;
- As políticas sociais básicas de assistência social, especiais e de garantia devem ser efetivadas na forma da lei, a fim de que o plano nacional de convivência familiar e comunitária tenha a sustentação da rede de políticas sociais para a sua efetividade;
- O fórum regional DCA deve promover um estudo crítico do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária em que seja avaliada as distâncias entre a realidade da região da Brasilândia e da Freguesia do Ó em relação ao conteúdo do Plano;
- Garantir que a participação de profissionais das entidades, das organizações públicas e da sociedade civil organizada seja considerada imprescindível e parte do trabalho para a formação e manutenção da rede de proteção integral;
- Maior atendimento das crianças e adolescentes, a fim de garantir o convívio familiar comunitário;
- Assegurar encontros periódicos entre os diversos conselhos de políticas públicas com a participação das crianças, adolescentes e famílias;

- Continuidade do debate promovido pelo fórum regional DCA e o setor público, com seminários, palestras e etc, visando à formação continuada dos atores no sistema de garantias de direitos, que inclui o estudo crítico do plano nacional de convivência familiar e comunitário;
- Garantir a aplicabilidade de direitos sociais às famílias e suas comunidades a partir da ampliação e divulgação dos espaços de participação do controle social;
- Promover a interface entre os conselhos gestores existentes das unidades básicas de saúde e o serviço da comunidade;
- Criação de espaço cultura, para que as crianças e adolescentes tenham oportunidade de praticar esporte e lazer de maneira geral;
- Que tenha paz nas comunidades, pois os polícias batem nos jovens, rasgam seus documentos;
- Criação de mais vagas nas escolas, sem discriminação do local de moradia, pois algumas escolas rejeitam alunos que moram em favelas;
- Ampliar o número de sala de aula na rede de ensino;
- As entidades devem repensar o projeto político-pedagógico, visando a ampliação da participação popular;
- Elaborar e implementar a formação continuada sobre a educação e direitos humanos a todos os profissionais que atuam com a família, criança e adolescente e os respectivos públicos;
- Assegurar equipes especializadas nas coordenadorias de educação para dar suporte as unidades educacionais;
- Assegurar a formação aos serviços em regime de abrigamento de acordo com o paradigma de doutrina da proteção integral e estabelecer prazos para o reordenamento desses programas;
- Efetivar as competências dos grêmios estudantis para motivar a participação dos estudantes nas instâncias públicas e sociais, escola, família e comunidade onde os mesmos sejam os principais agentes transformadores;

EIXO 3 –Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

- Garantir percentual do fundo da criança e adolescente para que possa ser utilizado pelos adolescentes, através das entidades e instituições, no que se refere à divulgação da mídia;
- Prestação de conta do FUMCAD, por parte do CMDCA-SP, pelo menos uma vez por ano, para que as entidades e a sociedade civil em geral saibam realmente o destino o dinheiro, ou seja para a transparência das despesas e avaliação da pertinência das mesmas face o quadro de vulnerabilidade social;
- Implantar o orçamento criança participativo que significa ser um conjunto de ações de governo, voltadas para a criança e para o adolescente com determinação de valor, bem como realizar um conjunto de atividades de audiências públicas para prestar conta sobre a execução desses orçamentos;
- Implantar um orçamento participativo do fundo municipal do direito da criança e do adolescente, visando democratizar a elaboração e o acompanhamento e a execução orçamentária do fundo municipal;
- Assegurar a discussão do orçamento das políticas básicas no Conselho dos direitos da criança e do adolescente.
- Ampliar o orçamento de instituições que recebem adolescentes em cumprimento de MSE, para que possam desenvolver cursos profissionalizantes;

Freguesia do Ó/ Brasilândia – Lúdica

Eixo 1- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS

- Mais discussões nas escolas e Comunidade quanto à redução da maioridade penal

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

PROPOSTAS

- Maior liberdade de expressão e espaços comunitários para as crianças
- Investigação e intervenção quanto à questão da exploração infantil
- Melhoria nas condições de vida
- Maior orientação quanto ao resgate de determinados valores necessários ao bom convívio social
- Maior respeito ao jovem e liberdade de expressão
- Mais ruas de Lazer
- Orientação nas Escolas e Comunidades com os seguintes Temas: "Diga não á Violência"
- "Sou careta, Drogas não"
- Maior concentração e divulgação de eventos direcionados às crianças e adolescentes;
- Criação de espaços de orientação nas escolas e comunidades quanto aos direitos das crianças e adolescentes;
- Projetos que incentivem crianças, adolescentes e jovens a saírem das ruas
- Maior qualidade no atendimento à saúde pública;
- Incentivo ao desarmamento e ao combate às drogas;
- Construção de espaços de informática com cursos gratuítos;
- Aumento no contingente de professores qualificados e concursados;
- Implementação de programas contra as drogas;
- Mais oportunidades quanto ao ensino profissionalizante e introdução no mercado de trabalho;
- Maior qualidade e efetivação da educação;
- Foco da educação direcionado ao futuro;
- Maior divulgação e implementação do ECA nas escolas e na comunidade;
- Maior concentração e divulgação de eventos direcionados às crianças e adolescentes;
- Implementação concreta do programa de 1º emprego para os jovens;
- Participação dos adolescentes na gestão de Serviços destinados a eles.
- Maior atenção quanto à organização e limpeza das escolas;
- Todos devem ter o direito de ser delegado nas conferência, inclusive crianças menores de 12 anos;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos.

PROPOSTAS

- Maior atenção do poder público ao problema da falta de moradia;
- Maior investimento e atenção ao esporte, à cultura, à educação e à saúde;
- Investimento na estrutura social, tal como: praças, calçadas e quadras;
- Maior direcionamento de verbas às escolas públicas para manutenção de equipamentos e compras de materiais pedagógicos;
- Maior direcionamento de verbas ao transporte público;
- Investimento em campanhas contra a fome e em prol da paz;
- Maior investimento em saneamento básico;

Guaianases/Lageado – Convencional

Eixo 1- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

- Criação da Rede em caráter deliberativo (Vara da Infância, Conselhos Tutelares,
- Delegacias, Ministério Publico,Entidades, Educação, Saúde, SAS e Fundação Casa).
- Criação de Centro de Juventude, com trabalho de inserção produtiva, capacitação

- profissional e atividades de Esportiva, Cultural e Lazer.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

- CAPS Infantil e Álcool e Droga;
- Criar serviços especializados de prevenção e atendimento a vítimas de violência doméstica
- Fortalecimento do Ação Família (programa);
- Campanha de Conscientização sobre o ECA, bem como ampla divulgação;
- Atuação do Estado frente a ampliação e qualificação nos serviços básicos e nas políticas públicas;
- Capacitação dos profissionais da educação, saúde, segurança, entidades entre outros, para prevenir, identificar e notificar os casos de violência doméstica;

EIXO 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de Direitos

- Retorno do Orçamento Paticipativo;
- Orientação da população sobre o Orçamento;
- Prestação de contas do Orçamento da Criança e do Adolescente de cada região.

Guaianases/Lageado – Lúdica

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

- Construção de áreas de lazer e de um clube de lazer na região;
- Implantação de uma casa de cultura na região;
- Aumento da oferta de vagas em todos os níveis e modalidades educacionais: da Creche à educação profissional (com ênfase aos jovens de 16 a 21 anos).
- Melhoria das condições de ensino com a qualificação dos professores e funcionários para a conscientização dos alunos; distribuição de material didático para todos;
- melhoria das condições materiais das escolas com a construção de telecentros e implantação de oficinas de cultura
- Implantação de um clube poliesportivo com a contratação de profissionais capacitados e cursos diversificados: natação, boxe, judô, vôlei, hadebol,
- campeonato de artes marciais. Promoção de campeonatos;
- Melhoria do atendimento à saúde, com a construção de mais hospitais e outros equipamentos de saúde. Implantação de clínicas especializadas no atendimento de crianças e jovens, inclusive os que têm necessidades especiais; atendimento psicológico (com a contratação de pelo menos um psicólogo por posto de saúde) que atenda crianças e adolescentes. Contratação de dentistas.
- Qualificação das equipes médicas e de outros funcionários para bom atendimento à população, inclusive de pessoas com necessidades especiais, idosos e gestantes.
- Melhor distribuição de medicamentos.
- Capacitação dos policiais da região sobre o ECA – Lei 8069/90.
- Ampliar o debate sobre segurança na escola
- Mais segurança com a contratação de mais policiais
- Mais segurança nas escolas
- Implantação de projeto de curto, médio e longo prazo para a construção da rede entre a autoridade policial e os habitantes
- Mais habitação e saneamento básico
- Implantação de projeto Limpeza Urbana

EIXO 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de Direitos

- Participação da criança e do adolescente bem como de toda população na elaboração do orçamento

Ipiranga – Convencional

EIXO 1 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

PROPOSTAS:

- Municipalização das MSEs. (Revendo essas medidas com espaços e educação, inclusive com pessoas capacitadas numa visão de responsabilização e não a preventiva simplesmente, com a efetivação atuação de psicólogos nas instituições sociais)
- Política Pública de defesa e proteção das crianças e adolescentes e para a juventude; que garanta o cumprimento do ECA em sua integridade, implantação de proteção básica e de proteção especial, abrindo um espaço (clinica) especializada para tratamento de álcool e outras drogas na região;

EIXO 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS:

- Melhoria do ensino público, de forma que contemple a aquisição de conteúdos por parte dos alunos, assim como o seu papel de inclusão e exercício da cidadania;
- Melhoria no sistema de saúde pública;

PROPOSTAS

- Criação de programas de esclarecimento e/ou orientação as famílias sobre problemas gerais que colocam em risco a qualidade de vida da comunidade;
- Desenvolver programas de orientação às famílias de forma sistemática através de núcleos comunitários, inclusive em escolas;
- Instituir Ética e Cidadania como parte do currículo escolar de ensino fundamental;
- Que a comunidade e as escolas incorporem a Justiça Restaurativa como forma de resolver os conflitos na prática do diálogo;
- A construção de projetos de moradia, em que seja contemplada e respeitada a lei ambiental;
- Descriminalização dos usuários de drogas;
- Garantir a formação continuada de professores com grupos interdisciplinares para capacitação de educadores sociais de maneira a diminuir as relações desiguais intra-escolares. Esta capacitação tem que ser pensada com os pais, alunos, comunidade organizada;
- Adequar espaços físicos para inclusão das crianças e adolescentes;
- Haver formação de educadores para trabalhar com a população;
- Adoção de Políticas Públicas para promoção de espaços de discussão sobre os municípios de fronteira que ferem a universalização dos direitos;
- Chamar a sociedade civil para rediscutir e repensar o sistema educacional em fóruns de políticas públicas com cursos de educação social gratuitos para todos os educadores;
- Que as escolas incluam efetivamente na grade curricular, temas e conteúdos que propiciem reflexões sobre cidadania e a luta por direitos;
- Manter grupo interdisciplinar para atender o aluno na escola, levando em consideração a construção social das psicopatologias;
- Que os bens apreendidos dos traficantes sejam revertidos para projetos que atendem crianças e adolescentes;
- Discussão aprofundada nas escolas sobre Educação Ambiental.
- Criação de um CONSELHO TUTELAR com atendimento específico às demandas provenientes do distrito do Sacomã;
- Decreto-Lei para alunos discutirem o ECA em fóruns permanentes de educação;
- Construção e estruturação de Hospital Infantil na Região do Ipiranga;
- Centro de referência regional para atendimento aos portadores de necessidades especiais e sua família;

- Equipamento regional multidisciplinar para atendimento aos usuários de drogas (crianças e adolescentes);
- Realização de obras para a melhoria do saneamento básico da região;

EIXO 3 - Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

PROPOSTAS:

- Direcionar orçamentos e políticas públicas para pessoa /profissional que promovam trabalhos voltados ‘à educação, ao esporte e ao lazer com integração entre as escolas e os municípios;
- Que o valor equivalente aos juros do pagamento da dívida externa brasileira seja revertido para a educação;

Ipiranga – Lúdica

Eixo 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS:

- Melhoria no sistema de saúde pública;
- Melhorar a qualidade do ensino público.

PROPOSTAS:

- Criação de campanhas de conscientização contra o uso de drogas e bebidas alcoólicas;
- Capacitação dos professores da rede pública para tratarem de temas como o consumo de drogas e de álcool;
- Melhorar a comunicação entre a direção das escolas e os alunos e os grêmios estudantis;
- Utilização do espaço físico da escola pelos alunos e pela comunidade;
- Aumento do policiamento nas ruas;
- Criação de espaços de discussão e palestras nas escolas, centros de saúde e centros comunitários sobre gravidez, aborto, DST´s, enfim, sobre sexualidade;
- Estabelecimento na escola e na família, de relações baseadas no diálogo, respeito e educação;
- Criação de programas sociais que acabem com a desigualdade social.
- Contratação de dentistas, pediatras, ginecologistas capacitados para trabalharem nos postos de saúde;
- Construção de novas escolas;
- Contratação e capacitação de professores para a rede pública;
- Construção de parques, praças e espaços culturais;
- Criação de novos de cursos profissionalizantes gratuitos;
- Construção de mais hospitais.
- Implantação da coleta seletiva de lixo;
- Criação de campanhas de combate à poluição e pela preservação ambiental;
- Distribuição de sementes de árvores para a população;
- Organização de mutirões de limpeza na comunidade.

Eixo 3 - - Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

PROPOSTAS:

- Organização da sociedade para reivindicar seus direitos;
- Mais recursos para a compra de livros didáticos;

Itaim Paulista – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

- Criar um programa promovendo a desinternalização dos adolescentes da Fundação CASA, aumentando as MSEs em meio aberto;
- Ação local para combater as propostas de redução da maioridade penal;
- Viabilizar uma política de integração dos trabalhos Fundação CASA + CONSELHO TUTELAR.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

- Realização de um seminário ou fórum na região, envolvendo educadores (de rede estadual/ municipal), autoridades na área da educação, Sociedade Civil, Conselho Tutelar, sobre a qualidade de ensino;
- Criar um programa de apoio com estágio para ajudar no ensino fundamental aos alunos com dificuldade de aprendizagem;
- Escola Técnica Profissionalizante para adolescente;
- Uma ação da comunidade, para inserir os portadores de necessidades especiais nos espaços públicos (cinemas, shopping, teatro, etc.), com rampas, escadas especiais, elevadores, apropriados aos mesmos;
- Contratar profissionais especializados ao atendimento ao adolescente: hebiatra, psiquiatra, psicólogos;
- Que as entidades locais, possam ter prioridade na utilização dos espaços de lazer/ esporte/ cultura;
- Campanha efetiva para o fortalecimento dos Conselhos de Escola, acompanhada pelo Fórum Regional;
- Casas de Recuperação, Creches, Casas de Cultura e lazer em Curuçá, no terreno do Parque Santa Rita e inclusão de crianças e adolescentes com necessidades especiais (com currículo próprio e professores especializados);
- Possibilidade de realizar as reuniões escolares no CEU, com pais nos finais de semana;
- Contratação de jovens para serem agentes de saúde, multiplicadores junto às escolas;
- Políticas públicas, aplicadas às pessoas que moram em situação de risco;
- Ampliação do número de salas de aula, monitoramento nos estabelecimentos oficiais de ensino para garantir a qualidade principalmente para as crianças e adolescentes com dificuldade de aprendizagem;
- Derrubar a atual forma de aprovação nas escolas (aprovação automárica).
- Implantação da Casa de Acolhida na região do Itaim/ Curuçá nos mesmos moldes da Casa Aldeia S.O.S. de Poá;
- Criação do Conselho Tutelar de Curuçá, separado de São Miguel;
- Criação de novos núcleos Sócio - Educativos com atividades profissionalizantes para adolescentes;
- Creche noturna para mães que trabalham à noite;
- Criação dos equipamentos de Saúde (Posto de Saúde, PSs, Hospitais, etc.), conforme proposta já aprovada em 2005, e equipar melhor e contratar médicos e demais especialistas para os equipamentos que já existem;
- Promover um seminário para trocar experiências na efetivação das políticas públicas desenvolvidas pelos 31 Conselhos Gestores Municipais;
- Habitação: que se cumpra o Decreto Social, quando um prefeito assina, haja a continuidade pelo sucessor. Exemplo: Terreno Itajubi;
- Fortalecer a proposta tirada da conferência Lúdica (19/05/07): que a proporção dos delegados adolescentes seja igual aos delegados adultos e que 5% de todas as vagas para delegados sejam asseguradas para adolescentes portadores de necessidades especiais; nos quatro âmbitos (regional/ municipal/ estadual e nacional) e com acompanhantes.

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

- Aumentar o orçamento para esporte na região;
- Criar um fundo (Conselho/ Fórum) para a divulgação do ECA, nas escolas e comunidade.

- Aumentar a verba dos Núcleos Socioeducativos principalmente com relação à alimentação;

Itaim Paulista – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento sócio-educativo.

PROPOSTAS:

- Ampliar as oportunidades de trabalho destinado a qualquer adolescente sem discriminação com relação aos que cumprem MSEs.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS:

- Adoção de tratamento sem qualquer forma de discriminação em relação às crianças no espaço escolar e fora dele;
- Convivência mais adequada com a família, no que diz respeito à atenção, cuidados e prevenção que possibilite a autonomia da criança na sociedade.

PROPOSTAS:

- Políticas públicas atentas à questão do lazer, visando uma melhor qualidade de vida e, como conseqüência, melhore relações familiares;
- Organização de palestras e discussões que possibilitem o entendimento da mudança dos paradigmas familiares: inversão de papeis sociais, devido às transformações socioeconômicas e culturais;
- Programas de capacitação de professores que os prepare também para lidar com situações específicas, como a inclusão e a diversidade, entre outras.
- Tratamento diferenciado para aos alunos do período noturno, no que diz respeito a alimentação e empenho dos educadores;
- Algum tipo de fiscalização, para evitar o ingresso de armas, bebidas e drogas nas escolas;
- Que o Conselho Tutelar atue junto aos educadores e estudantes não como forma de amedrontar ambas as partes.
- Ampliação e criação de espaços sócio-culturais para possibilitar a mediação entre a ação cidadã e a comunidade.
- Construção de Postos de saúde e atendimento diferenciado que possam atender as crianças e adolescente, em suas necessidades básicas, como sexualidade, desnutrição, violência e drogas.
- Contratação de hebiatras para trabalhar nos postos de saúde;
- Fornecimento de merenda escolar adequada;
- Divulgação de eventos culturais e de lazer;
- Ativar o programa Família na Escola;
- Abertura de casa de cultura e quadras esportivas;
- Inserção adequada dos Portadores de Necessidades Especiais, nas escolas regulares;
- Construção de mais telecentros, cinemas e teatros, com preços acessíveis à comunidade;
- Policiamento na escola permanente;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Maior preocupação com a saúde pública, tendo em vista a qualidade de vida.
- Maio investimento em eventos culturais;
- Maior investimento na manutenção e limpeza das escolas;

Itaquera – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

PROPOSTAS:

- Criação de centros de apoio regionalizados às famílias;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

PROPOSTAS:

- Fortalecimento dos Conselhos Tutelares.
- Educação permanente e capacitação para os educadores, principalmente professores da rede municipal e estadual de educação dentro dos períodos em que estes estão trabalhando, no intuito de promover a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais;
- Implantar equipe multidisciplinar (assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional, psicopedagogo entre outros) para trabalhar junto às equipes de professores e funcionários das escolas priorizando a educação, atenção e socialização dos alunos com deficiência no intuito de diminuir preconceito e discriminação pela sociedade;
- Desenvolver ações junto à mídia que favoreçam a inclusão de pessoas com deficiência, ressaltando a realidade das mesmas;
- Melhoria e ampliação dos transportes para pessoas com deficiência se locomoverem para a escola e serviços de saúde. Ressalta-se a necessidade de melhoria no atendimento e nas orientações dadas nos serviços já existentes;
- Ampliar e integrar os serviços que oferecem lazer e cultura para pessoas com deficiência na região de Itaquera, portanto ampliar a quantidade de profissionais na área (oficineiros, saúde, educação entre outros);
- Conscientização do poder público para a redução da burocracia na lei da inclusão, reorganizando o currículo para a inclusão social e incluindo estratégias da Secretaria de Educação e da Saúde;
- Inclusão na grade curricular de formação de professores e educadores de conteúdos específicos para pessoas com deficiência.
- Criação de espaços públicos culturais e esportivos (ex. CEU);
- Capacitação para profissionais que atuem nas áreas da infância e juventude (saúde e educação);
- Criação de clínicas e ambulatórios para atendimento de usuários de drogas e outros;
- Construção de escolas e centros profissionalizantes;
- Incentivar e fiscalizar a implementação da lei do aprendiz;
- Divulgação efetiva na mídia escrita e falada das formas de participação da sociedade em momentos como desta conferência, que é um exemplo de exercício de cidadania.
- Garantir a estrutura necessária ao funcionamento dos conselhos tutelares;
- Garantir a formulação de políticas públicas necessárias aos encaminhamentos do conselho tutelar.
- Criar mais espaços para levar as propostas e projetos no governo municipal;
- Valorizar os oficineiros da região, que trabalham com cultura, pequenos espaços e sem recursos;
- Facilitar e proporcionar a elaboração de políticas públicas juntamente com a sociedade civil;
- Construir a proposta da participação popular;
- A falta de integração entre governo e sociedade civil, mais transparência das verbas públicas, implementação das políticas locais;
- Uma sociedade ativamente participante da formulação das políticas públicas;

- Exigir o cumprimento do Artigo I 82/83 que garante a participação popular, no entanto os governos não cumprem com as normas jurídicas e formulam as políticas sem a participação da sociedade civil;
- É necessário o fortalecimento dos Fóruns Locais da sociedade civil;
- Campanha para conscientização e sensibilização com a divulgação de mapeamento das demandas e de assistência social;
- Relação das atividades, com seminários que envolvam pessoas físicas e jurídicas desmistificando que só entidades grandes precisam de apoio;
- Propor mais programas na área social, com mais oportunidades para os jovens;
- Integrar família, escola e Conselho Tutelar para esclarecer os objetivos do Conselho Tutelar, que é o de parceiro e não inimigo do jovem.

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

DESAFIOS:

- Organização de uma grande campanha de esclarecimento à sociedade e aos potenciais doadores para maior arrecadação do Fundo.

PROPOSTAS:

- Desburocratizar os mecanismos de doação para que pessoas físicas possam contribuir com o fundo;
- Divulgar o diagnóstico da criança na cidade de São Paulo para que seja feita a proteção da criança e do adolescente;
- Divulgação do plano de ação de proteção integral da criança e do adolescente.
- Ter espaço mensal de acompanhamento do orçamento, para que a sociedade acompanhe as ações governamentais;
- As pequenas entidades devem ser reconhecidas, e que tenham participação nos recursos públicos e nos projetos;
- Divulgar entidades de pequeno porte através de eventos patrocinados pelo poder público incentivando doações, através do FUMCAD;
- Aumentar o orçamento da assistência social;
- Cobrar a prestação de contas públicas, através de jornais de grande circulação e da rede on-line;
- Divulgar as propostas da terceira conferência nos jornais locais;
- Fazer divulgação do Fórum, junto às empresas locais para arrecadar fundos e produzir panfletos informativos, incentivando a participação popular;
- O Conselho Tutelar trabalhar junto com o Fórum Regional de Itaquera para divulgar o Conselho Tutelar e comunicar a falta de recursos da qual padece;
- A sociedade civil exigir que o governo dê visibilidade dos recursos aplicados nas secretarias;

Itaquera – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento sócio-educativo.

DESAFIOS:

- Ampliar as reflexões quanto à redução da maioridade penal, tendo como foco a efetivação as MSEs;
- Extensão das discussões sobre os diferentes tipos de violência, suas causas e efeitos.

PROPOSTAS:

- MSEs de privação de liberdade em espaços educacionais adequados;
- Efetivação do artigo 123, do ECA;
- Ter como ação efetiva o artigo 119, do ECA;
- Promover uma orientação familiar mais sólida;

- Organização de grupos que acolham os adolescentes em conflito com a lei para trabalhos comunitários;
- Implementar programas de convivência familiar e comunitária

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Mediar reflexões sobre a igualdade social e a necessidade de compreensão por parte dos pais quanto ao tempo e disponibilidade de convivência com seus filhos;
- Extensão das discussões sobre os diferentes tipos de violência, suas causas e efeitos;
- Ampliação e criação de espaços sócio-culturais para possibilitar a mediação entre a ação cidadã e a comunidade;
- Possibilitar o acesso à linguagem da arte à criança como direito.
- Ampliação e criação de espaços sócio-culturais para possibilitar a mediação entre a ação cidadã e a comunidade.
- Conscientização por meio de palestras e trabalhos nos centros comunitários e no espaço escolar, com questões transversais que possibilitem uma reflexão quanto aos problemas e possíveis soluções relacionadas ao tema.
- A atividade física e lazer diário como facilitadora da qualidade de vida e mediador da não violência, na comunidade.
- Extensão das discussões sobre os diferentes tipos de violência, suas causas e efeitos.

PROPOSTAS:

- Estabelecer uma prática de convivência familiar baseada no respeito, diálogo, afeto e na igualdade;
- Manter um constante processo de esclarecimento e orientação junto às crianças e adolescentes a respeito da sexualidade;
- Que a arte seja uma forma de expressão e comunicação efetiva nas escolas e na sociedade;
- Esclarecer às crianças e adolescentes sobre os diferentes tipos de violência, principalmente as veladas;
- Elaborar programas direcionados ao combate ao uso de drogas;
- Promover ampla discussão sobre a legalização do aborto;
- Conscientizar as crianças para não jogarem lixo na rua;
- Que haja mais incentivo à arte nas escolas;
- Que as crianças tenham seus direitos respeitados e, não sejam obrigadas a fazerem o que não gostam;
- Contratação hebiatras para os centros de saúde;
- Fornecimento de merenda escolar adequada;
- Criação e aproveitamento dos diversos espaços na escola (laboratório de química, física, entre outros);
- Organização e divulgação de eventos culturais e de lazer;
- Proporcionar a participação dos alunos nos eventos de cultura e lazer na região;
- Ativar o Programa Escola da Família;
- Criação de novos cursos técnicos profissionalizantes gratuitos;
- Que a arte seja uma forma de expressão e comunicação efetiva nas escolas e na sociedade;
- Escolas e outros espaços que devam ampliar as propostas de recreação e oficinas culturais;
- Espaços adequados às respectivas práticas esportivas e de lazer, com a segurança necessária;
- Melhoria no sistema de transporte público;
- Resgate das brincadeiras de rua em espaços adequados, que possibilitem as mesmas;
- Contratação de professores qualificados e com remuneração adequada;
- Abrir fóruns de discussão sobre violência sexual e doméstica;
- Estabelecer discussões no espaço escolar sobre a importância da cultura de paz;
- Elucidar o que é inclusão;

- Implantação de algum tipo de fiscalização, quanto à revista dos alunos, para evitar armas, bebidas e drogas nas escolas;
- Plantar mais árvores;
- Implantação da coleta seletiva;
- Criar sistemas de purificação do ar;
- Limpar rios para prevenir enchentes;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Investimento em eventos culturais;

Jabaquara – Convencional

Eixo 1 – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE) como marco regulatório ao atendimento sócio-educativo.

PROPOSTAS

- Criar delegacia especializada para criança e adolescente.
- Implantação do Centro de Defesa da Criança e Adolescente (CEDECA).
- Implementar políticas públicas de Educação, Saúde e Assistência Social a fim de evitar a necessidade de Sistema de Execução de Medidas Sócio-Educativas.
- Criar Rede de Atendimento e os serviços necessários.
- Estruturar as Delegacias de Polícia para receber o adolescente infrator para ser recebido adequadamente conforme o ECA com assistente social, autoridade da área da infância, autoridade jurídica.
- Implantar a Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente para que sirva como apoio "matriz".

Eixo 3 – Plano Nacional de Convivência Família e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

PROPOSTAS

- Articular as políticas públicas de saúde com outros setores.
- O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária deve seguir, no município, o PROASF (Programa de Apoio Sócio-Familiar).
- Aproximação dos profissionais de saúde dos equipamentos de educação e vive-versa.
- Implementação de oficinas com as famílias (orientação de higiene, alimentação, sexualidade).
- Incentivar a criação e participar de uma rede efetiva de proteção social e desenvolvimento local.
- Levantamento de demanda real das crianças e adolescentes em idade escolar.
- Redução de classes com 50 alunos.
- Comunidade tem de participar do Conselho de Escola.
- Implementação de espaços nas escolas que tenham atividades de cultura, esporte e lazer.
- Prevenção de drogas nas escolas.
- Criar e implantar a semana do ECA. Para que sirva de forma ampliada às Conferências, exigibilidade dos direitos.
- Trabalhar dimensões sobre valores humanos na escola.
- Melhorar remuneração e formação dos professores.
- Diretores escolhidos nas comunidades
- Escola tem de apoiar outros equipamentos públicos. Equipamentos dentro da escola.
- Envolvimento dos pais no processo de ensino-aprendizagem.
- Implementação de planejamento familiar num amplo processo de conscientização.
- Comunicação entre as unidades escolares.
- O governo municipal deve agilizar todos os meios para facilitar todos os meios de comunicação entre Estado e População.
- Implantação de Centros de Apoio à Família em situação de risco.

- Ampliar o número de Núcleos Sócio-Educativos.
- Incentivar programa de Primeiro Emprego.
- Garantir estrutura para funcionamento pleno do Conselho Tutelar para aplicação da Declaração dos Direitos da Criança.
- Eleição do conselho tutelar com urna eletrônica e postos de votação de origem ou com cadastramento prévio.
- Criação da Comissão Intersetorial envolvendo secretarias de governo, instituições públicas e particulares para encaminhamentos.

Jabaquara – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

- Não pode haver redução da maioridade penal;
- Divulgação de programas sociais;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS

- Formação de Grêmio para apoio a escola e comunidade;

PROPOSTAS

- Melhorar a oportunidade de emprego para os jovens – criação de estágios;
- Acompanhamento psicológico para adolescentes e famílias durante o pré-natal;
- Campanhas de sensibilização com os líderes comunitários, professores, técnicos dos postos de saúde sobre o tema: gravidez na adolescência;
- Campanhas publicitárias sobre a prevenção da gravidez na adolescência, contraceptivos;
- Criação de pontos de apoio para vítimas de violência;
- Palestras em ONGS, instituições religiosas, escolas, abrangendo o tema violência, inclusive com parcerias com universidades e iniciativa privada;
- Aumentar o salário dos trabalhadores;
- Mais Escolas da Família;
- Formar um Grêmio na EMEF Marina Vieira de C. Mesquita com o intuito de formar uma nova força na escola e na comunidade;
- Melhorar o atendimento público do Hospital Sabóia e criar novos hospitais públicos. Melhorar atendimento nos postos de saúde: mais remédios, médicos e agentes comunitários;
- Cria áreas de lazer nos bairros– parques; pista de atletismo; reformar campos e quadras; cobertura na piscina
- Mais policiamento nas ruas,
- Melhorar asfalto, a iluminação e a limpeza das ruas e calçadas;
- Mais ônibus e com passagens mais baratas;
- Cursos para jovens;
- Melhorar e ampliar as escolas nos bairros; arrumar as escolas que já existem; professores mais qualificados nas salas de aula; implantar biblioteca nas escolas; implantar salas de informática em todas as escolas; melhorar a limpeza, a segurança e a distribuição de material didático nas escolas;
- Ampliação de Espaços Culturais existentes e criação de novos; centro de esporte, cultura e lazer em Americanópolis; Centro Comunitário e cultural na Vila Clara; Centro Cultural no Jd. Lurdes;
- Enfermagem nas escolas;
- Fazer o saneamento básico da região;
- A Corregedoria da Polícia precisa ser mais ativa;

- Mais atividades e divulgação na ASS Americanópolis.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

Lapa – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS:

- Elaboração, por uma comissão específica, de um Plano de Ação para reintegração do adolescente que envolva educadores comprometidos e família. O Plano deve ter um planejamento, avaliação em conjunto e oficinas alternativas e não impositivas. Espera-se a reintegração do adolescente com acompanhamento, parcerias e oportunidades.
- Prevenir antes de punir. Os adolescentes em liberdade assistida devem contar com palestras e orientações sobre direitos e deveres;

Eixo 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

PROPOSTAS:

- Apoio dentro das escolas e entidades educativas para que se conheça melhor a família de crianças e adolescentes;
- Existência de recursos e serviços que resgatem a vinda das famílias dentro das instituições educativas;
- Criação de novas políticas públicas que cheguem às periferias e que levem a família para dentro das instituições sócio-educativas. Que estas instituições possam contar com profissionais de várias áreas de trabalho.
- Conscientização da população sobre seus direitos e deveres, não somente do ECA como da Constituição Federal do Brasil.
- Visitas domiciliares e ações de agentes comunitários;
- Melhora nos serviços educativo-sociais já existentes e aumento da oferta de serviços para absorver a grande demanda populacional excluída;
- Criação de salas de escuta que seriam locais com profissionais especializados para acolhimento da família, crianças e adolescentes.
- Maior fiscalização e cumprimento da lei que obriga as empresas, com determinado número de funcionários, a terem creche ou pagarem certo valor da mensalidade da creche para os filhos de seus funcionários.
- Criação de comunidades cooperativas que gerem sua própria renda.
- Na medida do possível, o afastamento do agressor da família e não a criança agredida.
- Melhor articulação e comunicação das entidades e da rede de atendimento às crianças já existentes.
- Atendimento psicológico e psiquiátrico às famílias, crianças e adolescentes;
- Prevenção da violência doméstica nas comunidades através de oficinas;
- Colocar as famílias que queiram adotar crianças ou adolescente em contato prévio com as mesmas por cerca de dois meses e avaliar a relação desta família com o grupo antes de definir a adoção;
- Apropriação dos espaços públicos pela comunidade.
- Ampliação da autonomia da criança e do adolescente que estão abrigados;
- Atendimento diferenciado em relação à faixa-etária das crianças abrigadas;
- Aumento do número de educadores dentro dos abrigos;
- Capacitação dos profissionais que trabalham em abrigos a fim de possibilitá-los a trabalharem e respeitarem as diversidades sexuais e religiosas;
- Transparência na fiscalização dos abrigos pelo poder público: Conselho Tutelar, juiz, promotor de justiça e técnicas das SAS;

- Estruturar o trabalho em rede;
- Crianças e adolescentes abrigados interagirem com a comunidade e terem acesso ao lazer, esporte e cultura;
- A existência de uma política de convênio de acordo com o PNAS (Plano Nacional de Assistência Social);
- Acompanhamento periódico e sistemático das famílias por meio de programas e órgãos: o abrigo, Conselho Tutelar, o CRAS, o CREAS e PAIF;
- Garantir atendimento psico-social às famílias;
- Mapeamento das necessidades da região da Lapa para conhecer os pontos de maior vulnerabilidade;
- Articulação e fortalecimento da rede de serviço de proteção;
- Rearticulação dos fóruns regionais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Inserção nos programas de geração de renda já existentes (bolsa-família, ação jovem, PETI, renda cidadã) considerando a situação.
- Agilizar a implantação do Programa Família Acolhedora;
- Manutenção do serviço de proteção jurídico social;
- Garantir a formação acadêmica dos funcionários e educadores dos Núcleos Sócio-Educativos;
- Atendimento em horário integral de um serviço para crianças com idade entre quatro e seis anos;
- Ampliação dos Núcleos Sócio-Educativos;
- Trabalhar, nos Núcleos Sócio-Educativos, com separação por faixa-etária. De seis a nove anos, contar com no mínimo um auxiliar e um educador. Acima de nove anos ter no máximo vinte adolescentes por educador;
- Capacitação de Recursos Humanos e a existência de local ideal para desenvolvimento do trabalho educativo.
- Cobranças para que haja qualidade no trabalho prestado por entidades. Tal trabalho deve levar em conta as diferenças (sociais, raciais entre outras);
- Melhor organização do trabalho dos Núcleos Sócio-educativos: verificar se horários estão suficientes. Devem existir planejamento e método de avaliação;
- Parcerias com os Núcleos Sócio-Educativos, investimento em políticas públicas, com a presença do governo, para a existência de uma estrutura familiar e educativa necessária à formação de melhores adolescentes.

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

PROPOSTAS:

- Efetivação da ação intersecretarial;
- Conscientização, criação e participação dos grêmios estudantis no controle das verbas públicas;
- Garantir a publicidade dos gastos em cada pasta de subprefeitura;
- Garantir a dotação orçamentária para a implantação de Núcleos Sócio-Educativos III e IV;
- Viabilizar o Plano Municipal de Educação;
- Atualizar a Planilha de Custeio com valores adequados para os serviços da Assistência Social;
- Piso salarial dos educadores em quatro salários mínimos;
- Dotar verbas para projetos de ações afirmativas da cultura afro-brasileira em Núcleo Sócio-Educativos e escolas;
- Ampliação das verbas para alimentação nos Núcleos Sócio-Educativos;
- Aumento de verbas nas pastas de cultura, habitação, saúde educação;
- Dotação específica para contratação de oficineiros para os Núcleos Sócio-Educativos.

Lapa – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

- Capacitação do adolescente em conflito com a lei;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Colocar e manter as crianças nas escolas.
- Evitar que haja discriminação do professor em relação aos alunos;
- Fazer com que programas como a "bolsa família" cheguem a quem necessita.
- Ensino médio avançado;
- Diminuição do número de alunos nas salas de aula;
- Melhoria de qualidade de serviços, em geral, nas escolas;
- Garantia de emprego para todos;
- Garantia de médicos e medicamentos;
- Garantia de espaços para a prática do esporte;
- Garantia de que os impostos pagos pelo povo cheguem até as escolas, à saúde, à habitação, ao lazer e à cultura;
- Garantia de funcionários nas escolas públicas e nas ongs;
- Garantia de segurança nas escolas;
- Combate à desigualdade social;
- Acesso à faculdade gratuita;
- Acesso ao controle da verba das escolas;
- Cursos de aperfeiçoamento ao educador;
- Combate à desigualdade entre escolas estaduais e particulares, relacionado aos recursos didáticos;
- Ministrar aulas mais dinâmicas e com abordagem didática mais moderna;
- Garantir a higiene no preparo dos alimentos;
- Evitar falta de funcionários nas escolas;
- Manutenção de parques e praças, que se encontram sujos e em péssimo estado.

PROPOSTAS:

- Colocar, nas escolas, elevadores para os deficientes;
- Solicitar a utilização de escolas como espaço para lazer, esporte e cultura;
- Facilitar o acesso a salas de informática, bibliotecas e brinquedotecas;
- Facilitar o acesso dos alunos a parques, teatros e estádios.
- Proporcionar união da escola com a comunidade, para mutirões de limpeza e conservação do local;
- Propor reuniões de pais junto com os alunos, para que definam um plano de ação para os problemas apresentados;
- Propor menos horas de trabalho para possibilitar o convívio com a família;
- Propor a efetivação de leis que obriguem os pais assumirem a criação de seus filhos;
- Propor apoio psicológico para as famílias;
- Propor reuniões com a comunidade para definir necessidades;
- Criar projetos na comunidade, que possibilitem a organização e respeito mútuo;
- Criação de núcleos com salas de informática e professores, para o atendimento de alunos de até dezesseis anos;
- Melhoria da estrutura das escolas;
- Aumento do número de salas de aula;

- Melhorias de infra-estrutura nos bairros, como, por exemplo, colocação de asfalto;
- Aumento do número de faculdades públicas;
- Aumento de livros nas bibliotecas;
- Melhoria da alimentação escolar e garantia de refeição todos os dias, com a contratação de merendeiras especializadas;
- Melhoria da higiene das escolas;
- Distribuição de material escolar;
- Doação de uniformes escolares àqueles que não podem pagar;
- Melhoria de equipamentos;
- Melhoria na qualidade do ensino, com professores mais qualificados;
- Fiscalização, para garantir que a merenda chegue à escola;
- Melhoria do nível dos professores (devem ser mais capacitados);
- Solicitação de verba extra para passeios externos;
- Melhoria de mobília e materiais das salas de aula;
- Ampliação das escolas da rede pública;
- Reabertura das escolas aos finais de semana;
- Melhoria dos salários de funcionários públicos;
- Abertura de cursos profissionalizantes aos funcionários públicos;
- Aumento do número de vagas para funcionários nas redes de saúde e ensino;
- Abertura de espaços culturais.
- Melhoria do ensino fundamental, porque muitos passam de ano sem saber muita coisa;
- Colocação de lixeiras nas ruas;
- Não distribuição alimentos vencidos nas escolas;
- Diversificação dos alimentos servidos nas escolas;
- Conscientização do professor e do aluno sobre seus papéis;
- Fiscalização da entrada dos alunos que devem, obrigatoriamente, usar do uniforme;
- Entrega do material no início das aulas;
- Algum tipo de fiscalização, quanto à revista dos alunos, para evitar armas, bebidas e drogas;
- Manutenção da limpeza nas escolas;
- Uso livre da biblioteca;
- A comunidade deve se responsabilizar pela conservação do patrimônio;
- Incentivo às famílias à adoção de crianças maiores;
- Ampliação de programas como, por exemplo “doutores da alegria”.
- Crianças que estão em abrigos devem ter o direito de visitar e serem visitadas;
- Abrigos, instituições e orfanatos devem respeitar a religião, os costumes e bens morais herdados pela criança;
- Solicitação de uma pessoa que supervisione se a criança está tendo educação, almejando um futuro digno;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Exigência maior da secretaria de educação em relação a mais verbas e garantia direitos;
- Melhoria do pagamento dos médicos, para garantir plantão nos postos de saúde;

M'Boi Mirim - Jd. Ângela – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

DESAFIOS:

- Mudar as formas de aplicação das leis inseridas no ECA.

PROPOSTAS:

- As leis devem ser cumpridas com qualidade, acompanhamento da família e do técnico responsável pela medida.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Controle de natalidade, planejamento familiar.
- Falta de centros culturais nos bairros que propiciem lazer, esportes e educação.
- Melhorar o atendimento nos postos de saúde;
- Atender a demanda das crianças nas escolas e creches;
- Melhoria dos canais de informação da população;

PROPOSTAS:

- Orientação e apoio à estruturação financeira familiar, auxiliando-as a desenvolver seu projeto de vida.
- Construção de escolas, creches e escolas técnicas profissionalizantes próximas às residências, onde os pais saiam tranqüilos para trabalhar.
- Aumentar o número de profissionais na área da saúde;
- Mais equipamentos para postos de saúde e contratação de mais agentes de saúde;
- Melhoria e ampliação dos transportes na região;
- Divulgação de informações nos meios de comunicação, rádio, tv;
- Promover debates, palestras, pesquisas etc.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:

- Falta de interesse do governo em investir em educação e emprego.

M'Boi Mirim - Jd. Ângela – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Há falta de meios de comunicação comunitária;
- Falta de participação da comunidade, por vontade ou falta de espaço;
- Incluir os pais/família na questão da sexualidade dos filhos;
- A escola deve dedicar tempo à sexualidade preventiva;
- Implantar sistemas de controle de natalidade;
- Planejamento familiar;
- Ampliar e melhorar as escolas do bairro, desde a educação infantil até programas para a comunidade, como o programa Escola da Família, capacitando professores e melhorando seu espaço físico.
- Ampliar e melhorar o atendimento à saúde, tanto nos hospitais quanto nos postos de saúde. Dar especial atenção à criação de postos de atendimento das DST/AIDS.
- Melhorar as condições do bairro, ampliando a rede de saneamento básico, os programas habitacionais, o asfaltamento, a limpeza e a iluminação das ruas;
- Ampliar as áreas de lazer, os eventos culturais;
- Ampliar as ofertas de emprego;
- Aumentar a segurança (24 horas);
- A sinalização está muito precária;
- Falta de foco social nos meios de comunicação;

- Espaço adequado para implantação de projetos que priorizem comunicados;
- Redução de índice de gravidez na adolescência;
- Desenvolver a consciência ecológica nas pessoas do bairro.

PROPOSTAS

- Ampliar a participação da comunidade na escola;
- Promover cursos, palestras dinâmicas, atividades culturais focando a questão da dependência química e oficina para os pais;
- Estabelecer políticas de capacitação do professor, que muitas vezes não quer dar aula no bairro, para que altere sua visão sobre os alunos;
- Difundir regras de convívio social e comunitário;
- Criar uma rede de comunicação que dê voz e vez à comunidade, difundindo sua realidade através da troca de experiências;
- Criar vínculos com as instituições sócio-educacionais e espaços que a comunidade usa para se organizar;
- Promover palestras e/ou discussões nas escolas com alunos e seus pais, permitindo acesso às informações necessárias para que os pais possam melhor orientar os filhos;
- Orientação/estruturação familiar e financeira (projeto de vida);
- Criação e implantação de programas de combate à violência;
- Aumento de núcleos sócio-educativo;
- Implantação de um serviço para dependente químico no Distrito do Jardim Ângela e para prevenção à droga;
- Otimizar os espaços públicos;
- Melhoria no atendimento à saúde (estruturação das UBS) com a ampliação das especialidades médicas (psiquiatria e psicólogos) e exames na região; agilidade no término do Hospital M'Boi Mirim (recursos humanos e físicos).
- Concurso público para ampliação do quadro de profissionais da Assistência Social.
- Melhorar a distribuição de preservativos gratuitos na rede pública de saúde e nas escolas;
- Fechamento dos bares a partir das 22 horas, com fiscalização e punição (Exemplo: Diadema);
- Incluir a Educação Ambiental como disciplina escolar. Criar comissões de Educação Ambiental nos bairros. Implantar programas/contratar agentes de Proteção Ambiental. Realizar campanhas de plantio e adoção de árvores;
- Divulgar os direitos e deveres dos cidadãos, dos jovens e dos adolescentes;
- Criação de rádios e TVs comunitárias.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:

- Viabilização de recursos para implantação de projetos e políticas sociais no bairro;

PROPOSTAS:

- Igualar as verbas entre as escolas, ampliar parcerias, incentivar a criação de APMs e Grêmios livres nas escolas. Incluir profissionais de saúde especializados em sexualidade nas escolas. Ampliar os programas Escola da Família, principalmente no Humberto Pacca e no Mário Marques.
- Aumentar os investimentos na escola com a construção de mais creches e ampliação de vagas para as outras etapas do ensino; capacitação de professores e profissionais da educação; ampliação da distribuição de material didático; coma ampliação de programas.
- Investir na cultura, informação e tecnologia; implantar centros esportivos e de lazer, um no Jardim Ângela e outro na região mais periférica. Implantação de telecentros, bibliotecas, casas de cultura, centros culturais da juventude. Implantação do Parque Guarapiranga.
- Aumento do orçamento para o trabalho sócio-educativo com famílias;

M'Boi Mirim - Jd. São Luiz – Convencional

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

- Elaborar um jornal comunitário para articulação da comunidade e da escola;
- Implantação de rádios comunitárias;
- Visitas de agentes comunitários às famílias;
- Programas de tv para divulgar a comunidade e seus problemas;
- Implantação de Rádio Escola com intercâmbio entre várias escolas para divulgação de trabalhos e projetos;
- Centros de Cultura com shows, festivais;
- Implantação de aparelhos de som nas escolas;
- Telecentros com profissionais capacitados para o atendimento de deficientes, crianças e idosos;
- Mais bibliotecas;
- Carros propaganda para divulgação no bairro de programas e projetos;
- Ampliação de telefones de plantão;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

M'Boi Mirim - Jd. São Luiz – Lúdica

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Ter uma região mais limpa;
- Inserir a atividades culturais no dia-a-dia das crianças;
- Resgatar as brincadeiras de infância que foram substituídas pelas eletrônicas; a grande venda de brinquedos eletrônicos deve diminuir;

PROPOSTAS:

- Implantação de programas de agentes comunitários, para divulgar as propostas na região;
- Distribuir camisinhas em escolas e postos de saúde com orientação e sem burocracia;
- Visitas em locais públicos que tenham pessoas com AIDS. Ex. Resplendor;
- Criação de um espaço que possibilite aos jovens falarem sobre sexualidade;
- Ter um posto de saúde mais próximo com bom atendimento médico;
- Contratação de médicos especialistas em adolescentes (Hebiatra) para os postos de saúde, pois só há médicos para crianças e adultos; contratação de mais médicos e leitos nos hospitais da região;
- Investir na prevenção das doenças;
- Proporcionar alimentação adequada nas escolas, para prevenção de doenças infecto-contagiosas, nanismo, doenças psicológica, neurológicas, etc;
- Ampliar as opções culturais criando Centros de Cultura, CEUs, escolas, ONGs, programa Escola da Família com oficinas variadas e brinquedos; implantar bibliotecas regionais e comunitárias;
- Contratação de funcionários para as escolas;
- Áreas de lazer; Oportunidade de esportes;
- Melhoraria das escolas com a melhoria da merenda e equipamentos da cozinha; melhoria da manutenção dos equipamentos escolares; ampliação da ronda e policiamento nas escolas; implantar a obrigatoriedade no uso do uniforme; Maior proteção e grade nas escolas; proporcionar aulas de informática; oferecer mais atividades variadas aos estudantes;
- Implantação de programas de conscientização da população (crianças e adolescentes) sobre meio ambiente com a participação de empresas e do governo; oferta de oficinas de

reaproveitamento de lixo em escolas e comunidades; distribuição de caçambas, lixeiras, etc. para a comunidade;
- Implantação de programas de reciclagem nas escolas, colocando latas de lixo para reciclagem;
- Realização de mutirões de limpeza, com a participação de crianças e adolescentes;
- Recreações infantis em forma de teatro, etc. sobre o tema;
- Palestras dinâmicas feitas por jovens;
- Músicas com letras sobre o meio ambiente e instrumentos reciclados;
- Jornais, rádios e sites das escolas contendo informação sobre meio ambiente;
- Gincanas regionais para reciclar e conscientizar as pessoas;
- Plantar árvores;
- Prevenção das doenças hospitalares como: leptospirose, dengue;
- Saneamento básico adequado na região de M'Boi Mirim;
- Incentivar as crianças e adolescentes a descobrirem a cultura do país através de programas de TV;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

Moóca – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

DESAFIO:
- Integração do adolescente com a escola.
- Propiciar a inclusão escolar.
- Participação da família na vida dos adolescentes.
- Integrar a unidade escolar com todos os órgãos envolvidos com a criança e o adolescente.

PROPOSTA:
- Os profissionais das escolas devem participar de cursos de capacitação e atualização e desempenhar um trabalho qualitativo com os adolescentes, acompanhado de uma conscientização e sensibilização para esse tipo de atividade.
- Para uma verdadeira inclusão com avanços e sucessos, é necessário que as unidades educacionais recebam cursos, treinamentos e apoio de profissionais habilitados no ambiente educacional.
- Promover encontros para conscientização da participação das famílias. Encontros com os pais e responsáveis, onde serão trabalhados valores, respeito, conhecimento dos direitos e deveres, para conscientizá-los da sua importância da participação na sociedade e assim adquirir uma cidadania plena.
- Elaboração de projetos que integrem os grupos, através de Fóruns, Encontros, Palestras e Oficinas.
- Veiculação na mídia dessas medidas com o intuito de esclarecimento para a população.

Eixo 2: Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:
- Desenvolver a percepção do compartilhamento de responsabilidades entre a família, a escola e o Estado enquanto formuladores de políticas públicas;
- Elaborar uma discussão e reflexão sobre as responsabilidades das partes envolvidas, família, escola e Estado, na questão dos direitos da criança e do adolescente.
- A escola deve acompanhar e discutir as pesquisas e as atividades acadêmicas, na área comportamental, a relação com o professor, os colegas e a própria escola. Os cuidados específicos referentes à fase de adolescência (fase conturbada – drogas, etc.).
- Indicação para pessoal qualificado em parceria com ONG's.

- Nenhuma criança sem escola e com educação em tempo integral.
- Propiciar uma formação musical.
- Criação de um posto de atendimento ao adolescente junto às Unidades Básicas de Saúde (UBS).
- Ativação dos Centros Esportivos nos bairros

PROPOSTAS:

- Realização de cursos de capacitação e atualização para os docentes; inclusive para atender aos diversos níveis da inclusão e não a mera "inclusão pela inclusão";
- Promover uma melhora do espaço físico das escolas para atender a toda população escolar (mesmo as crianças com necessidades especiais) e neste sentido criar as condições operacionais para esse objetivo (materiais específicos para os trabalhos específicos).
- Implantação de um planejamento familiar e controle de natalidade, aliada a uma política preventiva de saúde;
- Manter na unidade escolar uma equipe multidisciplinar com assistente social, psicólogo e fonoaudiólogo;
- Com relação à própria ocupação do prédio escolar, criar oportunidades estruturadas com profissionais habilitados para as crianças terem atividades fora do horário regular;
- Construção nos bairros de parques e centros culturais com programações para os adolescentes, diferentes da escola.

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

DESAFIO

- Levar ao conhecimento público as reivindicações das crianças e adolescentes.
- A democratização na distribuição dos recursos e a divulgação de como são distribuídos.
- Aplicação de verbas específicas para acesso ao lazer e cultura
- Que todos tenham conhecimento das propostas das conferências.

PROPOSTA

- A criação de programas pelo CMDCA para serem exibidos pela mídia (TV pública) que levem a debates e reflexões.
- Adoção do OP (orçamento participativo), com a participação sobre as decisões nas políticas públicas para crianças e adolescentes.
- Criar um jornal exclusivo para divulgar para todos os participantes (escolar, entidades, ONG's, etc) a síntese das conferências em seus vários níveis (municipal, estadual e nacional).

Moóca – Lúdica

Eixo 1 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

DESAFIOS:

- Ineficiência e péssima infra-estrutura das instituições de reabilitação, má gerência das verbas disponíveis e agentes mal preparados para lidar com adolescentes em conflito com a lei;
- Pouca participação da família nos processos de reabilitação das crianças e adolescentes e situação de desagregação familiar;

PROPOSTAS

- Construção de mais clínicas de reabilitação;
- Reforma dos processos de atuação das instituições de reabilitação;
- Capacitação dos agentes que tratam os adolescentes em conflito com a lei;
- Melhorar a assistência social, psicológica e educacional às famílias para melhor recuperação do adolescente que esteve em conflito com a lei;

- Melhorar o entendimento do Conselho Tutelar

Eixo 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS

- Desagregação familiar
- Aprovação de alunos de 1ª a 8 ª séries sem condições de acompanhar os conteúdos propostos;
- Combater a violência nas escolas por parte dos alunos;
- Evitar a gravidez na adolescência e a disseminação de DST entre adolescentes;
- Turmas escolares muito cheias, com muita bagunça nas escolas e pouco aproveitamento das aulas;
- Necessidade de melhorar a conscientização e articulação dos nossos direitos;
- Retomada do projeto "Escola da Família";
- Pouco incentivo ao esporte para as crianças e adolescentes;
- Discriminação racial, social e preconceito contra minorias;
- Dificuldade de integração social e participação cidadã dos jovens;
- Dificuldade de desenvolvimento dos adolescentes para uma vida profissional;
- Escolas com equipamentos físicos e mobiliário danificados, dificultando o bom rendimento escolar e até a convivência da comunidade escolar;
- Melhorar a relação entre professor e aluno;
- Merenda escolar ruim, mal preparada e mal servida;
- Melhoria das condições das ruas nos bairros pobres que em geral são muito sujas, feias e escuras;
- Acabar com o desnível muito grande entre as escolas. Algumas escolas particulares promovem o ensino com muita qualidade e as escolas estaduais e municipais são muito fracas;
- Aumentar a conscientização para cuidar do meio ambiente e dos espaços públicos;
- Ampliar a presença do professor em sala de aula. Os professores faltam e não temos substitutos, e quando têm eles não passam lição.
- Retirar as crianças e adolescentes que vivem nas ruas;
- O consumo de drogas por crianças e adolescentes;
- Pouca participação de pessoas honestas na política;
- Cobrança de muitos impostos;

PROPOSTAS

- Melhorar as condições de vida das famílias de baixa renda;
- Reavaliação do sistema atual e possibilidades de retenção da 1ª à 8ª séries;
- Maior conscientização dos alunos e melhor preparo dos professores e funcionários para lidar com as crises e melhorar a gestão escolar;
- Inclusão das disciplinas de Educação Sexual e planejamento familiar nas escolas;
- Ampliação do número de professores e de salas de aula associado ao melhor aproveitamento do espaço das escolas;
- Melhores salários para os professores, para que não precisem fazer greves;
- Criação de grêmios nas escolas;
- Elaboração de projetos educacionais e culturais;
- Maior ênfase em esportes nas escolas: melhoria nas quadras e a construção de piscinas;
- Maior empenho nas escolas com ações educativas e no combate do preconceito e das discriminações;
- Criação de mais cursos profissionalizantes gratuitos para os adolescentes;
- Criação de mais universidades públicas e gratuitas;
- Melhoria do ensino público, para a real preparação do adolescente para o ensino superior;
- Melhoria no atendimento em postos de saúde e hospitais, através de treinamentos e programas de capacitação para os funcionários;
- Ampliação da rede pública de saúde e maior distribuição de remédios gratuitos;

- Ampliação e melhoria de gestão para os programas de moradias para pessoas de baixa renda;
- Instalação de brinquedotecas nas EMEI´s, contratação de professores para as salas de leitura, e de informática;
- Instalação de computadores em todas as escolas;
- Melhoria da merenda escolar;
- Fiscalização sanitária nas escolas;
- Melhorar a limpeza e a iluminação das ruas;
- Ampliação do número de abrigos e melhora no serviço de abrigo e assistência aos moradores de rua;
- Maior e melhor policiamento nas ruas e proximidades das escolas;
- Criação de novos espaços de lazer, de espaços culturais e desportivos;
- Melhorar muito a qualidade do ensino nas escolas públicas, ao nível das melhores escolas particulares;
- Programas de capacitação dos professores;
- Maior número de vagas para o programa aprendiz;
- Criação de mais programas socioeducativos que trabalhem com arte, cultura e esporte;
- Criação de programas de trabalho com crianças e adolescentes nas ruas, desenvolvido por profissionais bem preparados;
- Construção de mais abrigos e maior empenho das autoridades em tirar as crianças das ruas;
- Adoção do transporte público gratuito para os estudantes;
- Construção de áreas de lazer.
- Maior participação das pessoas na vida política;
- Reduzir a cobrança de impostos e taxas;

Eixo 3 –- Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

PROPOSTAS

- Maior verba e melhor fiscalização para a limpeza das ruas das escolas e nos bairros;
- Aumento dos recursos para o programa Bolsa Família;

Parelheiros – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS:

- Municipalização dos projetos e MSEs a fim de encolher e enfraquecer a Fundação CASA e implantar medidas realmente eficientes para o interno manter-se no município do seu domicílio.
- Ocupar mais espaço na mídia com questões relevantes ao tema e ao debate dos problemas do adolescente, difundindo as posições de amparo e defesa do adolescente.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Acompanhamento familiar na educação dos filhos.
- Criar espaços de discussão dos problemas da sociedade e suas possíveis soluções.
- Oferecer cursos para jovens e adultos.
- Cuidar da saúde psicológica e social da família.
- Divulgar o ECA para toda a comunidade e funcionários públicos.
- Ampliar e melhorar o acesso à cultura, aos centros de apoio à criança e adolescente, ao esporte e à educação.
- Melhorar a qualidade de vida dos portadores de necessidades especiais.

PROPOSTAS

- Fazer palestras para orientar a família na seleção dos programas de TV.
- Orientar a família sobre o desenvolvimento infantil e juvenil – oferecer cursos.
- Orientar a formação de associações de moradores.
- Criar espaços de lazer para toda a família.
- Trazer um CIEE para Parelheiros.
- Fazer convênios com ONGS e outros órgãos que dêem amparo psicológico para a família.
- Oferecer cursos de estudos do ECA para funcionários públicos e comunidade.
- Oferecer aulas de moral e ética nas escolas e nos centros comunitários.
- Ampliação dos projetos sócio educativos, com participação do 3º setor;
- Capacitação e fortalecimento do Conselho Tutelar, com respaldo jurídico.
- Aumentar a transparência das Secretarias Municipais de Ação Social.
- Abertura de uma biblioteca.
- Implantação de uma Casa de Cultura.
- Criação de áreas apropriadas para prática esportiva.
- Criação de um Centro Olímpico para desenvolvimento atlético.
- Ampliação de núcleos profissionalizantes, abertura de creches, melhoria da qualidade de ensino.
- Diminuição da falta de professores.
- Melhorar (ampliar) o transporte ATENDE.
- Implantar um centro de saúde com equipe multidisciplinar.
- Fornecer medicamentos controlados.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Garantia de verbas no orçamento municipal para a criança e adolescente.

Parelheiros – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Aumentar o número de empregos e melhorar salários para a comunidade;
- Incentivar o comércio local;
- Aumentar o número de projetos socioeducativos;
- Diminuir impostos;
- Garantir que todos tenham direito a saúde e educação de qualidade;
- Falta de hospitais, escolas e creches, áreas de lazer;
- Igualdade de condições a todos para acesso a escola;
- Falta de atividades culturais no bairro como: museus, teatros e bibliotecas;
- Falta de boas condições escolares como material didático, professores, etc;
- Rever construção de parques lineares;
- Melhorara a distribuição de água;
- Diminuir a poluição.

PROPOSTAS:

- Ampliar o programa Escola da Família nos finais de semana;
- Proporcionar emprego aos jovens que estão ingressando no mercado de trabalho;
- Construção de centros de benefícios para a população do município;

- Capacitação profissional para a comunidade carente para que esta população tenha maior chance de conquistar melhores empregos;
- O governo deve divulgar mais o que acontece no bairro para que todos possam melhorar;
- Proporcionar espaços para debates;
- A comunidade deve utilizar os recursos existentes no bairro como árvores, rios, cachoeiras, tendo como lazer atividades como arvorismo, rampagem, acampamentos, visitas a aldeias indígenas, etc;
- Tirar as pessoas das ruas e colocá-las em moradias próprias;
- Aumentar o horário das aulas na Escola da Família;
- Promover grupos de teatro, grafite e dança;
- Maior policiamento nas ruas e escolas;
- Implantar projetos sociais em associações comunitárias;
- Implantação de programas de moradia social para todos.
- Melhoria no transporte público, inclusive para pessoas com necessidades especiais. Estender até o Terminal Santo Amaro a linha que vai até o Terminal Parelheiros, criando mais opções de condução. Oferecer à população outros meios de transporte.
- Melhorar o ensino na região através da melhoria da organização das escolas, da alimentação, da oferta de uniforme gratuito em todas as escolas, oferta de aulas de informática, capacitação de professores, promoção de passeios. Implantação de cursos profissionalizantes. Ampliação do número de creches.
- Melhoria na saúde com o aperfeiçoamento do atendimento, mais hospitais, mais profissionais, mais postos de saúde e melhoria naqueles que já existem; o SUS (Sistema Único de Saúde) deve oferecer estrutura para suprir as necessidades das pessoas que precisem do pronto socorro;
- Construção de centros de cultura e lazer como bibliotecas comunitárias, infocentros, telecentros;
- Melhor distribuição de renda – Salário mínimo mais digno;
- Melhoria da infra-estrutura do bairro com a melhoria nas ruas e estradas com asfaltamento, iluminação, calçamento, etc. Investir no saneamento. Investir na criação de áreas verdes para lazer;
- Propiciar moradias para a população e não dinheiro em troca de suas casas;
- Construção de mais postos policiais.
- Orientação aos jovens sobre maternidade precoce;
- Não poluir o bairro jogando lixo nos lugares impróprios;
- Fazer o Rodoanel em outro lugar para não prejudicar os moradores;
- Fiscalização do meio ambiente;
- Conscientizar a todos que água suja e parada é um enorme risco de propagação da dengue;
- Limpar reservatórios de água e esgoto para uma água melhor;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Destinação orçamentária para educação, saúde, cultura, infra-estrutura, lazer, moradia e segurança.

Penha – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

DESAFIOS:

- O grupo mostra-se contra a redução da idade penal;

PROPOSTAS:

- Trabalhar de forma mais intensa a questão dos direitos e deveres da criança e do adolescente;

- Melhoria e ampliação do sistema jurídico;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

PROPOSTAS:

- Discutir sexualidade, DST e AIDS com os jovens;
- Ampliação dos programas sociais que atendam as famílias, crianças e adolescentes;
- Implantar redes de contato entre organizações locais, estabelecendo formas conjuntas de atuação e de informação das ações que estão sendo implementadas;
- Desenvolver atividades específicas para os jovens de 14 aos 16 anos;
- ECA – Pensar na formação para o trabalho dos adolescentes;
- Transformar as crianças e adolescentes de espectadores em protagonistas de suas ações;
- Reavaliar os tópicos da última Conferência, e saber quais foram implantados e o porque alguns não foram, dando assim a solução para a implantação;
- Fazer uma junção sobre os tópicos: trabalho, injustiça social, ciclo de pobreza;
- Ampliação do quadro de profissionais da área social no sistema de educação, para ajudar a comunidade;
- Atendimento e ampliação dos núcleos socioeducativos e de saúde;
- Disponibilizar especialistas de outras áreas nas escolas;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

PROPOSTAS:

- Descentralizar recursos – disponibilizar as instituições da ponta do sistema o que lhes é de direito;
- As escolas devem enviar o perfil de sua comunidade visando adequar suas necessidades ao orçamento;
- Retomada do orçamento participativo;

Penha – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Toda criança tem direito a brincar, a ter educação, a áreas de lazer, esportes.
- Combater a violência;
- Combater a exploração e abuso de jovens.
- Melhorar a qualificação de professores;
- Melhorar as refeições;
- Combater a desmotivação de alguns professores;
- Combater a falta de material nas escolas.
- Combater o preconceito;
- Combater o desperdício da água;
- Acabar com a discriminação da mulher;
- Solicitar que as leis saiam do papel.

PROPOSTAS:

- Educar as famílias para educarem os filhos (Programa do governo);
- Criar atividades para os pais aos finais de semana.

- Criar um programas educativos que abordem a problemática do jovem;
- Mostrar ao jovem que a solução para a violência é a educação, o amor ao próximo, a amizade e o respeito;
- Enfatizar a importância de toda criança tem o direito de se expressar;
- Aumentar o mecanismo de inclusão social;
- Aumentar a segurança;
- Propor punições mais severas para aqueles que maltratam crianças e adolescentes e também para o trabalho escravo.
- Investir mais na educação;
- Investir em escolas com aulas diferenciadas e mais dinâmicas;
- Proporcionar mais passeios culturais;
- Solicitar espaços pedagógicos fora da sala de aula;
- Solicitar espaços culturais aos finais de semana;
- Baixar os preços dos lanches nas cantinas;
- Aumentar o horário das aulas de informática;
- Melhorar a estrutura das escolas;
- Propor uma rádio na escola;
- Solicitar armários nas escolas, para professores e alunos, para que não precisem levar tantos materiais pesados;
- Solicitar mais campos de futebol fora das escolas;
- Solicitar salas de jogos, parques para as crianças, que sejam seguros;
- Aumentar o número de professores suplentes;
- Propor que as escolas tenham jogos no pátio;
- Propor que as escolas tenham elevadores, de uso especial, para os alunos cadeirantes;
- Melhorar o lanche nas escolas.
- Propor a doação de cestas básicas para pessoas necessitadas;
- Educar para as diferenças;
- Propor que os professores motivem os alunos a conservarem o material que não é deles;
- Exigir que o regimento da escola seja mais rígido;
- Propor aulas para ensinar o ECA, educação e cidadania;
- Incentivar os jovens a se expressarem em público, conhecerem pessoas e culturas deferentes;
- Alertar os jovens sobre riscos da gravidez, do uso das drogas e da bebidas;
- Alertar para não poluir rios;
- Alertar para que não se desperdice comida;
- Alertar a população de que o lixo trás doenças;
- Solicitar mais respeito aos alunos por parte de professores e funcionários;
- Orientar a todos sobre o dever de cuidar da escola;
- Propor uma orientação mais efetiva aos alunos que se mostrem problemáticos;
- Solicitar que alunos respeitem os funcionários;
- Diminuir o número de alunos nas escolas.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Fiscalizar as verbas escolares, para que não ocorram desvios;
- Solicitar a prestação de contas da verba escolar por meio da mídia;

Perus – Convencional

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS

- Melhoria na qualidade do ensino público.
- Investimento em esportes, como forma de lazer e inclusão social.

PROPOSTAS

- Criação de espaços culturais para crianças e adolescentes, onde possam se expressar livremente com a orientação de monitores capacitados.
- Criar novos CDM e reestruturar os já existentes para que possam oferecer esporte com qualidade e com segurança;
- Facilitar o acesso ao deficiente, na prática do esporte e lazer;
- Contratação nas UBS, de médicos capacitados e especializados no atendimento à criança e do adolescente;
- Realização contínua de palestras preventivas sobre temas como gravidez na adolescência, sexualidade, DST, entre outras;
- Criação de local para Pronto Atendimento na região que funcione 24 horas.
- Escola para todos;
- Cursos profissionalizantes para inserir o jovem no mercado de trabalho.
- Inclusão social dos portadores de necessidades especiais na sociedade, através do esporte.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Maior investimento na saúde.

Perus – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Aberturas das escolas nos finais de semana;
- Acabar com as favelas;
- Oferecer mais oportunidades de emprego para os jovens;
- Combater o tráfico de drogas;
- Combater a corrupção na polícia;
- Fazer com que o jovem seja ouvido;
- Combater a discriminação;
- Acabar com o vandalismo nas escolas;
- Combater a exclusão social;
- Muitos alunos não podem comprar uniforme e, por isso, são impedidos de entrar na escola;
- Melhorar o sistema de saúde principalmente nas áreas urbanas;
- Falta de vagas nas creches e escolas públicas;
- Falta de merenda escolar;
- Proporcionar aos alunos ensino de qualidade;
- Melhorar a infra estrutura do bairro;
- Descaso com o meio ambiente;

- **PROPOSTAS**
- Reivindicação de espaço para lazer e cultura;
- Proporcionar maior segurança nas ruas com policiamento mais efetivo e maior número de postos policiais;
- Conscientização dos moradores do bairro sobre a importância da conservação da região;
- Usar o espaço da escola nos finais de semana, para propiciar momentos alternativos de aprendizagem e lazer para a comunidade, utilizando as quadras, salas de aula, livros e computadores das escolas públicas da região.

- Incentivar o desenvolvimento local através de capacitação da população de Perus e região para que tenham seu próprio negócio;
- Oferecer aos moradores da região parques de diversão gratuitos;
- Reunir os moradores em associações de bairro para discussão de idéias e projetos;
- Criar clubes de alunos para planejar eventos e jogos educativos;
- Fazer campeonatos nas escolas;
- Participação da família na organização da escola;
- Organização de mutirões para limpeza de pichações;
- Criação de um Disque Denúncia nas escolas;
- Palestras para jovens sobre bebidas alcoólicas e drogas;
- Aumentar o número de agentes da saúde para orientação da população;
- Solicitar transporte especial para os deficientes físicos;
- Implantar aulas sobre cidadania nas escolas;
- Investir em políticas públicas de inclusão;
- Elaboração e efetivação de propostas contra o trabalho infantil;
- Conscientizar crianças e adolescentes sobe seus direitos;
- Exigir dos governantes a execução de projetos para melhoria da vida do cidadão;
- Disponibilizar verba para os instrumentos musicais de bandas e fanfarras;
- Construção de novas escolas e reformas na estrutura das já existentes;
- Solicitação de cursos técnicos e profissionalizantes na região;
- Construção de novos centros de Cultura e Lazer que ofereçam quadras de esportes, pista de skate, praças, biblioteca, telecentro, aulas de dança,capoeira, teatro, oficinas de música e outras atividades.Construir esses espaços em áreas abandonadas, com segurança adequada – poderiam inclusive, serem geridos por organizações locais;
- Solicitar mais faculdades gratuitas e bolsas de estudo;
- Construção de novos hospitais e postos de saúde com mais aparelhagem e profissionais capacitados;
- Implantar laboratórios de química e informática nas escolas;
- Diminuir o salário dos políticos;
- Contratar profissionais de diversas áreas, inclusive psicólogos e especialistas em prevenção e acompanhamento de necessidades especiais, que deverão ficar disponíveis nos postos de saúde;
- Oferecer melhor formação e capacitação para professores e profissionais da área da Educação;
- Aumentar o tempo de permanência dos alunos nas escolas;
- Diminuir o número de alunos por sala de aula nas escolas públicas;
- Criar clubes de alunos para planejar eventos e jogos educativos;
- Melhorias no transporte público: diminuir o valor da passagem de ônibus, aumentar a frota, colocar ônibus com mais conforto e dar treinamento a motoristas;
- Reprovar o aluno quando necessário;
- Aplicação da “Progressão Continuada”;
- Elaborar e colocar em prática projetos que melhorem a socialização entre os alunos, como por exemplo: gincanas;
- O professor deve ouvir dos alunos sobe o que querem aprender;
- Asfaltar ruas e melhorar a iluminação pública do bairro;
- Construção de cinema e shopping no bairro;
- Melhorias na segurança nas escolas: mais policiamento nos horários de entrada e saída;
- Conscientizar a população sobre a importância de se conservar o meio ambiente, por exemplo, não jogando lixo nas ruas;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

Pinheiros – Convencional
DESAFIOS

Ainda na abertura dos trabalhos, todos os presentes concordaram que um dos graves problemas da região de Pinheiros é que esta é uma região de passagem que atrai inúmeras crianças, moradoras em outras áreas da cidade, que vêm para Pinheiros em busca de renda. Essas crianças ficam expostas a inúmeras situações de risco: de exploração de trabalho infantil, de agressões, de exploração sexual.

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS

- Implantação de Políticas Públicas que possam ter profissionais competentes e equipes que supram as demandas sociais;
- Atendimento especial a jovens necessitados;
- Integração dos Órgãos Públicos e fortalecimento das Redes de Atenção a criança e ao adolescente em conflito com a lei;
- Divulgação de campanhas em nível nacional que visem o fortalecimento da família para a diminuição da incidência de jovens em atos de infração;
- Implantar nas escolas o período integral com melhorias no currículo e projetos culturais, esportivos;
- Trabalho de proteção e qualificação dos profissionais que atendem os jovens infratores em situações de risco e vulnerabilidade social;
- Inclusão de jovens em projetos alternativos de aprendizagem profissional e sensibilização dos empresários para sua inserção no mercado de trabalho;
- Capacitação para os profissionais que monitoram os adolescentes em medidas sócio-educativas, em especial – PSC;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Acabar com a fragmentação do atendimento da criança e do adolescente na cidade de São Paulo;
- Adequação geográfica;
- Proporcionar ao jovem uma escola que atenda suas expectativas e garanta seus direitos;
- Dar responsabilidade aos jovens com limites e possibilidades;

PROPOSTAS

- Rearranjar as circunscrições das diferentes agências de atendimento à criança e ao adolescente – Poder Judiciário, Secretarias Municipais, etc – de sorte que todas tenham a mesma base geográfica de atendimento;
- Fortalecer a atuação em rede das diferentes agências de atendimento à criança e ao adolescente;
- Melhorar a atuação das redes de agências comuns, para que as crianças em risco, abordadas em Pinheiros e região, tenham acolhida nos equipamentos das respectivas regiões de moradia;
- Sensibilizar os responsáveis pelos equipamentos de outras regiões para melhorar o atendimento de crianças abordadas em Pinheiros;
- Estabelecer novos parâmetros de atendimento que não sejam exclusivamente o local de moradia;
- Estabelecer a complementariedade de programas de transferência de renda dos diferentes programas nacionais, estaduais e municipais;
- Rearticulação do Fórum de Defesa da Criança e Adolescente de Pinheiros;
- Trabalhar situação de rua para recém-nascidos;
- Proporcionar orientação aos pais;
- Divulgação dos Programas de Integração;
- Universalização dos serviços com qualidade;
- Valorizar a Cultura;

- Combater o trabalho infantil;
- Priorizar a melhoria na área da saúde;
- Capacitar e valorizar os educadores do Ensino Básico para garantir a qualidade na alfabetização;
- Propor programas de alfabetização com educadores capacitados para alunos que apresentarem dificuldade em aprender;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

PROPOSTAS
- Criação de espaços para participação e divulgação do processo de elaboração orçamentária;
- Maior participação na construção dos Conselhos e Órgãos de fiscalização orçamentária;
- Conscientização dos membros do Conselho Tutelar;
- Palestras lúdicas ministradas por delegados eleitos na Conferência, sobre diferentes segmentos;
- Fortalecimento dos instrumentos de participação já existentes, para a construção do Fórum Regional da Criança e do Adolescente, na região de Pinheiros;

EIXO 4 – Outros Temas
- A plenária referendou todas as propostas aprovadas na Conferência Lúdica de Pinheiros, realizada em 18/05/2007.

Pinheiros – Lúdica

EIXO 1 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

PROPOSTAS:
- Alteração na estrutura da Fundação CASA;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIO:
- Instituir uma ampla discussão sobre sexualidade junto às crianças e adolescentes.
- Adoção de políticas que propiciem a inclusão em todas as formas: cultural, racial, digital, educacional, política, social, sexual, de portadores de necessidades especiais e dos jovens no mercado de trabalho.
- Instituir nas escolas uma discussão sobre a importância e o papel dos grêmios estudantis.
- Erradicação do trabalho infantil.

PROPOSTAS:
- Instituir a Educação Sexual como matéria obrigatória na escola, a partir da 5ª série;
- Capacitar professores para discutirem sobre sexualidade nas escolas;
- Organização de palestras nas escolas, postos de saúde e demais espaços da comunidade sobre gravidez na adolescência, DST e educação sexual de modo geral, para pais e filhos;
- Distribuição gratuita de preservativos, inclusive femininos;
- Distribuição da pílula do “dia seguinte”;
- Adaptação nas escolas, locais públicos e transporte para crianças e adolescentes com necessidades especiais;
- Escolas com professores capacitados para promover a inclusão em todas as suas formas;
- Criação de programas na TV com legenda para deficientes auditivos;
- Criar e/ou transformar os grêmios em entidades atuantes, na defesa dos direitos dos estudantes na escola e das crianças e adolescentes de modo geral e ainda, integradas ao movimento estudantil;
- Ampliar atuação conjunta do TRT com o Conselho Tutelar;

- Aumentar a divulgação da Lei do Aprendiz para os jovens;
- Aumentar o número de organizações que formam esses aprendizes;
- Maior divulgação nas empresas sobre o Projeto Aprendiz.
- Programas de qualificação profissional para adolescentes;
- Reforçar articulação entre as áreas da assistência social e as de fiscalização;
- Formação de um grupo de jovens que divulgue a atuação do Conselho e o ECA, para que a população acabe com o preconceito e o medo do Conselho Tutelar;
- Ampliação do número de vagas e criação de novos núcleos socioeducativos com ênfase em cultura, lazer e esporte;
- Melhoria do ensino público.
- Contratação e capacitação de professores, dignamente remunerados;
- Instituição de aulas de música e informática em todas escolas públicas;
- Capacitar e valorizar os educadores do ensino básico para garantir a qualidade na alfabetização;

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

PROPOSTAS:

- Complementação, com verbas de outras instâncias governamentais, das bolsas PETI e Bolsa Família, para uma melhor efetividade do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
- Maior investimento e melhoria na saúde pública;

– Melhoria dos programas de assistência social e de geração de empregos;
– Universalização dos serviços básicos, tendo em vista a qualidade de vida das crianças e adolescentes.

Pirituba – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS:

- Divulgar e garantir a participação ativa nos / dos segmentos da educação, saúde, assistência social, lazer e esporte (clubes da cidade);
- Contar com a participação do adolescente e família que cumprem MSE como multiplicador do SINASE;
- Garantir maior número de participantes na comunidade local e, conseqüentemente, nas conferências;
- Ampliar o número de lideranças para multiplicar o conteúdo do SINASE.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Fazer com que o governo disponibilize verbas para contratação dos profissionais capacitados;
- Fortalecimento do trabalho de rede na região: verba para contratação dos profissionais, divulgação e sensibilização nas famílias;
- Implantação e manutenção dos cursos profissionalizantes;
- Promover parcerias com locais de atendimento específico ao dependente químico.

PROPOSTAS:

- Contratar psicólogos e assistentes sociais para as escolas, delegacias de polícia, UBS e PSF.
- Implantar programas de orientação e acompanhamento às famílias nos bairros com uma equipe interdisciplinar;

- Efetivação do direito do adolescente à profissionalização na sua comunidade (conforme artigo do ECA 69, inciso I e II);
- Implantar programas de prevenção, tratamento e reabilitação de dependência química na comunidade;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:

- Divulgação do orçamento para políticas públicas;
- Capacitação do poder público local e sociedade civil quanto à elaboração, aplicação e fiscalização do PPA, LDO E LOA;
- Transparência e desburocratização dos repasses de verbas públicas para aplicação em projetos voltados à criança e adolescente;
- Resgate de espaços institucionalizados.

PROPOSTAS:

- Incentivar a publicação do orçamento em locais públicos;
- Divulgar o calendário de reuniões de discussão e aprovação do orçamento, inclusive através das subprefeituras;
- Capacitar gestores, representantes do poder público local e comunidade sobre a questão orçamentária e formação de comitê com representantes dos poderes público, jurídico, delegados, grêmios e conselhos de escolas e comunidade para terem acesso à informação e divulgação dos orçamentos;
- Clarificar os gastos dos fundos e orçamentos desbloqueando os entraves para o acesso a suas verbas e controle dos mesmos;
- Resgatar o Fórum Regional de Defesa da Criança e Adolescente e Orçamento Participativo.

Pirituba – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS:

- Diminuir o número de Instituições para as MSEs de privação de liberdade e aumentar o número de escolas;
- Rever medidas a serem aplicadas para os adolescentes em conflito com a lei;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Qual a importância da família?
- O que o/a incomoda na sua vida que você gostaria de mudar?
  - Brigas nas escolas;
  - Tratamento de alguns professores que, quando nervosos, jogam o giz ou o apagador;
  - Violência;
  - Drogas;
  - Racismo;
  - Preconceito;
  - Tirar as favelas;
  - Corrupção dos políticos;
  - Acabar com a miséria;
- Salas de aula muito cheias;
- Professores ganham pouco;

- Falta de lanche para os alunos do curso noturno;
- Falta verba para livros para os alunos do curso noturno;
- Aulas vagas;
- Melhoria nos hospitais;
- Falta de higiene nos banheiros da escola;
- Falta de respeito entre alunos e professores;
- Quando chove a escola enche de água;
- Professores só trabalham com livros;
- Poluição - Aquecimento global;

PROPOSTAS:

- Respeitar e colaborar com as pessoas;
- União;
- Construção de casas para as pessoas que vivem na rua e os sem-teto;
- Direito de trabalho para todos;
- Proibir a prostituição de menores;
- Falta de segurança;
- Colocar policiamento integral (interno e externo) nas escolas;
- Melhorias nas escolas; contratar mais professoras para não ter mais aulas vagas; melhorar a cozinha e a merenda; colocar computadores com Internet; disponibilizar mais livros nas escolas; aumentar o salário dos professores;
- Colocar um professor de dança e de futebol; colocar piscina nas escolas;
- Descontos em cinemas e teatros;
- Abaixar o valor da passagem;
- Dar renda para os alunos;
- Não pagar mais impostos;
- Mais hospitais;
- Mais escolas técnicas;
- Melhorar o transporte coletivo;
- Melhor organização da escola; melhorar a limpeza nos banheiros; substituir alguns professores; aumentar o tempo de estudo; aumentar as redes de comunicação; não colocar o 4º ano no ginásio; não colocar nas escolas merendas enlatadas; colocar aulas de judô e luta livre nas escolas públicas; fim da aprovação automática;
- Tapar buracos de ruas, calçadas, etc;
- Dar mais opções de esportes públicos;
- Colocar caçambas de lixo nas ruas;
- Saneamento básico;
- Diminuir o preço das coisas;
- Mais diversão, menos obrigação;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:

- Destinação orçamentária para as áreas da Educação e saúde

São Mateus – Convencional

EIXO 1 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

DESAFIOS

- Conhecimento crítico a respeito das MSEs;
- Fiscalização e discussão contínua do atendimento à criança e ao adolescente;
- Intersetoriedade no atendimento das MSEs;

- Colaboração efetiva do Poder Público e Sociedade Civil Organizada para a efetivação do cumprimento das MSEs;
- Defesa ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- Rever as propostas abordadas no Fórum de 2005;

PROPOSTAS

- Que haja formação e capacitação contínua para os profissionais que trabalham diretamente com ações voltadas às crianças e adolescente;
- Que se priorize a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como do chamado "Sistema de Justiça", através da mídia virtual, escrita e televisa, onde também indiquem resultados das MSEs;
- Criação do "Fórum da Juventude", com a contribuição dos adolescentes e foco no estudo e discussão das MSEs;
- Criação de um núcleo de defensoria, de modo a facilitar o andamento dos processos de adolescentes em MSEs;
- Maior empenho na execução da MSE de semiliberdade pelo Poder Judiciário na região;
- Priorizar o empenho na municipalização das MSEs em meio-aberto;
- Proposta de ação – Que as comemorações do 17º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sejam um marco de repúdio ao projeto de redução da maioridade penal com uma concentração municipal de todas as conferências;
- Que se retome, em fórum de discussão, pontos relevantes na conferencia de 2005. A saber: - O trabalho com egressos; a aplicação responsável da Lei; controle e posição da mídia; a revisão das sentenças acumulativas de medidas e controle efetivo do orçamento voltado às MSEs.

EIXO 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS

- Atendimento de qualidade à população em todos os serviços públicos;
- Estabelecer sistemas de cooperação e rede entre as diferentes áreas de atendimento à criança e ao adolescente;
- Educação valorizadora;
- Acesso à cultura;
- Trabalho ambiental com educação e lazer;
- Saúde para todos com compromisso coletivo;
- População, Sociedade Civil Organizada e entes federados trabalhando com transparência;
- Educação social com prevenção a violência;
- Revisão das formas de interação com o mercado de trabalho;
- Aprimoramento nas ações de prevenção a exclusão familiar e comunitária;

PROPOSTAS

- Que as áreas da Educação e Assistência Social tenham políticas específicas para a saúde e a sexualidade, saúde mental, drogadição e demais trabalhos voltados à criança e ao adolescente, numa perspectiva intersetorial;
- Que seja proposta a criação de duas ações coordenadas para a área de saúde e sexualidade: - Grupo itinerante intersetorial de saúde nos postos e um núcleo de reabilitação para deficientes na região de São Matheus;
- Dar garantias de inclusão dos adolescentes em situação de exclusão (escolar, familiar e comunitária) através dos trabalhos voltados á profissionalização;
- Que haja uma reformulação das metodologias de ensino, valorizando o aprendizado e o conteúdo para a formação de senso-crítico;
- Possibilidade de viabilização de um "Espaço Cultural" no distrito de São Matheus;
- Que haja um resgate da importância da *Capoeira* dentro do esporte, da Cultura e do Lazer;
- Que haja uma consolidação da *Virada Cultural* nos bairros;

- Que haja uma maior valorização da rua de lazer, criando maior condição de uso cultural e de lazer as comunidades da região;
- Que haja projetos de esporte / cultura e lazer nas escolas aos finais de semana, principalmente para as crianças e adolescentes;
- Que se faça periodicamente a manutenção das praças da região, de modo que possam ser aproveitadas de maneira segura e higiênica;
- Maior fiscalização do Poder Público em relação aos espaços destinados à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (principalmente os CDM's);
- Que se faça parcerias para priorizar os espaços públicos de uso da cultura, do esporte e do lazer, unindo ONGs, comunidade e poder público;
- Prioridade na conferencia de 2005: Devem-se renovar as "lixeiras", que hoje são insuficientes e impróprias a que se destinam;
- Garantia de regulamentação da Lei do Meio Ambiente;
- Propiciar a aproximação e o trabalho conjunto de ONG's e movimentos de moradia;
- Maior e efetiva fiscalização de poluentes no piscinão da região;
- Maior investimento e fiscalização efetiva no que diz respeito à coleta seletiva;
- Que se priorize frentes de trabalho no processo de conscientização social a respeito de: - A realidade do narcotráfico; os meios aliciadores de crianças e adolescentes; a questão do trabalho infantil de rua;
- Rever os critérios de participação da chamada "Ação Jovem" e do "Pró-Jovem", considerando a realidade da região de São Matheus e da cidade de São Paulo;
- Criação de um fórum permanente de educação, visando atender todas as demandas voltadas às crianças e adolescentes;
- Que sejam criadas políticas públicas voltadas ao aprimoramento dos trabalhos junto às famílias das crianças e adolescentes em situação de rua;
- A coleta seletiva como meio de sustento a muitas famílias;
- Maior qualidade de vida a toda a comunidade;
- Educação e profissionalização voltadas aos interesses da criança e do adolescente;
- Educação para todos e com profissionais capacitados e qualificados;
- Que se crie número suficiente de NSE's (Núcleos Socioeducativos), de modo a fazer mais participativo a criança e o adolescente no processo educacional;
- Tornar viável a criação de "Clubes Escolas" nos espaços internos dos CDM's;
- Que em relação às famílias, haja uma ampliação e melhoria nos CRAF's localizados na região;
- Garantias de qualidade de ensino, valorização profissional do educador em todo o âmbito da educação;
- Ampliação de mais um Conselho Tutelar na região de São Matheus;
- Criar novos CDM's (Centros Desportivos Municipais) em setores necessários (extremos / periféricos) da região;

EIXO 3 - Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

DESAFIOS

- Destinação de verba exclusiva ao atendimento a crianças com necessidades especiais;
- Centros ou núcleos capacitadores de ação social;
- Garantir o orçamento voltado ao esporte, a cultura e ao lazer.
- Ambiente e Saúde: participação orçamentária prioritária;
- Maior investimento nos projetos populares de baixa renda;

PROPOSTAS

- Efetivar políticas de financiamento habitacional de baixo custo;
- Que se propicie o aumento do número de bolsas atendidas pelo PETI e seu valor per-capita que, desde 2001 é de R$ 40,00;
- Ampliar os recursos destinados à área da profissionalização em todos os núcleos socioeducativos na região (principalmente voltados à faixa etária de 14 a 18 anos);

- Que se retome, em fórum de discussão, pontos relevantes na conferencia de 2005. A saber: - O trabalho com egressos; a aplicação responsável da Lei; controle e posição da mídia; a revisão das sentenças acumulativas de medidas e controle efetivo do orçamento voltado às MSEs.
- Que haja mecanismos de controle do orçamento, no que diz respeito ao processo de industrialização, desenvolvimento e valorização com responsabilidade ambiental;

São Mateus – Lúdica

Eixo 1- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

- Criação de oportunidade para todos: emprego, grupos de debates (núcleo sócio-educativo e ensino público);
- Procurar organizações especializadas para tratar dos problemas de responsabilidade e compromisso social;
- Criação de instituições que lidem com as MSEs;
- Programas de orientação quanto à conscientização sobre a importância do respeito e valorização das diferenças;
- Implementação da proteção do Estado, da família e da sociedade;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

- Orientações quanto à importância da instituição familiar no desenvolvimento e formação da criança e do adolescente;
- Proporcionar espaços para discussões acerca da efetivação da igualdade social;
- Valorizar e respeitar a fala da criança e do adolescente;
- Mais espaços reservados à expressão e à sensibilização das crianças e adolescentes;
- Respeito à liberdade da infância;
- Efetivação e respeito aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.
- Maiores possibilidades de emprego para os pais.
- A educação deve contribuir para a saída da criança e do adolescente das ruas e do trabalho infantil;
- Criar espaços na comunidade, que tratem dos problemas da sexualidade;
- Incentivo a novas parcerias que possibilitem o acesso das comunidades carentes ao ensino profissionalizante;
- Melhorar as condições físicas e estruturais da escola para que o atendimento às comunidades seja de qualidade;
- Adequação das metodologias de ensino à realidade social das comunidades em que se encontram as escolas;
- Reforma das quadras das escolas;
- Criação de espaços para o acesso ao lazer, à cultura à prática de esportes;
- Ampliar possibilidades de projetos na escola que orientem e esclareçam questões referentes à sexualidade;
- Discussões norteadas por mediadores que busquem um diálogo entre pais e filhos;
- Materiais didáticos que possam elucidar as discussões realizadas;
- Escolas abertas para a comunidade;
- Incluir a temática da sexualidade nos núcleos/projetos de profissionalização;
- Oferecer espaços onde os adolescentes adquiram experiências com registro documentado;
- Criar condição para o primeiro emprego;
- Ênfase em educação ambiental nas escolas;
- Fiscalização efetiva e séria do desmatamento, e preservação das áreas verdes;
- Regularização dos loteamentos.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos.

- Maior investimento na infra-estrutura social como, por exemplo, ruas asfaltadas, limpeza e canalização de rios e córregos, tratamento de esgotos, reurbanização (construção de casas no lugar de favelas);
- Maior investimento em questões estruturais da sociedade como: transporte, saúde e educação;

São Miguel Paulista – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS

- Capacitação profissional, para atender adolescentes em conflito com a lei nos núcleos sócio-educativos.

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

PROPOSTAS

- Melhor educação para o adolescente e o adulto, nos tempos livres.
- Qualificação na saúde. Médicos para adolescentes, que é uma idade de mudanças.
- Atendimento médico adequado para os adolescentes em postos de saúde e hospitais.
- Mais áreas de lazer.
- Ampliação dos núcleos socioeducativos para atendimento da criança e do adolescente de 7 a 14 anos e implantação de núcleos socioeducativos com atividades profissionalizantes para adolescentes de 15 a 18 anos, como investimento obrigatório.
- Equipe multidisciplinar nas escolas (psicólogos, assistentes sociais e professores que trabalhem a cidadania).
- Mais segurança dentro da escola, inclusive nos banheiros.
- Policiais não podem entrar nas escolas como policiais, apenas como profissionais que educam.
- Dar subsídio para a qualificação profissional do professor.
- Investir na educação para a criança e adolescente, sem precisar alterar a idade penal.
- A Prefeitura de São Paulo crie um sistema para RG Escolar.
- Participação da família na vida escolar do filho (escolas e NSE).
- Melhorar a estrutura das escolas, tanto física e pedagógica, com professores capacitados.
- Fazer valer a lei e proibir os estabelecimentos públicos de cobrança de qualquer contribuição em dinheiro referente à vida escolar. Ex: carteirinha.
- O aumento de centro médicos para atender crianças e adolescentes especiais.
- Criação do Conselho Tutelar da Vila Jacuí.
- Acabar com a promoção automática nas escolas.
- Ampliação dos núcleos sócio-educativos e profissionalizantes.
- Usar a mídia para melhorar a qualidade de vida e divulgar as leis, o ECA, inclusive entre os conselheiros.
- As entidades que atendem crianças e adolescentes enfrentam dificuldades quanto a renovação do registro do CMDCA. Criar uma fiscalização para não precisar de uma renovação, pois o fluxo é lento na hora da renovação, ficando preso.
- O Conselho Tutelar deve fiscalizar se a criança e o adolescente estão recebendo cuidados, proteção, educação, saúde e lazer, ou seja, em todos os espaços em que a criança e o adolescente convivem com menos burocracia e mais praticidade, eficiência e dignidade. O Conselho Tutelar deve estar atento a todos os momentos da vida das crianças e adolescentes afim de dar condições de uma vida digna.
- Que adolescentes tenham direito a voz, voto e vaga de delegado na Conferência Regional.
- Repúdio contra a redução da maioridade penal.

- Criar um Conselho de Ética dentro Conselho Tutelar para que o mesmo seja fiscalizado.
- Manter os fóruns regionais sempre em funcionamento.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Diminuir os gastos com as penitenciárias e investir mais na educação e na saúde.
- Que os vereadores participem das conferências, levando as propostas para a Câmara Municipal.

São Miguel Paulista – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

- Efetivar o cumprimento das leis que visam o bem estar da criança e do adolescente;
- Mais policiamento nas ruas e escolas. Deve haver respeito da parte dos policias, pois está ocorrendo abuso de autoridade;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Levar informações com mais clareza para a sociedade.
- É preciso que nas próximas Conferências Regionais haja mais divulgação nos jornais, na TV, Conselhos Tutelares e escolas.

PROPOSTAS:

- Promover palestras de conscientização e prevenção para os pais e adolescentes;
- A comunidade deve organizar eventos para a população, a fim de divulgar informações das quais muitos não têm conhecimento, como por exemplo: os direitos e deveres da criança e do adolescente;
- Mais áreas de lazer, onde a família e a comunidade possam interagir e, assim, a sociedade ficar menos violenta.
- É preciso que haja mais trabalho em todas as regiões e não apenas no centro. Muitas famílias têm dificuldade para se locomover a tais lugares, por isso, por não ter dinheiro, as famílias colocam as crianças para trabalharem nos faróis, umas até mesmo roubando.
- Inserção de crianças e adolescentes das ruas em programas específicos.
- Criar mais espaços em escolas, bairros, lugares públicos, para poder discutir o assunto da violência;
- Priorizar a cultura e o lazer, para que o adolescente e a criança não se envolvam com a marginalidade e nem precisem ir para muito longe de suas casas para terem acesso a esses espaços;
- Implantar núcleos socioeducativos no Jardim Helena.
- Buscar escolas capacitadas para atender deficientes;
- Solicitar melhoria no atendimento da área da saúde;
- Combater a situação de postos de saúde sem atendimento, sem remédios e com falta de médicos;
- Recuperar os hospitais em estado de calamidade, sem equipamentos apropriados até mesmo para uma cirurgia simples;
- Buscar melhores condições de atendimento a crianças e adolescentes;
- Pleitear áreas de lazer, cultura, cursos profissionalizantes, e melhora na educação.
- Maior investimento nas escolas, na área da cultura, do esporte, da qualificação profissional, da saúde, numa parceria com o Ministério da Educação;
- Investimento em cursos e palestras profissionalizantes, assim como sobre DST e outros assuntos;
- Investimento no trabalho de psicólogos nas escolas;

- Melhoria da qualificação dos profissionais de ensino em bairros pobres;
- Melhoria na estrutura hospitalar, com mais unidades de saúde, mais médicos, médicos especialistas para adolescentes, equipamentos e remédios gratuitos nos postos de saúde, mais vagas para consultas;
- Construção de mais escolas;
- Professores mais capacitados;
- Aumento da quantidade de profissionais da saúde que possam trabalhar motivando as ações de prevenção para diminuir o número de casos de emergências;
- Plantões de dúvidas nas escolas: aqueles que tiveram dúvidas durante a aula e não tiveram tempo de tirá-las, podem fazer isso aos finais de semana;
- Excursões para cinemas, teatros e parques;
- Organização de campeonatos na escola com a participação de toda a comunidade;
- Melhoria na dinâmica das aulas, com trabalho que enfoque temas atuais, com aulas e palestras sobre educação sexual e cidadania;
- Escolas com oficinas aos finais de semana, e clubes abertos para as crianças com natação, futebol, etc;
- Solicitação de um trabalho mais direcionado das ONGS, para que possam atender portadores de necessidades especiais;
- Construção de laboratórios (informática, química e outros);
- Criação de cursos profissionalizantes, vestibulinhos gratuitos e cursos de línguas;
- Aumento de postos policiais para combater a violência;
- Criação de novas quadras poliesportivas para o lazer da comunidade;
- Ampliação de projetos como o NSE;
- Ampliação das escolas (salas estão super lotadas);
- Ampliação e criação de Centros Culturais que tenham estrutura para cinema, museu, locais de diversão, teatro, inclusão digital, etc.
- Desenvolver campanhas publicitárias na televisão, mostrando que as crianças e adolescentes devem ser respeitados;
- Fazer valer a lei que proíbe o ato de se cobrar por provas e pela carteirinha escolar;
- Fiscalizar a entrega de leite em todas as escolas estaduais;
- Ampliar trabalhos sociais para a conscientização da população.
- Nas escolas, as aulas de artes devem ter música, grafites e danças, pois os jovens de hoje estão mais seduzidos por essas manifestações artísticas. As aulas de arte, normalmente, têm enfoque mais voltado para a arte de séculos passados, e o gosto dos alunos e jovens está sendo desprezado.

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Ao invés de gastar com construções de cadeias para prender crianças de dezesseis anos (conforme aprovação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado), seria mais proveitoso investir em atendimento de qualidade à criança e ao adolescente.
- Maior investimento em lazer, cultura, esporte, saúde, educação, além de centros de capacitação, educando a criança de hoje, para não ser preciso punir o adulto de amanhã.

Sé – Convencional

Eixo 1. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento sócio-educativo.

PROPOSTAS:

- Sensibilizar a sociedade/comunidade para eliminação dos preconceitos;
- Exigir respeito aos adolescentes por parte dos policiais (sensibilização/normatização das ações);
- Municipalizar as seguintes MSEss:

a)Reimplantação do serviço de proteção jurídico psico-social;
b)A liberdade assistida deve ser um espaço de acolhimento e confiança;
c)Profissionalização e inserção efetiva de atividades sócio-pedagógicas.

Eixo 2: Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

PROPOSTAS

- Criar comissões intersecretariais com membros da sociedade civil, para articular os vários equipamentos públicos e privados locais, a fim de melhorar o atendimento de crianças, adolescentes e seus familiares;
- Investir em políticas voltadas para a família, que sejam elaboradas entre as diversas secretarias envolvidas, para que possa haver de fato investimentos em saúde e orientação familiar;
- Verificar as condições de educação da família;
- Propor capacitação profissionalizante com o objetivo da inclusão no mercado de trabalho;
- Abrir espaço para a participação de representantes de instituições que trabalhem com a infância e adolescência, sem restrição da faixa etária. Deve-se considerar a fase da vida;
- Solicitar que haja reuniões por micro áreas – intersecretarial e multidisciplinar – que entrem na agenda das instituições públicas, privadas e da sociedade civil;
- Investir na política de moradia para o centro da cidade;
- Ampliar a divulgação e qualificar as conferências e pré-conferências, para que entrem na agenda das instituições públicas, privadas e da sociedade civil;
- Solicitar que sejam incluídas as participações das escolas particulares nas próximas reuniões, assim como a comunidade local (comerciantes e moradores), para existir discussão com os que vivem no entorno. Deve haver um acolhimento dos mesmos;
- Ampliar o PSF (programa saúde da família);
- Deve haver grupos de orientação familiar e vídeos educativos, para que as famílias possam assistir enquanto estão em sala de espera;
- Trabalhar a questão da responsabilidade da paternidade. Trabalho voltado para a inclusão dos pais no pré-natal. Os grupos de orientação de pré-natais devem ser também para os pais das crianças;
- Solicitar a criação de um programa de famílias acolhedoras no centro da cidade. Essas famílias prepariam as crianças, para que elas fossem reinseridas em suas famílias de origem.
- Criação de escolas em período integral, com estrutura adequada ao seu funcionamento;
- Garantir a inclusão, permanência e sucesso escolar, desde a educação infantil;
- Valorizar os espaços culturais para o adolescente como teatro, cinema e dança;
- Solicitar passeios a chácaras e sítios;
- Reformular as grades das disciplinas, de acordo com a transformação da sociedade, uma vez que a escola ainda não conseguiu acompanhar suas mudanças. Conseqüentemente isso impossibilita a demanda dos adolescentes que aparecem nas instituições escolares;
- Capacitar continuadamente os profissionais das escolas;
- Repensar as metodologias e ações;
- Propor releituras do que é ensinar, da função da escola e do papel dos profissionais da educação;
- Implantar os grêmios escolares que legalmente são obrigados a existir. Adolescentes precisam ter espaço de autonomia e protagonismo para atuarem;

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos:

PROPOSTAS

- Estimular a expansão dos fundos municipais para investimento na criança e no adolescente;
- Propor maior transparência no gerenciamento e aplicação dos recursos desses fundos;
- Garantir ou legitimar porcentagem do orçamento dos municípios, estados e união, de forma a ser exclusiva para crianças e adolescentes;
- Ampliar o investimento dos profissionais envolvidos e comprometidos com essa população;

- Investir na prevenção, envolvendo todas as esferas da administração pública e privada, de forma a garantir uma rede social;
- Propor maior integração das secretarias nas discussões dos orçamentos;
- Focar em investimentos preventivos, ou seja, aqueles em escolas ou núcleos sócio-educativos, em vez de abrir casas como clínicas. Isso pode evitar que pessoas fiquem expostas a riscos;
- Investir na qualidade de ensino, lazer, cultura e transporte.
- Propor maior investimento nas instituições com ações de promoção da saúde e prevenção, tanto nas escolas como nas UMS (unidades municipais de saúde);

Sé – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

DESAFIOS:
- Combater atitudes arbitrárias da polícia;
- Combater o quadro de adolescentes sem esperança, em medida de privação de liberdade;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:
- Lutar para a garantia do direito da criança e adolescente: à família, à moradia e à educação;
- Combater o envolvimento de adolescentes com drogas, por não terem outras alternativas, para ajudar a sustentar as famílias;
- Conscientizar de que o vício é um problema de saúde;
- Buscar que as escolas garantam a participação efetiva das crianças e adolescentes nos espaços de discussão acerca dos seus direitos, em fóruns, reuniões, conferências, etc.
- Evitar que a criança fique fora da escola, pedindo esmolas e vendendo drogas;
- Combater a exclusão, que leva a que algumas crianças se transformem em assaltantes, seqüestradores;
- Combater o desvio de dinheiro público por políticos corruptos;
- Combater sistema judiciário, no que se refere ao tratamento diferenciado aos políticos;
- Combater a situação de falta remédio, de comida, assim como falta de vagas nas escolas e também a falta de oportunidades, de uma forma geral.
- Combater a situação de parques sujos e destruídos;
- Propor a expansão do projeto redescobrindo o centro;
- Adequar o ensino para a realidade atual.
- Conscientização da população, em relação ao destino do lixo;
- Equiparação de procedimentos das secretarias de estado e município (ensino);
- Cumprimento da carga horária das aulas, pelos professores.

PROPOSTAS:
- Criação de programas de suporte às famílias;
- Encaminhamento das pessoas em situação de rua;
- Luta para manutenção na crença de que as pessoas são iguais, assim, todos têm direito de escolha;
- Valorização da educação, que é um direito e um dever da criança/adolescente;
- Criação de uma comissão estudantil;
- Solicitação de policiamento mais efetivo;
- Manutenção dos jovens ocupados, para afastá-los das drogas.
- Ampliação dos Núcleos Sócio-Educativos: espaços com atividades diversas, que complementem a jornada escolar para os adolescentes.

- Solicitar praças com parquinho;
- Solicitar piscina nas escolas;
- Solicitar dentista gratuito nos postos de saúde;
- Solicitar mais segurança para transitar;
- Investir em palestras abordando o tema saúde, nas escolas;
- Solicitar mais escolas técnicas e mais verbas para seus projetos;
- Investir em palestras e cursos com psicólogos, pedagogos e médicos dentro das escolas;
- Repensar o sistema de ensino supletivo;
- Distribuir camisinhas nas escolas todas as sextas-feiras;
- Planejar passeios culturais;
- Solicitar a construção de uma casa de cultura, onde o jovem possa ir para conviver com seus amigos; onde tenha espaços de leitura, música, dança, teatro, grafite, esportes, ensino de línguas (inglês, espanhol, francês), cursos profissionalizantes, bazares para venda de roupas e outros objetos feitos pela casa de cultura. Um lugar onde as pessoas possam fazer trabalhos de escola (biblioteca) e que tenha um espaço verde;
- Criar hospitais especializados no atendimento a crianças e adolescentes (por município);
- Melhorar o ensino no período noturno;
- Solicitar cursos de atualização de professores e metodologia;
- Melhorar o atendimento da saúde;
- Garantir atendimento em todas as UBS/PA, e priorizar crianças e adolescentes.
- Conscientizar a população quanto ao problema do lixo urbano, que deve ser responsabilidade de todos;
- Conservar as áreas verdes e sua ampliação;
- Conscientizar a comunidade da importância de as crianças tomarem banho todos os dias, escovarem os dentes e lavarem as mãos antes das refeições;
- Propor fazer uma campanha de divulgação – lixo zero – por meio dos meios de comunicação;
- Transformar terrenos baldios em fábricas de reciclagem;
- Colocar desempregados para trabalhar nessas fábricas;
- Colocar lixeiras de reciclagem nas ruas (a cada 3 casas), escolas, shoppings, bares e lugares públicos;
- Distribuir panfletos de conscientização à população, a fim de criar um projeto de reciclagem;
- Colocar um fiscal da reciclagem;
- Utilizar o exercício da segurança nas fronteiras da Amazônia, para assegurar a nossa floresta que é a nossa riqueza;
- Exibir filmes em que seja enfocada a importância da preservação da fauna e da flora e colocação de fotos de animais que são maltratados pela população;
- Exigir que o ensino da educação-física deve ser no mesmo horário/dia do período escolar;
- Exigir livre acesso aos equipamentos e espaços da escola como: bibliotecas, laboratórios, etc;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Investimento orçamentário para investimento nas áreas de saúde, educação, cultura, profissionalização, esporte e lazer

Santo Amaro – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

Eixo 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS

- Famílias sem orientação garantida pelo Poder Público;
- Precariedade do atendimento na saúde para crianças e adolescentes;
- Salas de aula com excessos de alunos;
- Conflitos freqüentes entre alunos e professores;
- Ausência de equipe multidisciplinares para atendimento nos bairros;
- Não há trabalho de apoio efetivo às vítimas de violência e abuso sexual aos mais carentes;
- Falta de setores especializados nos hospitais gerais para atendimento de crianças e adolescentes;
- Na região não há albergue familiar e nem feminino;
- Demanda de crianças e adolescentes que procuram espaços para atividades é muito alta na região.
- Poucos abrigos na região.
- O Conselho Tutelar não tem como atender rapidamente às necessidades do dia a dia. Os encaminhamentos demoram para serem efetivados.
- Pesquisas apresentam lacunas no levantamento dos bairros e pontos de maior vulnerabilidade. Indicadores mascaram cortiços e favelas.
- Definir as competências de gestão;

PROPOSTAS

- Trabalho efetivo familiar;
- Ampliação de especialidades na saúde (psicólogos, psiquiatras,etc.);
- Limite de alunos por sala respeitados;
- Ampliação de vagas escolares (construção de escolas, CEIs, EMEIs, CEUs);
- Diminuir a relação de alunos por professor;
- Equipe multidisciplinar na rede de atendimento da comunidade;
- Capacitação de profissionais da educação;
- Melhorar a rede de serviços públicos (implantar a integração entre os serviços);
- Implantar políticas públicas de cultura, lazer, segurança, educação, moradia, transportes, saúde e direito à escolha;
- Implantação do Programa Ação Família;
- Rapidez na implantação do SUS;
- Atendimento especializado em hospitais a vítimas de violências sexual;
- Ampliar a oferta de atendimento na área de saúde para crianças e adolescentes (hospitais gerais);
- Garantir o cumprimento do SUS em relação à saúde mental (psicólogo, psiquiatra, terapeuta ocupacional);
- Implantar albergue familiar e albergue feminino;
- Implantar atendimento para crianças e adolescentes nos abrigos;
- Ampliação dos Núcleos Sócio-Educativos I, II, III, e IV.
- Estabelecer novo olhar para os espaços de pobreza (análise dos dados de pesquisa);
- Estabelecer novo olhar para os pólos regionais (concentração de pobreza);
- Mudança de critérios e metodologias da pesquisa (realizada por distritos, elaboração de índices sociais);
- Facilitação do acesso à informação;
- Definir os papéis das pessoas que ocupam cargos no serviço público;

Eixo 3 – Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

PROPOSTAS

- Implantar controle social do orçamento através do Conselho Tutelar, Conselho de Assistência Social, reforço dos fóruns com representação;
- Previsão de um orçamento emergencial para os serviços básicos para crianças e adolescentes incluindo os conselhos tutelares;

- Melhor distribuição dos recursos orçamentários nas três instâncias de governo voltadas para a assistência social.
- Garantir o acesso gratuito à cultura incluindo no orçamento transporte, ingressos, alimentação as crianças e adolescentes;
- Municipalização dos serviços com qualidade sem redução de verbas, funcionários e atendimento multidisciplinar;
- Aumento de profissionais qualificados em toda rede de serviços com repasse de verbas públicas.

Obs: A proposta de fortalecer fóruns regionais é transversal em todos os eixos e tarefa da sociedade civil.

Santo. Amaro – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

Propostas:
- Estreitar os contatos entre a Vara da Infância, Conselho Tutelar e CEDECA;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:
- Ampliar os espaços democráticos na sociedade, principalmente nos bairros.
- Melhorar o atendimento nos postos de saúde e nos hospitais existentes.
- Colocar profissionais mais qualificados nos diferentes postos contratar profissionais especializados no atendimento aos adolescentes.

PROPOSTAS
- Que o poder público dê mais atenção aos bairros;
- Tirar as crianças e jovens das ruas, inserindo-os em programas específicos;
- Mais informação para a população sobre o CRECA (não é lugar de marginal, mas de jovens que precisam);
- Obediência às leis existentes. Ex: empregar jovens de 16 anos em empresas com mais de 60 empregados;
- O adolescente poder trabalhar com 16 anos;
- Criar leis que garantam a igualdade social;
- Melhorar o atendimento à saúde com a construção de mais postos de saúde e hospitais e equipá-los com equipamentos modernos. Contratação de médicos, treinamento de funcionários para atendimento à população. Melhorar a distribuição de remédios nos Postos de Saúde. Estender o atendimento aos finais de semana (oftalmologista, dentista, etc);
- Ampliar as opções culturais com a implantação de telecentros, salão de Hip-Hop, bibliotecas e brinquedoteca. Implantar Casas de Cultura, com cursos de dança, teatro, música, salas de jogos, etc. Implantar Centro Sócio-Cultural com espaço para cursos profissionalizantes, como cabeleireiro, manicure, informática, eletrônica, mecânica, encanador, culinária, idiomas, etc.
- Aumentar a oferta de práticas esportivas gratuitas; ampliar as áreas de lazer, clubes, quadras poliesportivas, quadras de tênis, ginásios poliesportivos, centros- recreativos, piscinas, pista para bicicleta e skate;
- Melhorar a infra estrutura urbana implantando mais semáforos, iluminação, segurança, pontos de ônibus com bancos e cobertos. Melhorar a distribuição das farmácias.
- Melhorar o ensino com a construção de mais escolas nos bairros de baixa renda, contratar mais professores e qualificá-los melhor, Contratar professores substitutos, porque há professores que faltam muito. Melhorar a oferta de cursos gratuitos e cursos profissionalizantes. Implantação de

telecentros, para poder fazer as pesquisas escolares. Ampliar a oferta de aulas de informática, computadores novos, aulas de laboratório. Oferecer mais passeios e excursões.

- Melhorar a limpeza nas escolas, principalmente nos banheiros, colocando papel higiênico. Melhorar o transporte escolar gratuito. Distribuir a todos os alunos sua carteirinha escolar. Melhorar a qualidade da merenda. Melhorar as instalações escolares lousa, carteiras, cadeira). Implantar atendimento médico (enfermeira) nas escolas;
- Reformar as quadras, colocando coberturas, reformar as salas de aula, os banheiros, ter banheiros para deficientes físicos; mais material para prática de esportes de melhor qualidade; oficinas de várias atividades como: ballet, capoeira, dança, etc;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:

- Destinação orçamentária para as áreas de saúde, esporte, cultura, lazer e profissionalização.

Vila Mariana – Convencional

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTAS

- Mudança na visão de aplicar a Medida de privação de Liberdade dos adolescentes. Refletir junto ao Judiciário na aplicação das MSEs, garantia da efetiva aplicação do SINASE e fiscalização das entidades executoras;
- CMDCA – Trazer os atores para discussão e esclarecimento dos norteadores das MSEs;
- Alteração da metodologia das discussões dos eixos;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

PROPOSTAS:
Cidadania:

- Escola de qualidade para todos com professores preparados e presentes à sala de aula;
- Políticas públicas de orientação às crianças e adolescentes para respeito aos idosos;
- Direitos das crianças e adolescentes; participação em conselhos, a partir dos 7 anos.
- Creches da região (trata-se de região de passagem) com horário ampliado, até que a mãe chegue ao local.
- Funcionamento em período integral das (MFIS). Exemplo: Escola João Carlos Borges, principalmente quando a criança chega aos 7 anos.
- Compatibilizar a demanda escolar; que o sistema fique mais integrado.
- Nos hospitais, médicos substitutos nas áreas mais necessárias;
- Priorizar no atendimento educacional e ambulatorial, o respeito às crianças e adolescentes com necessidades especiais;
- Capacitação para crianças e adolescentes, para inseri-los no mercado de trabalho;
- Atendimento às famílias que possuem filhos portadores de necessidades especiais;
- Ampliar programas de atendimento às famílias, na área da saúde;
- Integração entre as várias secretarias, no atendimento às crianças e adolescentes.
- Políticas públicas efetivas para o fortalecimento das famílias, à fim de co-responsabilizá-los na garantia de direitos e conseqüentemente deveres, como prevenção ao ato infracional.

Mídia:

- Ter conhecimento das políticas públicas da região;
- Ter acesso a informação dos projetos na região do Projeto Integra São Paulo;
- Campanhas educativas, através dos jornais de bairro.

- Atualização e mapeamento das favelas/cortiços, dos pontos onde ficam as crianças e adolescentes;
- Programas na educação de monitoramento da evasão escolar;
- Programas de atendimento integral nas escolas e creches;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

PROPOSTAS:

- Incluir no orçamento municipal a melhoria nos transportes, prevendo a ampliação dos casos de gratuidade;
- Conscientização dos avanços/rumos dos programas sociais;
- Programas de protagonismo infanto-juvenis para que estes se apropriem das informações sobre orçamento participativo (PPA-LOA-LDO), desde o início do Ensino Fundamental;
- Conscientização para as famílias sobre cidadania, direitos e inclusão social;
- Avaliação por parte do CMDCA da execução e aplicação do orçamento público;
- Controle social à partir da participação popular, especialmente dos jovens;

Vila Mariana – Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

- Combater as grandes dificuldades de ingresso no mercado de trabalho: preconceito, desqualificação;
- Divulgar os direitos das crianças e adolescentes e o ECA;
- Aprimoramento do Poder Judiciário

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS

- Melhorar as condições de ensino;
- Ampliar os espaços de lazer e cultura;
- Aumentar o respeito à vida;
- Combater a exclusão social;
- Combater a violência familiar;
- Melhorar as condições de habitação;
- Melhorar o atendimento à saúde;
- Preservar os lugares públicos;
- Combater a prostituição infantil;
- As escolas devem ser mais atrativas proporcionando melhor educação, melhor formação cultural e propiciar atividades extra-curriculares;
- Deve haver maior harmonia e união entre professores e alunos
- Combater a poluição visual, ambiental e sonora;
- Preservar a natureza e a qualidade dos alimentos;

PROPOSTAS

- Construção de espaços culturais que atendam a comunidade;
- Desenvolvimento de regras de convívio que privilegiem o respeito entre as pessoas, combata a discriminação e estabeleça relações de solidariedade e harmonia entre as pessoas;
- Melhorar as condições gerais de vida, com a disponibilização de emprego seguro, mais habitação, estudo continuado e profissionalizante e outras propostas que proporcionem uma vida mais feliz;

- Melhoria das condições de ensino com a contratação de mais professores e sua capacitação, construção de laboratórios, implantação de projetos recreativos, promoção de passeios e excursões; implantação de projetos interdisciplinaridade, como artes e educação física, educação sexual; integração social através de atividades extra-curriculares, como campeonatos e torneios;
- Melhoria das condições físicas da escola com a melhoria da limpeza, construção de equipamentos esportivos, aquisição de móveis melhores e adaptados às necessidades escolares, compra de computadores, distribuição e obrigação de uso de uniformes; instalação de bebedouros e ventiladores nas salas de aula;
- Propiciar mais acesso das crianças aos bens culturais como museus, exposições, concursos de poesias, lazer, dando especial atenção a crianças com necessidades especiais;
- Ampliar a presença de pessoal da saúde, sociedade civil e familiar nas escolas.
- Aumento do Programa Bom Prato, com oferta de café da manhã e jantar;
- Construção de Postos de saúde e Hospitais; Contratação de médicos especialistas em adolescentes nos postos de saúde;
- Criar programas de educação sexual para toda a família, de forma a ampliar o diálogo sobre o tema; implantação nas escolas de programas/projetos de orientação sexual a partir dos 13 anos;
- Desenvolver programas de profissionalização para moradores de rua e educação para seus filhos;
- Melhorar as escolas com a implantação de mais telecentros, mais lazer e ampliar o programa Escola da Família. Qualificar melhor os professores; implantar programas para aumentar o respeito entre professores e alunos; Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes; Ampliar as ofertas formação: curso de informática, de inglês, cursos técnicos profissionalizantes, desenvolver programas de estágios;
- Abordar o problema das drogas na escola e na mídia;
- Ampliar os espaços de lazer como combate à violência;
- Combater o preconceito;
- Implantar programas familiares para a divulgação dos problemas de drogadição. Ampliar o diálogo entre pais e filhos sobre o problema das drogas;
- Melhorar as condições de emprego: bom salário, alimentação, plano de saúde, vale transporte, carteira de trabalho assinada (registrada)
- Difundir esportes alternativos;
- Construção de espaços para a prática de modalidades pouco convencionais;
- Divulgar formas de preservação do meio ambiente, estimular campanhas de limpeza;
- Estimular campanhas de lixo no lugar certo e não jogar lixo nas praias, nos parques, etc.;
- Fazer mutirões de plantações e estimular o plantio de alimentos saudáveis a preços mais baixos;
- Preservar as florestas e a natureza;
- Proporcionar mais contatos com a natureza e ampliar as áreas verdes da cidade;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

- Divulgar melhor o uso e melhorar a distribuição das verbas para os programas com crianças e adolescentes

Vila Prudente – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

PROPOSTA:

- Maior integração entre escolas, ONGs e equipamentos públicos para a ressocialização de adolescentes em conflitos com a lei.

Eixo 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de

proteção.

DESAFIO:

- Em nossa região há, ativo, o Fórum de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente que busca inserção dentro de equipamentos já constituídos e também a participação das escolas;
- Existe um sub aproveitamento dos equipamentos de atendimento como CEUs sem utilização plena, CDMs não contemplam plenamente os objetivos;
- Faltam programas para utilização plena, durante o ano todo, dos equipamentos de atendimento à criança e ao adolescente;

PROPOSTA:

- Que os órgãos centrais promovam a articulação entre diferentes sistemas de atendimento à criança e ao adolescente em nossa região, dentre as quais se incluem as escolas. Esta articulação pode gerar fóruns, encontros e seminários com o objetivo de gerar um protocolo único de intenções;
- Necessidade de equipes multidisciplinares em todos os equipamentos;
- Aproveitamento de estagiários das faculdades neste atendimento multidisciplinar;
- Escolas realizarem projetos próprios de esporte, cultura e lazer, aproveitando a infra-estrutura dos CEUS.
- Criar uma equipe técnica especializada em: psiquiatria, psicologia, hebiatria e fonoaudiologia nos postos de saúde. A escola precisa ter uma ligação maior com o postos de saúde.
- Formação de jovens para trabalhar como agentes de saúde com a comunidade, informando outros jovens sobre questões referentes à sexualidade.
- Elaboração de programas que, além de prestar atendimento, justifiquem os investimentos em infra-estrutura dos equipamentos já existentes.

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

PROPOSTAS:

- Incentivar a participação dentro do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da região e participação popular para gerenciar o orçamento destinado à educação.

Vila Prudente – Lúdica

EIXO 1 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

DESAFIOS

- Diminuir o preconceito no trabalho e na escola: Ex-Febem, tatuagem, piercing. Escolas discriminam egressos ou quando os aceitam, os restringem , e separam, expondo-os a situações constrangedoras perante o quadro de professores, funcionários e colegas.
- Contrariedade à redução da Maioridade.
- “Punição já existe e é igual a do maior”: só muda o nome.
- Diminuir a idade não melhora a situação – a Fundação Casa é a mesma coisa – Escola do Crime.
- Polícia – preconceito – agressão – não cumprimento da legislação.
- Os jovens se sentem mais protegidos pelos criminosos – a criminalidade dá status. Jovens com bons carros e roupas não são abordados.
- Limpar a ficha aos 21 anos – até lá já está no presídio.

OUTROS DESAFIOS

- Porque jovem caminha para o crime?
  - Questão de status
  - Questão de sobrevivência
  - Falta de oportunidade – analfabeto funcional, preconceito.

- Dinheiro fácil
- E quem tem o dinheiro?
- Drogas- vício.
- Desarranjo familiar.
- Cobrança do Grupo.
- Roupas- drogas.
- Entrou para o grupo e não pode sair.
- “Se não corre com nóis, corre com outro”.
- Modelos estereotipados pela mídia – baixa auto estima.

PROPOSTAS:

- Preparar Escolas para eliminar preconceitos em relação aos egressos em MSE
- Eliminação da ficha de antecedentes via Internet, que prejudica a reinserção do egresso no mercado de trabalho.
- Fazer estudos para modificação dos currículos do ensino médio para que os mesmos preparem seus alunos para a realidade do mercado de trabalho.
- Preparar os policiais para lidar com as abordagens nas ruas, a fim de eliminar o conceito de que os adolescentes se sentem mais protegidos pelos criminosos.
- Fazer campanha em nível nacional contra a aprovação da emenda 18.

Vila Prudente (Sapopemba) – Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo

DESAFIOS

- Garantir a intersetorialidade nas ações.
- Esclarecer os papéis do poder público estadual, municipal e da sociedade civil organizada na consolidação da municipalização das MSE.
- Divulgar e esclarecer sobre a contrariedade à redução da maioridade penal.

PROPOSTAS

- Ampliar o atendimento e acompanhamento das MSE em meio aberto, tanto do grupo de risco, quanto dos que estão sob privação de liberdade na Fundação Casa.
- Implementação de uma República para adolescentes.

Eixo 2 - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

DESAFIOS

- Mobilização da comunidade.
- Visão e atendimento global das famílias, por parte dos agentes e profissionais dos serviços.
- Melhoria da condição de habitação e qualidade de vida dos moradores em favelas.
- Carência familiar e violência.

PROPOSTAS

- Especialidades Médicas no Hospital Sapopemba:
  - Ortopedista
  - Neurologista
  - Cardiologista
  - Psicólogos
  - Psiquiatra
- Trazer para Sapopemba as coordenadorias básicas, como SUS, SUAS e Educação.
- Formação para as pessoas que integram o Conselho Gestor de Saúde.
- Implantação de um CTA em Sapopemba.

- Inclusão, no quadro de funcionários das escolas, de psicólogo e assistente social para assessorar os professores e atender os alunos.
- Formação contínua para o corpo docente.
- Revisão do Projeto Educativo das EMEIs.
- Acessibilidade para as pessoas com deficiências, nas escolas que exigem adequação da estrutura física.
- Preparação dos profissionais das escolas para acolher as pessoas com deficiências.
- Implantação de Casa de Cultura em Sapopemba.
- Implantação do Projeto “Fábrica de Cultura”, já que existe no orçamento.
- Reformas nos CDM e que estes estejam abertos para a comunidade e audiência pública para tratar da situação dos CDMs da Região (denunciar a situação dos CDMs que, algumas vezes cobram para ingresso).
- Conservação, por parte do poder público, dos espaços de lazer comunitários.
- Implantação de áreas de esporte e lazer nos bairros: Jardim Elba, Fazenda da Juta, Parque Santa Madalena.
- Revisão das políticas de habitação no que diz respeito ao atendimento às famílias residentes em área de risco, não atendendo somente em bolsões, mas, também, em casos isolados.
- Aplicação efetiva de políticas habitacionais que atendam às necessidades da população.
- Limpeza e canalização dos córregos: Buraco do Tatu, Oratório, Jean Gabin, Pró-Morar e o córrego localizado nas ruas Frederico Martins e Arrastão.
- Tratamento do lixão localizado na “Rua Nova” do Parque Santa Madalena.
- Criação, por parte do governo, de programas de coleta seletiva e conscientização para a população de Sapopemba.
- Preservação da área verde do bairro Fazenda da Juta.
- Expansão da implementação do Programa “Ação Família”.
- Ampliação dos projetos de lazer e cultura.
- Fortalecimento dos Conselhos Gestores dos CEUs de Sapopemba.
- Urbanização das favelas em parceria com as organizações da região, segundo definição de prioridades.
- Formação de profissionais das escolas, com capacitação social para os professores (conhecer e debater o ECA).
- Ampliação do atendimento à Educação Infantil.
- Abertura das escolas para a comunidade, com o apoio de pessoas da comunidade.
- Reimplantação das ruas de lazer.
- Representação da Saúde no FDCA.
- Período integral para a Educação Infantil.
- Ampliação do acesso ao Ensino Médio.
- Representação das organizações não-governamentais nos Conselhos Escolares.
- Monitoramento, pelo Conselho Tutelar, nas escolas, a ser debatido no Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Ter no máximo 25 alunos por sala de aula.
- Apresentação, pelo poder público, de política de esporte, cultura e lazer para a região, até 30 dias após a Conferência Municipal, que preveja atendimento às pessoas com deficiência.
- Audiência entre CMDCA e Secretário de Transportes para criar possibilidade de trabalho conjunto, visando:
  - Ampliação do serviço de transporte adaptado, para atender, não somente cadeirantes, mas outras pessoas portadoras de deficiências;
  - Garantia de transporte para que crianças e adolescentes possam participar de atividades em vários espaços (teatro, escolas);
  - Realizar levantamento da demanda;
- Criação de uma sub-prefeitura para Sapopemba.
- Criação de um centro de referência à família e à mulher em Sapopemba.
- Atuação conjunta entre os movimentos de defesa da criança e do adolescente e a Secretaria do Trabalho, visando:

- Criação de espaços para qualificação dos trabalhadores;
- Realização de Censo de crianças e adolescentes no tráfico e no trabalho doméstico.
- Limitar o número de crianças e adolescentes nas casas de acolhida e que o atendimento seja realizado de acordo com a natureza dos grupos (por exemplo, população de rua).
- Criação de uma cartilha contendo argumentos sobre a razão de não se apoiar a lei que estabelece a redução da maioridade penal.
- Implementar a Delegacia da Mulher e Delegacia especializada em Criança e Adolescente.
- Implementação, em Sapopemba, do Pólo de Prevenção à Violência Doméstica.
- Implementar o modelo de Polícia Comunitária na Região.
- Implantação de CAPS:
- Álcool e drogas para adolescentes e adultos;
- Saúde Mental Infantil;
- Saúde Mental Adulto.
- Ampliação do número de veículos do Programa Atende.
- Criação e ônibus adaptados para garantir o maior número de pessoas com deficiências.
- Revitalização dos Hospitais de Sapopemba, e atendimento com capacidade plena.
- Contratação de médicos.
- Criação de um CAPS.
- Programas de habitação para a região.
- Rever política de Cheque-despejo.

Eixo 3 – Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

PROPOSTAS

- Criação de uma comissão com representantes desta conferência para acompanhar os trabalhos da comissão de orçamento, na Câmara Municipal de São Paulo.
- Maior transparência nos orçamentos e na prestação de contas.
- Criação de grupo de trabalho para acompanhar o orçamento público.
- Elaboração de Políticas de financiamento popular.
- Maior autonomia dos movimentos para constituição e gestão dos recursos.

VilaPrudente (Sapopemba) – Lúdica

EIXO 1 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

- Divulgação dos trabalhos que são realizados em relação às MSEs;
- Inclusão e abertura de oportunidades de acesso de adolescentes em MSEs ao mercado de trabalho;
- Maior aceitação e menor discriminação de adolescentes em cumprimento de MSEs nas escolas.

Eixo 2: Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

- Real oferta de medicamentos nas UBSs da região;
- Ampliação e divulgação de locais que atendam a usuários de drogas e álcool;
- Desenvolver projeto sistemático de orientação aos parceiros sobre o uso correto e distribuição de contraceptivos e sua importância, além do tema gravidez precoce;
- Criação e ampliação de serviços públicos que desenvolvam atendimento a famílias de usuários;
- Campanhas educativas sobre DST-AIDS;
- Ampliação do quadro médico e demais profissionais nas unidades de Saúde;
- Desenvolver projetos de trabalho com a família sobre o uso da camisinha;
- Ampliar a freqüência de palestras nas unidades de saúde sobre a saúde na sua globalidade;
- Melhoria na qualidade da Merenda Escolar;
- Desenvolver processos de Formação para professores, pela Secretaria de Educação;

- Incentivar a participação das crianças e adolescentes nos grêmios estudantis das Escolas;
- Menor burocratização para participar dos equipamentos abertos à comunidade;
- Incentivar a participação das famílias nas APMs;
- Criar e melhorar os espaços públicos de lazer na região;
- Criação e revitalização das quadras, pistas de skate, brinquedos fixos e outros nos espaços dos CDMs;
- Construção de palco e espaços cobertos nas praças para apresentações artísticas;
- Ampliação no número de equipamentos públicos para atendimento das crianças além do horário escolar;
- Criação de um Centro Cultural na região;
- Propostas de projetos de geração de renda para os pais na região;
- Projetos de capacitação profissional para a família;
- Aumentar as linhas de ônibus e o número de carros nas linhas que atendem a região;
- Sensibilização de condutores das linhas de ônibus para melhor atendimento à população;
- Ampliar o atendimento do Programa ATENDE, inclusive para atividades de lazer e cultura;
- Adequação dos locais de lazer para que seja possível o acesso de pessoas com necessidades especiais;
- As escolas, a mídia, as instituições públicas governamentais, empresas privadas, etc... devem desenvolver ações concretas de sensibilização e conscientização quanto ao enfrentamento do super aquecimento do planeta para economia da água, diminuição do desmatamento, redução, coleta e reciclagem do lixo inorgânico na região de Sapopemba;
- Aulas de meio ambiente e reciclagem obrigatório nas escolas;
- Construção de mais unidades habitacionais;
- Maior infra-estrutura de saneamento na região e de asfalto.

Jaçanã-Tremembé/ Santana-Tucuruvi/ Vila Maria-Vila Guilherme - Convencional

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

Propostas:

- Cursos de capacitação e campanhas de esclarecimento para trabalhadores sociais, ONG's, OG's, Conselhos de Direito e Tutelares sobre o que é e como funcionam as medidas sócio-educativas e contrárias a redução da maioridade penal;
- Fim das "cadeias" para o atendimento de adolescentes em Medida Socioeducativa de privação de liberdade;
- Sugerir à OAB que inclua nos seus exames matérias sobre o direito da infância e da juventude;
- Sensibilização do Judiciário e da mídia sobre o caráter das medidas socioeducativas e SINASE;
- Que o CMDCA, CONDECA e o CONANDA promovam encontros de articulação dos atores do Sistema de Garantia de Direitos para promoção da visão interdisciplinar e do atendimento em rede referente ao SINASE;
- Criação e implantação de uma delegacia especializada no atendimento à violação de direitos da criança e do adolescente na Zona Norte;
- Efetivação da Defensoria Pública, garantindo o acolhimento dos relatórios técnicos do serviço social e atendimento psicológico, com garantia efetiva da defesa técnica;
- Fortalecimento do Conselho Tutelar para atendimento na defesa dos direitos do adolescente autor de ato infracional. Única possibilidade de atuação do Conselho Tutelar nesse segmento;
- Regionalização efetiva do atendimento, em cumprimento ao ECA, com unidades que tenham comitês gestores compostos por comunidade do entorno, familiares e adolescentes atendidos;
- Implementação do modelo de atendimento inicial em MSE de privação de liberdade, em unidades que atendam o art.88 do ECA, principalmente o inciso V, como ocorre no Núcleo de Atendimento Integrado de São Carlos;
- Ampliação das unidades de atendimento para MSE em regime de semi-liberdade;

- Efetivação de destinação de verbas pelos três níveis de governo, conforme preconiza o SINASE, em todas as modalidades de MSEs.

Eixo 2: Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

PROPOSTAS:

- Elaboração e implantação de uma política municipal para prevenção e atendimento ao uso abusivo de drogas, sob responsabilidade do CMDCA e Conselho Municipal de Saúde;
- Fortalecimento e ampliação de políticas públicas para adolescentes e famílias nos bairros localizados em setores censitários que apresentam maior grau de vulnerabilidade social e maior demanda para a área social, com destaque para os núcleos socioeducativos;
- Proporcionar nos Núcleos Socieducativos e escolas, alternativas de lazer, esporte e convivência familiar, com ênfase na solidariedade;
- Fortalecimento do SUAS e dos CRAS pelos municípios;
- Ampliação dos pólos culturais e telecentros e criação de ruas de lazer e praças, ouvindo a comunidade e respeitando suas especificidades;
- Manutenção do programa Escola de Família, com garantia de qualidade no atendimento e segurança;
- Criação, na rede municipal, de programa similar com participação das comunidades em sua elaboração;
- Elaboração de políticas públicas de fortalecimento e empregabilidade na região Norte 2;
- Implementação de Assistentes Sociais, Psicólogos e outros profissionais nas escolas;
- Incrementar a participação das famílias nas escolas, com atividades direcionadas e oficinas;
- Criação de centros de integração cultural com cinema, teatro e áreas esportivas;
- Implementar medidas sócio-pedagógicas que se preocupem com o respeito das faixas etárias;
- Capacitação do profissional da área de educação para lidar com os problemas de ordem social;
- Orientação para os pais nas escolas, quanto à educação de seus filhos;
- Criação de cursos profissionalizantes focados na região;
- Efetivação do artigo 90 do ECA: implementação de núcleos de orientação e apoio sócio-familiar;
- Manutenção e ampliação do atendimento de crianças e 0 a 5 anos e 11 meses nos Centros Educacionais em tempo integral;
- Reestruturação do Núcleo de Referência para Implantação do SIPIA no estado de São Paulo, conforme resolução 13, revogada pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos

PROPOSTAS:

- Criar e fortalecer fóruns regionais de defesa da criança e do adolescente, com ampla divulgação, com participação integral dos Conselheiros Tutelares e para que se cumpra o artigo 136, inciso IX do ECA;
- Que o Plano Anual de Diretrizes Orçamentárias seja elaborado e aprovado com equidade, onde as regiões mais pobres recebam maiores recursos, potencializando um projeto de igualdade;
- Destinar verbas para a formação de grupos culturais;
- Destinar 5% do orçamento municipal para políticas específicas de atendimento e proteção às crianças e adolescentes, como garantia de direito;
- Que o Orçamento Criança (toda política pública de atendimento, nas três esferas) tenha caráter imperativo e não meramente autorizativo, em cumprimento ao preceito constitucional da prioridade absoluta;
- Realização de cursos de planejamento e gestão orçamentária para trabalhadores sociais, ONG's, OG's, Conselhos de Direito e Tutelares;

Jaçanã-Tremembé/ Santana-Tucuruvi/ Vila Maria-Vila Guilherme - Lúdica

EIXO 1 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) como marco regulatório do atendimento socioeducativo.

PROPOSTAS:

- Construção de mais Casas de Reabilitação para usuários de drogas;

EIXO 2 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: marco regulatório da política de proteção

DESAFIOS:

- Divulgação do ECA;
- Igualdade social.

PROPOSTAS:

- Campanhas que incentivem a retirada de crianças das ruas e as levem para a escola.
- Reivindicação dos direitos das crianças e adolescentes;
- Melhoria salarial dos pais e responsáveis;
- Implantação de Delegacias da Mulher em todos os bairros;
- Ampliação/melhoria da ronda escolar diária;
- Redução da quantidade de alunos por sala de aula;
- Cumprimento das normas das escolas;
- Abertura das escolas nos finais de semana
- Conscientizar a população sobre o preconceito e discriminação;

Eixo 3 - Orçamento Criança e Adolescente: Garantia de direitos

DESAFIOS:

- Falta de segurança;
- Deficiência do Sistema Educacional;
- Falta de interesse e despreparo por parte dos professores;
- Precariedade da estrutura física das escolas;
- Desorganização para o recebimento do auxílio do Programa Bolsa Escola: alunos se cadastram e não recebem o benefício;
- Redução da violência nas ruas;
- Falta de saneamento básico;
- Má conservação das ruas.

PROPOSTAS:

Investimento orçamentário para:

- Contratação e capacitação de policiais;
- Programas de qualificação de professores;
- Conservação das escolas;
- Construção de novos hospitais e melhorias nos existentes, no atendimento, médicos, aparelhos, etc;
- Construção e reforma de praças, CEUS, Centros Esportivos e telecentros;
- Construção de bibliotecas;
- Criação de espaços de atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer;
- Distribuição gratuita de remédios;
- Atendimento psicológico e fonoaudiológico nos postos de saúde;
- Construção de um cinema e um teatro no bairro;
- Implantação de coleta seletiva nas escolas e ruas;

- Iluminar e asfaltar as ruas e consertar as calçadas

ANEXO III – CONFERÊNCIAS DCAS 2007 – CONVENCIONAL MUNICIPAL

VII Conferência Convencional Municipal da Criança e Adolescente de São Paulo
Palácio das Convenções do Anhembi nos dias 05 e 06 de junho de 2007

Eixo 1: Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo (SINASE) como marco regulatório ao atendimento sócio-educativo.

PROPOSTAS:
MUNICIPAL:

1. Apoio desta VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente ao ato público do dia 13 de julho de 2007 na Praça da Sé, organizado pelo Comitê Contra a Criminalização das Crianças e dos Adolescentes.
2. Fortalecimento dos Fóruns dos Direitos das Crianças e Adolescentes nas instâncias regional, municipal, estadual e nacional.
3. Que o CMDCA São Paulo organize um grupo de trabalho com os atores previstos no eixo "Defesa dos Direitos" do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) para elaborar agenda de reordenamento institucional no estado, a partir da pressão da capital, assim como está previsto na resolução 113 do CONANDA; Por exemplo: Criação de delegacias especializadas com plantão multidisciplinar para apuração de ato infracional; criação de vara especializada para apuração de crimes contra a criança e adolescente.
4. Implantar a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e estruturar as Delegacias de Polícia para receber adequadamente o adolescente em conflito com a lei – com assistente social, autoridade da área de infância e juventude, e autoridade judicial –, conforme estabelece o ECA.
5. Fortalecimento do sistema de garantia de direitos a partir da implicação dos atores intersetoriais na municipalização de Medidas Sócio-Educativas.
6. Qualificação contínua dos Núcleos de Proteção Especial, garantindo o foco no processo socioeducativo e não punitivo.
7. Garantia de que os Núcleos de Proteção Especial sejam potencializados como espaços de convívio e expressão juvenil.
8. Descentralização do Departamento de Execução da Infância e Juventude.
9. Apoio e articulação entre defensoria publica e serviços de proteção especial.
10. Regionalização de núcleos de defensoria pública.

11. Revisão da forma como está ocorrendo a municipalização da aplicação das medidas sócio-educativas, a partir da discussão – em nível estadual e municipal – e que esta não se limite a repasse de verbas.
12. Garantir a implantação de um programa de egressos da medida de privação de liberdade.
13. Ampliação das possibilidades de profissionalização.
14. Melhorar a formação dos atores envolvidos nas diversas secretarias, objetivando a qualificação do atendimento aos adolescentes que estão em cumprimento de medidas sócio-educativas.
15. O CMDCA deve promover a instalação de uma comissão para a discussão do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo envolvendo todos os atores, e que este Plano seja apresentado em Seminário para discussão com a cidade toda.
16. Envolvimento dos diversos atores municipais comprometidas com as medidas sócio-educativas objetivando a articulação dessas ações.
17. Criação de programas de atendimento voltados a crianças e adolescentes em cumprimento de Medidas Sócio-educativas de Privação de Liberdade no município e no estado, adequados ao ECA e à Convenção;
18. Criação de mais CEDECAS em cada município, organizados e fortalecidos;

ESTADUAL:

1. Fortalecimento dos Fóruns dos Direitos das Crianças e Adolescentes nas instâncias regional, municipal, estadual e nacional.
2. Fortalecimento do sistema de garantia de direitos a partir da implicação dos atores intersetoriais na municipalização de Medidas Sócio-Educativas.
3. Qualificação contínua dos Núcleos de Proteção Especial, garantindo o foco no processo socioeducativo e não punitivo.
4. Garantia de que os Núcleos de Proteção Especial sejam potencializados como espaços de convívio e expressão juvenil.
5. Descentralização do Departamento de Execução da Infância e Juventude.
6. Implicação da Secretaria da Educação no processo de municipalização garantindo a efetivação de direitos também no processo de acompanhamento de medidas socioeducativas.
7. Apoio e articulação entre defensoria publica e serviços de proteção especial.
8. Regionalização de núcleos de defensoria pública.
9. Revisão da forma como está ocorrendo a municipalização da aplicação das medidas sócio-educativas, a partir da discussão – em nível estadual e municipal – e que esta não se limite a repasse de verbas.
10. Garantir a implantação de um programa de egressos da medida de privação de liberdade.
11. Ampliação das possibilidades de profissionalização.
12. Melhorar a formação dos atores envolvidos nas diversas secretarias, objetivando a qualificação do atendimento aos adolescentes que se encontram em medidas sócio-educativas.

13. Estimular o Poder Judiciário a adotar preferencialmente medidas sócio-educativas em meio aberto ou em meio semi-aberto em detrimento da medida de privação de liberdade – última alternativa – conforme ECA.
14. Desinternação dos aproximadamente cinco mil meninos e meninas que estão na Fundação CASA, em regime de privação de liberdade, porque não atentaram contra a pessoa, conforme artigo 122 do ECA;
15. Não internação, pois os adolescentes não recebem atendimento sócio-educativo e tal atendimento é feito em desacordo com o ECA (art. 123);
16. Criação de programas de atendimento voltados a crianças e adolescentes em cumprimento de Medidas Sócio-Educativas de Privação de liberdade no município e no estado adequados ao ECA e à Convenção;
17. Responsabilização das pessoas que violam os direitos das crianças e adolescentes na Fundação CASA, conforme o artigo 232 do ECA e responsabilizar as autoridades, juízes e chefes de Estado que violam o cumprimento dos direitos do adolescente conforme emenda constitucional n° 45/2004, inciso 78 do artigo V da Constituição Federal;
18. Criação de delegacias adequadas para o atendimento das crianças e adolescentes;
19. Criação de mais CEDECAS em cada município, organizados e fortalecidos;
20. Municipalização com atuação efetiva dos projetos, incluindo a prevenção e tratamento referentes à drogadição.

FEDERAL:

1. Fortalecimento dos Fóruns dos Direitos das Crianças e Adolescentes nas instâncias regional, municipal, estadual e nacional.
2. Fortalecimento do sistema de garantia de direitos a partir da implicação dos atores intersetoriais na municipalização de Medidas Sócio-Educativas.
3. Qualificação contínua dos Núcleos de Proteção Especial, garantindo o foco no processo socioeducativo e não punitivo.
4. Garantia de que os Núcleos de Proteção Especial sejam potencializados como espaços de convívio e expressão juvenil.
5. Ampliação das possibilidades de profissionalização.
6. Fiscalização federal dos procedimentos socioeducativos;

Eixo 2: Plano Nacional de Convivência Família e Comunitária: marco regulatório da política de proteção.

PROPOSTAS:

MUNICIPAL:

1. Desburocratizar a criação de rádios comunitárias dentro das escolas públicas, que divulguem exposições, teatros, shows e eventos culturais;
2. Parceria entre escolas e Casas de Cultura para divulgação dos eventos culturais;
3. Aprovação de lei que obrigue as emissoras de televisão a divulgar informações sobre o ECA e eventos culturais gratuitos;
4. Aprovação de leis que obriguem a divulgação das informações fornecidas pelas secretarias com dados do município, como por exemplo, vagas nas escolas, diagnóstico da criança e do adolescente, atendimento e demanda na área de saúde e viabilização do orçamento.
5. Ampliação do Projeto de Justiça Restaurativa para todo o município.
6. Efetivação e implementação de alternativas sustentáveis para a construção e manutenção de casas para população de baixa renda (exemplo: energia solar).
7. Toda desocupação habitacional deverá ser acompanhada por um plano diretor elaborado por todos os segmentos sociais, governamentais e não governamentais, tendo em conta as necessidades de educação, saúde e convivência social das crianças e adolescentes.
8. Ampliar o acesso ao Programa Aluguel Social.
9. Estender a construção de conjuntos habitacionais populares, agregando espaços culturais, de lazer e esportes.
10. Fortalecer e articular ONG e movimentos das áreas que atendem a crianças e adolescentes (saúde, meio ambiente, educação, moradia).
11. Criar canal de comunicação pública para informar, acompanhar e conferir os encaminhamentos das propostas obtidas na Conferência Municipal.
12. Envio de prestação de contas dos trabalhos e propostas realizadas, nas Conferências Regionais.
13. Garantia da implementação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), dos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e plano municipal do direito da convivência familiar e comunitária estabelecendo articulação com órgãos e equipamentos das áreas: educação, saúde, esporte, lazer cultura e trabalho.
14. Reordenamento institucional das modalidades de acolhimento pela SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) juntamente com os órgãos de execução dessa medida de proteção;
15. Garantia de uma política de recursos humanos composto por coordenador, técnico da área de Serviço Social, Psicologia e Cuidadores, conforme NOB-RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, tanto para os abrigos da política de convênio como para toda a rede;
16. Estabelecer prazos e metas assim como prestação de contas na implementação das políticas e das propostas dessa conferência.
17. Prevenção e combate ao trabalho infantil:
18. Ampliação dos NSEs em regiões em que há crianças e adolescentes inscritos no PETI, com atendimento prioritário às famílias dessas crianças e adolescentes;
19. Os NSEs precisam ser readequados com um desenho – projeto político pedagógico – que atenda as necessidades das crianças e, principalmente, dos adolescentes com atividades significativas e de interesse dos mesmos;
20. Ampliar o número de vagas e de serviços no NSE III (Qualificação profissional) em áreas de vulnerabilidade social sob a administração das sub-prefeituras;
21. Ampliação dos Programas de transferência de renda e transparência nos critérios de seu atendimento e funcionamento.
22. Revisão dos Programas de Erradicação do Trabalho Infantil e Ação Família:
23. Complementar o valor da bolsa via FUMCAD e/ou orçamento público municipal, considerando a realidade e o custo de vida da cidade/metrópole;
24. Fortalecer, garantir e ampliar o trabalho psico-social com as famílias inseridas no PETI;
25. Garantir programa de geração de renda e inclusão social as famílias do PETI;
26. Ampliação do Programa Ação Família e melhoria de sua qualidade, entrosado-o com o PETI, e torná-lo um serviço público permanente.

27. Rever as necessidades e critérios da proporção entre profissionais e número de famílias atendidas no Programa Ação Família.
28. Fortalecer a relação humana entre parceiros em projetos do poder púbico e organizações da sociedade civil.
29. Qualificação dos educadores da educação formal.
30. Ampliar, rever a gestão e melhorar a qualidade dos Clubes da Comunidade (antigos CDMs), equipamentos culturais, de lazer e esporte.
31. Implantação, com qualidade, dos CRAS (Centro de Referências da Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especialidade na Assistência Social), conforme previsto no SUAS (Sistema Único da Assistência Social) com a realização de concursos públicos para garantir o atendimento com profissionais variados.
32. Adolescentes e a questão do trabalho como aprendiz:

– Garantir maior divulgação e cumprimento da lei de aprendizagem (lei 10.097 – Jovem Aprendiz);
– Adequação do Programa de Aprendizagem, de forma a garantir a inclusão dos adolescentes do PETI e dos adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social;
– Ampliação de programas e projetos que visem a oportunidade de geração de renda, através de parcerias entre empresas, ONGs e poder público para efetivar a lei de aprendizagem;
– Maior fiscalização das empresas pela Delegacia Regional do Trabalho, para o cumprimento da lei de aprendizagem.

33. Estruturação de uma equipe multiprofissional, composta por ginecologista, hebiatra, assistente social, enfermeiro e jovem educador dentro da UBS e da rede de saúde pública, voltada para o tratamento das crianças e adolescentes, tratando-os como um todo: pessoa-indivíduo-família-escola, recrutando, neste projeto, adolescentes como multiplicadores das ações educativas, remunerando-os para tanto;
34. Formar ambulatório de especialidades da criança e do adolescente em cada região para atendimento específico desse público.
35. Que o Centro de Referência e Prevenção em Direitos Humanos e Combate ao Racismo de São Paulo acompanhe denúncias de discriminação racial.
36. Que o Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate ao Racismo de São Paulo, criado pelo decreto municipal 47897/06, implemente o ensino de Cultura Africana e afro-brasileira, por meio da lei 10639/03, focando os seguintes aspectos:

– Ludicidade: dança, música, teatro, mitologia e línguas africanas:
– Vínculo com a rede de saúde (anemia falciforme);
– Capacitação dos educadores que atendem crianças e adolescentes;
– Formação da consciência racial, por meio de palestras, cursos e debates:
– Disponibilizar o quesito COR nos mapeamentos das políticas públicas estaduais;
– Promoção da política de equidade no mercado de trabalho e finanças;
– Supervisão do Centro de Referencia, feita pelo SAS, SMADS e ONGs conveniadas;
– Promover a auto-estima da criança e adolescentes por meio da publicidade positiva;
– Promover ações afirmativas para garantir a participação de crianças e adolescentes em assembléias, fóruns e conferencia;
– Estabelecer diálogo entre a SEPIR e Conselho da Comunidade Negra de São Paulo.

37. Ampliar, em São Paulo, os programas regionais de atendimento às necessidades da clientela da região. A implantação desses programas deve ser feito pelas sub-prefeituras com recursos financeiros e humanos disponíveis. As equipes deverão ser multiprofissionais compostas por pedagogo, psicólogo, assistente social, advogado, professor de educação física, especialista em violência doméstica e recreacionista.
38. Garantir a ampliação de vagas para psicólogos, assistentes sociais e incluir, na equipe interdisciplinar, vagas para psiquiatras, advogados e pedagogos.
39. Tratar e separar preferencialmente os agressores, antes de mandar as crianças para abrigos. Se necessário ajudar financeiramente a família até que ela possa se recompor.
40. Aumento das vagas nas universidades públicas. Intensificação a curto e médio prazo de investimentos do Estado em acesso e permanência da juventude pobre na educação superior. Ênfase na construção de campus universitários no Município de São Paulo.
41. Implantar equipe multidisciplinar nas escolas, para trabalhar junto a equipes de professores, funcionários e alunos das escolas;

42. Que se priorize os convênios já cadastrados junto às subprefeituras, como forma de valorização dos trabalhos em processo de continuação;
43. Que em relação aos convênios estabelecidos junto às secretarias de atendimento integral à criança e ao adolescente, se obedeça ao estabelecido no artigo 091 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
44. Implantação, com garantias de execução do SISAN (Sistema de Informação de Segurança Alimentar Nutricional) nas UBSs em todo o território municipal;
45. Ampliação com devido funcionamento garantido dos CAPS (Centros de Atenção Psico-social), principalmente no que diz respeito ao atendimento da Criança e do Adolescente;
46. Para que haja, em relação aos próximos convênios na área da Educação, a fiscalização ao devido processo legal de registro no CMDCA e que, essa determinação para funcionamento efetivo dos trabalhos seja mencionada no edital de chamamento;
47. Que todas as demandas debatidas e circunscritas em todas da conferencias (lúdicas e convencionais) regionais, assim como aquelas oriundas das secretarias do governo municipal, dos devidos conselhos tutelares e do Instituto LIDAS, sejam aglutinadas e compactadas para, em seguida, serem levadas como prioridade de execução ao poder público;
48. Que as demandas de atividades complementares voltadas ao lazer, assim como aquelas de caráter sócio educativo, sejam implantadas com continuidade em todas as gestões de governo;
49. Que toda a rede hospitalar com administração direta ou conveniada e particular garanta pelo menos 5% do total de leitos para internação e tratamento de crianças e adolescentes em situação de drogadição com acompanhamento psiquiátrico e psicológico;
50. Criação e implementação de clínicas públicas para o devido tratamento de drogadição a crianças e adolescentes em todas as regiões;
51. Que seja disponibilizado para os portadores de necessidades especiais, transporte público (Atende) para passeios escolares e também aos finais de semana linhas direcionadas para equipamentos de esporte e lazer;
52. Ampliação e criação de novos Conselhos Tutelares, nos termos de orientação do CONANDA (área de abrangência do atendimento com qualidade), bem como a divisão territorial feita pela Justiça Eleitoral, totalizando 52 Conselhos Tutelares na Cidade de São Paulo;
53. Que as redes intersetoriais de atendimento integral à criança e ao adolescente tornem-se política pública no âmbito de todas as Subprefeituras;
54. Que as Subprefeituras aglutinem em seu espaço de atendimento, o retorno das chamadas “coordenadorias de área” – Saúde / Educação / Assistência Social;
55. Que o CMDCA promova a divulgação dos Conselhos Tutelares: sua localização, função etc.;

ESTADUAL:

56. Ampliação do Projeto de Justiça Restaurativa para todo o município.
57. Aprovação de lei que obrigue as emissoras de televisão a divulgar informações sobre o ECA e eventos culturais gratuitos;
58. Efetivação e implementação de alternativas sustentáveis para a construção e manutenção de casas para população de baixa renda (exemplo: energia solar).
59. Estender a construção de conjuntos habitacionais populares, agregando espaços culturais, de lazer e esportes.
60. Fortalecer e articular ONG e movimentos das áreas que atendem a crianças e adolescentes (saúde, meio ambiente, educação, moradia).
61. Envio de prestação de contas dos trabalhos e propostas realizadas, nas Conferências Regionais.
62. Garantia da implementação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), dos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e plano municipal do direito da convivência familiar e comunitária estabelecendo articulação com órgãos e equipamentos das áreas: educação, saúde, esporte, lazer cultura e trabalho.
63. Garantia de uma política de recursos humanos composto por coordenador, técnico da área de Serviço Social, Psicologia e Cuidadores, conforme N.O.B-RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, tanto para os abrigos da política de convênio como para toda a rede;

64. Prevenção e combate ao trabalho infantil:
65. Ampliação dos Programas de transferência de renda e transparência nos critérios de seu atendimento e funcionamento.
66. Fortalecer a relação humana entre parceiros em projetos do poder púbico e organizações da sociedade civil.
67. Qualificação dos educadores da educação formal.
68. Implantação, com qualidade, dos CRAS (Centro de Referências da Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especialidade na Assistência Social), conforme previsto no SUAS (Sistema Único da Assistência Social) com a realização de concursos públicos para garantir o atendimento com profissionais variados.
69. Adolescentes e a questão do trabalho como aprendiz:

– Garantir maior divulgação e cumprimento da lei de aprendizagem (lei 10.097 – Jovem Aprendiz);
– Adequação do Programa de Aprendizagem, de forma a garantir a inclusão dos adolescentes do PETI e dos adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social;
– Ampliação de programas e projetos que visem a oportunidade de geração de renda, através de parcerias entre empresas, ONGs e poder público para efetivar a lei de aprendizagem;
– Maior fiscalização das empresas pela Delegacia Regional do Trabalho, para o cumprimento da lei de aprendizagem.

70. Tratar e separar preferencialmente os agressores, antes de mandar as crianças para abrigos. Se necessário ajudar financeiramente a família até que ela possa se recompor.
71. Aumento das vagas nas universidades públicas. Intensificação a curto e médio prazo de investimentos do Estado em acesso e permanência da juventude pobre na educação superior. Ênfase na construção de campus universitários no Município de São Paulo.
72. Que as demandas de atividades complementares voltadas ao lazer, assim como aquelas de caráter sócio educativo, sejam implantadas com continuidade em todas as gestões de governo;
73. Criação e implementação de clínicas públicas para o devido tratamento de drogadição a crianças e adolescentes em todas as regiões;

FEDERAL:

74. Ampliação do Projeto de Justiça Restaurativa para todo o município.
75. Aprovação de lei que obrigue as emissoras de televisão a divulgar informações sobre o ECA e eventos culturais gratuitos;
76. Efetivação e implementação de alternativas sustentáveis para a construção e manutenção de casas para população de baixa renda (exemplo: energia solar).
77. Estender a construção de conjuntos habitacionais populares, agregando espaços culturais, de lazer e esportes.
78. Fortalecer e articular ONG e movimentos das áreas que atendem a crianças e adolescentes (saúde, meio ambiente, educação, moradia).
79. Garantia da implementação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), dos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e plano municipal do direito da convivência familiar e comunitária estabelecendo articulação com órgãos e equipamentos das áreas: educação, saúde, esporte, lazer cultura e trabalho.
80. Garantia de uma política de recursos humanos composto por coordenador, técnico da área de Serviço Social, Psicologia e Cuidadores, conforme N.O.B-RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, tanto para os abrigos da política de convênio como para toda a rede;
81. Prevenção e combate ao trabalho infantil:
82. Ampliação dos Programas de transferência de renda e transparência nos critérios de seu atendimento e funcionamento.
83. Fortalecer a relação humana entre parceiros em projetos do poder púbico e organizações da sociedade civil.
84. Qualificação dos educadores da educação formal.
85. Implantação, com qualidade, dos CRAS (Centro de Referências da Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especialidade na Assistência Social), conforme previsto no

SUAS (Sistema Único da Assistência Social) com a realização de concursos públicos para garantir o atendimento com profissionais variados.

86. Adolescentes e a questão do trabalho como aprendiz:

– Garantir maior divulgação e cumprimento da lei de aprendizagem (lei 10.097 – Jovem Aprendiz);

– Adequação do Programa de Aprendizagem, de forma a garantir a inclusão dos adolescentes do PETI e dos adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social;

– Ampliação de programas e projetos que visem a oportunidade de geração de renda, através de parcerias entre empresas, ONGs e poder público para efetivar a lei de aprendizagem;

– Maior fiscalização das empresas pela Delegacia Regional do Trabalho, para o cumprimento da lei de aprendizagem.

87. Tratar e separar preferencialmente os agressores, antes de mandar as crianças para abrigos. Se necessário ajudar financeiramente a família até que ela possa se recompor.
88. Aumento das vagas nas universidades públicas. Intensificação a curto e médio prazo de investimentos do Estado em acesso e permanência da juventude pobre na educação superior. Ênfase na construção de campus universitários no Município de São Paulo.
89. Que as demandas de atividades complementares voltadas ao lazer, assim como aquelas de caráter sócio educativo, sejam implantadas com continuidade em todas as gestões de governo;
90. Criação e implementação de clínicas públicas para o devido tratamento de drogadição a crianças e adolescentes em todas as regiões;

Eixo 3: Orçamento criança e adolescente: garantia de direitos.

PROPOSTAS:

MUNICIPAL:

1. Implantação do Programa do Orçamento Participativo, contemplando o Orçamento Criança e Adolescente, em caráter deliberativo e fiscalizatório, da sociedade civil e poder público, em cada região
2. Que as doações para o Fundo Municipal da Assistência Social (cuja ação se relaciona com criança e adolescente), assim como aquelas oriundas de pessoa física ou jurídica garantam a renúncia fiscal nos mesmos moldes do FUMCAD;
3. A cada doação executada, por pessoa física ou jurídica, que haja a devida garantia pelo poder público do repasse da mesma quantia à fonte 005 do FUMCAD;
4. Que se promova audiência pública, onde o CMDCA possa esclarecer às instituições e às comunidades participativas, de como se consolida a chamada “verba casada”, de modo que possa haver questionamentos a respeito do processo estabelecido;
5. Elaboração e implantação de projeto de Lei, onde se preconize que bens apreendidos através de práticas ilícitas, sejam revertidos para projetos e programas de atendimento na área da Criança e Adolescente em situação de risco pessoal e social, e que isso se efetive nas instâncias Municipal, Estadual e Federal.
6. Divulgação efetiva sobre tramitações políticas da Câmara Municipal em relação ao controle social no que diz respeito ao orçamento direcionado para a criança e o adolescente;
7. Que durante a discussão e elaboração do PPA e da LDO, haja a defesa de que 20% dos juros pagos da dívida interna do Estado e do Município, sejam revertidos para as áreas de Educação, Saúde, Assistência Social e Habitação, todos voltados ao atendimento e interesses exclusivos dos desempregados e assalariados populares;
8. Priorizar, para a área da Educação, por intermédio do PPA e LDO, as creches municipais em todas as suas demandas;
9. Que se proceda uma reorganização programática, no que diz respeito ao atendimento sócio-educativo nos NSE’s (Núcleos socioeducativos) garantindo a participação do público alvo a que se destina e orçamento municipal para que se efetive essas mudanças;
10. Que, as Creches e CEI’s (Centros de Educação Infantil) diretas, se tornem prioridade no orçamento específico da Educação municipal;

11. Que haja uma apresentação, pelo do Poder Público Municipal, de todas as políticas públicas voltadas à área da Criança e do Adolescente, assim como o repasse de valores orçamentários a cada uma das secretarias de governo a essas políticas de atendimento;
12. Que todos os projetos relacionados e direcionados ao FUMCAD, caracterizados como políticas públicas na área da Criança e do Adolescente sejam contemplados no orçamento das respectivas secretarias;
13. Implementar o Orçamento Participativo como política publica, para todos os serviços públicos em especial com Orçamento garantido à Criança e ao Adolescente, como espaço de formação e informação, com reuniões periódicas divulgadas por meio do Diário Oficial, Boletins das Subprefeitura e Boletins Comunitários.
14. Todos os Órgãos que recebem e receberão verba destinada à Criança e ao Adolescente façam Prestações de Contas Transparentes com divulgação mensal, por meio de cartilhas e Internet
15. Que o CMDCA promova cursos de formação em orçamento público, com cartilha popular;
16. Implementação do orçamento participativo com a criação do Conselho Competente com plenários regionais e setoriais;
17. Fortalecimento dos Fóruns para acompanhamento dos Conselhos de Direitos;
18. Que o Orçamento Criança seja imperativo para criança e adolescente e não autorizativo;
19. Conselhos Tutelares estruturados para dar cumprimento ao artigo 136 inciso IX do ECA;
20. Fóruns e ONG devem acionar o governo judicialmente pelo não cumprimento do Orçamento Criança;
21. Incentivar a participação popular nas audiências públicas dos processos licitatórios, LDO, PPA e sessões de votação de orçamento;
22. A sociedade civil deve se apropriar dos espaços / ONG, que já trabalhem na capacitação em orçamentos públicos. Por Ex. Instituto Polis e Instituto de Idéias;
23. Que os fóruns nos três níveis de governo criem comissões de acompanhamento / monitoramento da elaboração / execução dos orçamentos públicos com participação dos Conselhos de Direito e Tutelares Ongs e trabalhadores com reuniões trimestrais
24. Divulgação do site da prefeitura em especial, das secretarias de finanças e planejamento que acompanham as receitas e despesas referentes ao orçamento municipal;
25. Fim da verba casada, quando a empresa desconta para o FUMCAD e determina a instituição recebedora, uma vez que descumpre o ECA quanto ao papel deliberativo e controlador dos Conselhos de Direito da Criança e Adolescente.
26. Descentralizar os recursos para cada SAS para que possam atender as necessidades regionais tendo em vista que cada bairro tem sua realidade.
27. Criar verba emergencial para SAS direcionando a mesma para situações emergenciais dos Conselhos Tutelares. Ex: período em que a criança ou adolescente permanece no Conselho aguardando encaminhamento onde é preciso de alimentação bem como outras necessidades de acordo com a situação.

ESTADUAL:

28. Elaboração e implantação de projeto de Lei, onde se preconize que bens apreendidos através de práticas ilícitas, sejam revertidos para projetos e programas de atendimento na área da Criança e Adolescente em situação de risco pessoal e social, e que isso se efetive nas instâncias Municipal, Estadual e Federal.
29. Que durante a discussão e elaboração do PPA e da LDO, haja a defesa de que 20% dos juros pagos da dívida interna do Estado e do Município, sejam revertidos para as áreas de Educação, Saúde, Assistência Social e Habitação, todos voltados ao atendimento e interesses exclusivos dos desempregados e assalariados populares;
30. Todos os Órgãos que recebem e receberão verba destinada à Criança e ao Adolescente façam Prestações de Contas Transparentes com divulgação mensal, por meio de cartilhas e Internet
31. Fortalecimento dos Fóruns para acompanhamento dos Conselhos de Direitos;
32. Que o Orçamento Criança seja imperativo para criança e adolescente e não autorizativo;
33. Conselhos Tutelares estruturados para dar cumprimento ao artigo 136 inciso IX do ECA;
34. Fóruns e ONG devem acionar o governo judicialmente pelo não cumprimento do Orçamento Criança;

35. Incentivar a participação popular nas audiências públicas dos processos licitatórios, LDO, PPA e sessões de votação de orçamento;
36. Que os fóruns nos três níveis de governo criem comissões de acompanhamento / monitoramento da elaboração / execução dos orçamentos públicos com participação dos Conselhos de Direito e Tutelares Ongs e trabalhadores com reuniões trimestrais
37. Fim da verba casada, quando a empresa desconta para o FUMCAD e determina a instituição recebedora, uma vez que descumpre o ECA quanto ao papel deliberativo e controlador dos Conselhos de Direito da Criança e Adolescente.

FEDERAL:

38. Elaboração e implantação de projeto de Lei, onde se preconize que bens apreendidos através de práticas ilícitas, sejam revertidos para projetos e programas de atendimento na área da Criança e Adolescente em situação de risco pessoal e social, e que isso se efetive nas instâncias Municipal, Estadual e Federal.
39. Todos os Órgãos que recebem e receberão verba destinada à Criança e ao Adolescente façam Prestações de Contas Transparentes com divulgação mensal, por meio de cartilhas e Internet
40. Fortalecimento dos Fóruns para acompanhamento dos Conselhos de Direitos;
41. Que o Orçamento Criança seja imperativo para criança e adolescente e não autorizativo;
42. Conselhos Tutelares estruturados para dar cumprimento ao artigo 136 inciso IX do ECA;
43. Fóruns e ONG devem acionar o governo judicialmente pelo não cumprimento do Orçamento Criança;
44. Incentivar a participação popular nas audiências públicas dos processos licitatórios, LDO, PPA e sessões de votação de orçamento;
45. Que os fóruns nos três níveis de governo criem comissões de acompanhamento / monitoramento da elaboração / execução dos orçamentos públicos com participação dos Conselhos de Direito e Tutelares Ongs e trabalhadores com reuniões trimestrais
46. Fim da verba casada, quando a empresa desconta para o FUMCAD e determina a instituição recebedora, uma vez que descumpre o ECA quanto ao papel deliberativo e controlador dos Conselhos de Direito da Criança e Adolescente.

Moção nº 01

Ipiranga, Jabaquara e Vila Mariana

O grupo representado pelos delegados do Ipiranga, Jabaquara e da Vila Mariana, que subscrevem o presente, vem apresentar a sua moção de repúdio quanto:
1 – A forma de desenvolvimento da Conferência com graves prejuízos da discussão em grupo;
2 – Falta de espaço para que as Secretarias de governo apresentem suas prestações de contas, principalmente quanto às propostas da Conferência anterior (2005), que acabou por não acontecer;
3 – Falta de informações para realização do trabalho dos grupos, uma vez que não há dados suficientes para sequer realizar-se qualquer tipo de Conferência no estrito sentido de conferir;
4 – Inexistência de resposta às moções de repúdio de 2005, quanto à falta de divulgação ampla na mídia da realização da conferência e contra a inexistente de refeições com carne, salada, arroz e feijão;
Cada grupo de delegados e/ou observadores, verificou se a respectiva Conferência está de acordo com o que foi efetivamente apresentado.
No caso do Jabaquara, o ato de resumir da comissão central no documento final acabou por descaracterizar, por exemplo, o caso da necessidade de se premiar o trabalho dos BONS professores que foi substituída por um pedido geral de aumento ao professorado, o que não era a intenção.

São Paulo, 05/06 de junho de 2007.

Moção nº 02

Moção de Repúdio

Nós, participantes da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de São Paulo, repudiamos a resposta da Sra. Delvita Pereira Alves, presidente do CONDECA, em relação à realização ou não da Conferência Lúdica Estadual, visto que para nós, "conferência" e "encontro" não apresentam a mesma função ou mesmo grau de importância, e que ela não confirmou efetivamente o compromisso assinado pela mesma em 8 de outubro de 2005.

Moção nº 03

Moção de apoio aos Serviços de Proteção Jurídica-Social e Apoio Psicológico da Cidade de São Paulo

Nós, psicólogos, assistentes sociais, advogados, educadores, jovens e famílias, presentes nesta Conferência Municipal da Criança do Adolescente, apoiamos a manutenção e continuidade dos oito Serviços de Proteção Jurídico –Social e de Apoio Psicológico que existem na cidade de São Paulo, incluindo o Refazendo vínculos, valores e atitudes, serviço existente na região do Ipiranga desde 2001 e que vem participando do Projeto de Justiça Restaurativa.
Todos esses serviços são responsáveis pela defesa e proteção dos jovens envolvidos no ciclo da violência, destacando-se pela defesa e cumprimento do ECA, e pela construção da Proteção Especial como parte do Sistema Único de Assistência Social.

São Paulo, 06 de junho de 2007.

Moção nº 04

Moção de Repúdio

Nós, delegados e delegadas da VII Conferência Convencional Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, reunidos nos dias 05 e 06 de junho de 2007, no auditório Celso Furtado – Anhembi, para conferir as ações desenvolvidas pelo governo municipal nos últimos dois anos deliberadas nas Conferências de 2005, contávamos com a prestação de contas das Secretarias.No entanto, somente as Secretarias de Saúde, Educação Assistência Social e Desenvolvimento estiveram presentes.
Repudiamos a falta de um balanço detalhado por parte do Executivo, o que impossibilitou um debate mais amplo ao grupo Leste I e não contribuiu para que se tivesse êxito na avaliação da terça-feira, dia 05/06.
Propomos que para a próxima Conferência o Executivo traga um balanço por escrito e antecipado para os delegados e delegadas conferirem a efetivação das propostas da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Moção nº 05

Moção de Repúdio ao Programa do Governo Municipal - Ler e Escrever que está colocando nas salas de aula, estagiários pedagógicos iniciantes, sem nenhum conhecimento e preparação para dar aulas.

Moção nº 06

Moção de Repúdio contra o desaparecimento e tráfico de crianças e órgãos.

Moção nº 07

Criação de uma Comissão de acompanhamento e fiscalização das deliberações feitas na VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Motivo: Considerando que não há execução por parte do poder público frente as propostas aprovadas nas Conferências.

Moção nº 08

Moção de Repúdio
Contra o despejo forjado, invasão de propriedade, apropriação indébita, com abuso de poder das autoridades, corrupção e outras, no dia 11/07/2005, na avenida Nordestina nº 08, 08 – A, Jardim Lageado – Guaianazes; onde o Poder Judiciário, nas pessoas dos oficiais de justiça Carlos Roberto e Miyoko Koibe, da 1ª e 2ª Vara Civil do Fórum de Itaquera, com a cobertura da 8ª Companhia da Policia Militar Comunitária – Lageado, jogaram 28 crianças e adolescentes nas ruas, queimaram e destruíram as casas das famílias, sob o comando do grileiro de terras, Sr. José Luiz Garcia Dias, e outros – Boletim de ocorrência nº 001891/2005 do 68º Distrito Policial – Lageado – Guaianazes. Invadiram a Fundação Nacional de Cultura Negra e Miscigenações Brasileiras (por perseguições raciais e políticas), o Conselho Tutelar de Lageado e a Secretaria de Assistência Social – SAS – Lageado – Guaianazes.Cientes foram omissos no acompanhamento do despejo forjado e irregular contra as famílias, crianças e adolescentes.

Moção nº 09

Moção de Aplausos

Nós delegados (as) e observadores (as) da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo, nós pessoas comprometidas com a "defesa" dos direitos das crianças e adolescentes, com muito orgulho agradecemos o empenho que a senhora Therezinha Helena Martins de Almeida, demonstrou nos últimos 16 anos para a implementação concreta do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) do município de São Paulo.
"O sonho de Therezinha era ver o ECA reconhecido e respeitado". Obrigado Therezinha Helena.

Moção nº 10

Moção de Apoio

Moção de apoio pela garantia de inclusão de pessoas portadoras de cuidados especiais na Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Visto que participaram de Conferências Regionais, vieram para a Municipal como delegados, e que necessitam de olhar especial para esse seguimento.
Moção nº 11

Moção de Repúdio

Os delegados e observadores da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade de São Paulo, repudiam a "prestação de contas" realizada pelas Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, Saúde e Educação, por desconsiderar as propostas da VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da cidade de São Paulo com base para tal.
Repudiam também o não cumprimento do artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente: "A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", tendo em vista não observarem a articulação proposta no ECA entre as Secretarias Municipais e demais órgãos e organismos públicos e/ou de interesse público envolvidos diretamente com o tema da Conferência: Secretarias da Cultura, Esporte e lazer, Trabalho, Finanças, Habitação, Participação e Parcerias (telecentros), Segurança Pública e Justiça;Judiciário: Ministério Público,

Promotores e Juízes; Conselhos Tutelares e Organizações não-governamentais de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Moção nº 12

Moção de Repúdio

Nós, delegados, observadores, convidados, Conselho Tutelar, Centro de Defesa e Promoção Social da Criança e do Adolescente da região do Ipiranga (CEDECA CAMINHOS/UNAS), Projeto Liberdade Assistida do Ipiranga, Projeto Agente Jovem (Heliópolis/UNAS), Programas e Fóruns Regionais e Municipais da Criança e do Adolescente da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Paulo, por intermédio desta, **REPUDIAMOS** a aprovação pela Comissão, Constituição e Justiça do Senado Federal da proposta de redução da maioridade penal. Por ser esta redução inconstitucional, já que nossa Carta Magna prevê como cláusula pétrea o inicio aos dezoito anos de idade para a responsabilização perante o Código Penal. A solução para o problema da criminalidade juvenil não está na segregação precoce do adolescente em conflito com a lei, mas sim na efetiva aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que em sendo desrespeitado pelas 3 esferas do governo há 17 anos.

São Paulo, 06 de junho de 2007.

Moção nº 13

VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Nós, delegados desta Conferência, sentimos a falta da prestação de contas das Secretarias: Esporte, Lazer, Cultura, Habitação e Finanças.
Pois entendemos que a ausência de uma ou outra compromete o monitoramento dos recursos utilizados para implementação e manutenção de Políticas Públicas.
Propomos que na VIII Conferência seja contemplado nosso repúdio, bem como o término da mesma seja feito um contrato de compromisso assinado pelo Executivo.

Moção nº 14

Moção de Repúdio contra a omissão da Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMAB), em relação a entrega de alimentação nas CEIS e nos NSEs.

Nós, participantes da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo, repudiamos a não entrega de alimentos para as crianças dos Centros de Educação Infantil (CEIS), bem como nos Núcleos Sócio Educativos.

Moção nº 15

Moção de Repúdio a ampliação do tempo de cumprimento da medida sócio educativa de privação de liberdade

Os delegados presentes a VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente vem através desta manifestar seu mais veemente repúdio as(s) projeto(s) de lei de ampliação do tempo de cumprimento da medida sócio educativa de privação de liberdade para 5, 10, ou até mesmo 20 anos, uma vez que tais projetos vêm na contramão das discussões mais avançadas no mundo sobre punição de crimes cometidos por adultos, onde a direção atual aponta rumo ao avanço das penas alternativas em detrimento daquelas de privação de liberdade. Essas propostas desconsideram todo o processo de construção coletiva e social-nacional e internacional que culminaram no Brasil com o advento do novo

paradigma materializado no Estatuto da Criança e do Adolescente, uma lei de iniciativa popular. Paradigma este que considera a criança e o adolescente como sujeito de direito em condição peculiar de desenvolvimento..
Diante dessas premissas é inconcebível e inaceitável falar com seriedade de propósito, em medida sócio-educativa com tempo tão hipocritamente dilatado.Tenta-se, a bem da verdade, operar verdadeira faxina social de caráter meramente punitivo e higienista, o que representaria enorme retrocesso se estivéssemos falado de adultos. Em se tratando de adolescentes, tais proposituras configuram-se ignomínias deploráveis.
Dizemos não ao sucessivo e contínuo flagelo de nossa população menos favorecida, jogada nas periferias de nossas cidades a própria sorte, que tem seus filhos mortos aos milhares todos os dias como moscas, zumbizando inutilmente atrás de políticas públicas que lhes são negadas por uma elite egoísta e retrógrada, e sim a plenitude dos direitos previstas no estatuto da Criança e do Adolescente, na lei Orgânica da Assistência Social, na lei de Diretrizes e Bases da Educação e demais estatutos legais.

Moção nº 16

Moção de Repúdio

Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Capela do Socorro e Grajaú

Nós, dos Fóruns acima citados, em Assembléia decidimos construir nos dias 05 e a6 de junho de 2007, a **moção de repúdio** de defesa dos direitos da criança e do adolescente constituídos na lei máxima do país e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 83069/90), crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.
Por isso, **repudiamos** que as propostas encaminhadas nas Conferências Lúdicas e Convencionais do **ano de 2005**, desta região não tenham sido implantadas de fato e de direito pelo poder público. **Repudiamos** também a ausência do Conselho Tutelar da Capela do Socorro na Conferência Convencional da região e na Conferência Municipal.

Moção nº 17

Moção de Repúdio a Redução da maioridade penal
“Muito se fala da violência das águas do rio, mas pouco das margens que o comprimem”
Bertold Brechet

Os delegados presentes a VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente vêm através desta manifestar seu mais veemente repúdio a proposta de redução da idade penal em tramitação no Congresso Nacional, bem como aos parlamentares que votaram favoravelmente a tão deplorável e cínica propositura. Ela revela a face mais cruel de nossas elites por oferecer aos nossos adolescentes, cujos direitos foram sistematicamente violados por um sistema excludente, muitas vezes a única oportunidade de inclusão de suas vidas : OS PRESÍDIOS.

- Os presídios estão cumprindo com sua determinação legal de ressocializar/recuperar os adultos, ou estão a mercê de organizações do crime organizado, que por ineficiência do estado chegam a aterrorizar a população e a própria polícia, como nos lembram os fatos de triste memória que acabam de completar um ano?
- Se até os chamados cidadãos de bem, e mesmo a polícia estão a mercê do crime organizado, o que será de nossos adolescentes?Serão oficialmente declarados escudos dos adultos no crime organizado?
- Se a FEBEM (não adianta mudar o nome se não muda o degradante atendimento) é conhecida nacionalmente como escola do crime, as cadeias serão a universidade e a pós-graduação?
- Os índices de reincidência nas penitenciárias chegam a 85%.
- Antes de cassar direitos, os parlamentares deveriam sim se preocupar em garantir a plenitude dos consagrados no Estatuto da Criança e do Adolescente a todas as crianças e adolescentes brasileiros, sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento. Não

há necessidade de novas leis, ou modificações mas sim promover, efetivar e divulgar as já existentes.

Moção nº 18

Moção de apoio

Nós, delegados (as), da VII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Paulo, observadores e apoiadores da causa da **Democracia Participativa**, da transparência nos atos governantes, do Controle Social da participação e decisão nas políticas públicas desta cidade, nos manifestamos favoravelmente aa continuidade do ORÇAMENTO PARTICIPATIVO no Município de São Paulo.
Fazendo **MOÇÃO DE APOIO** à derrubada do veto do **PL 108/2005**, que institui o **Conselho do Orçamento Participativo** da Cidade de São Paulo contemplando o **Orçamento Participativo Criança**.

Moção nº 19

Moção: Implantação de um Colégio Técnico na região de Cidade Ademar
Motivo: Capacitar os adolescentes para o mercado de trabalho.
A região possui acima de 400 mil habitantes e está em 3º lugar responsável pelo encaminhamento de adolescentes para a FEBEM.

Moção nº 20

Moção ao CMDCA – Comissão Central das Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente

Nós da Comissão Regional da Subprefeitura Casa Verde solicitamos que seja retirada a proposta da redução da maioridade penal para 16 (dezesseis) anos, pois fere o principio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Garantia e os Direitos da Criança e do Adolescente.
Solicitamos ao CMDCA e â equipe de metodologia, que seja retificado os documentos finais.